



**Camila Rodrigues Estrela**

**Racismo e Migração: vidas haitianas  
intercruzadas pela realidade  
brasileira no município de Maricá -  
RJ**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ariane Rego de Paiva

Rio de Janeiro  
Maio de 2024



**Camila Rodrigues Estrela**

**Racismo e Migração: vidas haitianas  
intercruzadas pela realidade  
brasileira no município de Maricá-  
RJ**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutora pelo Programa  
de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-  
Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora  
abaixo:

**Prof<sup>a</sup>. Ariane Rego de Paiva**

Orientadora

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Andréia Clapp Salvador**

Departamento de Serviço social – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Liana de Andrade Biar**

Departamento de Letras- PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup> Cristiane Batista Andrade**

FIOCRUZ

**Prof. Ney Luiz Teixeira de Almeida**

UERJ

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Camila Rodrigues Estrela**

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Castelo Branco. Tornou-se Especialista em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde pela UFRN. Mestra em Serviço Social pela PUC-Rio. Coordenou o Grupo de Trabalho, Racismo e Educação na Saúde, na SES-RJ, onde também iniciou a sistematização da área voltada para Migração, Refúgio e Apatridia na mesma instituição.

#### Ficha Catalográfica

Estrela, Camila Rodrigues

Racismo e migração : vidas haitianas intercruzadas pela realidade brasileira no município de Maricá - RJ / Camila Rodrigues Estrela ; orientadora: Ariane Rego de Paiva. – 2024.

315 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Migração. 3. Racismo. 4. Haiti. 5. Estado. 6. Brasil. I. Paiva, Ariane Rego de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD:361

Para aquelas e aqueles que costuram travessias.

## Agradecimentos

*Koze Mande Chèz!* (Senta que lá vem história!) (*Tradução livre*).

Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Ariane Rego de Paiva, que de me auxiliou a manter acesa a sede por descobertas e por uma escrita crítica. Sou grata pelas contribuições fecundas e trocas afetuosas.

À Diego Egues Lopes, a poesia em forma de pessoa, com quem tenho tido o prazer de compartilhar a vida. Foi bálsamo em momentos muito difíceis, apoio em muitas renúncias e companheiro até a última palavra aqui escrita. Serei eternamente grata por seus passos junto aos meus nessa trajetória e em outros que virão!

À Robert Montnard e Mélanie Montnard, amigos que o debate e militância na área de Migração, Refúgio e Apatridia me deram. Agradeço o acolhimento, conversas acaloradas no café da manhã e, sobretudo, por me ensinarem a imensidão que é o Haiti.

À Garry Ulisses, com quem aprendi sobre amizade, apoio, coletividade e constância em manter viva a esperança. Sem você saber, seus olhos coloridos me impulsionaram muitas e muitas vezes.

Às amigas Larissa Gomes, Sirlene Francisco e ao amigo Paulo Henrique. Pelas palavras, abraços, silêncios e presença. Que sorte a minha ter vocês em minha vida!

À turma do doutorado, que mesmo distante pela pandemia de COVID-19, foi apoio. Em especial à colega Carla Marinho, quem constantemente me trouxe poesia em meio à desesperanças.

À PUC-Rio, instituição na qual venho trilhando passos desde o mestrado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Bolsa Taxas Escolares da PUC- Rio.

Ao Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro, de Maricá, no nome de Luciane Vieira e toda equipe, pelo acolhimento, apoio e confiança.

Ao Comitê Técnico de Saúde Integral da População Imigrante e Refugiada (CTESIPIR), um grupo que tive o enorme prazer de poder formar inicialmente e que me inspirou ao aprofundamento do debate sobre migração, mas para além disso, me proporcionou conhecer vidas, histórias e pessoas incríveis. Tudo começou com vocês. Sou muito grata!

Ao Grupo de Pesquisa Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais (PUC-Rio), pela troca e aprendizado que me proporcionaram aprofundamentos e descobertas, principalmente à Taiane Hora, pela generosidade constante.

Ao Grupo LATINAS- Grupo de Trabalho Estudos Feministas sobre Decolonialidade, Trabalho e Cuidado, vinculado ao CNPq. Mulheres potentes movem o mundo e a história. É um enorme prazer compor esse coletivo.

A todos(as) os(as) professores(as) e funcionários(as) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que com seus respectivos trabalhos contribuíram para a minha formação. Sou muito grata a vocês.

Aos membros da banca de defesa da tese: Prof.<sup>a</sup> Andréia Clapp Salvador, Liana de Andrade Biar, Ney Luiz Teixeira de Almeida e Cristiane Batista Andrade, pessoas que admiro por suas escolhas e trajetórias profissionais. Obrigada por aceitarem ler o material e contribuir com ele.

Ao corpo docente e discente do curso de Serviço Social da FUSVE- UniVassouras, Maricá e às técnicas do Centro de Atividades Extensionistas em Serviço Social (CAESS) e, sobretudo, à coordenadora Altineia Neves, pelo apoio, carinho e compreensão na conciliação entre trabalho e a produção da escrita.

E às mulheres da minha vida: Vilma Rodrigues, minha mãe; Zilda Rodrigues e Ilma Rodrigues, minhas tias; Carolina Estrela e Roberta Damasco, minhas irmãs. Esse doutorado representa pra mim, a força e a coragem que carrego de vocês.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Resumo

Estrela, Camila Rodrigues; Paiva, Ariane Rego de. **Migração e Racismo: vidas haitianas inter cruzadas pela realidade brasileira no município de Maricá- RJ**. Rio de Janeiro, 2024. 315p. Tese de Doutorado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese de doutorado foi realizada no programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), na linha de pesquisa Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais, vinculada ao grupo de pesquisa do CNPq: Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais (GESPD). Teve como objetivo a análise da sociabilidade da população haitiana na cidade de Maricá- RJ, diante do racismo brasileiro. Buscamos aprofundar se a integração do segmento é afetada por essa realidade ou ainda, quais estratégias e arranjos são realizados pelo grupo, de forma coletiva e/ou individual. Procurou-se trazer as interseções entre Brasil e Haiti, bem como as motivações que levam a população haitiana a deixar seu país, e a escolha por Maricá, e como percebem os desdobramentos desse processo, a partir das especificidades brasileiras constituídas sob o racismo estrutural. No percurso metodológico, foram realizadas observações participantes, a partir da interação junto aos migrantes residentes na cidade, através de registros com informações variadas. Foram também realizadas entrevistas em profundidade com 5 pessoas haitianas (4 homens e 1 mulher), possibilitadas a partir de um articulador haitiano. O tema de pesquisa faz-se relevante pela pouca produção e sistematização do processo migratório em Maricá, podendo constituir-se enquanto base de consulta para subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas para esse segmento, bem como apontar melhorias no processo de sociabilidade do segmento. As análises permitiram constatar que o racismo brasileiro interfere nas escolhas e no modo de vida das pessoas entrevistadas, sendo apreendido de diferentes formas: fazendo com que busquem movimentos que fortaleçam a identidade negra brasileira, forçando a retomada da rota haitiana para outros países, ou ainda, diante da necessidade de manutenção material da vida, o racismo é colocado em segundo plano, criando-se estratégias de sobrevivência. Foram apontados nesse sentido, as

dificuldades no campo do trabalho, incluindo experiências racistas e dificuldade com documentação, além de vivências do racismo no âmbito interpessoal, coletivo e institucional. Desta forma, foi possível compreender que o racismo se expressa de diversas formas na vida da população haitiana, na cidade de Maricá, fortalecendo um movimento de evasão do segmento e de construção de estratégias por parte dos que decidem permanecer.

### **Palavras-chave**

Migração; Racismo; Haiti; Estado; Brasil.

## Abstract

Estrela, Camila Rodrigues; Paiva, Ariane Rego de (Advisor). **Racism and Migration: Haitian lives intertwined with Brazilian reality in the municipality of Maricá- RJ.** Rio de Janeiro, 2024. 315p. Tese de Doutorado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This doctoral thesis was carried out in the Postgraduate Program in Social Service at the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio), in the research line Violence, Rights, Social Service and Intersectoral Policies, linked to the CNPq research group: State, Society, Policies and Social Rights (GESPD). Its objective was to analyze the sociability of the Haitian population in the city of Maricá- RJ, in the face of Brazilian racism. We seek to delve deeper into whether the integration of the segment is affected by this reality or even what strategies and rearrangements are carried out by the group, collectively and/or individually. We sought to bring out the intersections between Brazil and Haiti, as well as the motivations that lead the Haitian population to leave their country, and the choice for Maricá, and how they perceive the consequences of this process, based on Brazilian specificities constituted under structural racism. In the methodological path, participant observations were carried out, based on interactions with migrants living in the city, through records with varied information. In-depth interviews were also carried out with 5 Haitian people (4 men and 1 woman), made possible by a Haitian coordinator. The research topic is relevant due to the limited production and systematization of the migratory process in Maricá, and can serve as a basis for consultation to support the development of public policies aimed at this segment, as well as pointing out improvements in the segment's sociability process. The analyzes revealed that Brazilian racism interferes in the choices and way of life of the people interviewed, being understood in different ways: causing them to seek movements that strengthen Brazilian black identity, forcing the return of the Haitian route to other countries, or even, faced with the need for material maintenance of life, racism is placed in the background, creating

survival strategies. In this sense, difficulties in the field of work were highlighted, including racist experiences and difficulties with documentation, in addition to experiences of racism in the interpersonal, collective and institutional spheres. In this way, it was possible to understand that racism is expressed in different ways in the lives of the Haitian population, in the city of Maricá, strengthening a movement of evasion from the segment and the construction of strategies by those who decide to remain.

## **Keywords**

Migration; Racism; Haiti; State; Brazil.

## Sumário

Introdução	16
1. Racismo como estrutura de dominação e exploração capitalista mundial	29
1.1. Imperialismo e Lutas anticoloniais	31
1.1.1. Sociabilidade burguesa: questão étnico racial e racismo	51
1.2. Particularidades do racismo brasileiro	64
2. Migrações Sul-Norte e Sul-Sul: Migrar é Reagir!	79
2.1. O racismo e xenofobia na constituição da governança da mobilidade contemporânea	94
3. Haiti: de “pérola das Antilhas” à dependência imperialista	110
3.1. Processos de deslocamentos haitianos contemporâneos	125
4. Brasil como destino: aspectos econômicos, políticos e sociais	142
4.2. Legislação brasileira recente para imigração	155
4.3. Visto humanitário e precarização do acolhimento aos haitianos: expressão do racismo?	167
5. Maricá: a cidade dos <i>royalties</i> de petróleo	185
6. Caminhos da pesquisa: eu não ando só	201
6.1. O deslocamento para o Brasil	210
6.1.1. Os motivos para deixar o Haiti	215
6.2. Migração haitiana para Maricá	218
6.2.1. Maricá e o olhar sobre a migração haitiana	224

6.2.2. Rede de apoio e envio de remessas ao Haiti	226
6.3. O racismo e a população haitiana em Maricá	228
6.3.1. As diferenças entre Haiti e Brasil	237
6.3.2. O trabalho em Maricá	240
6.3.3. A integração em Maricá	242
6.4. Concepções acerca do Haiti	245
6.4.1. MINUSTAH no Haiti	251
6.4.2. O vodu e suas manifestações no Haiti	253
6.4.3. Sugestões de melhorias para Maricá	256
7. Considerações finais	260
8. Referências bibliográficas	268
9. Anexos	306
9.1. Anexo A- ROTEIRO DE ENTREVISTA A	306
9.1.1. Anexo B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TRABALHO DE CAMPO	307
9.1.2. Anexo C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- ENTREVISTAS	311

## **Lista de abreviaturas e siglas**

**ANC**- Assembleia Nacional Constituinte

**CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**ACNUR** - Alto Comissariado das Nações Unidas

**ATPSE** - Assessoria Técnica de Participação Social e Equidade

**CAGED** - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

**CEIPARM** – Comitê Estadual para Refugiados de São Paulo (CER);

Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Rio de Janeiro

**CEPAL**- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

**CER** - Comitê Estadual para Refugiados de São Paulo

**CIA**- Agência Central de Inteligência

**CIEP's** – Centros Integrados de Educação Pública

**CNIg** – Conselho Nacional de Imigração

**CNPq**- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**CPF**- Cadastro de Pessoa Física

**CTPS**- Carteira de Trabalho e Previdência Social

**CTESIPIR** - Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral da População

Imigrante e Refugiada do Brasil

**ECOSOL- CPDES-** Economia Solidária - Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**GSAM** - Grupo de Solidariedade e Amizade dos Imigrantes e Refugiados de Maricá

**GESPD** - Grupo de Pesquisa Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais

**HUPE** - Hospital Universitário Pero Ernesto

**ICMPD**- Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias

**ICTIM** - Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá

**IDR**- Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro

**IPM** - Índice de Participação dos Municípios

**MDB-AL**- Movimento Democrático Brasileiro de Alagoas

**MHAVE** - Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior

**MSPP** - Ministério da Saúde Pública e População

**MINUSTAH** - Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti

**NASF** - Ampliado de Saúde da Família

**OBMigra**- Portal de Imigração Laboral

**OIM** - Organização Internacional para as Migrações

**OMS** - Organização Mundial da Saúde

**ONG** - Organização Não Governamental

**ONU**- Organização das Nações Unidas

**SANEMAR** – Companhia de Saneamento de Maricá

**SAPV** - Superintendência de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade

**SES-RJ**- Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro

**SMAS** – Secretaria Municipal de Assistência Social

**SPPDHM** - Secretaria Municipal de Participação Popular, Direitos Humanos e Mulheres

**SUS**- Sistema Único de Saúde

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PNSIPN** - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

**PT**- Partido dos Trabalhadores

**PUC-Rio** – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

**RN** - Resolução Normativa

**SES-RJ** - Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**TPP** - Tribunal Permanente dos Povos

**UERJ** - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**UNEGRO**- União de Negros pela Igualdade

## **O que é migrar?**

Migro para me achar, quantas vezes eu precisar.  
Para me perder e me encontrar, te conhecer ou te esperar.  
Migro para ser, para viver e quando preciso, para trabalhar.  
Vou migrando conceitos, encontros, sonhos. Vivo pelo direito de desbravar.  
Quem me dera poder ir por aí sem regras, sem leis, pelos espaços e explorar.  
Queria ser movida pelo sonho e não pelo desespero. Queria apenas, simplesmente,  
migrar.  
Contudo, ainda tenho barreiras, vivo presa a elas, mas o meu coração não  
descansa, ele sempre quer voar.  
Somos aonde vamos, indo num constante ímpeto de querer nos movimentar.  
Nasci num lugar, mas digo não às fronteiras, quero para mim e para você ver os  
limites, todos eles, um dia se apagar.  
Camila Estrela, 2020.

## Introdução

### “Nossos passos vêm de longe” (Werneck, 2010)

Antes de apresentar o conteúdo que se segue, é preciso contextualizar o cenário sobre o qual o mesmo ocorreu, bem como os estímulos que permitiram que após oito anos de término do mestrado, o retorno ao doutorado pudesse ter ocorrido.

Assim como as rotas escolhidas de migração, dão-se pelas condições materiais e objetivas vivenciadas, traçando assim, caminhos e retrocessos, pensamos na necessidade também do registro das vivências da pesquisadora durante o percurso aqui empreendido.

Dentre os doze anos de atuação no Sistema Único de Saúde (SUS), compreendidos de 2011 a 2023, algumas experiências profissionais podem ser consideradas marcos na escolha pelo tema aqui desenvolvido. A começar pela atuação na Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ), bem como na coordenação do Grupo de Trabalho Racismo e Formação Profissional em Saúde, de 2016 a 2018, seguida pela coordenação e contribuição para a implantação do primeiro Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral da População Imigrante e Refugiada do Brasil (CTESIPR), no período de 2015 a 2020.

A primeira experiência mencionada contou com a articulação direta com os movimentos sociais do estado do Rio de Janeiro, cujas pautas estavam relacionadas ao debate sobre saúde e racismo, bem como com a participação de universidades federais, estaduais e escolas técnicas de formação em saúde e da sociedade civil usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

Esse grupo de trabalho teve por objetivo a construção de uma ferramenta que auxiliasse nas ações de qualificação dos trabalhadores da saúde do estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a presença e reprodução do racismo institucional, possuindo como eixo de discussão principal, a qualificação do preenchimento do quesito raça/cor nos formulários de atendimento em saúde, preconizados pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> “(...) no mês do Dia Nacional da Consciência Negra, o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, instrumento que tem por objetivo combater a discriminação étnico-racial nos serviços e atendimentos oferecidos no Sistema Único de Saúde, bem como promover a equidade em saúde da população negra” (Brasil, 2007, p.9).

Os debates empreendidos junto aos atores mencionados, possibilitaram o aprofundamento sobre a compreensão do racismo brasileiro, em suas especificidades e consequências na vida da população negra brasileira, compreendendo-o enquanto um determinante social de saúde<sup>2</sup>.

Iniciava-se naquele momento, não somente o aprofundamento acerca do racismo, mas o entendimento e o interesse profissional em abordá-lo, enquanto gestora e assistente social, construindo alternativas de enfrentamento e combate, junto aos atores que o vivenciavam e aos movimentos e instituições que possuíam experiência acumulada no assunto.

Para além do campo profissional, foi aberto, a partir dessa experiência profissional, um horizonte de entendimento sobre minha história de vida, possibilitando um resgate familiar, do entendimento de falas múltiplas, comportamentos e relações, cujos significados foram ficando cada vez mais nítidos.

Como destaca Almeida (2019): “A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade” (p.33). Nesse sentido, através das experiências de trabalho e de sua sistematização, foi possível compreender não somente o impacto do racismo na saúde das pessoas negras, mas também sua relação para a construção de opressões a partir de uma ideologia alicerçada em elementos políticos, sociais e econômicos para mantê-lo, aprofundá-lo e propagá-lo, bem como, por outro lado, a possibilidade de construção de alternativas para fazer frente a essa dinâmica.

Já o trabalho desenvolvido na SES-RJ, com a população imigrante e refugiada, foi composto por uma equipe de trabalhadores e trabalhadoras da saúde e sociedade civil como um todo, além de universidades e a população usuária do SUS de diferentes nacionalidades. Esse trabalho tinha o objetivo de sistematizar ações que estivessem voltadas para atender as demandas advindas desse grupo populacional, bem como organizar fluxos de trabalho junto às/aos profissionais das áreas técnicas de gestão estadual de saúde e das/dos trabalhadoras/es que atuavam na ponta, atendendo essa população.

---

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre o racismo enquanto determinante social de saúde, acessar: [https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/RACISMO\\_COMO\\_DETERMINANTE\\_SOCIAL\\_DE\\_SA%C3%9ADE.pdf](https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/RACISMO_COMO_DETERMINANTE_SOCIAL_DE_SA%C3%9ADE.pdf). Acesso em: 06, nov, 2023.

O setor ao qual estava vinculado o referido trabalho era nomeado em seu início, por Assessoria Técnica de Participação Social e Equidade (ATPSE)<sup>3</sup>. No que tange à construção das ações sobre a População Imigrante e Refugiada, deu-se concomitante à participação como membro titular, representando a SES-RJ, no Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes (CEIPARM), no período de 2015 a 2020, quando as ações de saúde voltadas para este segmento no estado do Rio de Janeiro, tornaram-se mais efetivas no sentido propositivo e sistematizado, abrangendo inclusive, a representação da SES-RJ, no referido comitê, no período dos Jogos Olímpicos de Verão, de 2016, sediado na cidade do Rio de Janeiro- RJ.

A fim de iniciar um planejamento da área de migração e refúgio, no final do ano de 2017, foi realizada em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), através do curso de Serviço Social e do Hospital Universitário Pero Ernesto (HUPE), a Organização Não- Governamental Mawon e a Superintendência de Atenção Básica da SES-RJ. Um levantamento inicial junto às/aos refugiadas/os congolesas/es residentes nos municípios de maior concentração desse segmento, no estado do Rio de Janeiro, a partir dos dados obtidos junto à Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, que foram: Rio de Janeiro (Brás de Pina), São Gonçalo (Jardim Catarina) e Caxias (Gramacho).

O objetivo inicial desse levantamento foi realizar uma análise comparativa entre o acesso aos serviços de saúde na República Democrática do Congo e no Brasil (tendo por referência o estado do Rio de Janeiro) e obter um panorama inicial de atuação sistemática na SES-RJ.

A partir das entrevistas realizadas, foi possível levantar junto às/aos entrevistadas/os e às/aos gestoras/es das unidades de saúde referência desses territórios, as principais dificuldades encontradas no acesso à saúde do grupo congolês refugiado. A partir desse levantamento começaram a ocorrer reuniões mensais com os atores realizadores da pesquisa, bem como com os gestores das unidades de saúde em questão, propondo desdobramentos e ações para as demandas levantadas pelas/os entrevistadas/os, onde buscou-se sistematizar as

---

<sup>3</sup> Para conhecimento das ações desenvolvidas, memórias das reuniões realizadas de 2018 a 2020, oficinas efetivadas junto aos Agentes Comunitários de Saúde, participação em congressos e materiais de orientação produzidos, acessar: <https://www.saude.rj.gov.br/participacao-social-e-equidade/saude-da-populacao-imigrante-e-refugiada> Acesso em: 11, abril, 2024.

informações e as ações que vêm sendo desenvolvidas até o presente momento, na continuidade do comitê, na área atualmente intitulada Superintendência de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade (SAPV).

Com relação ao desdobramento das ações, foram elaboradas cartilhas de orientação aos refugiados sobre a dinâmica de funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) em quatro idiomas: português, francês, inglês e espanhol, bem como oficinas de qualificação junto aos Agentes Comunitários de Saúde, que ocorreram em fevereiro de 2019, nos três referidos territórios pesquisados.

Esses vivências possibilitaram, como um todo, uma trajetória de encontros com diferentes nacionalidades e formas de expressão de vida, não somente enquanto profissional de saúde, mas também na possibilidade de construção de laços afetivos, tendo destaque a família fundadora da Organização Não Governamental (ONG) Mawon<sup>4</sup> quando foi possível, a partir disso, minha participação em conversas e trocas que alimentaram a curiosidade e carinho pelo Haiti, além de proporcionar a vontade de um aprofundamento na compreensão de como as outras famílias lidavam com os desafios colocados pelo processo de migração para o Brasil.

Outra realidade encontrada durante as referidas experiências de trabalho na SES-RJ, foi com relação à compreensão sobre o racismo institucional enquanto expressão social no contexto histórico brasileiro e suas implicações para a população negra, que acessa os serviços oferecidos pelas instituições e, conseqüentemente, para a população haitiana que se encontra no Brasil. Ambos os impactos puderam ser percebidos e trabalhados durante a atuação nos espaços institucionais mencionados anteriormente e aprofundados na presente pesquisa.

Às duas experiências profissionais relatadas acrescento ainda, a atuação da pesquisadora, como assistente social no Núcleo Ampliado de Saúde da Família

---

<sup>4</sup> A Organização Não Governamental Mawon nasceu a partir da experiência de migração do casal franco-haitiano fundador: Mélanie Montnard e Robert Montnard, que, depois do terremoto no Haiti em janeiro de 2010, tiveram que deixar o Haiti, migrando para o Rio de Janeiro. Maiores informações disponíveis em: [https://www.mawon.org/quemsomos?utm\\_term=ong%20refugiado&utm\\_campaign=&utm\\_source=adwords&utm\\_medium=ppc&hsa\\_acc=6881211570&hsa\\_cam=20446759888&hsa\\_grp=153086175500&hsa\\_ad=669296365145&hsa\\_src=g&hsa\\_tgt=kwd-519684807564&hsa\\_kw=ong%20refugiado&hsa\\_mt=b&hsa\\_net=adwords&hsa\\_ver=3&gclid=Cj0KQqAr8eqBhD3ARIsAie-buPKNpsRKGscxFYdqWfcdzuKffeznBxD6xm77ivG11YMvjOtkMFV-UAAAvvyEALw\\_wcB](https://www.mawon.org/quemsomos?utm_term=ong%20refugiado&utm_campaign=&utm_source=adwords&utm_medium=ppc&hsa_acc=6881211570&hsa_cam=20446759888&hsa_grp=153086175500&hsa_ad=669296365145&hsa_src=g&hsa_tgt=kwd-519684807564&hsa_kw=ong%20refugiado&hsa_mt=b&hsa_net=adwords&hsa_ver=3&gclid=Cj0KQqAr8eqBhD3ARIsAie-buPKNpsRKGscxFYdqWfcdzuKffeznBxD6xm77ivG11YMvjOtkMFV-UAAAvvyEALw_wcB). Acesso em: 13, nov, 2023.

(NASF)<sup>5</sup>, na cidade de Maricá, a partir de novembro de 2021, onde foi possível ter uma leitura mais aprofundada do território maricaense, seus serviços oferecidos e a realidade de sua população, uma vez que a atuação deu-se nos três pontos extremos do município: Inoã, São José de Imbassaí e Itaipuaçu, juntamente com o apoio prestado ao grupo de migrantes e refugiadas/os no território da cidade, através da organização de encontro do grupo com a gestão de saúde do território e a correção de documentos (cartas, projetos), a serem entregues para a prefeitura de Maricá, bem como o apoio ao desenvolvimento de ações na cidade. Essa última atuação desenvolvida voluntariamente e a partir do meu engajamento na causa.

Com isso, diante das duas vertentes trabalhadas e sistematizadas nas ações de trabalho desenvolvidas: o racismo e a mobilidade humana, surgiu o esforço pela compreensão de suas determinações, bem como de suas particularidades em seus contextos sócio-históricos, das possibilidades de articulação individuais e/ou coletivas e do acompanhamento de universos vastos de possibilidades e sonhos a serem alcançados pelos que migravam, bem como das barreiras enfrentadas.

A pesquisa, portanto, tem como base estimulante todos os trabalhos realizados durante os períodos descritos de atuação na área da saúde, tendo sido acompanhados de inúmeros desafios e aprendizados, atravessados por correlações de forças políticas, hierárquicas, contando também por outro lado, com uma rede potente, propositiva e estimulante de construções que foram possíveis realizar.

Outro desafio significativo ocorrido durante a pesquisa, foi o cenário vivenciado, a partir do dia 11 de março de 2020, quando ocorreu a declaração realizada pelo diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunciando, em Genebra, na Suíça, o início de uma pandemia pela COVID-19<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Havia composições de equipes de NASF's, a partir da divisão territorial da cidade de Maricá- RJ, tendo sido a pesquisadora inserida no NASF3B, que compreendia os bairros de: São José 2, englobando as duas aldeias indígenas: Aldeia Mata Verde Bonita (Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã) e Aldeia Indígena Guarani Céu Azul Mbya (Tekoa Ara Hovy); Inoã 1 e Itaipuaçu (Santa Rita).

<sup>6</sup> De acordo com a Organização Pan- Americana de Saúde (OPAS) os coronavírus (CoV) são uma ampla família de vírus que podem causar uma variedade de condições, do resfriado comum a doenças mais graves, como a síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV).

O novo coronavírus (nCoV) é uma nova cepa de coronavírus que havia sido previamente identificada em humanos, tendo sido detectado após a notificação de um surto em Wuhan, China, em dezembro de 2019. Informações disponíveis em: [https://www.paho.org/pt/topicos/coronavirus?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=Cj0KCQiA uqKqBhDxARIsAFZELmLnjKoK9TJUqzMUV3rRPWsSK898BkLgOYm4ry8u3LonmoccIdD05 kaAvQGEALw\\_wcB](https://www.paho.org/pt/topicos/coronavirus?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=Cj0KCQiA uqKqBhDxARIsAFZELmLnjKoK9TJUqzMUV3rRPWsSK898BkLgOYm4ry8u3LonmoccIdD05 kaAvQGEALw_wcB). Acesso em: 06, nov, 2023.

No período de março de 2020 a novembro de 2021, prestei apoio aos grupos migrantes, refugiados e apátridas na articulação com hospitais, lidando com profissionais que atendiam ao segmento, bem como junto aos movimentos sociais representantes dos mesmos, a partir das demandas que surgiram como: o medo do acesso ao SUS e ao vírus, ações articuladas junto aos movimentos e áreas técnicas para elaborar informações sobre a prevenção e o cuidado com a doença, além da interação com os profissionais que atendiam nos hospitais de emergência ao público migrante, refugiado e apátrida.

Durante esse período, acompanhei o crescimento diário dos números das vítimas de COVID-19, tendo sido necessário lidar com diferentes papéis naquele momento: o de trabalhadora gestora, estudante de doutorado e apoiadora da causa migrante, todos vivenciados ao mesmo tempo. Esse processo foi doloroso, difícil e repleto de inseguranças e violências vividas ao presenciar cenários de violência, xenofobia e racismo vivenciado por eles nos espaços institucionais de atendimento.

A atuação nesse período deu-se na condição de trabalhadora assalariada, precarizada e exposta ao vírus no percurso de casa ao trabalho, em transporte público, salário atrasado, greve do serviço de limpeza e cobranças institucionais por indicadores que ainda estavam em construção. Colocava-se o desafio de reavaliar posições e busca de forças diante de um cenário tão desolador e devastador para continuar estudando e trabalhando.

Por outro lado, ainda que as dificuldades encontradas tenham sido de significativa magnitude, a realidade vivenciada proporcionou ao estudo aqui empreendido, a possibilidade de reflexões contínuas e desafiadoras, até como forma de encontrar motivos para continuar caminhando diante de tudo o que acontecia.

Durante o período pandêmico, o Brasil contou com uma gestão que se comportou de forma negligente e violenta, expressa através de falas homofóbicas, racistas e incrédula na Ciência e nas vacinas elaboradas de combate ao Coronavírus<sup>7</sup>, para citar apenas algumas das dimensões do governo<sup>8</sup>, tendo sido

---

<sup>7</sup> Para o aprofundamento das falas de Jair Messias Bolsonaro sobre a vacina contra a COVID-19, ver: SILVA (2022).

nesse cenário no qual atuei enquanto trabalhadora do SUS e ao mesmo tempo pesquisadora.

### **Pesquisa caminho**

Todo o cenário descrito compõe os acontecimentos sobre os quais a tese aqui apresentada foi escrita. Aqui está contida assim, não somente a sistematização de uma ideia construindo reflexões teóricas, mas um trabalho acompanhado por fatos vivenciados pela pesquisadora que marcaram historicamente sua vida no âmbito particular, junto ao contexto que marcou, sobremaneira, a humanidade e o Brasil.

Diante das motivações colocadas, o estudo em questão procurou desenvolver, assim, um debate sobre a sociabilidade da população haitiana moradora da cidade de Maricá, procurando acrescentar pontos de vista ao debate sobre as formas do racismo brasileiro marcar as experiências vividas por ela, e conseqüentemente, a reprodução de suas vidas no território maricaense.

Tivemos como pressuposto o racismo brasileiro, enquanto fenômeno social constituído e enraizado no contexto sócio-histórico do país, marcando sua lógica de estruturação das relações sociais (Almeida, 2019). Por isso, buscamos explorar e analisar as dinâmicas migratórias haitianas, considerando a cidade de Maricá enquanto inclusão de possibilidade de rota a ser explorada pelo grupo, diante da realidade brasileira colocada, no sentido de aprofundar como o racismo perpassa a experiência do fluxo migratório haitiano, se a integração do segmento é afetada por essa realidade ou ainda, quais estratégias e rearranjos são realizados pelo grupo, na cidade, de forma coletiva e/ou individual para construir possibilidades de integração, fortalecê-la, ou até mesmo, sua impossibilidade, e com isso, a construção de novas rotas a serem traçadas ou a construção de outras alternativas na própria cidade.

A presente pesquisa estudo também procurou trazer à tona, as necessidades e motivações que levam as/os haitianas/haitianos a deixarem seu país em busca de melhores condições de vida no Brasil, em particular, a escolha por Maricá, e como

---

<sup>8</sup> Sobre as falas de Jair Messias Bolsonaro, ver: MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código 8FBE-766C-4AE6-A1FB e senha 52D9-CA5A-08E9-AD6D. Acesso em: 13, nov, 2023.

percebem os desdobramentos desse trajeto, a partir das especificidades brasileiras (econômicas, políticas, sociais, dentre outras), constituídas sob o racismo estrutural, buscando compreender esse contexto, tomando por análise principalmente a América Latina, em sua centralidade histórica enquanto território de exploração de recursos naturais para subsidiar as relações econômicas europeias, baseado na escravização de pessoas africanas e indígenas.

Buscamos ressaltar a centralidade do debate racial no Brasil. Moura (2014) constrói essa perspectiva de análise ao compreender o racismo “não como resquício de uma sociedade arcaica que poderiam ser enfrentados à medida que a modernização capitalista fosse avançando, mas como um elemento central que está na *gênese* do próprio capitalismo brasileiro- isto é, ele se desenvolve *pari passu* às estruturas de opressão racial” (p.17-18).

Nesse sentido, buscamos um aprofundamento sobre como se deu a efetivação do racismo enquanto mecanismo ideológico, a partir da formação de uma base estrutural que precisou da formulação de propostas que subsidiassem sua existência e continuidade, tanto no período colonial, quanto no pós, tornando-se suas bases estruturantes no Brasil com um processo de fortalecimento dos ideais de apagamento da população africana, através da proposta da miscigenação, justificado pela necessidade de desenvolvimento do país, através de uma aproximação do perfil branco europeu (Moura, 2014). Aprofundamos assim, o intercruzamento entre o contexto brasileiro e a expansão do capitalismo no país. A ênfase sobre as particularidades desse processo, bem como seus desdobramentos, são as bases da pesquisa.

Diante dessa realidade, buscamos compreender como a migração haitiana é no Brasil, impactada por essa conjuntura histórica de bases racistas e desiguais, a partir da concepção das/dos próprios migrantes haitianas e haitianos.

O contexto racial brasileiro foi considerado no estudo aqui apresentado, nesse sentido, enquanto elemento central também para a análise dos processos de mobilização e sociabilidade haitiana, buscando-se a compreensão através dos processos de subalternidade da classe trabalhadora, no contexto brasileiro, no que diz respeito à composição étnico-racial, aprofundando elementos também da conjuntura haitiana, bem como o trabalho em sua dimensão ontológica (Marx, Engels, 2007; Lukács, 2013), constitutiva do processo de sociabilidade humana.

As formas e estratégias de vivência e sobrevivência que perpassam a classe trabalhadora, incluindo-se conseqüentemente, as/os migrantes, considerando o contexto global de mundialização do capital (Chesnais, 1996), e seus impactos nos fluxos migratórios, como elementos fundamentais para análise das causas da migração haitiana.

A escolha pela análise do contexto haitiano, deu-se não somente pelas semelhanças ao Brasil, por terem sido ambos, colônias europeias, marcadas pela realidade do processo de escravização de povos africanos e indígenas. Mas sobretudo, por constituírem-se países latino-americanos, que mesmo diante dessas realidades em comum, fazem-se bastante diferentes em suas histórias de rompimento com a barbárie da escravidão, sofrendo ambos, as conseqüências do mesmo até os dias atuais.

A pesquisa buscou explorar também o contexto histórico de formação do Haiti, apresentando-o em suas especificidades de exploração, resistência, luta e conseqüências, buscando trazer elementos do período de escravização tanto no Haiti quanto no Brasil. Dessa forma, procuramos trazer ao mesmo tempo caminhos de luta e não conformação por parte daqueles e daquelas que eram escravizados e escravizadas, como ressalta Moura (1983).

No entanto, o presente estudo também buscou demonstrar que o movimento de resistência dos povos escravizados, ainda que tenha sido uma realidade em ambos os países aqui estudados, vão configurar desdobramentos diferentes em cada um deles, no que tange ao fim do período escravista, diante de uma realidade latino-americana.

O Brasil com a realidade do racismo em suas relações sociais e o Haiti, como o primeiro país das Américas a ter conquistado sua independência, realizada pelas mãos das pessoas que estavam sendo escravizadas no seu território, sofrendo, por isso, as sanções, desmontes e limitações políticas sociais e econômicas no pós-revolução, delineiam o panorama de dois países com uma história em constante ebulição, marcadas por movimentos dialéticos de exploração e resistências, conquistas e espoliação. Duas histórias com atravessamentos que constituem hoje, panoramas com os índices alarmantes de desigualdade e empobrecimento da maioria de sua população.

Os panoramas apresentados colocam os dois países em situações de precarização social, formando um cenário frágil no que diz respeito à prospecção

de melhores condições de vida para suas populações. Sendo assim, a migração haitiana para o Brasil depara-se com barreiras sociais próprias para essa reconstrução de vida. Sobre realidade do fluxo migratório haitiano para o Brasil, como destacam Fernandes; Faria (2016).

Nesse sentido, a *chache lavi miyò*<sup>9</sup> enquanto uma necessidade apresentada para a população haitiana desde cedo, é fortalecida pelos processos históricos exploratórios e de catástrofes naturais que tornam a migração no país, uma realidade que compõem o imaginário da população haitiana, enquanto possibilidade de reconstrução de vida para muitas pessoas. Ressaltando esse processo, destacamos o olhar de Padilha *et al* (2020) quando escreve ser "Notável que a mobilidade é parte integrante da biografia do povo haitiano" (p. 9), ao escrever sobre a relação entre Brasil e Haiti, no que/ diz respeito aos aspectos relacionados ao racismo e à ciência, dentre as lutas históricas e os dramas atuais vivenciados por ambos os países.

Diante desse cenário, a partir da relação da população haitiana com a cidade de Maricá, buscamos compreender também quais eram as expectativas construídas no planejamento da rota para a referida cidade e quais delas mantiveram-se e/ou alteraram-se, ou até mesmo foram desconstruídas; bem como procuramos compreender como tem sido a relação entre os sujeitos haitianos que escolheram Maricá como destino, se existem estratégias de fortalecimento cultural, político e social do grupo e ou dos sujeitos de forma individual; como qualificam sua recepção na cidade por parte da população maricaense, bem como a integração à cidade através dos serviços ofertados e ainda, como eles percebem que a cidade poderia apresentar melhorias para sua permanência.

A busca pela resposta a esses questionamentos deu-se a partir da perspectiva do processo migratório, sendo este um desafio nas vidas dos que se colocam nesse movimento, impelidos e impelidas a deixarem seus referenciais territoriais, culturais e afetivos, forçados e forçadas pelo deslocamento no aspecto referente a viver e desenvolver processos de vida pautados em outras realidades.

Dentre os noventa e dois municípios do estado do Rio de Janeiro, Maricá foi escolhido por alguns motivos importantes. Inicialmente foi a cidade de moradia da

---

<sup>9</sup> A mobilidade é uma parte integrante do universo social haitiano em que a *chache lavi miyò* é uma representação de uma angústia cotidiana das pessoas na busca de uma vida melhor, de um desejo de plenitude de vida (MONTNARD, 2019).

pesquisadora, por dois anos, durante o percurso do doutorado e onde se deu a atuação na área da saúde enquanto assistente social, de novembro de 2020 a janeiro de 2023. Essa atuação inaugurou um movimento de aproximação com os moradores haitianos residentes na cidade, tendo sido informada de sua existência, tanto pela gestão da Atenção Primária em Saúde, quanto por Robert Montnard e sua esposa, Mélanie Montnard, fundadores da ONG Mawon.

O contexto maricaense conta com a riqueza extraída da Bacia de Santos, tendo sido considerada a cidade que mais arrecada *royalties* do petróleo, tendo ficado também, entre os municípios com maior arrecadação, liderando ranking com recorde de R\$ 2,5 bilhões em 2022<sup>10</sup> e em 2023 esteve na primeira posição dentre os municípios que mais arrecadaram royalties de petróleo no Brasil <sup>11</sup>, apresentando, portanto, um crescimento ascendente e promissor de desenvolvimento econômico.

Além disso, a cidade foi escolhida para estudo, por ter sido incluída como um ponto estratégico tanto de permanência de vida quanto de rota temporária de haitianas e haitianos, apresentando o número de cento e vinte pessoas (120) pessoas no período de 2017 a 2020 (Vieira, 2020), mas que, no entanto, contou com um arrefecimento significativos nos últimos anos da presente pesquisa, permitindo-nos compreender e vivenciar a própria dinâmica da migração haitiana.

Para a construção de um caminho teórico reflexivo de análise, a presente pesquisa foi elaborada a partir do desenvolvimento de alguns capítulos.

No primeiro capítulo desenvolvemos a perspectiva da categoria sociabilidade e suas formas de abordagem, a partir dos estudos de Marx, Engels (2007) e Lukács (1979), que exploram aspectos relacionados ao trabalho, desenvolvimento do ser social, individualidade, reprodução social e capitalismo e que dialogam com o objetivo de examinar os elementos da formação sócio-

---

<sup>10</sup> Maricá fechou o ano de 2022 com uma arrecadação de royalties recorde de R\$ 2,5 bilhões. Na sequência, entre os municípios do Leste do estado com maiores recebimentos, seguem Saquarema (R\$ 1,9 bi) e Niterói (R\$ 1,1 bi). Em participações especiais, as atividades de exploração de petróleo da Bacia de Santos, resultaram em R\$ 1,8 bilhão para o município de Maricá, e Niterói teve uma arrecadação de R\$ 1,5 bi. Informação disponível em: <https://firjan.com.br/noticias/firjan-destaca-arrecadacao-expressiva-em-royalties-e-participacoes-especiais-fluminense-em-2022-1.htm>. Acesso em: 15, nov, 2023.

<sup>11</sup> No ano de 2023 Maricá arrecadou R\$2.408.774.084,07 em royalties de petróleo e até março de 2024, R\$214.871736,00. Dados disponibilizados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), disponíveis em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/royalties>. Acesso em: 04, abr, 2024.

histórica brasileira e a estrutura racista do Brasil contemporâneo, a partir do debate sobre o racismo enquanto estrutura de dominação capitalista mundial, aprofundando a perspectiva imperialista e suas consequências para a mobilidade contemporânea.

Já no segundo, para discutir sobre o processo de constituição do racismo e seus impactos na sociedade brasileira que dialogam com o objetivo de examinar os elementos da formação sócio-histórica brasileira e a estrutura racista do Brasil contemporâneo, foram utilizados autores, como: Almeida (2019); Bosi (1992); Callinicos (2000), Fernandes (1965), Menezes (2013) e Moura (1983).

No segundo capítulo, para o aprofundamento e ampliação da compreensão sobre a história e o cenário atual do Haiti e sua transformação pelo contexto interno e externo imperialista, contamos com autores como: Lôbo (2020), Morel (2017), Magalhães; Baeninger (2016), Monacé; Rodrigues; Oliveira (2020), Seguy (2014), James (2010) e Pinto (2019).

Já para o debate sobre o Haiti, no terceiro capítulo aprofundamos seu contexto social, político e econômico e a migração haitiana, respectivamente, os seguintes autores foram tomados como referência: Silva; Lima (2018), Castor (2008), Reznik; Costa (2019), Castor, (2008), C.L.R. James (2010); Montinard (2019), para desenvolver compreensão sobre o contexto social, político e econômico dos deslocamentos haitianos recentes, tendo em vista sua trajetória histórica.

No quarto capítulo, procuramos analisar as especificidades do Brasil enquanto país de destino da população haitiana, buscando aprofundar o contexto racismo do país em suas particularidades, bem como as especificidades da legislação brasileira para imigração e a concessão do visto humanitário nesse contexto.

E por último, no quinto capítulo procuramos analisar como o racismo brasileiro é identificado pela haitiana e haitianos entrevistados como um elemento que interfere em seu processo de sociabilidade, em Maricá, bem como buscamos identificar as estratégias coletivas e individuais utilizadas pelas haitianas e haitianos, nas relações sociais e atendimento de suas necessidades, na cidade, sob a base teórica trazida nos capítulos, somada à outras, como o debate sobre movimentos sociais, trazido por Duriguetto; Bazarello (2015), do sistema educacional haitiano desenvolvido por Joint (2008), a reflexão sobre a influência

do futebol brasileiro sobre a população haitiana trazido por Viera (2020), bem como o racismo cordial brasileiro, escrito por Schucman (2018) e seu atravessamento na vida da população haitiana moradora de Maricá.

Também pudemos analisar as especificidades do trabalho doméstico no Brasil, a partir dos escritos de Costa; Santos; Rodrigues (2022) e sua relação com a entrevistada, a violência da polícia brasileira, por Jurema Werneck (2017) e sua relação na presente pesquisa e a integração na cidade de Maricá, a partir de uma perspectiva crítica desenvolvida por Moreira (2020).

E por fim, destacamos as questões centrais levantadas, apontando os elementos de análise trazidos e suas confluências e divergências com relação ao desenvolvimento do estudo aqui proposto, bem como a abertura à novas possibilidades de pesquisa que possibilitem o aprofundamento do estudo aqui elaborado.

Desta forma, as pessoas entrevistadas puderam expressar suas vivências no âmbito coletivo, individual e institucional de estratégias adotadas para viver em Maricá ou traçando outras rotas, tendo sido possível compreender, que o racismo brasileiro interfere sobremaneira na vida do segmento haitiano entrevistado, fazendo com que construam estratégias de sobrevivência diante do racismo vivenciado.

# 1

## Racismo como estrutura de dominação e exploração capitalista mundial

As questões que movem as reflexões deste capítulo dizem respeito à compreensão acerca do processo de desenvolvimento do capitalismo, sua relação com a colonização e a escravização para compreensão das relações desiguais de poder entre Estados e sua fase imperialista, pautando o racismo como expressão de dominação e exploração (Quijano, 2005; Marx, 1984; Bosi, 1992; Moura, 1994), aprofundando essa dimensão no contexto da América Latina.

Nesse sentido, buscou-se demonstrar a composição do Estado nação (Quijano (2005), Osório (2014)), em seu processo histórico de surgimento e de formação, sendo compreendido a partir do empreendimento de grandes lutas políticas, fazendo com que as nações o percebam como instrumento de defesa de seus próprios interesses e a construção de perspectivas nacionalistas para a defesa do território e de identidades diante do capitalismo em sua lógica de reprodução, sustentando o escravismo enquanto estratégia de manutenção das necessidades específicas de sobrevivência de uma classe bem como sua consolidação em fase imperialista, sobretudo, na América, conformando as estruturas sociais sob as quais esse processo pauta-se, construindo as bases de um capitalismo dependente (Moura (2014), Quijano (2005), Florestan (2009)).

A formação do Estado-nação constituiu um passo fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, na medida em que a centralização do poder permitiu não apenas resolver questões dos âmbitos político e ideológico – como o controle e disciplinamento das classes (e etnias) dominadas –, mas resolveu também questões do âmbito econômico – como o estabelecimento de moedas únicas no interior das “nações”, o que favoreceu a troca de mercadorias. Existe, portanto, um processo de contradição necessária nos movimentos do capital. Sua vocação requer um sistema mundial para funcionar. Mas só pôde se realizar ao estabelecer um novo espaço-fronteira que impulsiona e, ao mesmo tempo, delimita tal vocação universal: o Estado-nação (Osório, 2014, p. 31-32).

A compreensão acerca da formação do Estado-nação, deu-se sobretudo, através dessa perspectiva pautada em seu surgimento no contexto de desenvolvimento do capitalismo, quando esse necessita de mecanismos de controle e dominação para a facilitação da circulação de mercadorias, favorecendo e impulsionando seu *modus operandi* mundial de funcionamento.

O presente capítulo também se baseia na compreensão da constituição de um capitalismo dependente, a partir da perspectiva de Fernandes (2009), cujo pensamento sobre sua consolidação na América Latina, conta com uma análise que correlaciona dois elementos centrais:

1) a relação histórica dos dinamismos estruturais externos e internos em quatro fases da evolução econômica da América Latina e dos padrões de dominação que as definiram: sistema colonial, neocolonialismo, imperialismo e imperialismo total; e 2) a relação das classes sociais – internas e externas – na construção daquela evolução e como desdobramento dela (Souza, 2017, p. 436).

Para sua argumentação a respeito do tema, o autor desenvolve suas ideias, a partir de duas questões vivenciadas pela América Latina que é a condição de dependência e de extrema polarização social, a partir da difusão da hegemonia dos Estados Unidos e o dilema de como enfrentar esse imperialismo numa fase em que a internacionalização do capital se demarca pela formação das grandes empresas corporativistas (*Idem*, 2017). O capitalismo dependente, é, portanto, o processo constituído e que estabelece na América Latina uma dinâmica de subordinação e dependência aos grandes centros econômicos constituídos historicamente.

A relação entre a formação do Estado-nação e o desenvolvimento de um capitalismo dependente latino-americano, compreendem elementos de relevante importância para a discussão empreendida nesse capítulo, no que diz respeito à conformação das estruturas de poder, exploração e dominação, pautadas em ações e conformações consonantes com o contexto criado, a partir de suas dinâmicas.

Abordou-se também os processos de resistências contra os impactos da devastação do colonialismo, trazendo como os movimentos organizados constituíram-se nas colônias (Antunes (2011), Moura (1994)) demonstrando a força, a inconformidade e a luta dos povos colonizados diante do processo imposto, sobretudo na América Latina (Quijano (2002), James (2010)).

O subcapítulo seguinte explora como o processo de expansão capitalista constrói a sociabilidade burguesa (Lukács (2013), Moreira (2005), Lessa (1996), Doti (2016)), reconhecendo-se o racismo enquanto ferramenta de exploração e dominação do capital, sendo a migração e a construção de outros processos de sociabilidade, formas de resistência na busca pela sobrevivência (Di Cesare (2020), Neto (2020)).

Buscamos, nesse sentido, analisar ainda, o processo de migração sob uma perspectiva social crítica, pautada na análise de determinações que foram utilizadas para sua justificativa, enquanto elemento da sociedade capitalista e das relações desiguais de poder entre países dos eixos Norte - Sul e Sul - Sul, tendo em vista a propulsão do sistema capitalista a nível nacional e internacional, intensificando-se as formas de exploração/expropriação dos países imperialistas hoje, e como isso pode interferir nos processos migratórios, sobretudo nos haitianos em suas rotas, incluindo-se o Brasil.

### **1.1. Imperialismo e Lutas anticoloniais**

Lênin (2011) enquanto referência marxista para pensarmos sobre o processo imperialista, constrói sua análise do imperialismo destacando a percepção da centralidade da América Latina em seu papel como criadora de uma oferta mundial de alimentos, fornecedora de matérias primas e força de trabalho, no momento em que a produção nos países centrais estava baseada no maior progresso técnico, acentuando-se as assimetrias da divisão internacional do trabalho, sem deixar de destacar para além dessa necessidade, a forma de atuação na América Latina, trazendo cinco pontos nodais, que também formam o imperialismo, com: 1) concentração da produção e formação de monopólios; 2) fusão do capital bancário com o industrial, resultando na formação do capital financeiro; 3) exportação de capitais; 4) formação de associações internacionais monopolistas; e 5) partilha territorial do mundo entre essas associações capitalistas (Lênin, 2011, p.218). Sendo assim, o autor destaca que é no Imperialismo que se solidifica a dependência dos países latino-americanos aos centros do capital hegemônico.

Ainda sobre a interpretação de Lênin do processo imperialista, Osório (2018) destaca a interpretação do autor e sua relação com o capitalismo, ao escrever sobre o imperialismo como sendo “um elemento intrínseco ao capitalismo, a fase anterior, a da livre concorrência, ainda não ilustrava a maturidade do modo de produção, que só veio a se concretizar no capitalismo moderno monopolista” (p.69).

O autor traz também outras concepções conceituais sobre o processo imperialista, enquanto fase inerente ao capitalismo, como a de Rosa Luxemburgo.

A autora também comunga da perspectiva de Lênin sobre a concepção do imperialismo intrínseco à dinâmica capitalista. Osório (2018) destaca sua contribuição, nesse sentido, quando afirma sobre a obra *Acumulação de capital* (1912) que, nas sociedades pré-capitalistas, a reprodução do capital não era determinada pelas relações de produção, mas pelas necessidades do consumo; sendo que no modo capitalista, a necessidade de consumo assume a forma de realização do mais-valor. A reprodução capitalista não seria limitada pela capacidade de produção, mas pelas necessidades de consumo.

(...) O capital condiciona e impõe-se sobre o terreno não capitalista, revolucionando-o e moldando-o em formas sociais similares, o imperialismo seria, portanto, parte desta dinâmica, com a inclusão das anexações territoriais, e não exatamente uma política. Logo, não seria uma fase momentânea do capitalismo, mas uma característica intrínseca e constitutiva do modo de produção, que depende da incorporação de áreas não capitalistas para sua reprodução (Osório, 2018, p.56).

Ainda destacando autores e autoras que comungam da interpretação do imperialismo enquanto fase específica de expansão do capitalismo, Gouvêa (2020) traz uma contribuição, cujo destaque de seu pensamento parte da conclusão de Lênin ao abordar o imperialismo como a universalização do próprio modo de produção capitalista e não um ‘elemento’ de seu desenvolvimento, nem tampouco como um ‘elemento externo’ aos países caracterizados como dependentes, sendo “neste agrupamento que surge o posicionamento claro de queo imperialismo não correspondia a um ‘elemento’ do capitalismo, mas sim a uma nova fase do próprio capitalismo” (p. 24).

Destacamos também Trotsky (2010a) ao desenvolver o pensamento sobre o capitalismo em sua dimensão imperialista ao analisá-lo enquanto processo específico de necessidade de expansão econômica do capitalismo, contrastando-se com os sistemas que o antecederam, destacando os movimentos necessários para a efetivação de sua expansão, sendo esses:

a penetração em novos territórios, a superação das diferenças econômicas, a conversão de economias nacionais e regionais encerradas em si mesmas em um sistema de vasos comunicantes, aproxima-os de si, igualando o nível econômico e cultural dos países mais avançados e mais atrasados (p.102).

O autor destaca a importância da observação histórica constitutiva desses processos dos movimentos realizados pelo capitalismo, destacando os métodos

anarquistas que minam o seu próprio trabalho jogando um país contra o outro, bem como um ramo da indústria contra o outro, estabelecendo o desenvolvimento de algumas partes da economia mundial e ao mesmo tempo, dificultando e atrasando outras.

Apenas a correlação dessas duas tendências fundamentais – centrípeta e centrífuga, nivelamento e desigualdade – ambas advindas da natureza do capitalismo, nos explica a textura viva do processo histórico. [...] O imperialismo vincula incomparavelmente mais rápido e mais profundamente grupos nacionais e continentais em uma única entidade, colocando-os em mútua dependência vital e tornando seus métodos econômicos, formas sociais e níveis de desenvolvimento mais idênticos. Ao mesmo tempo, ele atinge esse objetivo por tal método antagônico, tal pulo e assalto sobre países e áreas atrasados, que afeta a unificação e o nivelamento da economia mundial, com mais violência e convulsão que em outras épocas (Trotsky, 2010a, p. 102).

As autoras e autores mencionados trazem em comum um panorama acerca do imperialismo no que diz respeito à necessidade de expansão do capitalismo sobre a forma de dominação de territórios e povos, para a efetivação de mais-valor e continuidade de sua lógica constitutiva enquanto “ferramenta indispensável para entender um mundo que se gaba em níveis inéditos de produtividade e de desenvolvimento tecnológico e, ao mesmo tempo, padece de deterioração exponencial das condições sociais pelos continentes” (Osório, 2018, p.15).

Nesse contexto de construção do pensamento acerca do capitalismo em seu processo imperialista, a retomada da discussão sobre a acumulação primitiva ganha importância central para a justificativa da necessidade permanente de expansão e expropriação de outros povos e territórios.

Para essa compreensão, destacamos as particularidades próprias do capitalismo e as transformações realizadas a partir da construção de formas específicas de troca e produção do valor, configurando uma sociabilidade específica, contrária às outras formas existentes anteriores.

As interações sociais capitalistas forjam formas que são específicas e necessárias à suas estruturas, distintas de todas as demais até então havidas. A relação de troca entre sujeitos de direito se estabelece como circuito pleno nas sociedades totalmente regidas pela mercadoria. As coisas tornam-se, na plenitude dessa sociabilidade, bens passíveis de troca. Se sociedades do passado possuíam circuitos parciais de troca, que não estruturavam o todo social, o capitalismo estabelece uma vinculação necessária de todas as relações sociais à troca. Em especial, o trabalho passa a ser assalariado, isto é, estruturado a partir de seu valor como mercadoria. Quando as relações de produção assumem tal forma mercantil, então o circuito das trocas erige-se como forma social específica e plena, a forma-valor (Mascaro, 2013, p. 22).

O Estado ao conseguir expandir a exploração para a plano exterior, motivado pelas classes burguesas e pela própria estrutura das relações estatais alcança para as classes burguesas, melhores condições de reprodução e proporciona a diminuição de algumas contradições quanto às classes e aos grupos que explora no território nacional, além de angariar riquezas para o próprio Estadodominador. A atenção dos Estados nacionais, sobre a posição dos seus capitais nativos no plano exterior, dá-se, assim, tanto pelo interesse manifesto das suas classes burguesas quanto pela própria estrutura das relações estatais (Osório,2018), dialogando e nutrindo-se numa relação direta.

É a partir da emergência do modo de produção capitalista, inaugurando a contemporaneidade histórica, que determinadas relações sociais e econômicas insculpiram as bases estruturais específicas do imperialismo, delineando as relações internacionais. Em modos de produção pretéritos, o que se tenta associar como imperialismo é impreciso, acontecendo em dinâmicas completamente distintas, haja vista as engrenagens centrais em nada se assemelhem. Em outras palavras, o imperialismo alicerça-se e desdobra-se em um contexto político-econômico muito específico, aquele moldado pelas relações sociais concretas dadas no terreno do capitalismo (Osório, 2018, p.20).

Nesse sentido, o entendimento acerca da acumulação primitiva trazida por Marx, no capítulo XXIV de O Capital, com o título: “A assim chamada acumulação primitiva”, destaca a construção da interpretação histórica pautada no processo europeu de arrendamento de terras e construção das classes sociais, a partir desse contexto específico. A divisão dos feudos e a realização do tipo de trabalho neles, constituem, na obra, o início da divisão de classes, amadurecendo e aprofundando-se com a transformação das relações econômicas e sociais que se delineiam, a partir de então.

Segundo Gouvêa (2020)<sup>12</sup> a cumulação primitiva, em sua leitura da obra de Marx, não diz respeito à compreensão divulgada pela perspectiva protestante de um acúmulo inicial de dinheiro pelo primeiro homem na história da humanidade,

---

<sup>12</sup> Aula 18 - O Capital na Quarentena - Caps 24 e 25. Curso organizado pela profa. Marina Machado Gouvêa, doutora em Economia Política Internacional e docente da Escola de Serviço Social da UFRJ (ESS/UFRJ), além de Diretora da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e da Sociedade de Economia Política Latino-americana (SEPLA) no momento de início do curso. Setembro, 2020. Disponível em:[https://www.youtube.com/watch?v=DRr0C1WS\\_FI&t=10763s](https://www.youtube.com/watch?v=DRr0C1WS_FI&t=10763s). Acesso em: 17 de junho de 2023.

atrelando-se esse feito ao pecado original, como destaca Leo Huberman<sup>13</sup>, mas sim, à perspectiva de que essas relações feudais constituem o início do acúmulo e da exploração de um grupo por outro.

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo (Marx, 2013, p. 787).

A compreensão do autor parte do surgimento do capitalismo nesse processo realizado pelos arrendatários no campo, das relações de produção, diferenciando-se da concepção de que o capitalismo surge na Revolução Industrial, mas percebendo-a enquanto sendo, a partir dela, a expressão da vitória do capitalismo, onde a indústria tem um papel de expansão do capital para o mundo todo. A expropriação da classe trabalhadora, é, portanto, considerada, o embrião da acumulação primitiva do capital, sendo necessária, para sua continuidade e fortalecimento, nesse sentido, dependente das formas mais bárbaras de “acumulação primitiva”, como o transporte de milhões de escravos africanos, o saque colonial e o tráfico de ópio” (Smith, 2022, p.61). Quando o capitalismo atingiu sua fase adulta e assumiu o controle total do processo de produção, a competição exacerbou-se e as leis internas do capital tornaram-se mais evidentes e plenas, segundo o mesmo autor.

Esses elementos contribuem também para o desenvolvimento da ideia sobre o imperialismo, no sentido da intrincada relação entre o colonialismo e o processo de escravização, desenvolvido pelos países europeus com relação à América, enquanto elemento basilar de exploração e produção de valor do imperialismo, sem deixar de considerarmos, sobretudo, os movimentos de resistência nos territórios invadidos, marcados através de processos de enfrentamento organizados à essa exploração e domínio.

Atrelada à repressão, a formação do Estado moderno compreende, portanto, um conjunto de determinantes em sua formação, e que trazem à tona especificidades de processos históricos compreendidos a partir da mesma, e que conformam sua existência e modo de operar. Mascaro (2013) auxilia nessa apreensão, ao analisá-lo:

---

<sup>13</sup> HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. 21. ed. Revista. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

O Estado, tal qual se apresenta na atualidade, não foi uma forma de organização política vista em sociedades anteriores da história. Sua manifestação é especificamente moderna, capitalista. Em modos de produção anteriores ao capitalismo, não há uma separação estrutural entre aqueles que dominam economicamente e aqueles que dominam politicamente: de modo geral, são as mesmas classes, grupos e indivíduos- os senhores de escravos ou os senhores feudais- que controlam tanto os setores econômicos quanto os políticos de suas sociedades (p.17).

Fontes (2011) escreve que para que o capital-imperialismo, como assim denomina, continue existindo, ele precisa estar em processo permanente de expansão, “e que, tendo ultrapassado um determinado patamar de concentração, se converte em forma de extração de mais-valor dentro e fora de fronteiras nacionais” (p.4). Assim sendo, inicia-se um novo momento da história onde o enrijecimento da forma Estado e sua contenção das lutas populares dão-se ao mesmo tempo da socialização efetiva das forças produtivas e à circulação de capitais no plano internacional. A força e a violência são marcas registradas desse processo de expansão, o rompimento das fronteiras e a forma como o território é explorado, denotam essa dinâmica.

Segundo Harvey (2004): “O dinheiro, a capacidade produtiva e a força militar são os três pilares em que se apoia a hegemonia no âmbito do capitalismo” (p.43). Por outro lado, o autor traz também, segundo sua concepção, evidências positivas das rupturas e novas construções possibilitadas pelo processo de acumulação primitiva:

Embora a violência de classe tenha sido tenebrosa, o lado positivo foi a abolição das relações feudais, a liberação de energias criadoras, a abertura da sociedade a fortes correntes de mudança tecnológica e organizacional e a superação de um mundo fundado na superstição e na ignorância, substituído por um mundo de ilustração científica potencialmente capaz de libertar as pessoas dos anseios e necessidades materiais. É possível afirmar, desse ponto de vista, que a acumulação primitiva foi uma etapa necessária, ainda que tenebrosa, pela qual teve de passar a ordem social para chegar a uma condição na qual se tornassem possíveis tanto o capitalismo como algum socialismo alternativo (Harvey, 2004, p.234).

Para o autor mencionado, a acumulação primitiva, ainda que tenha se dado de forma violenta e brutal, traduz um processo de transição social de perspectiva de mundo. Harvey (2004) destaca a importância da acumulação primitiva, sem deixar de caracterizá-la em sua dimensão tenebrosa, como um meio possível de construção de outros processos de organização social.

Através da exploração e uso da força, para expansão e continuidade do sistema capitalista, cuja extração da mais-valia, através da barbárie aplicada aos

corpos das pessoas africanas, e aos indígenas, são processos que demonstram o uso da violência utilizada pela classe dominante. A escravização nas Américas retrata o cenário da necessidade do uso da brutalidade, por parte do capitalismo. Marx (1984) ao discorrer sobre esse processo de escravização, menciona o descobrimento de matérias-primas nas Américas, e a forma como se dá sua extração, quanto à utilização de indígenas e africanos para tal.

O descobrimento das jazidas de ouro e prata na América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento nas minas da população aborígine, o começo da conquista e o saqueio das Índias Orientais, a conversão do continente africano em zona de caça de escravos negros, são todos fatos que assinalam os albores da era de produção capitalista. Estes processos idílicos representam outros tantos fatores fundamentais no movimento da acumulação originária, atrás deles, pisando em suas pegadas, vem a guerra comercial das nações europeias, cujo cenário foi o planeta inteiro (p. 285).

Quijano (2005) ao explorar o período colonial em sua dimensão de expansão do capitalismo e as consequências para os países explorados, quando aborda os processos de poder e suas consequências para os povos desse continente, a partir do século XVII, traz elementos para a compreensão de que o contexto instaurado de escravidão deliberadamente estabelecido e organizado, realizava-se para produzir diferentes mercadorias para o mercado mundial e, dessemado, para servir aos propósitos e necessidades do capitalismo, possibilitando uma produção mercantil dependente estabelecida e expandida para os mesmos propósitos. Estava na América a fonte de matéria-prima e de concentração de pessoas escravizadas para a expansão do sistema. Foi nesse território que se instaurou a barbárie infringida à corpos específicos (negros e indígenas) para a manutenção de um processo estabelecido por essa inerente necessidade.

Galeano (2020) destaca-se por descrever a barbárie da colonização através de um relato rico e vivo desse processo causado nas terras americanas.

Para os que concebem a História como uma contenda, o atraso e a miséria da América Latina não são outra coisa senão o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já foi dito, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno. Potosí, Zacatecas e Ouro Preto caíram de ponta-cabeça da grimpada de esplendores dos metais preciosos no fundo buraco dos socavões vazios, e a ruína foi o destino do pampa chileno do salitre e da floresta amazônica da borracha; o nordeste açucareiro do Brasil, as matas argentinas de quebrachos ou certos povoados petrolíferos do lago de Maracaibo têm dolorosas razões para acreditar na mortalidade das fortunas que a natureza dá e o imperialismo toma. A chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema. Do mesmo modo, e simetricamente, o

bem-estar de nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominadas de fora – é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de bestas de carga (p. 18-19).

Isso significa que o trabalho gratuito dos índios, negros e mestiços da América, segundo o autor, não só atuava simultaneamente, mas estava articulado em torno do eixo do capital e do mercado mundial, tendo sido parte de um novo padrão de organização e de controle do trabalho em todas as suas formas historicamente conhecidas e que também juntas, configuram o sistema capitalista em sua gênese na Europa. Desta forma, é possível compreender que a escravidão e o capitalismo conformam uma estrutura de organização social cuja existência da primeira, mantém e revigora as necessidades do segundo, indo para muito além do propósito de expansão geográfica com o objetivo de alcançar novas áreas de dominação e rotas marítimas, como destaca Clovis Moura (1994), mas dando-se, sobretudo, através desse processo violento e desumano, sendo a escravização o método utilizado pelo sistema capitalista para tal finalidade.

Sob condições odiosas, inúmeras pessoas atravessaram o Atlântico e chegaram ao Rio de Janeiro, oriundos: da região que engloba parte do Golfo da Guiné (entre Togo, Benin e parte da Nigéria); da África Central (região Congo- Angola) e, de parte do Golfo de Benin (especialmente a região da atual Nigéria). Também da região da Nigéria aportaram africanos que foram levados para Cuba, México, New Orleans e outras (Ferreira, 2020, p. 123).

Quijano (2005) também desenvolve sua ideia sobre a formação do capital como relação social baseada na mercantilização da força de trabalho, tendo nascida provavelmente em algum momento por volta dos séculos XI-XII, em algum lugar na região meridional das penínsulas ibérica e/ou itálica e conseqüentemente, no mundo islâmico, sendo, portanto, muito mais antigo que a América. Porém, antes da emergência da América, o capital, ainda segundo o autor, “não está em nenhum lugar estruturalmente articulado com todas as demais formas de organização e controle da força de trabalho e do trabalho, nem tampouco era ainda predominante em relação a nenhuma delas” (p.126).

Ainda segundo Quijano (2005) o capitalismo vai costurando-se, na medida em que suas estruturas se organizam e expandem-se sobre outros territórios e povos. Desta forma, o autor aponta que é com a América que o capital pôde consolidar-se e alcançar amplitude mundial tornando-se o eixo em torno do qual todas as demais formas foram articuladas para os fins do mercado mundial, transformando-se no modo de produção dominante, existindo, portanto, muito

tempo antes que a América. Entretanto, é apenas com a emergência da América que o capitalismo se consolida como sistema de relações de produção, articulador de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante consistiu na economia mundial e seu mercado. Destaca também que é a partir da América que um novo espaço/tempo se constitui, material e subjetivamente, sendo essa a mentira do conceito de modernidade.

(...) complicador étnico porque introduziu compulsoriamente nas áreas colonizadas - América do Norte, Caribe e América do Sul - o componente africano que veio não apenas dinamizar demograficamente essas áreas, mas, também, involuntariamente consolidar, com seu trabalho o escravismo nessas colônias. Mutilador e estrangulador cultural que impôs pela violência, direta ou indireta, os seus padrões culturais e valores sociais usando para isso desde a morte e a tortura até a catequese refinada chamada de evangelização para dominar os povos escravizados (Quijano, 2005, p.125).

A busca por matéria prima e mão de obra escrava foram encontradas na América de forma abundante. Os solos ricos e a existência de povos originários têm nesse território um berço a ser explorado pelo europeu, tanto por matéria prima, quanto pela oferta de mão de obra a ser subordinada e explorada no formato escravista. O encontro dos elementos procurados para a exploração nesses territórios, inicia a chacina e o avanço de guerras e resistências, implementando concomitantemente, o início de uma relação marcadamente desigual de exploração e construção de relações sociais estabelecidas entre o explorador e o explorado.

O domínio sobre os povos e as nações, bem como a necessidade de conquista de outros territórios e por isso, o início de exploração das colônias, diz respeito portanto, ao traço característico do capital, em sua dimensão mercantilista cuja essência existencial necessita dessa constante expansão, onde quando ultrapassa um determinado patamar de concentração, se converte em forma de extração de mais-valor dentro e fora de fronteiras nacionais. Como aponta Osório (2008) “a acumulação de capital não é uma pré-condição para avanços qualitativos nos níveis e métodos de produção, mas é uma redefinição de magnitude fixa de recursos da periferia para o centro” (p. 90).

O conceito de levar liberdade e o conhecimento da igualdade, do Estado de direito e do mercado para além-mar, sob o discurso de uma implementação de civilidade, esbarra ao longo da história, em processos de não conformação por

parte dos povos e indivíduos quando a imposição da repressão no contexto colonizador, infligiu morte, dor e exploração.

Esse processo capitalista é determinado nesse sentido, pela necessidade da ocupação e exploração de outros territórios. A colonização não se trata, portanto, de uma simples corrente migratória, mas sobretudo, da “(...) resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retornar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório (Bosi, 1992, p. 13).

No século XIX o imperialismo europeu já havia submetido sob seu jugo quase a totalidade do território mundial. As Américas e Caribe estavam sob o domínio dos Impérios Britânico e Francês, do poder ibérico (Portugal e Espanha), holandês e de outras potências colonizadoras. Desde o século XVIII esse projeto aniquilou milhões de vidas nativas do continente e tantas outras advindas do outro lado do Atlântico, sobretudo africanos. Nativos dos continentes chamados de América (incluindo o Caribe) e África foram reduzidos à escravidão por europeus para produção de artigos manufaturados e comercializados, especialmente na Europa (Ferreira, 2020, p. 122).

A busca por outras terras era fator *sine qua non* para manutenção de riqueza e poder dos países europeus. E a América tornava-se o cenário fecundo de efetivação dessa possibilidade. Bosi (1992) também expressa a centralidade da colonização nesse contexto, descrevendo-a como um “projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do *colo*: ocupar um chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais” (p.15).

O colonialismo cria sustentação ideológica para a efetivação desse processo de exploração e expropriação de corpos e territórios. Nessa perspectiva, destacamos também o papel fundamental da Igreja para que o avanço desse processo tenha se consolidado, através da justificativa de ser este um “movimento de levar a civilização para onde ela não existia e que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da *razão*” (Almeida, 2019, p.19), onde o iluminismo tem centralidade na construção desse pensamento carregando contraditoriamente o discurso de liberdade, entendido como forma de levar aos povos a luz sobre as trevas da ignorância do conhecimento.

(...) devido ao rápido desenvolvimento dos instrumentos de produção e dos meios de comunicação, a burguesia arrasta na corrente da civilização até as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e faz capitular os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de

morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção. Numa palavra, modela o mundo à sua imagem (Moura, 1994, p.5).

Balibar; Wallerstein (2021) ao tratarem do processo de escravização, escrevem que ao serem tratadas enquanto pessoas sem alma, o discurso encaixa-se sob medida para a aplicação da ideia do processo, enquanto salvação da alma da pessoa escravizada, sinônimo de conversão ao valor universal do cristianismo, onde esses então, uma vez tendo que continuar vivos e provavelmente a caminho da conversão, “poderiam ser integrados à força de trabalho - de acordo com suas habilidades, é claro, o que significava no nível mais baixo da hierarquia ocupacional e da recompensa” (p.70).

(...) as tentativas feitas para justificar a dominação europeia sobre os indígenas eram fundadas em crenças sobrenaturais. Como os europeus eram cristãos, ao contrário dos povos submetidos, nada mais lógico e natural de que o Deus todo-poderoso dos cristãos recompensasse os seus adeptos. Os donos de escravos negros podiam inclusive justificar a escravidão em uma passagem do Velho Testamento, no qual se lê que os filhos de Cam foram condenados a ser lenhadores e aguadeiros. Obviamente, essas razões sobrenaturais logo começaram a perder seu valor e em seguida os brancos imaginaram outras justificativas mais de acordo com a natureza. A doutrina da seleção natural e da sobrevivência do mais apto foi um argumento que veio a calhar. A rapidez com que esse conceito puramente biológico chegou a dominar em todos os campos e atividades do pensamento europeu nos dá a ideia da necessidade urgente que se precisava para justificar a dominação. Nessa teoria universalmente aceita, a dominação europeia encontrou a forma de justificar-se que estava procurando. Já que os brancos haviam conseguido mais êxito que as outras raças, tinham de ser, per se, superiores a ela. O fato de que essa dominação tinha datamuito recente foi justificado alegando-se que o europeu médio não tinha perspectiva mundial, assim como os outros argumentos que procuravam demonstrar que as raças restantes ocupavam na realidade uma posição inferior na escala da evolução física (Linton, 1942, p. 69).

Ainda sobre o debate a respeito do papel da religião no que tange à manutenção e perpetuação do racismo, Almeida (2019) destaca que a proposta, no século XVIII, foi de “levar a *civilização*” para “os *primitivos*, para aqueles que ainda não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado (p.19)” e coloca o colonialismo, tratado por Achille Mbembe, enquanto um projeto de universalização, cujo objetivo era inserir os colonizados no espaço da modernidade.

Na Europa o processo que levou à formação de estruturas de poder configuradas como Estado-nação, iniciou-se com a emergência de alguns poucos núcleos políticos que conquistaram seu espaço de dominação e se impuseram aos diversos e heterogêneos povos e identidades que o habitavam. Deste modo o Estado-nação iniciou-se como um processo de colonização de alguns povos sobre outros que, nesse sentido, eram povos estrangeiros. Em alguns casos particulares, como na Espanha que se constituía sobre a base da América e de seus enormes e gratuitos recursos, o processo incluiu a expulsão de alguns grupos, como os muçulmanos e judeus, considerados como estrangeiros indesejáveis. Esta foi a primeira

experiência de limpeza étnica no período moderno, seguida pela imposição dessa peculiar instituição chamada “certificado de limpeza de sangue” (Quijano, 2005, p. 130).

No entanto, a complexidade da formação do capitalismo na fase imperialista dada pelo aprofundamento das relações capitalistas, também inclui as lutas travadas ao longo de sua atuação junto àquelas e àqueles, cuja força de trabalho garantiam sua continuidade, tratando-se assim, não somente de uma lógica reprodutiva linear e homogênea, mas também constituída de diversas forças sociais de continuidade e ruptura que o integram.

(...) o escravismo colonial no Brasil não era aquela *tábula rasa* de escravos à volta da casa-grande, movendo-se circularmente em volta do senhor. Devemos levar em consideração o fato de que, quantitativamente, os escravos do eito na agricultura, na pecuária e na mineração constituíam a grande maioria da população escrava. E era aí justamente onde o aparelho repressor se concentrava com medo das fugas ou a formação de quilombos (Moura, 1983, p.130).

Para Miliband (1999) o uso da violência e da força sobre territórios e corpos, baseada na justificativa única de expansão comercial, deve ser problematizada observando que a exploração nesse sentido, não é o único objetivo da dominação. O autor coloca o patriarcado como um exemplo também de forma de dominação, e que propicia aos seus beneficiários, vantagens outras que não a extração de mais-valia, ao contrário da exploração através da expropriação da força de trabalho.

A proposta do autor, permite uma abordagem crítica sobre o processo de expansão e exploração exclusivamente sob a perspectiva econômica, e relaciona, portanto, os fenômenos de exploração com o contexto social e político mais amplo, trazendo um olhar sobre a classe dominante. Colocando três fontes principais de dominação existente em qualquer sociedade de classes, constituída em virtude de seu controle efetivo, que são: os meios de produção, onde o controle pode envolver a propriedade desses meios, mas não precisa necessariamente fazê-lo; os meios da administração e coerção do Estado; e os principais meios para estabelecer a comunicação e o consenso.

Miliband (1999) destaca também que toda análise social, nesse sentido, e não apenas a análise de classes, tem um caráter inevitavelmente "reducionista", colocando que ainda assim, permanece o fato de que a localização na estrutura

social é crucial para se determinar as maneiras pelas quais as pessoas vivenciam a discriminação, a exploração e a opressão.

O fato de que as vivenciam como mulheres, negros etc. em nada altera a validade do argumento. As mulheres burguesas, e os negros burgueses, vivenciam efetivamente a discriminação e podem ser oprimidos e explorados de maneiras variadas. Mas eles vivenciam a discriminação, a opressão e a exploração diferentemente das mulheres proletárias ou dos negros proletários; e uma negra proletária vivenci-as como negra, como mulher e como proletária. Isso testemunha o fato de que o “ser social” é na verdade um conjunto múltiplo e complexo de elementos, uma espécie de DNA social. No entanto, é a classe que influi e afeta mais profundamente todos os outros elementos (p. 497).

O autor, nesse sentido, não retira a centralidade da análise sobre a perspectiva de classe, porém a expande, trazendo argumentos e exemplos que fundamentam sua arguição ao relacionar como o entendimento acerca do machismo e do racismo na sociedade de classes, podem ser analisados de duas maneiras diferentes, trazendo dois pontos de análise. Primeiro traz a questão da discriminação que os trabalhadores brancos exercem contra as mulheres e os negros, colocando que pode ser atribuída ao que se chamaria de motivos econômicos e deve ser vista como expressão de sua posição na sociedade de classes e de seu desejo de acentuar ou manter a sua posição na barganha, em face dos empregadores com relação àquilo que eles veem como uma ameaça a essa posição.

Miliband (1999) não percebe esse processo enquanto uma justificativa, mas toma-o como explicação, colocando que a “clausura social” nessa perspectiva, tem sólidas fontes econômicas e está intimamente relacionada com a dinâmica competitiva imposta pelo capitalismo aos trabalhadores.

Já no segundo argumento, o autor coloca que se pode dizer que existe preconceito, ódio, exclusão, mesmo ali onde não havia nenhuma fonte “econômica” plausível que os engendre, trazendo o exemplo, no caso da violência dos homens contra as mulheres, exercida tanto pelos homens da classe trabalhadora como pelos burgueses, tanto contra as mulheres burguesas como contra as da classe trabalhadora, escrevendo que esse processo trata dos profundos “ressentimentos de classe”, das alienações múltiplas e das deformações psicológicas que são produzidas pelas sociedades de classes, com todas as crueldades, brutalidades, repressão e traumas por elas gerados. Não parecendo para ele, essa, uma análise indevidamente “reducionista” afirmando que se trata de

expressão patológicas, uma vez que os homens (e as mulheres) procuram meios que lhes permitam sair de suas atribuições e problemas pessoais e o fazem de maneiras não raras irracionais, doentias ou perversas.

Conclui trazendo que a explicação desses fenômenos requer uma cuidadosa exploração do contexto social onde eles ocorrem, dos bloqueios que os produzem e das pressões sociais que segundo equivocadamente se espera, eles resolvam. E, portanto, requer a análise de classes (Miliband, 1999, p. 499-500).

As análises do autor mencionado expandem a dimensão do racismo para além de sua perspectiva econômica, sem excluir, no entanto, sua perspectiva de classes e, portanto, também econômica, mas sobretudo, possibilitam uma análise que explora como, ainda dentro das classes, pode haver múltiplas dimensões que organizam as relações, como consequências do capitalismo. Desta maneira, podemos compreender o desumano processo de colonização enquanto não somente motivado pela expansão de terras e manutenção/acúmulo de riquezas, mas imbricada nela, também as correlações de força, poder e manutenção/desconstrução de lugares socialmente criados e recriados.

Destacamos também nesse sentido, Harvey (2004) em sua análise da relação que a literatura coloca entre o imperialismo e o império, ao supor com frequência, um fácil acordo entre eles e que os pressupostos político-econômicos são guiados pelas estratégias do Estado e dos impérios e que Estados e os impérios sempre agem a partir de motivações capitalistas. Destaca que a análise da relação entre as duas lógicas, deveria ser vista como problemática e muitas vezes, contraditória e, portanto, dialética, em vez de cooperativa ou unilateral, uma vez que o entendimento sobre o imperialismo não pode ser entendido sem que primeiro trate-se a teoria do Estado capitalista em toda a sua diversidade. O autor coloca que a compreensão sobre o imperialismo, tal como os impérios, “apresentam diferentes contornos e formas. Embora possa haver muito de contingente e acidental — e na verdade não poderia ser de outra forma, dadas as lutas políticas contidas na lógica territorial do poder (...) (p.149).

Essa relação dialética cria arcabouço para uma análise do imperialismo capitalista em termos da interseção dessas duas lógicas diferentes, mas interligadas. A dificuldade que afeta análises concretas de situações reais é manter os dois lados dessa dialética em movimento simultâneo, sem cair no modo de argumentação puramente político ou predominantemente econômico (*Ibid*, 2004, p.34).

Nesse sentido, Harvey (2004) dialoga com a perspectiva de Miliband (1999) ao ampliar a leitura sobre o imperialismo e o império, ao evidenciar a importância de sua compreensão dialética, mas com a crítica da leitura dos dois processos realizados de forma simultânea, sem desembocar no modo de argumentação puramente político ou predominantemente econômico, considerando também a lógica territorial do poder, contido nas relações capitalistas.

Ainda sobre o processo de expansão e domínio para além da perspectiva de classe, destacamos Polanyi (2000) ao trazer outros elementos para a análise desse processo:

(...) os meros interesses de classe não podem, portanto, oferecer uma explicação satisfatória para qualquer processo social a longo prazo. Primeiro, porque o processo em questão pode decidir sobre a existência da própria classe; segundo, porque os interesses de dadas classes determinam apenas os objetivos e os propósitos em cuja direção essas classes lutam, e não também o sucesso ou fracasso de tais esforços. Não existe qualquer mágica nos interesses de classe que possa garantir aos membros de uma classe o apoio dos membros de outras classes (p.186).

O autor desenvolve sua argumentação colocando os assuntos puramente econômicos como os que afetam o desejo-satisfação como de inferior relevância para o comportamento de classe do que questões de reconhecimento social, escrevendo que o desejo-satisfação pode ser o resultado de um tal reconhecimento, especialmente como seu indício ou prêmio exterior. Trazendo, no entanto, que os interesses de uma classe se referem mais diretamente à sua posição e lugar, ao status e segurança, sendo basicamente não-econômicos, mas sociais (p.187).

O papel essencial desempenhado pelos interesses de classe na mudança social, segundo o autor, está na natureza das coisas, sendo os interesses seccionais o veículo natural da mudança social e política, destacando a doutrina igualmente equívoca da natureza essencialmente econômica dos interesses de classe, onde embora “a sociedade humana seja naturalmente condicionada por fatores econômicos, as motivações dos indivíduos humanos só excepcionalmente são determinadas pelas necessidades do desejo-satisfação material” (*Idem*, p. 186- 187).

Ainda segundo Polanyi (2000), a ampliação do mercado foi pois, simultaneamente adiantada e obstruída pela ação das forças de classes, onde somente as classes comerciais estavam em posição de assumir a liderança na fase de necessidade de uma produção de máquina para o estabelecimento de um

sistema de mercado, surgindo assim, uma nova classe de empresários dos remanescentes das antigas classes, com a finalidade de tomar conta de um desenvolvimento que estava em consonância com os interesses da comunidade como um todo (p.188).

Nada obscurece mais a nossa visão social do que o preconceito econômico. A exploração tem sido colocada tão persistentemente à frente do problema colonial que este ponto exige uma atenção especial. A exploração feita pelo homem branco, num sentido obviamente humano, tem sido perpetrada com tanta frequência, com tanta persistência e com tanta impiedade em relação aos povos atrasados do mundo, que poderia aparecer apenas uma total insensibilidade não lhe atribuir um lugar de destaque em qualquer discussão sobre o problema colonial. No entanto, é precisamente essa ênfase na exploração que tende a ocultar da nossa perspectiva o tema ainda maior da degeneração cultural. Se a exploração é definida, em termos estritamente econômicos, como uma insuficiência permanente na proporção da troca, então pode-se duvidar se de fato existiu a exploração. A catástrofe da comunidade nativa é um resultado direto da ruptura rápida e violenta das instituições básicas da vítima (não parece relevante se a força é usada ou não no processo). Essas instituições são dilaceradas pelo próprio fato de que uma economia de mercado é impingida a uma comunidade organizada de modo inteiramente diverso; o trabalho e a terra se transformam em mercadorias, o que, mais uma vez, é apenas a fórmula abreviada para a liquidação de toda e qualquer instituição cultural numa sociedade orgânica (p.193).

Balibar; Wallerstein (2021) também desenvolvem uma reflexão nesse sentido, ao colocarem que as “unidades nacionais se constituem umas contra as outras enquanto instrumentos concorrentes da dominação do centro sobre a periferia.” (p.132), destacando a importância desse esclarecimento por este substituir o capitalismo “ideal” de Marx e, sobretudo, um "capitalismo histórico", dos economistas marxistas, no qual os fenômenos precoces do imperialismo e a articulação das guerras com a colonização desempenham papel decisivo, escrevendo que de certa maneira, toda "nação" moderna é produto da colonização; tendo sido sempre, em alguma medida, colonizadora ou colonizada e às vezes, ambas.

Em outras palavras, a burguesia capitalista nascente parece ter “hesitado” - de acordo com as circunstâncias - entre várias formas de hegemonia. Digamos, ainda, que existiam *burguesias diferentes*, ligadas a setores distintos de exploração de recursos da economia- mundo se as “burguesias nacionais” finalmente triunfaram antes mesmo da Revolução Industrial (mas à custa de “atrasos” e “compromissos” e, portanto, de fusões com outras classes dominantes), provavelmente foi porque elas tinham necessidades externa e interna de utilizar as tropas dos Estados existentes, e, ao mesmo tempo, porque tinham de submeter o campesinato à nova ordem econômica, penetrar na área rural para transformá-la em mercado de compradores de bens manufaturados e de fontes inesgotáveis de força de trabalho “livre”. Em última análise, portanto, são as configurações concretas da luta de classes, não a “simples” lógica econômica, que explicam a constituição dos Estados nacionais, cada qual com sua história, e a transformação correspondente das formações sociais em formações nacionais (*Idem*, 2021, p.133).

O olhar sobre a expansão territorial e violenta dos territórios e povos, a partir da perspectiva de necessidades de reprodução de processos provocados por forças internas das sociedades, bem como a constituição de riqueza e poder para determinados grupos, para além da perspectiva reducionista de constituição de classe e a devastação dos territórios pelo homem europeu para os autores, diz respeito à análise do imperialismo não somente sob a justificativa de expansão da riqueza, mas também, sobre a perspectiva de análise a partir da necessidade do encontro de outras potencialidades a serem exploradas e lugares de poder e acúmulo que precisavam ser mantidos.

Diante deste contexto de necessidade de expansão através da dominação de outros territórios, abre-se um novo espaço para a historicidade, correspondente à socialização efetiva das forças produtivas e à circulação de capitais no plano internacional, ao mesmo tempo que se aperfeiçoam mecanismos para sua contração, com o enrijecimento da forma Estado e a contenção das lutas populares. “A repressão, que é um momento decisivo da natureza estatal, deve ser compreendida em articulação com o espaço de afirmação que o Estado engendra no bojo da própria dinâmica de reprodução do capitalismo” (Mascaro, 2013,p.19).

Mascaro (2013), por sua vez, aponta que ao final do século XIX, as guerras por domínio territorial configuram uma nova fase de imperialismo colonialista, conformando outra forma de sua caracterização, num processo de guerras por domínio territorial, que resultará nas duas guerras mundiais.

O autor escreve que os capitais se estabelecem em um plano internacional, mundial, mediante formas que são necessariamente arraigadas num espaço local-formal que constituem tal espacialidade, sendo que tal processo dá-se pela relação das determinações locais com suas especificidades, inseridas nas relações exteriores, havendo uma complexidade na interação entre o local e o mundial na interseção entre capital e forma política.

A constituição do Estado a partir das necessidades de expansão no contexto capitalista, dá às sociedades a expressão da configuração da nação ou da sociedade. Modos específicos de exploração constituem a singular composição de classes exploradoras e exploradas. No entanto, há também uma relação direta, de conflito ou harmonia, com o capital, as classes e os grupos sociais estrangeiros

(Mascaro, 2013, p. 96). O processo como um todo, não acontece de forma linear, harmônica e passiva.

Junto ao processo colonial de expansão e mercantilização de corpos africanos e indígenas, temos os processos de resistências. Moura (1983) destaca a Balaiada<sup>14</sup> e a Cabanagem<sup>15</sup>, movimentos, dentre outros, que tentaram a ruptura radical com a estrutura do escravismo colonial, destacando que povos dominados também se organizaram e resistiram. A América foi palco de exploração e ao mesmo tempo, de lutas e resistências que marcaram essa relação processual. Além das revoltas brasileiras organizadas já citadas, destacamos no âmbito da presente pesquisa, a Revolução Haitiana, como uma forma de expressão latino-americana desse processo.

A Revolução Haitiana é uma expressão não somente da resistência de povos em sua articulação e capacidade de construção de caminhos alternativos a ao projeto imposto. Realizada no século XVIII, mais precisamente a partir do ano de 1791, confrontando o projeto de civilização iluminista baseada na liberdade e igualdade, quando o povo negro haitiano, escravizado por colonizadores franceses, fez uma revolução para que as promessas de liberdade e igualdade universais fundadas pela Revolução Francesa fossem estendidas a eles, assim como foram contra um poder que consideraram tirano, pois negava-lhes a liberdade e não lhes reconhecia a igualdade. O resultado foi que os haitianos tomaram o controle do país e proclamaram a independência em 1804. Com a Revolução Haitiana, tornou-se evidente que o projeto liberal iluminista não tornava todos os homens iguais e sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos. Isso explicaria por que a civilização não pode ser por todos partilhada. Os mesmos que aplaudiram a Revolução Francesa viram a Revolução Haitiana com desconfiança e medo, e impuseram toda a sorte de obstáculos à ilha caribenha, que até os dias de hoje paga o preço pela liberdade que ousou reivindicar (Almeida, 2019, p. 19).

Uma resposta à altura dos processos infringidos à ilha e seus habitantes, cuja violência imperialista foi expressa pelo prolongamento que implica, sem dúvida, em formas mais extremas, diretas e imediatas de violência. A violência que o imperialismo exerce em seus próprios países que existe contra os países que lutam pela sua libertação (Vázquez, 2011) fez do Haiti um exemplo de território de

---

<sup>14</sup> Segundo Luz (2016): “A Balaiada foi uma importante revolta popular que eclodiu na província do Maranhão, entre os anos de 1838 e 1841, tendo o município de Caxias como foco mais importante das batalhas entre os balaios e as forças legalistas do Norte” (p.5).

<sup>15</sup> Segundo Ricci (2006) a Cabanagem foi um movimento regional, ocorrido entre 1835 e 1840 típico do período regencial do Império do Brasil. Os cabanos e suas lideranças se, fazendo surgir no interior da Amazônia uma identidade comum entre povos de etnias e culturas diferentes. Indígenas, negros de origem africana e mestiços perceberam lutas e problemas em comum assentadas no ódio ao mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdades. Acrescentamos ainda, revoltas e agitações populares, como: a Sabinada, Cabanada, Revolta dos Malês, Farroupilha e a Revolução Praieira.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/ZX5z5skg9g7YyC47qtn533N/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29, junho, 2023

resistência e de país contido e fragilizado em seu contexto político, e consequentemente, em sua economia.

Sobre os movimentos organizados pelos povos colonizados, Moura (1994) faz uma crítica ao historiador E.J. Hobsbawn, ligado ao pensamento marxista, que cunha o conceito de “movimentos pré-políticos”, ao tratar dos movimentos organizados pelos povos colonizados. Moura (1994) avalia essa abordagem como eurocêntrica, elitista, sendo uma forma neoliberal de análise e interpretação da dinâmica social, e por isso, escreve que se esse conceito fosse aceito, seriam excluídos todos os movimentos do chamado Terceiro Mundo, tais como: “(...) a luta de Zapata e Pancho Villa, no México; a de Sandino, na Nicarágua; o movimento camponês de Pugachov, na Rússia; todos os movimentos de libertação da África, como o kinganbista, incluindo os Mau Mau<sup>16</sup> e o de Lumumba<sup>17</sup>” (p. 5- 6).

O autor ainda complementa sua crítica ao escrever que esses movimentos de resistência, segundo o conceito criado por E.J. Hobsbawn, seriam englobados sob o rótulo de milenarismo, salvacionismo ou messianismo, sendo descartada sua essência política, ao se ter em vista que os povos descritos como “inferiores” eram considerados como não tendo condições de entrar no sentido universal da história, sendo considerados, desta forma, como a-históricos e com isto, justificar-se-ia a repressão contra eles e seus líderes.

Fora dos padrões normativos dos valores políticos europeus, civilizados e “normais”, não existiam movimentos que pudessem ser enquadrados como aceitos pelas nações dominadoras, como continuadores do “sentido” da civilização. As próprias lutas de libertação nacional eram (como acontece até hoje) consideradas revoltas intertribais, movimentos atípicos e perturbadores do processo civilizatório. Não tínhamos acesso à história, à civilização e à igualdade de direitos. A nossa inferioridade congênita e inapelável

---

<sup>16</sup> Uma guerra ocorrida entre 1952 e 1960, quando o Quênia era ainda colônia britânica, ocorre um conflito militar entre um grupo denominado Mau Mau e as forças britânicas e seus apoiadores. A insurgência Mau Mau foi uma guerra por terra e liberdade (OLIVEIRA, 2025, p.4). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132363/000983523.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesos em: 29, junho, 2023.

<sup>17</sup> A luta de Lumumba traduzia uma concepção do Estado centralizador que comportava obrigatoriamente a própria submissão das etnias e das aldeias a uma administração central fortemente unitária, mas que, em compensação, permitia a organização de uma frente unida para lutar contra as tentativas de infiltração capitalista. (MARGARIDO, 1974, p. 2). Disponível em: [http://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/Margarido\\_revolucao%20congolesa.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/Margarido_revolucao%20congolesa.pdf)

– biológica e psicológica – nos reduzia a satélites do processo civilizatório (Moura, 1994, p. 5-6).

Embora o uso da violência e da força tenham se dado enquanto elementos presentes durante as dominações dos povos, sobretudo na América, a resistência enquanto ferramenta de oposição e posicionamento também foram marcas presentes. Almeida (2015) destaca que a luta dos negros africanos como sendo a única opção pela sobrevivência aos abusos aos quais foram submetidos, e escreve que na dinâmica colonial, a imposição dos padrões civilizatórios eurocêntricos pelos grupos dominantes, não se deu sem que houvesse resistência dos grupos dominados, enquanto processo de negação desse padrão de sociabilidade, e que marcam dessa forma, a Diáspora negra também nesse lugar de resistência, contando também com fugas, assassinatos, levantes e construção de quilombos, destacando-se dentre eles, o Quilombo de Palmares (p. 141).

Ferreira (2020) ao escrever sobre as diferentes formas de resistência dos sujeitos negros produzidas na Diáspora Africana nas Américas, destaca que algo novo é produzido nestes territórios e estes esforços fazem-se necessários para dar destaque às resistências comumente esquecidas e desvalorizadas.

A análise do processo bárbaro de invasão e morte nas Américas, bem como sua análise sobre as justificativas e formas de construção desse processo, não deve sobrepujar a dimensão das resistências e movimentos realizados pelos povos violentados. A dialética do movimento violência-resistência, compõem a sociabilidade capitalista, fazendo-se presente em diferentes momentos da história do capitalismo.

Por fim, os casos mais recentes: a Guerra do Golfo contra o Iraque, a invasão da Somália, a tentativa (que persiste) de ocupar o Haiti e os massacres de Ruanda passam como acontecimentos sem relevância. As razões apresentadas são de “ação humanitária”, “restauração da democracia”, “combate ao narcotráfico”, pois não cola mais o “perigo comunista”. É uma reciclagem hipócrita do antigo sistema colonial, que se reestrutura no neo-colonialismo tecnocrático, racista. Para justificá-lo utilizam não só a sócio-biologia, da engenharia genética e das hipóteses que procuram demonstrar a existência de raças inferiores, mas também canhões, aviões e tanques de guerra (Moura, 1994, p.16-17).

Nesse sentido, a atmosfera racista que integra o sistema capitalista atualiza-se constantemente através da efetivação de novos caminhos e ferramentas. As caravelas, dão lugar aos aviões, as armas de fogo são agora os canhões, e a ciência

avança para justificar através de experimentos quem é inferior e quem merece ou não viver.

Novas fronteiras vão delineando-se entre os grupos e por isso, entre as pessoas. As estruturas de poder vão adotando novos discursos, novas ferramentas para que a dinâmica capitalista se mantenha de pé. O uso da força continua sendo usado como manutenção de lugares e de corpos em espaços delimitados. As ameaças continuam sendo percebidas como aquelas que podem desestruturar a ordem, a harmonia e o progresso.

Nos próximos tópicos iremos tratar sobre a construção das diferenças raciais para garantir a dominação e a exploração internacionalmente e nos territórios nacionais, criando a identidade do Estado Nação capitalista, através do uso do controle e da violência de populações específicas.

#### **1.1.1.**

#### **Sociabilidade burguesa: questão étnico racial e racismo**

A construção da sociabilidade, segundo Karl Marx, dá-se a partir de sua relação com o trabalho, cujos princípios ontológicos determinam a forma como o homem, a partir de sua relação com a natureza a modifica, bem como a si mesmo. O trabalho, segundo o autor, é a base para a construção das relações sociais, e é algo inerente ao homem, cuja capacidade teleológica permite-lhe projetar processos e seus resultados, construindo-se assim, na dimensão de relacionamento com a natureza, nascendo, desta forma, enquanto ser social.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. (...) Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural como forma útil para a sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo a sua própria natureza (Marx, 2002, p. 142).

O trabalho enquanto ponto central do conceito de sociabilidade é a origem das relações societárias, segundo Marx, bem como da própria sociedade como formação socioeconômica, numa relação de reprodução, que no contexto capitalista, traz novos elementos que configuram um modo específico de reprodução.

A história das sociedades constitui-se a partir dessa atividade prática, cuja necessidade dá-se desde os primórdios do paleolítico, quando o homem começa a produzir coisas que satisfizessem suas necessidades vitais. O trabalho é uma atividade teleológica, o papel ativo da coincidência no processo de autoconstrução humana; o produto objetivo da práxis personifica suas intenções e seus projetos. Esse é o núcleo gerador da liberdade e da ética (Barroco, 2010, p. 28). Nesse sentido, a vida social se constitui a partir de várias formas de práxis, cuja base ontológica primária é dada pela práxis produtiva objetivada pelo trabalho (*Idem*, 2020, p. 30).

(...) para viver, é necessário, antes de mais nada, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se etc. O primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material (...) (Marx; Engels, 2007, p. 33).

A sociabilidade humana, tendo o trabalho como eixo central, pode ser considerada, portanto, “pelo todo formado pela integração das esferas inorgânica, orgânica e social, realizada pelo metabolismo do trabalho [em sua concepção ontológica] e orientada no sentido do salto de qualidade da história natural [...] para a história social do homem” (Moreira, 2005, p. 95-96). O trabalho na obra de Marx e Engels e seus seguidores, têm nesse sentido, a centralidade da construção dos indivíduos a partir das condições sociais objetivas e subjetivas que os constituem. De acordo com a perspectiva marxista, é no trabalho que o homem e a mulher transformam-se, em diferentes esferas, bem como o meio em que vivem.

Lukács (2013) por sua vez, atualiza o conceito marxiano de sociabilidade ao realizar uma reflexão crítica acerca do modo de produção capitalista, a partir de sua vivência na entrada do capitalismo.

Tanto em Marx quanto em Lukács, o trabalho diz respeito somente ao âmbito humano, destacando ambos, o processo teleológico da realização humana do trabalho, cuja possibilidade de previsão e obtenção de resultados específicos, através dele, o distingue do animal. No entanto, é em Lukács que o trabalho passa a possuir uma centralidade e enfoque particular na ontologia do ser social, passando à compreensão do mesmo, a partir de uma nova orientação, no campo da investigação teórica. A partir de sua análise, a questão da relação homem-natureza passa a ser analisada a partir da evolução do processo sócio-histórico e a liberdade

ganha contornos específicos. Barroco (2010) ao analisar essa perspectiva destaca também a importância do trabalho enquanto atividade promotora de liberdade:

Para que o trabalho se efetive como atividade livre é preciso que ele se realize como atividade criadora, o que pressupõe que seja consciente, que propicie a ampliação das forças essenciais do ser social, e, como tal, não seja um meio de sobrevivência nem de exploração e dominação entre os homens. A partir das condições postas pelo trabalho, a liberdade assume, então, dois significados: é liberdade- de algo e – para algo (p.61).

A perspectiva de análise marxista na leitura sobre o trabalho ganha contornos específicos no modo de produção capitalista, onde surge uma nova forma de relação entre os homens, uma sociabilidade permeada pelo capital, onde as relações sociais passam a ser um instrumento privado de enriquecimento (Lessa (1996), Doti (2016)). “O capital, em seu movimento de valorização, produz a sua invisibilidade do trabalho e a banalização do humano, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso” (Iamamoto, 2008, p. 53).

(...) o processo de trabalho na sociedade capitalista - apoiado nas relações de propriedade que o sustentam- é reduzido à sua dimensão técnico-material, silenciando seus vínculos com o processo de valorização, isto é, com a formação de valor e de mais-valia, o que envolve as esferas da produção e de circulação. Essa redução remete à necessidade de re- visitar a teoria do valor-trabalho, que expressa as relações sociais entre produtores mercantis, assim como seus desdobramentos históricos na constituição do capital como relação social e na transformação da mercadoria como produto do capital (Iamamoto, 2008, p.54).

Nesse sentido, no contexto capitalista, a perspectiva de existência enquanto ser social em sua relação com a natureza, numa perspectiva de alteração mútua perde seu sentido. A essência ontológica é desta forma, desconstruída, para dar vez à um processo de divisão social em funções especializadas, voltadas para a obtenção do lucro, através da expropriação da força de trabalho de uma classe por outra.

(...) o trabalho gradativamente vai se separando de suas condições objetivas de realização, se afastando dos meios naturais com os quais se relaciona e dos quais se apropria. Isso ocorre, sobretudo, a partir das relações escravistas de produção e da entronização da propriedade privada da terra (Garcia; Moreira, 2020, p. 860).

Tendo-se essa concepção central do trabalho na construção da sociabilidade, ao considerar-se o processo sócio histórico brasileiro, cujo contexto basilar está pautado na colonização, exploração e escravização, as referências de sociabilidade

e, portanto, de trabalho, nascem prenas de elementos característicos das dinâmicas escravistas, sendo a transformação de corpos africanos (de diferentes nacionalidades) e indígenas (de diferentes etnias) em ferramentas para compor a engrenagem de produção do que a metrópole (Portugal) comercializava ou precisava, uma marca central de sua constituição.

Pois, na verdade, o negro foi trazido para preencher o papel de força de trabalho compulsório numa estrutura que se organizava em função disso. A grande lavoura colonial não se preocupava em prover o sustento dos produtores, mas em produzir para o mercado. Dessa forma, a "racionalidade" e a eficiência de sua organização só podiam ser avaliadas na medida em que atingissem esses objetivos para os quais o escravo era fundamental (Pinsky, 1998, p. 21).

Nesse sentido, as pessoas vindas de diversos países do continente africano, eram trazidas nos chamados navios negreiros, para cumprir as tarefas que manteriam e subsidiariam a dinâmica de reprodução na qual se inseriram forçosamente, mantendo compulsoriamente sua própria prisão, não por escolha, mas por condições de sobrevivência, impostas pelas mãos dos europeus, intitulados seus novos proprietários, mantida, em solo brasileiro, sob a dinâmica de subordinação e disciplinamento de seus corpos e vidas. A barbárie da escravização no período colonial condicionou o corpo escravizado aos afazeres subalternos, entendidos esses há época, como sendo: os da lavoura, das casas e da extração do ouro, como alguns exemplos. Todas essas, atividades que possibilitaram a manutenção das vidas das famílias europeias, em detrimento das próprias vidas das pessoas que eram escravizadas.

As pessoas trazidas para as Américas passavam a ser consideradas somente enquanto corpos/mercadorias, sendo destituídas de sua cultura, ancestralidade, símbolos e todos os elementos que constituíam suas referências, para então assumirem o papel despersonalizado e degradante do processo de coisificação inerente à atividade comercial da época, a escravização. Embora possamos apontar as resistências que permitiram a cultura negra sobreviver a este projeto, não podemos minimizar os sofrimentos produzidos e as referências culturais perdidas.

Aqui se revela o caráter tirânico da dominação escravista no Novo Mundo e em especial no Brasil, onde a escravidão foi particularmente cruenta e predatória: o senhor podia tomar qualquer decisão quanto à vida de seu escravo, conforme seu arbítrio. Se considerasse que um escravo o ameaçava, podia mandar cortar seus pés, cegá-lo, supliciá-lo com chibatadas ou matá-lo. A relação senhor/escravo não era um pacto: o senhor não estava obrigado a

preservar a vida de seu escravo individual; muito ao contrário, sua liberdade de tirar a vida daquele que coisificara definia sua posição de senhor, tanto mais quanto o fluxo de escravos no mercado lhe permitia repor o plantel sem maiores restrições. Entre nós, a escravidão não foi apenas negação do escravo como pessoa (sua coisificação), mas sua negação como ser vivo (Cardoso, 2008, p. 80).

A manutenção do antigo sistema colonial e da escravidão como sua ferramenta propulsora e garantidora da expansão das metrópoles colonizadoras, precisava de uma base ideológica que a justificasse. Nesse sentido, Moura (1994) deduz que o racismo pode ser considerado um dos galhos ideológicos do capitalismo, expresso, sobretudo, na América Latina e, portanto, no Brasil; uma ideologia de dominação, podendo-se explicar, somente assim, sua permanência como tendência de pensamento. O autor também analisa o racismo enquanto “arma justificadora da invasão e do domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens” que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações “civilizadas”” (p.2). O autor destaca ainda, que somente admitindo o papel social, ideológico e político do racismo poderemos compreender sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente.

O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas”. Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças (Moura, 1994, p. 2).

O racismo constitui-se, portanto, enquanto ferramenta de domínio e exploração de um grupo de pessoas, para justificar a produção e expansão da riqueza de outro. A escravização deu-se a partir da exploração de braços para a produção, justificada pela necessidade de expansão do comércio europeu. Processo esse que contou também com o apoio da Igreja Católica ao embasá-lo através do discurso de “salvação” das almas daquelas e daqueles submetidas e submetidos à condição de escravização, como já ressaltado no tópico anterior desse capítulo.

Para o cristianismo, a escravidão do corpo não era obstáculo para a libertação da alma subjugada pelo pecado. Dito de outra forma: a redenção da alma escravizada pelo pecado é mais importante que o flagelo da escravidão que escravava o corpo. Este, sim, fonte inesgotável de todos os pecados que provoca a ruptura da criatura (homem) com o Criador (Deus) (Ferreira; Bittar, 2003, p.2).

Ainda com relação ao embasamento religioso para a manutenção do processo escravista, Bosi (1992) destaca como esse processo contrapõem-se à questão da mensagem cristã de base, na qual todos os homens são chamados filhos do mesmo Deus, logo irmãos, contrariando em tese, as razões do particularismo colonial veiculadas, ao fabricar uma linguagem utilitária, fatalista, no limite racista, cuja intencionalidade justifica o discurso do opressor.

Compreender as construções sociais (objetivas e subjetivas) do racismo, enquanto ferramenta de dominação e expropriação, permite-nos observar suas formas de manifestação e manutenção ideológica para atingir e justificar determinada maneira de exploração, o que nos possibilita aprofundar uma reflexão sobre o modo como o sistema colonial constituiu-se e se manteve, em detrimento das necessidades de acúmulo e expansão, sendo o racismo a ferramenta ideológica que as fundamenta.

O racismo nesse sentido, ganha centralidade na análise da sociabilidade capitalista em sua dimensão deturpada de trabalho, e mais especificamente, no âmbito do processo de escravização, e que ganha roupagens diferenciadas nos estágios do capitalismo. Moura (1994) analisa-o enquanto uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular, tendo sido remanejado em sua função instrumental com a passagem do colonialismo para o imperialismo (neocolonialismo), onde as metrópoles passam a construir um olhar sobre as “áreas coloniais como habitadas por povos indolentes, incuravelmente incapazes de criar uma poupança interna que os elevasse ao nível dos países brancos, que tinham estes predicados e se desenvolveram, ao contrário do mundo não-branco que, por esta razão, permaneceu subdesenvolvido” (p.5).

O uso do racismo enquanto ferramenta de exploração e dominação é descrito por Balibar (2021) enquanto um “fenômeno social total” inscrevendo diferenciações entre os sujeitos a partir de construções hierárquicas de sobreposição de um grupo sobre outro, a partir de uma concepção adotada de inferiorização para além de traços fenotípicos, mas também com o objetivo de garantir a distinção dos grupos que conformam a sociedade, no sentido de manter o lugar do “eu”, “nós” e “eles”, “vocês”, reproduzido juntamente com práticas e discursos que (re) afirmem lugares na comunidade criada.

O racismo - verdadeiro “fenômeno social total”- se inscreve em práticas (diversas formas de violência, de desprezo, de intolerância, de humilhação, de exploração), em discursos e representações como tantas elaborações intelectuais do fantasma de profilaxia ou de segregação (necessidade de purificar o corpo social, de preservar a identidade do “eu”, do “nós”, de qualquer promiscuidade, de qualquer mestiçagem, de qualquer invasão), que se articulam em torno de estigmas de alteridade (sobrenome, cor da pele, práticas religiosas). Portanto, ele organiza afetos (cujo caráter obsessivo, bem como sua ambivalência “irracional”, a psicologia se consagrou a descrever), conferindo-lhes uma forma estereotipada tanto de seus “objetos” quanto de seus “sujeitos”. É essa combinação de práticas, de discursos, de representações em uma rede de estereótipos afetivos que permite dar conta da formação de uma *comunidade* racista (ou de uma comunidade de racistas, entre os quais afinidades de “imitação” imperam à distância) e também da forma que, com o nome espelho, os próprios indivíduos e as próprias coletividades expostos ao racismo (seus “objetos”) se veem obrigados a se perceber como comunidade (Balibar, 2021, p.52).

O olhar europeu cria então esse “outro”, o externo àquele que denomina ser por si só. Fanon (2008) explora essa perspectiva de análise de construção social, onde o “Eu” simbolizado pela metrópole impõe uma narrativa de que a existência apenas tem concretude quando há uma legitimação do colonizador, reafirmando uma crença de inferioridade na pessoa negra que renega aquilo que a identifica como tal e, por conseguinte, afasta a sua pessoa do centro humano: o ser branco, conformando o complexo de superioridade imperialista, descrito por Balibar e Wallerstein (2021), onde “As castas coloniais de diferentes nacionalidades (inglesa, francesa, holandesa, portuguesa etc) forjaram a ideia, *em comum*, de uma superioridade “branca”, uma prerrogativa de civilização a ser defendida contra os selvagens (p. 81).

A colonização, nesse contexto, não traz somente a marca da barbárie da captura dos corpos africanos e indígenas retirados de seus vínculos, territórios e lembranças, mas compreende também a violência da construção ideológica de formas específicas de narrativas desses corpos, como descrito acima. Os traços fenotípicos passam a constituir-se também enquanto ferramenta de construção de lugares sociais e, portanto, de superioridade de um grupo sobre outro. Quijano (2005) atrela o início desse processo ter se dado na área britânico- americana, onde o negro é reconhecido importante pelo fato de que, de sua exploração, dependia a economia.

Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em consequência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos (Quijano, 2005, p. 117).

Moura (1994) descreve que esse olhar do europeu sobre o corpo negro escravizado, quando enfatiza as expressões pejorativas às quais lhes eram atribuídas, ressalta a maneira deformada de como eram vistas, a partir do contexto escravocrata ao qual estavam submetidas.

Para ele, o negro é a “besta de carga”, o “filho das paisagens adustas e bárbaras”; Palmares é “grosseira odisseia” e por isto a ação dos bandeirantes destruindo-o foi um benefício à nossa civilização; são “vencidos e infelizes”; o escravo negro é “humilde”, mesmo sendo quilomba, “temeroso”, “aguilhado à terra”; são “foragidos”, a raça é “humilhada e sucumbida”. Para ele a desigualdade racial era um fato provado “ante as conclusões do evolucionismo”. O negro, como vemos, era o componente de uma raça inferior. O índio, por seu lado, não tinha capacidade de “se afeiçoar às mais simples concepções do mundo”. E, quanto ao mestiço desses cruzamentos, no seu “parêntesis irritante” não há lugar para ele, é um desequilibrado, de um desequilíbrio incurável, pois “não há terapêutica para este embate de tendências antagonistas - pensamento de Euclides da Cunha” (Moura, 1994, p. 6-7).

Ao se (re) afirmar a indolência e a falta de organização para a construção do desenvolvimento, o racismo dá base para a efetivação do processo de desumanização enquanto um pressuposto da utilização da mão-de-obra escrava, fazendo com que o homem europeu utilizasse os corpos escravizados enquanto ferramenta para mover o sistema de produção. E é essa relação estabelecida entre o escravo e aquele/aquela que o comprava, que se constituem as bases sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira.

Conseguimos compreender assim, como a criação de um ideário depreciativo sobre as pessoas escravizadas, e por isso, a construção e constituição do racismo e da hierarquização entre as raças, garantem a manutenção não somente da expropriação desumana realizada, mas também da própria garantia da produção e extração, nos países explorados, das matérias primas necessárias para a manutenção das indústrias dos países exploradores, e que vão tornando-se, por isso, centrais.

Balibar; Wallerstein (2021) escrevem que a partir da expansão da economia-mundo capitalista, iniciando-se fundamentalmente na Europa, a criação de categorias raciais começou a serem formadas em torno de determinados rótulos, sem descartar a variedade/variação da grande série de traços genéticos entre diferentes pessoas, congregadas em agrupamentos reificados que são chamados de “raças”, sendo o número de categorias criadas, para o autor, uma decisão social. O autor cita W.E. Du Bois quando diz, em 1900, que “o problema do século XX é o

problema da barreira das cores”, as cores a que ele se referia, na realidade, se reduziram ao branco e ao não branco (p. 123-124).

Sobre o conceito de raça Moura (1994) pontua que o mesmo surge para legitimar as ideias e práticas de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. A ideia de raça surge, portanto, como chave da história, aparecendo exatamente na Inglaterra com Robert Knox (*Races of Men*<sup>18</sup>, 1850) e na França com Arthur de Gobineau (*Essai sur l'inégalité des races humaines*<sup>19</sup>) (p.3).

Quijano (2005) no que tange ao debate sobre o racismo na dinâmica capitalista, acrescenta que a invenção da categoria de cor, tanto como a construção da particular categoria de branco, exige ainda uma pesquisa histórica mais exaustiva, mas destaca que fora muito provavelmente, fruto de invenções britânico-americanas, já que não se encontra informações dessas categorias nas crônicas e em outros documentos dos primeiros cem anos de colonialismo ibérico na América, e ressalta a importância de estudos mais aprofundados dessa dinâmica, destacando autores como: Theodore W. Allen, 1994 e Mathew Frye Jacobson, 1998, entre os mais importantes.

O mesmo autor também destaca o problema desses estudos que ignoram os acontecimentos ocorridos na América Ibérica, colocando que para esta região, ainda carecemos de informação suficiente sobre este aspecto específico, seguindo sendo, dessa forma, uma questão aberta. E acrescenta que de fato, raça é uma categoria aplicada pela primeira vez aos “índios” e não aos “negros”, aparecendo muito antes que cor na história da classificação social da população mundial.

O sistema capitalista, por sua vez, utiliza-se do racismo para a construção de uma atuação abominável de exploração e expansão. Olhando a especificidade brasileira, essa ferramenta ideológica constrói uma sociabilidade pautada, portanto, nas distinções entre pessoas a partir de sua raça e de sua cor.

Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (Quijano, 2005, p.118).

---

<sup>18</sup> Raças dos Homens (Tradução livre).

<sup>19</sup> Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas (Tradução livre).

A construção dessa hierarquização no processo de colonização, encontra peculiaridades no Brasil-colônia. Bosi (1992) descreve alguns de seus pontos centrais construindo um mapeamento geral, descrevendo-o como uma formação econômica-social, destacando as seguintes características:

1. Predominou uma camada de latifundiários com seus interesses vinculados a grupos mercantis europeus dentre os quais se destacavam os traficantes africanos; dada essa dependência estrutural, tornava-se inviável a perspectiva de um capitalismo interno dinâmico na área colonizada. A expressão capitalismo colonial deve ser entendida como uma dimensão mercantil e reflexa.
2. A força de trabalho se constituía basicamente de escravos; de onde a possibilidade de qualificar como *escravismo colonial* o nosso sistema econômico (...) (p.23).

Capitalismo colonial e escravismo colonial são conceitos expressos pelo autor para descrever como as relações mercantis desdobraram-se e desenvolveram-se no Brasil - colônia. Um processo altamente dependente da mão-de-obra escravizada, efetivada pelo grupo de latifundiários, vinculados, por sua vez, aos interesses mercantis europeus, não tendo sido possível a constituição de um capitalismo interno, mas sim, um capitalismo que se desdobra a partir desta conjuntura específica, e que ganha, portanto, contornos determinados pautados nessa dinâmica.

No caso do Brasil, desta forma, ressaltamos a contribuição de Moura (1994) ao escrever que no sentido de construção, o país elaborou uma divisão racial do trabalho, coloca-a enquanto uma expressão de uma “divisão do trabalho rigidamente hierarquizada [e] que colocava as populações autóctones ou africanas importadas nos últimos patamares da escala social, impondo como critério extremo de controle o estabelecimento da escravidão e da servidão” (p. 125).

A leitura sobre a constituição das especificidades dos processos de exploração colonial, desencadeia uma dependência econômica, política e social desenvolvida a partir dessa dinâmica. Esse movimento ganha uma leitura específica de divisão social do trabalho, ao ser analisada juntamente com o processo de divisão racial por parte do autor e dos autores Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, na década de 1960, ao debruçarem-se sobre o estudo específico das relações capitalistas entre países centrais e periféricos, como o caso do Brasil, construindo a partir das obras de Lênin, a chamada Teoria Marxista da Dependência (TMD).

No que tange ao escravismo e à construção do trabalho em sua divisão racial, o contexto brasileiro guarda dimensões específicas. Tendo sido o último país das Américas a abolir a escravidão, o Brasil, a partir de 1888, passa a contar com um contingente significativo de pessoas anteriormente escravizadas, que se viram abandonadas pelo Estado a partir da abolição.

O país não só foi o último a abolir essa forma perversa de mão de obra nas Américas, como aquele que mais recebeu africanos saídos de seu continente de maneira compulsória, além de ter contado com escravos em todo o território. Com as primeiras levas chegando em 1550 e as últimas na década de 1860, já que existem registros de envio ilegal de africanos entre 1858 e 1862, estima-se que 4,8 milhões de africanos tenham desembarcado no Brasil (Schwarcz; Gomes, 2018, p.21).

Inicia-se no país, no momento pós-abolição, um novo cenário. O racismo agora, passa a ser expresso através da concorrência desleal com o imigrante, do não acompanhamento de sua “liberdade” por parte do Estado e das narrativas que ganham peso sobre si, por parte do grupo dominador (a burguesia capitalista). Sobre esse período e essa construção, Florestan Fernandes em “A integração do negro na sociedade de classes” (1965) explica a existência do preconceito racial na sociedade capitalista competitiva do Brasil vivenciado pelas pessoas recém-libertas, através de dois argumentos: primeiro, ele seria um resíduo cultural da hierarquia racial da sociedade escravista, fadado a desaparecer com o tempo, ou seja, com o desenvolvimento da própria sociedade capitalista; e segundo, a discriminação ocorreria devido à inadequação do negro à sociedade competitiva, dada sua falta de preparo para as profissões que se abriam, a partir do fim da escravidão e a reprodução de um *ethos anômico* por parte da família negra.

Essa justificativa coloca a condição desigual do negro atrelada a fatores sociais muito mais do que aos elementos raciais. Essa leitura da condição pós-abolição, produz uma compreensão importante, mas unilateral. O racismo, nesse momento específico do país, continua sendo um processo que garante a manutenção de poder e exploração, como no período colonial, mas que ganha nova roupagem a partir do momento pós-abolição, permanecendo como ferramenta central de uso que justifica a exploração e a dominação no cenário do mercado capitalista competitivo.

O contexto pós-abolicionista inaugura uma nova forma de utilização dessa ideologia, dando ao grupo branco europeu a possibilidade de continuar o processo

de inferiorização e hierarquização social e econômica, agora tendo como pano de fundo o novo período histórico do “trabalho assalariado”.

Moura (1994) destaca que nesse momento do capitalismo no Brasil, evidencia-se a contradição entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, que se encontrava quase sempre desempregado ou na faixa do sub-emprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir a mão-de-obra, numa economia que entrava em um modelo econômico já condicionado pelo imperialismo, e que necessitava, por sua própria dinâmica, de um contingente marginalizado menor do que o exército industrial de reserva no seu modeloclássico europeu. “Havia necessidade da existência de uma grande *franja marginal* capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa *franja* foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar” (Moura, 1983, p.133).

Inicia-se um processo de competição desigual entre as pessoas que tiveram suas vidas arrancadas de diferentes países do continente Africano, para tornarem-se objeto de uso e produção de riqueza, e que com a assinatura da Lei Áurea, passaram a contar com a condição de “liberdade” acompanhada do discurso de competição, no contexto capitalista de trabalho assalariado, iniciando-se a competição com as pessoas que estavam sendo inseridas estrategicamente pelo Estado na sociedade.

Tal fato, segundo pensamos, reformula a alocação das classes no espaço social e o seu significado, estabelecendo uma categoria nova que não é o exército industrial de reserva, não é o *lumpenproletariat*, mas transcende a essas duas categorias. É uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado e cujo centro de produção foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado. Nesse processo o negro é descartado pelas classes dominantes como modelo de operário. Não é aproveitado (Moura, 1983, p. 132-133).

Moura (1983) continua sua análise problematizadora sobre a (não) inserção da pessoa negra no mercado de trabalho, ao refletir sobre a simbologia escolhida do tipo ideal de trabalhador, que seria o branco. A competição não se dava, dessa forma, somente com as pessoas que estavam sendo inseridas na sociedade para a participação no trabalho assalariado, mas sobretudo, com a instauração da ideologia de que sua figura não se enquadrava no modelo ideal desejado para aquele momento do país, o que bloqueava traumáticamente, segundo o autor, as

possibilidades do Negro, já por si insuficientes, em face das limitações estruturais do modelo de capitalismo dependente.

A eficiência do símbolo reforça-se no caso: de um lado há a refuncionalização de toda a simbologia da escravidão, e, de outro, criam-se novos estereótipos para impedir que o negro entre, em pé de igualdade, no mercado de trabalho competindo com outras etnias. Tudo isto para que o símbolo imposto pelo colonizador e reformulado pelas classes dominantes capitalistas continue como sendo representativo do homem brasileiro (Moura, 1983, p. 134).

E é nesse momento, que o racismo tem na ciência sua base moderna de justificativa, fortalecimento e manutenção dos discursos e práticas, a fim de subsidiá-lo. O momento em que os estudos se voltaram para a criação de justificativas científicas que pautam a inferiorização dos corpos negros e sua consequente continuidade de manutenção da condição de explorada/o, agora pelo sistema capitalista no mercado de trabalho.

A ciência aprofunda-se em estudos sobre as diferenças corpóreas, utilizando os traços fenotípicos negróides para a manutenção da segregação do grupo negro, em detrimento do grupo branco, agora representado não somente pela burguesia, mas pelas novas trabalhadoras e novos trabalhadores assalariados, no território brasileiro.

Foi a época áurea da antropometria, quando Gobineau, Ammon, Broca, Levi e Quatrefages desenvolviam pesquisas no sentido de saber se os habitantes das cidades eram superiores (por questões biológicas) aos camponeses pela sua capacidade craniana; se os nórdicos eram superiores aos alpinos ou, como queria Levi, se os mediterrâneos eram superiores a outras “raças” europeias (Moura, 1994, p.3).

A centralidade dos estudos científicos, nesse momento, tem como parâmetro de comparação o homem branco europeu. As demais raças e diferenças corpóreas são justificadamente inferiorizadas, na criação de uma hierarquia que mantém lugares de destaque e inferioridade. Moura (1994) também identifica que esse processo científico racista no Brasil promovido pela intelectualidade brasileira, dá-se no mesmo momento da ascensão do nazismo e do fascismo na Europa, destacando-se nesses estudos que se concentram na Liga da Higiene Mental, figuras como: Jurandir Freire Costa, autor do livro História da psiquiatria no Brasil, que por sua vez, afirmou que o programa dessa entidade tinha como objetivo a intolerância e o obscurantismo. Sobre a Liga, o autor escreve:

Fundada em 1923 e dedicada à prevenção de doenças mentais, longe de estabelecer uma abordagem científica de doença mental, adotava e enfatizava posições nitidamente

ideológicas, elaborando propostas no sentido da adoção apaixonada e integral do arianismo, da superioridade racial, justamente as que prevaleceram na Alemanha nazista. Seus membros mais conspícuos passaram a defender na área profissional, e publicamente, a **esterilização e a segregação perpétua** de todos os indivíduos considerados loucos ou desequilibrados, segundo os critérios de sua avaliação; daí passaram a pregar o mesmo destino para as pessoas de “raça inferior”, ainda segundo os padrões que adotavam e que definiam como tais os não-brancos puros (Moura, 1994, p.7, destaque nosso).

Segundo o autor, o projeto segregacionista, pautado em justificativas científicas legitimava as pessoas brancas europeias em detrimento das outras raças, atribuindo-se a possibilidade de classificar as pessoas aptas a viver e procriar, das não aptas. Concedendo para isso, benefícios econômicos e financeiros às famílias que procriassem indivíduos “superiores”, onde os Tribunais de Eugenia, decidiriam sobre a esterilização e o confinamento de membros das raças inferiores. Nesse sentido, Moura (1994) infere que no particular podemos dizer que o racismo moderno nasceu com o capitalismo (p.2).

## **1.2. Particularidades do racismo brasileiro**

Neste capítulo buscamos compreender o racismo brasileiro, a partir de suas inerentes peculiaridades, procurando aprofundar o entendimento sobre suas raízes constitutivas e mantenedoras, desenvolvendo para tanto, um resgate históricocrítico de sua configuração no Brasil, bem como seu contexto de reprodução social.

Para tanto, partimos da compreensão do racismo, assim como Silva (2017), entendendo-o enquanto “um elemento estrutural de uma racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e manutenção das relações sociais” (p.30). Na mesma esteira, acrescentamos e corroboramos com outra perspectiva complementar da autora sobre o racismo, ao compreendê-lo também como estruturante e que por isso, condiciona e mantém um tipo específico de racionalidade, articulando-se enquanto elemento expressivo, a outros, como por exemplo o patriarcado e o sexismo, impedindo, assim, a erosão das relações de exploração e das condições de desigualdade presentes em todas as dimensões da vida social, “expressando-se concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica” (Almeida, 2019, p. 35).

Nesse sentido, o debate sobre a questão étnico-racial brasileira, em suas nuances e desdobramentos para a classe trabalhadora, nos permite uma

compreensão mais abrangente sobre as desigualdades vivenciadas no Brasil em sua totalidade, inserindo o componente racial dentro da complexidade que compõe as diversas particularidades presentes na realidade, mantendo o entendimento da prioridade ontológica do trabalho defendida pela teoria marxiana, sem porém, confundimo-nos com o estabelecimento de hierarquias (Koga; Sant'Anna; Martinelli, 2018), ao considerarmos a importância do racismo, incluindo-o na presente análise. Compreendemos com isso que: “sem o eixo de classe não é possível entender a realidade brasileira, porém somente com esse complexo social tampouco a entendemos, afinal nada mais estranho a Marx que um único determinante definindo uma realidade” (*Ibidem*, 2018, p.403).

Diante dessa perspectiva, analisaremos o racismo, entendendo-o como parte integrante de análise da sociedade brasileira, atrelado ao conjunto de determinantes que compõem a realidade social, compreendendo para tanto, que sua análise de forma isolada não contribuiria para uma compreensão crítica em seus fundamentos, e caso o fosse, em nosso entendimento, constituir-se-ia em uma tendência problematizadora voltada para a integração da pessoa negra na conjuntura capitalista vigente, sendo esse, o caminho contrário ao que buscamos, que é o da reflexão para sua superação. Para tal reflexão, Devulsky (2016) nos auxilia:

(...) o esteio anticapitalista da luta contra o racismo é fundamental; sem ele, as intervenções resumem-se à integração dos negros à sociedade salarial de modo precário. Não é possível abandonar a superficialidade da reflexão sobre o capitalismo na América Latina sem levar em conta o racismo, sobretudo no Brasil (p.27).

O período escravista brasileiro durou longo três séculos (de XVI ao XIX), implantado, segundo Moura (2014) para ordenar, desenvolver ou regular quer econômica, quer social e culturalmente, precisando “estabelecer um aparelho ideológico de dominação que o garantisse quer simbólica quer estruturalmente, da mesma forma que tinha de estabelecer um aparelho de repressão material com a mesma função” (p. 208). O racismo brasileiro é, portanto, um recurso ideológico para justificar uma lógica de subordinação, estabelecido através de uma dominação simbólica e estrutural, utilizando-se também da repressão material para sua efetivação.

Criado como uma ideologia que pudesse “justificar o tráfico negreiro e outras tantas barbáries que possibilitaram o acúmulo de Capital necessário para que os burgueses implementassem seu projeto de poder, o racismo se transformou em peça fundamental do sistema, na medida em que passou a ser utilizado para aumentar os lucros da burguesia através do rebaixamento de salários e da imposição de condições miseráveis de vida a amplos setores da população (...) (Silva, 2016, p.27).

Para Moura (2014) havia um modo de produção escravista como sendo composto por duas etapas: o Escravismo Pleno e o Escravismo Tardio, sendo o primeiro, de 1550 a aproximadamente 1850, onde teria prevalecido do início da colonização até a extinção do tráfico negreiro em 1850, caracterizando-se “pelo fato de as relações de produção escravista dominarem quase que totalmente a dinâmica social, econômica e política” (p.27) e a segunda, de 1851 a 1888, que começa com o fim do “comércio infame”, denominado pelo autor, até a Abolição da Escravatura em 1888, tendo sido essa, “uma fase caracterizada pelo declínio do modo de produção escravista, considerado uma verdadeira excrescência econômica e social nas regiões onde o capitalismo estava mais desenvolvido” (p.28), eliminando com o fim do tráfico negreiro, ainda segundo Moura (2014), a possibilidade de aquisição, em grande escala, de mão de obra servil.

Alguns dados demonstram a dimensão em números com relação à quantidade de pessoas que vieram para o Brasil na condição de escravizadas. Ferreira (2020) destaca o banco de dados *Slave Voyages* (2019), que aponta que 1.095.521 africanos foram desembarcados no Rio de Janeiro, não sendo superado em números por nenhum porto nas Américas, Caribe ou no mundo. No Brasil, o segundo estado em números foi o porto de Salvador, na Bahia, com 764.876 pessoas (*Ibid.*, 2020, p.124)

O sentido de imposição de uma vida miserável ao/à escravizado/a dava-se sobre uma perspectiva de sua desumanização, tornando-a uma coisa, um objeto, um bem do senhor que o adquirisse. Com relação a essa objetificação, apoiamo-nos nos escritos de Gorender (2016) ao retomar os estudos de Aristóteles, para analisarmos essa relação entre senhor-pessoa escravizada, valendo-nos da reflexão inicial do autor sobre a diferença existente entre trabalhadores e escravos.

(...) todos os trabalhadores são instrumentos animados, necessários, porque os instrumentos inanimados não se movem espontaneamente (as lançadeiras não tecem panos por si próprias). O escravo, instrumento vivo como todo trabalhador, constitui ademais “uma propriedade viva”. A noção de propriedade implica a de sujeição a alguém fora dela: o escravo está sujeito ao senhor a quem pertence (Gorender, 2016, p. 93).

Nesse sentido, Gorender (2016) continua sua reflexão ao acrescentar a peculiaridade de restituição de humanidade do escravo, que diferentemente da concepção fenomenológica hegeliana, onde a humanidade se criou pelo trabalho e, por mediação dele, concebeu-se humanamente; a realidade da pessoaescravizada dá-se na contramão dessa realidade: “ao homem escravo só foi dado recuperar sua humanidade pessoal pela rejeição do trabalho. Tal a dialética concreta, num momento dado do desenvolvimento social” (p.109), sendo o desprezo pelo trabalho e a vivência do ócio, consideradas então, contraditoriamente, enquanto processo de resgate da humanidade daqueles e daquelas que estiveram sob o jugo da escravidão.

Com frequência, a atitude negativa do escravo diante do trabalho se prolongava no liberto. Este ostentava, em sua condição de homem livre, desprezo pelo trabalho e supervalorização do ócio. Com o que apenas manifestava a assimilação dos valores da sociedade escravista. Mas encontramos uma atitude positiva diante do trabalho nos agrupamentos de negros fugidos, nos quilombos estáveis como o de Palmares, isolados da sociedade escravista (Gorender, 2016, p.109).

O processo escravista brasileiro, por sua vez, apresenta uma grande relevância na história da formação social e econômica brasileira, nesse sentido, não somente pela dimensão numérica apontada anteriormente, mas principalmente, com relação ao destaque que esse processo tem em suas significâncias para as formações sociais, políticas e econômicas que se configuram a partir dele. Nesse sentido, considerar o fim do tráfico de pessoas escravizadas enquanto um processo homogêneo e monoelementar, é incorrer num equívoco, tendo sido, esse atravessado por diversos elementos para sua consolidação jurídica, em 1888, passando desde interesses comerciais internacionais, incluindo os nacionais e os de organizações individuais e coletivas.

O primeiro ponto de destaque desse processo pode ser considerado como sendo a presença britânica no território brasileiro e sua influência sob o governo Imperial, onde a Inglaterra por sua vez, exigia que o Brasil acabasse com a escravidão, percebendo-a como um entrave para a consolidação de um mercado consumidor, com o advento da Revolução Industrial. Por isso, coloca que somente reconheceria a Independência do Brasil no caso da extinção do tráfico de pessoas escravizadas.

Além das considerações de ordem moral, a Grã-Bretanha tinha fortes razões econômicas para adotar tal política. Privados os plantadores de açúcar das Antilhas Britânicas do seu suprimento regular de mão-de obra barata, era importante que os seus rivais, principalmente os de Cuba e do Brasil, que já gozavam de muitas outras vantagens sobre eles, ficassem colocados no mesmo pé, pelo menos nesse ponto. E, se o continente africano ia ser transformado num mercado para produtos manufaturados e numa grande fonte de matérias-primas (além de ser 'civilizado' e 'cristianizado'), como muitos, na Grã Bretanha, esperavam, era essencial que se fizessem todos os esforços para precipitar a total destruição do tráfico (...) (Bethell, 1976, p. 8) .

Essa pressão britânica no Brasil, pautada nos seus próprios interesses comerciais, culminou na promulgação da Lei Eusébio de Queirós, em 4 de setembro de 1850. Fruto da cessão por parte do Brasil e o entendimento da importância desse passo para a manutenção dos interesses comerciais entre os dois países. No entanto:

A ineficácia da lei ficou comprovada pelo número de escravos desembarcados nos principais portos do Brasil. Nos três anos anteriores à proibição, a expectativa da extinção do tráfico provocou a entrada de 175 mil africanos, enquanto que entre 1830 e 1832, poucos escravos foram importados. A rápida expansão da lavoura de exportação – açúcar, algodão e café – em resposta à demanda internacional, porém, provocou o imediato aumento da necessidade de mão de obra e conseqüentemente a retomada do tráfico com mais força. Em 1837, por exemplo, aproximadamente 46 mil escravos foram desembarcados ilegalmente nos portos do Rio de Janeiro e Santos. No período de 1840 a 1851 (um ano após a Lei Eusébio de Queirós), registros indicam a entrada de mais de 371 mil escravos (Gonçalves, 2017, p.321).

Nesse sentido, a Lei Eusébio de Queirós não conseguiu proibir de fato o tráfico de pessoas escravizadas no Brasil, pois ainda havia a necessidade de mão-de-obra para trabalhar nas lavouras, como vinha ocorrendo no período colonial, o que ocasionou a continuidade do tráfico na ilegalidade e fez com que o preço das pessoas escravizadas aumentasse. No entanto, o enfraquecimento do tráfico vai dando-se gradativamente, ao serem construídas alternativas para essa substituição.

Destacamos assim, no mesmo ano de 1850, a promulgação da Lei de Terras. Tendo sido, o final do século XIX, dessa forma, marcado pela confluência desses dois marcos concomitantes no país, que ao mesmo tempo agem em dois sentidos: na tentativa de arrefecimento do tráfico, por pressão e transações comerciais e a alternativa dada que foi o incentivo à entrada de migrantes no território brasileiro.

Dois outros importantes fatores estimularam a participação da iniciativa privada na introdução de imigrantes europeus: a Lei n.º 581, de 4 de setembro de 1850, proibindo o tráfico e a entrada de escravos no território brasileiro, fazendo com que a busca de mão de obra livre se tornasse uma necessidade para a lavoura cafeeira e para a agricultura nacional. O outro fator foi a Lei de Terras, promulgada nesse mesmo mês e ano, que, entre outras coisas, transformou a terra em mercadoria e criou a Repartição Geral das Terras Públicas (Iotti, 2001, p.5).

Outro ponto trazido por Conrad (1978) com relação à justificativa do fim do tráfico de pessoas escravizadas no Brasil, diz respeito a esse fim também estar atrelado à pressão colocada pelos políticos brasileiros:

A proibição do tráfico foi eficaz, contudo, nas províncias do extremo sul e ao longo da costa norte, entre o Cabo de São Roque e o Amazonas, mas essa cessação parcial do tráfico de escravos não foi resultado de funcionários conscienciosos ou de uma população respeitosa da lei. Ocorreu, sim, em virtude do aumento do preço do escravo (p.34).

O mesmo autor ainda destaca, alguns elementos que marcaram o fim do tráfico, como: o espírito rebelde das pessoas escravizadas em suas mobilizações e organização, como fuga, formação de quilombos, assassinatos dos senhores de terras e suicídios, como marcas do processo de resistência que são consideradas pelo autor, como cruciais para a extinção do tráfico de pessoas escravizadas.

Para que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre fosse possível, fazia-se necessária, portanto, a alteração do modelo de extração da força de trabalho, que por sua vez, daria início a um novo ciclo de produção e escoamento de mercadorias. Essa transição foi marcada pelo plano de Estado no período pós-abolição, com projeto de substituição da mão de obra recém “liberta” pela mão de obra imigrante.

Nesse bojo, a transição foi acompanhada pela construção do ideal de progresso como via inevitável, necessária e única para a realização de um verdadeiro processo civilizador (Kern, 2016), que caminha, contudo, como ameaçado pelo estigma da inferioridade racial do mestiço e sua degenerescência científica (*Idem*, 2016).

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre (assalariado) foi um momento marcante na ênfase pelo branqueamento do país. Nesse momento foi colocada, com muita veemência, a suposta dicotomia entre o negro, visto como indolente, atrasado, herdeiro de um passado nefasto, e o branco, visto como o símbolo do trabalho ordenado, civilizado e que impulsiona para o progresso (Gomes, 1995, p.83).

Podemos observar, nesse sentido, como no contexto brasileiro, a mão-de-obra recém “liberta”, é formada: diante de um contexto internacional de Revolução Industrial, no final do século XIX, onde essas pessoas são colocadas numa situação de marginalização, constituídas planejadamente enquanto “reserva de segunda categoria”, como destacou Gomes (1995) atrelando-se esses fatos com a realidade da entrada de imigrantes no país.

Sobre esse processo de transição, Moura (2014) destaca que a mesma não afetou os interesses das oligarquias, “pois ao perderem os escravos, muitos deles já onerosos por serem membros de um estoque envelhecido, continuaram com a posse da terra, símbolo econômico e social de poder. E essa tática apelou para uma solução alternativa que permitisse a essa oligarquia continuar na posse da terra: a vinda dos imigrantes” (p.92).

Foi exatamente para resguardar-se de possíveis surpresas que o bloco de poder escravista criou mecanismos de defesa capazes de preservá-lo e aos seus interesses fundamentais quando chegasse a conclusão do processo. O que conseguiu com êxito pois manteve incólume a estrutura da propriedade fundiária e conseguiu resolver o problema da mão de obra importando imigrantes e conservando os ex escravos como massa marginalizada, reserva de segunda categoria do exército industrial (Moura, 2014, p.151).

Essa nova situação de rompimento com a subordinação do homem negro pelo homem branco, segundo Gomes (1995), começou a frustrar as expectativas dos brancos, passando a ameaçá-los em sua exclusividade nas posições sociais privilegiadas. Fazia-se então necessário a construção de outro discurso, diferente do que remetia o negro à condição de escravo, mas que continuasse a atribuir-lhe qualidades negativas.

Nesse sentido, abordar a Abolição da Escravatura de 1888, que juridicamente, tinha por objetivo de “libertar” a pessoa escravizada pelo homem branco, faz com que a pessoa agora considerada “livre”, passasse a conviver de uma outra forma com os brancos, sem deixar, no entanto, de estar inseridas numa condição de subalternidade e inferioridade, advindas da condição escravocrata anterior mantida agora veladamente (ou não).

Acrescentamos ainda, segundo Almeida (2014) que o fim do período escravista, em 1888, não contou com nenhuma política reparatória para a população negra e sequer garantiu direitos de cidadania no regime republicano vindouro por parte do Estado brasileiro. A discriminação e preconceito raciais são mantidos nesse sentido, intactos após a abolição dentro das novas estruturas, mantendo a perpetuação de práticas racistas e de subordinação de pessoas negras, evidenciando os benefícios materiais e simbólicos que o grupo branco obtém sobre a desqualificação competitiva dos não brancos (Hasenbalg, 1979. p.84).

Na sociedade de classes, porém, quando todos se tornam iguais perante a lei, é preciso desenvolver mecanismos sociais que assegurem, em nome de uma desigualdade natural, a acomodação dos negros ao sistema de atribuição de posições e vantagens assimétricas,

como se ele fosse construído em torno das barreiras de "raça". Com isso, garantir-se-ia, de forma imediata, o suprimento abundante da mão-de-obra e, indiretamente, a perpetuidade no desfrute das posições de autoridade e prestígio que a antiga ordem social assegurava aos brancos em geral e aos senhores em particular (Cardoso, 2003, p.320).

Para que se garantisse então o progresso e o desenvolvimento da nação, é disseminado e aprofundado o entendimento como sendo necessária a reformulação étnica do Brasil (Gomes, 1995), onde a ideia de “miscigenação”, segundo a mesma autora, levaria o país do futuro a assistir ao surgimento de um novo tipo racial, mais híbrido e que estaria mais próximo do europeu.

Acompanhando o processo de miscigenação, que camufla o real processo de estupro colonial de mulheres negras africanas que ocorreu (Santos; Sales, 2018) e de mulheres indígenas (Wenczenovicz; Siqueira, 2017), encontra-se a falácia do discurso da democracia racial, que na mesma esteira da camuflagem, o faz com relação aos conflitos gerados pelas diferenças existentes entre brancos e negros, atenuando a construção de uma sociedade estratificada e desigual, destacando-se sobre o tema, o livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, lançado em 1933, no Brasil, como uma das obras mais relevantes.

Bento (2014) ressalta que Freyre em sua obra fornece à elite branca os argumentos necessários para continuarem usufruindo dos privilégios raciais. Na construção do que seriam os novos rumos que o país tomaria, permeados pela limpeza da população e por isso, os passos para o ideal de país a ser alcançado, o tema da “democracia racial” brasileira passa a ser reconhecido nacional e internacionalmente. A distância social entre dominantes e dominados é modificada pelo cruzamento inter-racial, e segundo o autor, a diminuição desta distância abranda as contradições existentes e harmonizam as diferenças, trazendo como consequência uma diluição de conflitos.

Há na temática da miscigenação um aspecto contraditório, pois, ao mesmo tempo em que seria a salvação do país, porque os negros desapareceriam, também era vista como elemento que “estragaria o potencial de progresso dos brancos”. No entanto, foi por meio da miscigenação que se deu a construção do que é divulgado como “identidade brasileira”. Devemos lembrar de três formas por meio das quais a miscigenação se tornou um fato. Uma delas foi a violência sexual, dos estupros cometidos pelos senhores de engenho; a outra por meio dos concubinatos, pois o casamento inter-raciais não eram permitidos (ambas ainda no período da escravidão) e uma terceira que seria pela chegada dos imigrantes “a permissão” de casamentos entre os diferentes grupos (André, 2007, p.114).

Desta forma, ao postular a conciliação entre as raças e suavizar o conflito, o conceito de miscigenação nega a existência do preconceito e da discriminação,

culpabilizando os “mestiços e negros” pelo insucesso do processo (Fernandes, 1972). O mito da democracia racial deixa assim, suas marcas nas raízes da construção histórica do país, no que diz respeito à afirmação do discurso onde a mistura das raças foi um processo que tornou o Brasil livre do racismo e das diferenças exacerbadas a partir dele, onde estudos demonstram que o desenvolvimento do capitalismo no país não resultou na integração do negro na sociedade de classes (Fernandes, 1978).

(...) erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. (...) A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o ‘maior motivo de orgulho nacional’ (...). No entanto, “devemos compreender a democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país (Nascimento, 1978, p. 41 e 92).

Destacamos aqui, a modelagem do racismo brasileiro a partir dos elementos ideológicos, construídos pelo discurso das elites, que se utiliza não somente do conceito de miscigenação e da existência de uma democracia racial, como cria formas de institucionalizar suas expressões, como veremos mais adiante.

Na esteira da construção do discurso da democracia racial destaca-se o ideal de ‘embranquecimento’, proposto a partir do final do século XIX, pautando-se no processo de inferiorização racial. A ideia de embranquecer a população estava atrelada ao ideal da eugenia, construída nas primeiras décadas do século XX, onde uma vez aplicado no Brasil, oferecia uma resposta à como uma população predominantemente mestiça, e desse modo entendida como racialmente inferior, poderia conduzir a nação ao almejado progresso modernizador, fortalecendo assim, os desejos dominantes.

A ideologia do branqueamento ganha corpo, contribuindo para que a cultura do branco fosse assumida pelo negro como legítima, negando-se assim sua história e identidade, afirmando a construção de uma identidade étnico/racial fragmentada e fragilizada, tendo sido defendida pela nata da intelectualidade nacional, como Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Monteiro Lobato e desenvolvida “no momento em que o país engatinhava em direção ao capitalismo industrial e alimentada por políticas institucionais (como o apoio do congresso à

vinda dos imigrantes europeus), contaminando todo sistema (econômico, político, social, educacional, cultural etc.)” (Guimarães, 2022, p. 33).

A eugenia oferecia a possibilidade de equacionar o ideal do progresso com a realidade da mestiçagem racial: a solução seria promover o melhoramento racial em larga escala, intervindo sobre a constituição racial para torná-la apta ao progresso. Com o surgimento do movimento eugenista, essa possibilidade foi assumida como projeto de Estado, onde Antonio Negri e Giuseppe Cocco integrantes das correntes de teorias sobre o caráter mestiço da população brasileira, propõem o surgimento de uma efetiva gestão da biopolítica da mestiçagem (Kern, 2016), delimitando quais seriam os tipos raciais adequados e inadequados ao desenvolvimento do país.

Assim, no Brasil o imenso grau de matizes cromáticos formados criou, em contrapartida, uma escala classificatória, considerando-se o indivíduo ou grupo tanto mais valorizado socialmente quanto mais próximo estivesse do ideal tipo étnico imposto pelo colonizador inicialmente e pelas elites de poder em seguida: o branco. Essa dinâmica discriminatória foi acompanhada por uma dinâmica de julgamento social que a completava, pela qual, à medida que esse processo discriminatório se aprofundava e a população se diversificava cromaticamente via miscigenação, criava-se, em contrapartida, um julgamento de valor para cada uma dessas diferenças (Moura, 2014, p.206).

A modernização brasileira agora, precisava estar pautada sobre a lógica da limpeza eugênica. Por isso, ainda que o incentivo ao grupo imigrante europeu tivesse sido retomado por parte do governo, mesmo com restrições higienistas, as orientações governamentais demonstram o tratamento diametralmente oposto dado à população africana recém liberta, que retratou a intenção ratificada, por parte do governo, de seu total apagamento.

O ideal eugênico inserido no Brasil, fortaleceu o processo de tentativa de apagamento da população negra no país, desde o final do século XIX, como demonstra a circular de 14 de dezembro de 1890.

A circular nº 29 é subscrita pelo ministro da Fazenda, do ministério Lucena, conselheiro Tristão de Alencar Araripe. Foi ela quem mandou pôr em execução um despacho de seu antecessor, Rui Barbosa, em 14 de dezembro de 1890, despacho este que ordenava a queima e destruição imediata de papéis, livros e documentos “em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que, pela abolição do elemento servil, entrava na comunhão brasileira”. [...] “Graças a esse lance de retórica ficaram os estudiosos dos problemas referentes ao negro no Brasil privados de sua documentação mais preciosa”, comenta Otávio Tarquínio de Sousa no artigo referido (Lacombe; Silva; Barbosa, 1988, p.32).

Sobre esse episódio, Moura (1983) destaca que do ponto-de-vista das estruturas de poder, no entanto, o que se queria era *apagar a mancha*, sendo esse um acontecimento acompanhado do processo de entendimento do Brasil junto aos países europeus, para conseguir substituir a nossa população egressa da senzala por outra branca. A ideologia do *branqueamento*, entra então, em funcionalidade, sendo nada mais, do que uma tática para desarticular ideológica e existencialmente o segmento negro a partir da sua autoanálise (Moura, 1983,p.126).

Medidas como a de Rui Barbosa demonstram que a vontade política da época coaduna com os interesses de eliminação da população africana recém liberta. A “liberdade” adquirida, no pós 1888, veio acompanhada contraditoriamente por entendimento e ações governamentais, onde a queima dos documentos pode ser considerada uma emblemática forma de como o governo conduziria e entenderia o lugar da população recém liberta. Sobre essa realidade, Diwan (2007) escreve:

Para tornar o Estado saudável, seria necessário extirpar todos os resquícios de nossa miscigenação. Civilizar nossa herança indígena, roubada pelos portugueses, e branquear nossa herança negra, desprezada após a abolição, em 1888. Caminhos como obranqueamento pelo cruzamento, o controle de imigração, a regulação dos casamentos, o segregacionismo e a esterilização (p.96).

A concepção eugênica de construção de sociedade entranha no Brasil, alicerçando ideias de reforma do país, não somente no que dizia respeito à sua composição étnica, mas também com relação ao seu território, e por consequência, sua organização social. Processos esses que davam o contorno à construção da sociabilidade brasileira, estabelecendo lugares impositivamente marcados pelas subordinações e explorações, cunhados sob o racismo, tendocomo pano de fundo a meta eugenista brasileira, que se daria efetivamente de forma “gradual e lenta”, segundo Renato Kehl (Diwan, 2007, p. 99).

Fortalecendo o discurso de inferiorização racial, o ideal de eugenia uma vez aplicado no Brasil, oferecia uma resposta à como uma população predominantemente mestiça, e desse modo racialmente entendida como inferior, poderia conduzir a nação ao almejado progresso modernizador, fortalecendo nesse sentido, os desejos dominantes. A eugenia oferecia a possibilidade de equacionar o ideal do progresso com a realidade da mestiçagem racial, a partir da promoção

do melhoramento racial em larga escala, intervindo sobre a constituição racial para torná-la apta ao progresso. Uma relação de hierarquias de poder criada que definia lugares socialmente estabelecidos.

Acrescido aos conceitos criados de hierarquias sociais pautadas no racismo, o Brasil destaca-se pela especificidade da expressão do mesmo, dando-se também, a partir das variações cromáticas de tonalidade da pele. Sobre isso, Schwarcz (2012, p. 52) escreve: “Por isso mesmo, muitas vezes no Brasil, o conceito de raça é substituído pela noção de cor e os termos ficam, de certa maneira, mais escorregadios e porosos.” Essa realidade torna o racismo brasileiro, complexo e multifacetado.

Podemos compreender desta forma que a operação do racismo possui particularidades no Brasil. Ortegá (2018) nos auxilia nessa afirmação ao mencionar os estudos da Organização das Nações Unidas e de outras instituições ligadas à pesquisa, para entender o *paraíso social* que o Brasil vivia, expresso na convivência harmoniosa entre brancos e não brancos, após o fim da escravidão.

O que acontece é que o resultado da grande maioria das pesquisas realizadas confirmou a existência de um racismo à brasileira, o que o movimento negro brasileiro já afirmava e enfrentava décadas antes. Comprovou-se, então, academicamente, a existência do racismo no Brasil, e entre suas principais características encontravam-se: a) o fato de estar mais associado à cor da pele e do fenótipo do que à origem racial de um indivíduo, que ficou conhecido como *preconceito racial de marca*, em oposição ao *preconceito racial de origem* (Nogueira, 2007), b) a capacidade de operar no cotidiano e produzir apartação sem realizá-lo explicitamente, o que ficou conhecido também como *racismo cordial* (Turra e Venturi, 1995), assim como c) a capacidade de operar sem explicitar aquele que o opera, apelidado de *racismo sem racistas*, caracterizado a partir da pesquisa realizada pelo Instituto DataFolha (Idem), em que 89% dos entrevistados consideram existir racismo no país, enquanto apenas 10% admitiam ser racistas (Ortegá, 2018, p.421).

Diante dessa diversidade de expressões no Brasil, o racismo assume formas próprias de expressão e manifestação, que vão desde a questão da variação da tonalidade de pele até a contradição coletiva entre o reconhecimento de sua existência e a dificuldade em se reconhecer racista. Ortegá (2018) além dos tipos de racismo também aponta, a partir dos estudos de Jurema Werneck, apoiada por sua vez, em Cama Jones, as dimensões da estrutura do racismo no Brasil:

1) *pessoal/internalizado*, relacionado a sentimentos e condutas do próprio indivíduo para consigo e a aceitação individual de padrões e estigmas racistas, 2) *interpessoal*, manifestado por meio de ações ou omissões presentes nas relações sociais, por meio das quais se expressam o preconceito e a discriminação, expressões mais conhecidas do racismo, geralmente significados pelo senso comum como racismo em sua totalidade, 3) *racismo institucional*, também conhecido como *racismo sistêmico*, e que contempla ainda a

perspectiva do *racismo estrutural*. Esta dimensão está associada a questões materiais e de acesso ao poder (*Idem*, 2018, p. 422).

Dentre as dimensões descritas, destacamos a terceira, a institucional, aprofundando nesse sentido, o papel do Estado na reprodução do racismo. Ao considerarmos o início da entrada dos ideais eugenistas no Brasil, que deram-se no fim do século XIX, destacamos Schwarcz (2000) quando escreve que entre as décadas de 1930 e 1940, o governo Vargas iniciou diversas medidas políticas para o processo de "branqueamento" do país, imaginando-se que em apenas três gerações o país estaria com uma população mestiça e branca, com o mínimo ou quase nenhum negro.

Nesse sentido, a operacionalização do racismo pela via institucional, tem no Estado brasileiro, uma forte marca ideológica de operacionalização, reproduzida, conjuntamente com a entrada dos ideais operacionais de embranquecimento da população brasileira. Ressaltamos ainda, nesse sentido, como exemplo, a correspondência entre Getúlio Vargas e Adolf Hitler em novembro de 1937, por ocasião da troca de embaixadores alemães no Brasil (Arthur Schmidt-Elskop foi substituído por Karl Ritter), na qual se percebe que, mesmo alguns meses antes da proibição, as relações eram boas entre os dois países e Getúlio Vargas chamava o chanceler alemão de "grande e bom amigo":

*A sua Excelência e Senhor Adolf Hitler, Grande e Bom amigo, Recebi a carta pela qual Vossa Excelência houve por bem participar-me que, tendo resolvido chamar o Senhor Doutor Schmidt-Elskop, deu por finda a Missão que ele desempenhava no Brasil, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Alemanha. Posso assegurar a Vossa Excelência que o Senhor Doutor Arthur Schmidt Elskop, durante a permanência aqui soube, pelas suas distintas qualidades, grandecer a estima, e sympatia do governo e do Povo brasileiro, processando sempre manter e estreitar, cada vez mais, as relações de boa amizade, felizmente existente entre os dois países.<sup>20</sup>*

A relação de Vargas com Hitler nesse período da história do Brasil, evidencia a adesão do Brasil ao projeto de extinção da população negra, confluyente com o projeto eugenista para a nação. Sendo assim, o Estado cumpre a função de reprodutor de ferramentas ideológicas que mantêm segregações territoriais, de educação, de renda e, portanto, de estruturas racialmente desiguais.

O Estado é a condensação das correlações de forças. Se diversas classes sociais (e outros grupos) atuam e se desenvolvem na sociedade, todas elas buscam alcançar seus interesses.

---

<sup>20</sup>Carta de Getúlio Vargas para Adolf Hitler. Rio de Janeiro, 22 nov. 1937. Ata pessoal 013519 / 459. Embaixador Schmidt-Elskop. AA/B, Alemanha. Grifos meus.

Em diversos graus, o Estado tem a particularidade de assumir demandas e posições de todas as classes, frações e setores. Porém, assume-as com a condição de que há classes que detêm o poder político e outras não. Desta forma, muitos interesses sociais adquirem expressão na vida em comum, mas com limitações estabelecidas pelos interesses dos grupos sociais dominantes (Osório, 2017, p. 27).

Almeida (2019) destaca com relação ao atual estágio das relações na economia do capitalismo pós-fordista e sob a égide da política neoliberal, resta ao Estado, agir como balizador das relações de conflito e adaptar-se a esta lógica “em que a continuidade das formas essenciais da vida socioeconômica depende da morte e do encarceramento. Sob as condições objetivas e subjetivas projetadas no horizonte neoliberal, o estado de exceção torna-se a forma política vigente” (p.76).

Um abuso de poder evidenciado pelo Estado brasileiro é o genocídio<sup>21</sup> da população negra, tanto no que tange ao uso da força por arma de fogo, quanto pela ausência de acompanhamento por parte do Estado, com a ausência, fragilização ou depreciação das políticas públicas.

Este quadro se materializa no desemprego estrutural, no subemprego, no analfabetismo, na mortalidade materna da mulher negra, na ausência de uma política de redução de danos para os usuários de álcool e outras drogas, que sejam condizentes com o atendimento à saúde de qualidade e no acesso à justiça. É expressão dessa violência, também, o genocídio da juventude negra, no qual expressiva massa de jovens negros é abatida pelo tráfico ou pela ação truculenta da polícia e dos demais agentes da “segurança pública” (Almeida, 2014, p. 143-144).

Com relação à atualização das desigualdades sociais vivenciadas pela população brasileira na contemporaneidade, Pereira; Sampaio (2018) acrescentam os dados sistematizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), apontando informações sobre como os níveis de subalternização e exploração perpetuam-se atualmente:

A taxa de desocupação dos homens passou de cerca de 5%, em 1995, para aproximadamente 6%, em 2009, ao passo que, para mulheres, o resultado variou de cerca de 7% para 11%, em relação aos mesmos intervalos considerados.

O desemprego é também uma realidade permeada de desigualdades de gênero e raça. Assim, a menor taxa de desemprego corresponde à dos homens brancos (5%), ao passo que a maior remete às mulheres negras (12%). No intervalo entre os extremos, encontram-se as mulheres brancas (9%) e os homens negros (7%) (Ipea, 2011, p.27) (Pereira; Sampaio, 2018, p. 437-438).

---

<sup>21</sup> Corroboramos com o emprego da palavra genocídio e não assassinato, entendo o percurso histórico do Brasil, assim como Vergne (2014): “Utilizo genocídio, como sendo o efeito de um conjunto de práticas cotidianas baseado no desejo de eliminação, ou de afastamento do outro, consentindo, mesmo que silenciosamente, em sua eliminação” (p. 33).

As informações prestadas pelo Instituto evidenciam que as disparidades sociais entre pessoas brancas e negras no Brasil, perpetuam-se ainda, enquanto marcas do racismo que inicia no período colonial e que se arrasta. Diante do quadro descrito, podemos questionar se diante de um contexto socialista, o racismo teria fim, sendo possível, a partir de então, a construção de uma sociedade pautada em princípios verdadeiros de justiça e igualdade social, uma vez que as consequências do racismo enquanto ferida aberta na vida da população negra brasileira, deixa marcas profundas de construções de desigualdades, o que contribui e adensa a lógica de manutenção do capitalismo que vivenciamos hoje. Ao escrever sobre isso, Viana (2014) destaca que:

(...) a abolição do capitalismo não gera, automaticamente, a abolição do racismo. A superação do racismo só ocorrerá num quadro de transformações sociais que rompam com as relações raciais desiguais produzidas pelo modo de produção capitalista. Acontece que a superação do capitalismo ocorre num processo complexo e contraditório que não elimina imediata e automaticamente as formas capitalistas de regularização das relações sociais, tal como a ideologia racista. (...) Por isso, torna-se necessário articular a estratégia específica do movimento negro com a estratégia global do movimento operário (np).

Neste sentido, o fim do capitalismo e de sua lógica excludente de exploração, não seria o suficiente para que o racismo fosse extinto. A lógica da sociabilidade capitalista e a efetiva construção de ideais de igualdade, numa outra perspectiva de reprodução social, precisariam estar de mãos dadas com a construção de novas ideologias, num esforço constante de visita ao passado histórico brasileiro, com olhar crítico, num verdadeiro esforço coletivo de sua real “abolição”.

No próximo capítulo, discutiremos a migração nesse sentido, como um movimento de adequação ao modelo capitalista, constituída a partir de estratégias com relação ao enfrentamento de suas barreiras, onde embora haja movimentos de organização e resistência, que podem ser apontados como alternativas de resistência, a lógica capitalista ainda vem constituindo-se enquanto modeladora da necessidade do migrar.

## 2

### **Migrações Sul-Norte e Sul-Sul: Migrar é Reagir!**

A abordagem sobre os deslocamentos Sul-Norte e Sul-Sul neste tópicobuscou ser realizada relacionando-se o fluxo de pessoas nesses trechos, a partir de uma análise econômica, política e social, tendo em vista os principais países envolvidos nessa pesquisa que são o Brasil e o Haiti, entendendo os elementos elencados enquanto fatores basilares do processo migratório. Assim, procurou-se evidenciar as razões sob as quais pautam-se a necessidade da mobilidade humana nesse contexto, partindo de uma análise do homem e da mulher reais, considerando-se suas ações/escolhas/movimentos, a partir de suas condições materiais de vida, “tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (Marx; Engels, 2007, p. 86-87). Nesse sentido, como bem aponta Vendramini (2018): “O desafio que se coloca é de ir além da aparência e captar as múltiplas determinações do concreto, conforme análise de Marx (1982b), ou seja, compreender o processo social que produz a migração (p. 241)”.

Analisar o fluxo migratório tendo em vista as vicissitudes do sistema capitalista é compreendê-lo a partir dessa construção histórica, onde o fenômeno migratório global, relaciona-se com o imperialismo, com as consequências da colonização dos países latino-americanos e africanos, com a exploração desenfreada de territórios para a obtenção de riquezas, com a morte de pessoas inocentes, com o aval religioso e político para a apropriação de corpos, a subjugação de países e economias que alimentam a dinâmica da construção histórica da humanidade por território, poder e lucro, e conseqüentemente como a mobilidade humana vai constituindo-se a partir desses processos. Nesse sentido, migração não é um conceito consensual, nem tampouco algo que seja simples de definir.

De maneira geral, refere-se a deslocamentos de um lugar a outro, a movimentações que possuem uma origem e um destino imbuídas de um propósito, de se fixar ou residir em outro território. Tais movimentações tendem a formar fluxos de trânsito de uma região a outra, dentro de um mesmo país, como no caso das chamadas “migrações internas”, ou fluxos de movimentações entre diferentes países ou continentes, como ocorre com os chamados “migrantes internacionais”, comumente designados “imigrantes”. Os fluxos de partida foram nomeados “emigração” e os da chegada ao destino, “imigração”. Paralelamente, surgiram os conceitos de “emissão” e “recepção” para caracterizar regiões ou países de onde partiam ou aonde chegavam os migrantes (Resstel, 2015, p.37).

A migração é um processo que faz parte da história da humanidade. Segundo Maffesoli (2001, p.21), “a mobilidade do homem é decorrente do desejo que o movimenta, que o impulsiona constantemente para o deslocamento, traz com ele a pulsão da andança, o desejo de errância como sede do infinito”. No entanto, a análise do processo migratório requer um debruçamento sobre suas condicionantes de forma ampliada para além do desejo humano atrelado à expansão em aspectos diversos.

Desde os primórdios da humanidade, migrar tem sido um hábito, seja por questões climáticas, hábitos nômades ou guerras entre tribos e povos, migrar como uma condição natural humana ao longo da história foi tomando um contorno preñado de elementos inerentes aos sistemas aos quais a humanidade cria.

Todavia, como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações, ao serem historicamente condicionadas, são resultado de processos econômico-materiais de mudança. Assim, atentar-se aos limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para o seu estudo (Brumes; Silva, 2011, p.126).

Analisaremos o migrar, atrelado, portanto, às relações de poder que são estabelecidas entre povos, países e economias, dentro de um sistema econômico e social estabelecidos. Em cada momento da humanidade, povos e grupos foram e são subjugados, a partir de correlações de forças ideologicamente estabelecidas e alimentadas. Di Cesare (2020) destaca que “Migrar não é um dado biológico, mas um ato existencial e político, cujo direito ainda deve ser reconhecido” (p.14).

Sair de um país e deixar casa, família e lembranças, muitas das vezes, está atrelado às violências impostas entre homens e mulheres, a partir de interesses que subordinam e dilaceram relações, transformando o que se teria de humano, na barbárie do capitalismo ávido por lucro e acúmulo de riquezas.

As pessoas não se movem necessariamente entre dois países, de A para B, e as migrações não se dão unicamente através de jornadas lógicas ou pela rota mais próxima entre os países. Há um grande número de nações que são destinos e/ou origens e/ou trânsito para populações migrantes. E os deslocamentos contemporâneos devem ser entendidos na sua complexidade, já que atualmente é crescente e diversificada as formas de migrações: a trabalho (temporário ou permanente), união familiar, por causas ambientais, aposentadoria, estudo, afeto, guerras civis, entre outras (Câmara; Dutra; Cavalcanti, 2018, p. 143).

Falar de migração é também tocar nas especificidades dos processos que impulsionam os deslocamentos forçados, ou não, para a reconstrução de vidas, e consequentemente de hábitos, territórios, sociabilidades, dentre uma infinidade de

elementos. É a busca por alternativas melhores de vida e de existência, a partir das condições vividas.

A amplidão das possibilidades e justificativas para o fluxo migratório constroem um cenário amplo que abrange desde os deslocamentos forçados por vicissitudes climáticas, onde os primeiros ancestrais da humanidade deixam o continente Africano, desde os grandes deslocamentos, causados por situações forçadas que fizeram e fazem com que grandes grupos precisem realizar o deslocamento, como foram os casos das diásporas: africana, armênia, judaica, irlandesa e chinesa (Faerstein; Trajman, s/d).

Wise (2021) atenta para o ponto de vista sob o qual a migração pode ser observada quando baseada em teorias econômicas neoclássicas e monetaristas, concebida como uma variável independente, onde o vínculo entre migração e desenvolvimento é visto como uma relação unidirecional, onde as remessas servem como alavanca de desenvolvimento para os países de origem, sendo o mercado global tratado como “o apogeu da modernidade capitalista e o ponto final de um processo inevitável que não tem alternativa provável (*Ibid.*, 2021, p. 174).

Ventura; Yujra (2019) por sua vez, destacam sobre a realidade do envio das remessas, a expressividade da contribuição que os migrantes enviam para suas famílias em seus países de origem, através dos valores monetários enviados ao exterior por transações bancárias.

Segundo o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) da ONU, estima-se que as remessas de dinheiro enviadas por trabalhadores imigrantes e suas famílias que permanecem em seus países de origem contribuam para o sustento de cerca de 800 milhões de pessoas; logo, somando-se quem as envia e quem as recebe, as remessas tocariam diretamente as vidas de cerca de uma em cada sete pessoas no planeta. Ainda segundo o Fida, do total estimado da renda dos trabalhadores migrantes (US\$3 trilhões anuais), cerca de 85% permaneceriam no país em que ela foi obtida pelo trabalho. Mas a fração dessa renda periodicamente remetida aos países de origem- cuja média estimada de duzentos e trezentos dólares americanos por envio- pode representar, nos países mais pobres, a metade da renda da família por ela beneficiada (Ventura; Yujra, 2019, p.18-19).

Optamos por observar, assim como Wise (2021), o deslocamento humano a partir da relação que se estabelece para o seu impulsionamento ou refração de um território para o outro, estando intrinsecamente ligado às necessidades capitalistas que surgem a partir do desenvolvimento e exploração de um grupo, por outro, quando a lógica de dominação e necessidade de utilização de mão-de-obra tem uma continuidade, apresentada com uma roupagem moderna.

Nesse sentido, é importante observar que um elemento-chave dessa estratégia é o estabelecimento de redes globais de capital monopolista, que, apoiadas por operações de *outsourcing* e cadeias de subcontratação, estendem parte dos processos produtivos, comerciais, financeiros e de serviços de grandes empresas multinacionais do Sul global, em busca de mão-de-obra abundante e barata, além da extração ou pilhagem de recursos naturais. Tal estratégia é exemplificada pelas plataformas de exportação que atualmente operam como uma espécie de economia de enclave em países periféricos (*Ibid*, 2021, p.176).

A pessoa migrante torna-se, nesse contexto, a nova mercadoria que o sistema capitalista necessita. Pois ao implantarem suas empresas em países tidos como “periféricos”, a extração de mais-valia e expansão monopolista somente pode ser mantida através da mesma dinâmica intrínseca do capitalismo: exploração e acúmulo de riquezas. Sendo assim, podemos analisar o fenômeno da migração em sua complexidade de determinações sociais, considerando também que “É possível demonstrar que a maioria das grandes migrações dos últimos dois séculos e, frequentemente, até de períodos anteriores, começaram em determinado momento – elas têm origens, não estão lá simplesmente desde o início” (Sassen, 2016, p.30).

Nesse sentido, a origem da migração diante do contexto capitalista e que engloba a entrada ou permanências da pessoa migrante nos territórios, vai girar em torno das relações políticas e econômicas que são estabelecidas e portanto, não mais sendo movidas como desejo humano impulsionado por questões inerente de sobrevivência instintiva, mas a partir de necessidades específicas de um grupo dominante, fazendo com que as rotas traçadas pelas pessoas acompanhem as necessidades impostas pelos países que foram constituídos historicamente “centrais”, justamente pelo acúmulo proporcionado pela extração de riqueza, território e mão-de-obra dos países que dominaram. Um exemplo disso foi:

A crise econômica e política porque passaram a Europa e os EUA a partir de 2005, seguida de fortes restrições à entrada e permanência de migrantes em seus respectivos territórios, por um lado, e, por outro, o crescimento econômico seguido de relativa abertura para imigrantes em alguns países do hemisfério Sul (África do Sul, Argentina, Brasil, Venezuela, etc.) no entanto, fizeram com que muitos migrantes modificassem suas rotas migratórias do eixo “Sul – Norte” para o eixo “Sul – Sul” ou o que se convencionou chamar de “Migrações Sul – Sul” (Pereira, 2018, p. 776).

Podemos concluir então que nada de romântico possui o processo migratório, cuja manifestação mundial tem sido cada vez mais acompanhada do crescente número de pessoas (vidas) vítimas de processos múltiplos de disputa, intensificado a partir dos contextos constituídos. Segundo Brzozowski (2012):

“Os homens migravam sempre, porém desde o século XIX pode-se observar a intensificação dos movimentos populacionais no quadro mundial. Nos anos 1815-1930, aproximadamente 52 milhões de europeus emigraram rumo a ambas as Américas – incluindo o Brasil” (p. 137). Esse fluxo migratório na Europa teve como fator de incentivo o processo de industrialização, que apesar do crescimento, não apresentava condições de expandir os mercados para seus produtos e proporcionar saídas lucrativas ao capital acumulado, além de ter gerado um contingente de mão de obra ociosa. Nesse sentido, na segunda metade do século XIX teve início “a maior migração dos povos na História” (Hobsbawm, 1996, p.207).

O assustador aumento dos índices de deslocamento humano marca a realidade de uma crise humanitária. Neto (2020) ao ser entrevistado, traz a realidade em números:

Vive-se hoje a maior crise de refugiados e migratória desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Os migrantes internacionais, entendidos como aqueles que vivem e trabalham em territórios que não os de seu nascimento ao fugir de perseguições, representam cerca de 3,5% da população mundial. São, assim, um pouco mais que 270 milhões de migrantes internacionais (Acnur, 2019), para uma população mundial de 7,8 bilhões de habitantes.

Já no século XX, a intensificação das migrações, após as duas grandes guerras mundiais, é acompanhada de processos de pauperização dos países, por questões múltiplas, atravessadas por crises econômicas, políticas, religiosas e étnicas, ameaça aos direitos humanos, invasões militares, tornando o fenômeno de deslocamento humano uma realidade constante. Sobre os motivos para a migração Oliveira; Jannuzzi (2005) apontam duas tendências principais:

De um lado, há a dominância de modelos, abordagens e teorias interpretativas do fenômeno migratório como resultado dos desequilíbrios regionais dos fatores de produção (em especial, do trabalho). De outro, há a regularidade empírica do padrão etário dos migrantes (jovens, sobretudo homens de 15 a 29 anos de idade). Assim, surgiu a tendência de corroborar as teses aportadas por tais modelos e abordagens. O enfoque neoclássico sugere que os indivíduos migrariam em busca de trabalho, melhores oportunidades e salários, realizando um cálculo racional-econômico para a escolha do destino. Já a abordagem histórico-estruturalista indica que a formação dos fluxos de migrantes decorreria das necessidades e ditames do desenvolvimento econômico capitalista no país (p.134).

O Relatório Tendências Globais (2021) do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) ainda mostra que ao final de 2021, o número de pessoas deslocadas por guerras, violência, perseguições e abusos de direitos humanos

chegou a 89,3 milhões (um crescimento de 8% em relação ao ano anterior e bem mais que o dobro verificado há 10 anos).

Borba; Moreira (2018) sinalizam que com relação aos deslocamentos forçados, nos anos próximos ao momento que escreveram, os fluxos ocorriam majoritariamente no eixo Sul-Sul, o que em 2021, continuava sendo uma realidade, onde os dados do mesmo relatório mencionado anteriormente (Relatório Tendências Globais, 2021), revelam que entre as pessoas refugiadas e da Venezuela deslocadas<sup>22</sup> fora de seu país, ao final de 2021 tinha-se 53,2 milhões de pessoas deslocadas internamente, 4,6 milhões de solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado e 4,4 milhões de pessoas da Venezuela deslocadas fora do seu país, sendo que foram os países de baixa renda ou média que acolheram 83% desta população, os países menos desenvolvidos ofereceram asilo para 27% deste total e 72% das pessoas viviam em países vizinhos aos seus países de origem.

O que desconstrói sobremaneira o discurso em torno do fluxo migratório abordando qual segmento adentra o território de outro de forma descontrolada incluindo a falácia de que os migrantes estão invadindo os países ricos, especialmente os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental, criando-se para tal fato, as crescentes restrições de ingresso e permanência de pessoas no território deles. Ventura; Yujra (2019) corroboram com a desconstrução dessa narrativa ao argumentarem que: “No entanto, os dados da ONU revelam que a Ásia, por exemplo, abriga quase um terço dos migrantes internacionais (80 milhões de pessoas em 2017), bem mais do que a América do Norte (58 milhões), e em medida quase equivalente à Europa (78 milhões) (p.19).” As autoras ainda colocam que a República Democrática do Congo, na verdade, é que pode ser considerada o país que acolhe o maior número de pessoas refugiadas, quando se considera a proporcionalidade do tamanho de sua economia, sendo também um emissor de refugiados devido à sua realidade de recorrentes conflitos armados (*Ibidem*).

A ONU estima que 146 milhões de migrantes vivam no chamado Norte Global (países desenvolvidos), ao passo que 112 milhões viveriam no chamado Sul Global (países em via de desenvolvimento). No entanto, ainda que atualmente o número de migrantes seja maior

---

<sup>22</sup> Aqui fizemos menção aos dados, exportando as informações, mantendo a abordagem que a ACNUR fez separando refugiados e venezuelanos.

no Norte (57% do total de migrantes no mundo) do que no Sul (43%), é cada vez menor o número de migrantes do Sul que se dirigem ao Norte. Entre os Migrantes internacionais que vivem no Norte, 61% nasceram no Sul, enquanto 39% nasceram no próprio Norte. Por sua vez, na região Sul, 87% dos migrantes internacionais provêm do próprio Sul, e 13% nasceram no Norte. (...) O fluxo de migrantes nascidos no Sul em direção a outro país da mesma região (38%) já superou o seu fluxo em direção ao Norte, ao passo que 97 milhões migraram em direção ao próprio Sul. Em 1990, esse número de migrantes nascidos no Sul e acolhidos em outro país do próprio Sul era cerca de 57 milhões, o que revela um aumento de cerca de 70% quando se consideram os dados de 2017 (Ventura; Yujra, 2019, p.17).

As necessidades do sistema capitalista engendram processos sociais que atravessam a vida daqueles e daquelas que necessitam movimentar-se para sobreviver. As guerras, os desastres naturais, o racismo, a LGBTQIAPN+fobia, são elementos impulsionadores da saída de um território. No entanto, diante da realidade da necessidade de manutenção das condições materiais da vida, na sociedade capitalista, o trabalho continua possuindo centralidade, onde a sobrevivência da classe trabalhadora necessariamente advém da venda de sua força de trabalho para o capitalismo.

No bojo desse processo, as relações sociais entre norte e sul são estabelecidas através do capitalismo em seu estágio de amadurecimento de troca mercantil, que incluem e aprofunda barreiras específicas de taxas entre os países e de pessoas, conformando essa construção como sendo entre o capital do norte e trabalho do Sul. Sendo assim, a globalização entra em cena transformando não somente a produção de mercadorias, mas também as relações sociais, onde dentre elas, está a que define e aprofunda quem compra e quem vende a força de trabalho (norte – sul) (Smith, 2022).

A globalização da produção e sua mudança para os países de baixos salários é a transformação mais significativa e dinâmica da era neoliberal. Sua força motriz fundamental é o que alguns economistas chamam de “arbitragem global do trabalho: os esforços das empresas na Europa, América do Norte e Japão para cortar custos e aumentar os lucros através da substituição da mão-de-obra doméstica, cujos salários são mais altos, pela mão-de-obra estrangeira, mais barata, conseguida tanto através da emigração da produção (“terceirização, como usada aqui) como através da imigração de trabalhadores. A redução das tarifas e a remoção das barreiras aos fluxos de capital estimularam a migração da produção para países de baixos salários, mas a militarização das fronteiras e o aumento da xenofobia tiveram o efeito oposto na migração de trabalhadores desses países - não impedindo totalmente, mas inibindo seu fluxo e reforçando a vulnerabilidade e o status de “cidadãos de segunda classe” dos migrantes. (...) Esta é uma farsa da globalização: um mundo sem fronteira para tudo e para todos, exceto para os trabalhadores (Smith, 2022, p.47).

A construção da relação norte-sul é pautada assim, numa efetivação desse processo, formando territórios e relações sociais desiguais, mantidas pela necessidade de reprodução do sistema capitalista (Vázquez, 2011). A

intensificação do fluxo migratório representa uma perda para qualquer sistema histórico, mas ela é particularmente significativa no caso de um sistema cuja estrutura e lógica são construídas em torno da acumulação contínua de capital (Wallerstein, 2021, p. 69), sendo as migrações produzidas pelas próprias contradições do sistema capitalista que se desenvolveu em cada local “produzindo diferenças, que geram as desigualdades sociais, econômicas e políticas, promovendo pobreza, má distribuição de renda e exploração da mão de obra, entre outras mazelas” (Silva; Lima; Fernandes, 2018, p. 446).

A continuidade das transformações a partir da migração já apresenta quadros significativos de mudanças, onde os dados indicam que o mundo sofrerá nas próximas décadas, uma transição demográfica significativa. Wenden (2016) demonstra essa transformação através dos seguintes dados:

Em um mundo que terá 9 bilhões de habitantes no horizonte de 2040, a Ásia abrigará mais da metade da população mundial (57%). A Índia, a China, a Indonésia, o Paquistão, a Nigéria, os Estados Unidos, o Brasil e o México serão os países mais populosos do planeta. Ao Norte, o continente europeu deverá enfrentar o envelhecimento acelerado de sua população, especialmente nos países da Europa do Sul e da Europa Central e Oriental. Ao Sul, nos países de partida, afetados de modo diverso pela transição demográfica, esta última poderá manter um vínculo com a migração internacional

Três das dez maiores cidades em 2030 serão indianas, cinco das 25 maiores serão chinesas. Conforme as projeções da ONU, as cidades de mais de 20 milhões de habitantes em 2030 serão Tóquio, Déli, Bombaim, São Paulo, Daca, México, Nova Iorque, Calcutá, Xangai e Carachi.

São as cidades da África que crescerão mais rapidamente, segundo as projeções da ONU, seguidas pelas cidades da Ásia. Em 2030, mais de 80% da população urbana do mundo viverá na Ásia, na África e na América Latina (p.25-26).

Essa transição demográfica acompanha e acompanhará as novas necessidades do sistema capitalista na continuidade de sua manutenção, e, portanto, da venda da força de trabalho por parte da classe trabalhadora que migra. Destacamos, nesse contexto, como a migração ocorre. Qual o perfil dos que migram e por quais necessidades são motivados e motivadas a fazê-lo, quando o deslocar-se não compreende necessariamente vontade, como vimos aqui, mas sim, sobretudo, pela necessidade de manutenção da vida.

Anúnciação (2018) escreve que os mais pobres não querem migrar, mas o “deslocamento é um recurso extremo diante da percepção da ausência de ação governamental efetiva e em face da falência das soluções coletivas para reduzir sua vulnerabilidade” (p.626). Nesse sentido, o processo de vulnerabilização das pessoas provocado pela lógica capitalista e pelas relações de poder como um todo,

constroem o quadro de necessidades materiais e objetivas fazendo com que o movimento da busca por novo território não seja mais uma escolha, mas sim, uma necessidade. Sobre essa realidade, Wenden (2016) afirma que:

um terço da população do planeta ao Norte beneficia-se do direito de migrar ao Norte Global e ao Sul Global, enquanto dois terços de habitantes da terra não podem circular livremente do Sul Global ao Norte Global e, ainda, são desprovidos de direitos e garantias do Sul ao Sul. Na América Latina o cenário é de crescente intolerância e envolve as lutas de classes e polarização de ideologias, cerceamento de liberdades civis, recrudescimento do racismo, sexismo, machismo e das violências de toda ordem contra os mais vulneráveis (p. 626).

Acompanhando as transformações políticas e econômicas, as relações sociais alteram-se, a partir da conjuntura às quais são submetidas. O uso da mão-de-obra, bem como a construção do perfil de trabalhadoras e trabalhadores que serão absorvidos no Brasil são processos constituídos, a partir de conjunturas específicas vivenciadas não somente pelo referido país, mas como pelos países inseridos na dinâmica capitalista como um todo.

Juntamente às transições demográficas ocorridas, está o cenário econômico que demanda em conjunturas específicas, por um maior número de mão-de-obra. Um exemplo de destaque do Brasil que se revelou nesse sentido, foi o cenário da comercialização de proteína animal, nos anos 2000, apresentando-se como uma oportunidade para os migrantes em busca de trabalho (Mamed, 2018).

Dessa maneira, ao passo que o país se tornou um dos principais produtores globais de carnes, o setor foi apresentando maior necessidade de contratação e fixação de trabalhadores, em razão das características específicas do seu processo produtivo. Com a intensificação crescente do ritmo de trabalho para cumprir metas diárias de produção, longas jornadas, condições precárias de trabalho e reduzidos salários, associados ao elevado índice de doenças laborais, os frigoríficos brasileiros enfrentavam dificuldades para contratar e firmar trabalhadores, quando então passaram a recrutar os imigrantes haitianos recém-chegados ao Brasil por meio do Acre (*Idem*, 2018, p.69).

Desta forma, os fluxos de pessoas pelos territórios têm sido acompanhados principalmente pelos acontecimentos e necessidades descritos pelo mercado, pelo fluxo de comercialização e conseqüentemente, por necessidade de mão-de-obra para desenvolvê-lo e escoar suas mercadorias produzidas. No entanto, a própria dinâmica capitalista, também impõem aos países, ciclos que acompanham expansão e retrocesso e que por isso, determinam o processo de absorção e expulsão de mão-de-obra a depender do contexto político e econômico vivenciado.

O sistema capitalista e sua dinâmica junto aos países colocados na condição de subdesenvolvimento, imprimem às pessoas da classe trabalhadora, que se inserem por sua vez na dinâmica capitalista, a necessidade primeira da venda de sua força vital para a manutenção material e objetiva de suas vidas e que por isso, a vendem, conforme as demandas impostas pela conjuntura econômica inscrita em cada país nos determinados momentos históricos.

No entanto, a grande contradição desse processo, é que o mesmo, necessita dessa força de trabalho para imprimir valor ao que produz, e por isso, são as mesmas pessoas que trabalham para o sistema, ainda que não tenham a alternativa de não o fazer, que também o mantém. Nesse sentido, a grande contradição e ao mesmo tempo, justificativa do fluxo migratório, diz respeito à necessidade de deslocar-se para sobreviver, atrelada à manutenção do processo que mantém as desigualdades, guerras, e por isso, a exploração de pessoas para a manutenção de poder, lucro e acumulação. A lógica mantém-se e o fluxo de pessoas em deslocamento entre os países continua constante e intensificada.

Como aponta o relatório da ONU (UNITED NATIONS, 2012), em 2010 aproximadamente 73 milhões de imigrantes nascidos em países do Sul encontravam-se residindo em outro país do Sul, com uma tendência de aumento para os anos seguintes. Esse valor seria, no entanto, pouco menor do que o de imigrantes do Sul vivendo em países do Norte, 74 milhões. Já os imigrantes do Norte vivendo em países do Norte seriam equivalentes a 53 milhões e do Norte no Sul, 13 milhões (UNITED NATIONS, 2012) (Domeniconi, 2018, p 203).

Nesse bojo, podemos analisar que o cenário da migração se modifica a partir das condições de vida e trabalho das pessoas, a depender dos processos vivenciados por cada país e de suas necessidades de absorção ou expulsão de pessoas. De acordo com esses processos, a migração internacional vai redefinindo os fluxos migratórios, provocando, de acordo com as tendências globais da atual forma de capitalismo, o desenvolvimento desigual sob o qual se expressam as relações sociais e econômicas.

A dinâmica global e nacional do desenvolvimento capitalista, a divisão internacional do trabalho, o sistema imperialista das relações internacionais de poder, os conflitos em torno da relação capital-trabalho e a dinâmica do capital extrativista fizeram com que a polarização econômica, social, política e cultural entre os espaços geográficos e as classes sociais fosse mais extrema do que nunca na história da humanidade. Um resultado notório desse cenário é a concentração desproporcional de capital, poder e riqueza nas mãos de uma pequena elite dentro da classe capitalista (Wise, 2021, p.176).

O autor pontua também que atrelada às condições geradas pela reestruturação neoliberal, esse cenário traz um considerável excesso de oferta de mão de obra, que deteriorou a estrutura salarial e aumentou a precariedade nos empregos em escala mundial, ressaltando a importância da análise dialética entre migração e desenvolvimento, reafirmando a necessidade da análise do fenômeno migratório, a partir das consequências da investida neoliberal que provoca um desenvolvimento desigual, colocando como elemento central dessa estratégia.

Nesse sentido, corroboramos com a compreensão de Wise (2021), também entendendo a importância da análise dos fluxos migratórios enquanto processos que impactam principalmente na vida da população trabalhadora, vulnerabilizada ainda, pelo contexto capitalista.

No que diz respeito à compreensão do Brasil e seu fluxo migratório, o tema das migrações internacionais ressurge como questão demográfica no país ao final do século XX e na virada para o século XXI, de acordo com Baeninger (2016).

Assis *et al* (2018) fazem um resgate histórico desse fluxo no Brasil apontando algumas chaves importantes para o seu entendimento. As autoras e autores escrevem ainda que desde a década de 1970, além da realidade da migração interna ocorrida em várias regiões do Brasil, tem-se registrado um aumento no fluxo de migrantes internacionais destacando os grupos: “japoneses, latino-americanos, africanos e, mais recentemente, haitianos, ganeses, senegaleses, refugiados sírios e outros grupos de imigrantes que vêm para o estado também em busca de oportunidades”. Destacam também que dentre os referidos segmentos, somente os japoneses e os haitianos contaram com políticas migratórias específicas e os demais não contaram com o mesmo apoio governamental (*Ibidem*, 2018, p. 480).

As mesmas autoras e autores mencionados anteriormente ainda mencionam que ao longo dos anos 1970, mais particularmente os anos 1980, contou-se com um fluxo de imigrantes latino-americanos com diversas motivações para o deslocamento, e destacam a migração pela condição do exílio político, do turismo, que posteriormente, muda para a condição de migração e escrevem, porém, que esse fluxo não chamou tanto a atenção da mídia e dos formuladores de políticas públicas como a chegada dos haitianos, a partir de 2010, quando o “estado se depara com os “novos imigrantes”, que ganham a mídia e o espanto de uma sociedade que, construída com o discurso de terra de oportunidades, recebe com

estranheza e desconfiança imigrantes haitianos, senegaleses, ganeses e outros grupos” (*Ibidem*, 2018, p. 480).

Dando continuidade à retrospectiva histórica dos anos de 1970, as mesmas autoras e autores ainda trazem que nesse momento, imigrantes latino- americanos começaram a chegar ao estado, sendo esse, um movimento iniciado com um fluxo esporádico de exilados políticos que vieram também nos anos 1970, ao qual se juntaram os que vieram com o intenso fluxo turístico, principalmente de argentinos, para o litoral catarinense, a partir do final dos anos de 1980, tendo tido continuidade na década de 1990, “principalmente Florianópolis e Balneário Camboriú, com o reforço de políticas econômicas e campanhas publicitárias, destacando-se a denominação de Florianópolis como capital turística do Mercosul” (*Ibidem*, 2018, p. 482- 483).

As mesmas autoras e autores destacam por fim, a imigração haitiana com relação ao contexto da migração internacional para a região de Santa Catarina, quando em 2011, inicia-se principalmente por conta da necessidade de mão-de-obra para atuação numa área específica, havendo para tanto, o recrutamento “de duzentos imigrantes que vieram trabalhar na empresa Ambiental, responsável pelo contrato de limpeza urbana, coleta de lixo e tratamento de resíduos sólidos no município” (p.487).

Outros fatores podem ser levantados por colocarem o Brasil, dentro do contexto latino-americano, como destaque no cenário das migrações. Um deles é o trazido por Fin (2018) como estando relacionado ao setor petrolífero brasileiro e que engloba toda a cadeia produtiva de petróleo e gás (P&G). Para a autora, para o funcionamento dessa cadeia produtiva, de modo especial a cadeia de exploração e produção (E&P), faz-se necessário um mercado de equipamentos e serviços que permita a realização de tais atividades, empregando, desta forma, força de trabalho proveniente da imigração internacional, destacando que de acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o setor “foi o responsável por empregar, entre 2011 e 2015, praticamente a metade de toda a força de trabalho qualificada imigrante que está legalmente autorizada a trabalhar no Brasil com visto de trabalho temporário” (Fin, 2018, p.231).

Baeninger (2016) também destaca a redefinição de muitos fluxos migratórios nas trajetórias que inseriram o Brasil de forma mais intensa no rol dos países de destino e de trânsito da mobilidade internacional. Outros fatores

somados à crise econômica nos Estados Unidos e na União Europeia, como ampliação de postos de trabalho de baixa qualificação no Brasil, com destaque para o crescimento da informalidade na cidade de São Paulo, são alguns deles, apontados pela referida autora.

No sentido do trabalho formal, destacam-se no cenário brasileiro por sua participação nos vínculos ativos no mercado de trabalho formal, algumas nacionalidades, no que diz respeito à empregabilidade nessa perspectiva.

Entre os registros de imigrantes há que se avaliar a significativa presença de haitianos no ano de 2015, com 34.224 vínculos em um total de 131.037 no ano, ou seja, 26,12% do total; de portugueses, com 10.254, e de chineses, com 2.975, no mesmo ano. Já em relação ao grupo de vínculos ativos para imigrantes trabalhadores do conhecimento, destaca-se a participação de argentinos, com 7.795, bolivianos, com 1.506, e portugueses, com 2.065 registros em um total de 20.006 em 2015 (Domeniconi, 2018, p.210).

Silva; Lima; Fernandes (2018) destacam a construção de mecanismos criados pelo governo brasileiro no que diz respeito à entrada dos imigrantes no mercado de trabalho, dando prioridade aos demandantes de refúgio, onde uma vez que ao entrar em contato com as autoridades migratórias, no momento da chegada em território nacional, ou ainda aqueles que já estão no País, e solicitam refúgio, essa solicitação é registrada e ocorre a emissão de um protocolo, sendo considerado um documento provisório de identidade de estrangeiro, tendo validade de um ano, podendo ser renovado. “Juntamente com o protocolo é emitido o CPF (RN n. 18/2014) e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o que teoricamente garantiria uma segurança no mercado de trabalho” (Silva; Lima; Fernandes, 2018, p.456).

Buscando facilitar o acesso dos imigrantes à CTPS, o Ministério do Trabalho ampliou o atendimento aos estrangeiros permitindo a emissão da carteira não só nas sedes da superintendência, mas também nas gerências e agências regionais de trabalho (Portaria n. 04/2015) e posteriormente permitiu que o documento fosse emitido por outros órgãos da administração pública (Portaria n. 699/2015). Todo esse esforço teve como objetivo ampliar a inserção laboral dos imigrantes, facilitando o acesso à documentação e corrigindo distorções que aconteciam, principalmente, na cidade de São Paulo, local de maior afluxo de demandantes de refúgio de nacionalidade haitiana e senegalesa (*Ibidem*, 2018, p. 456).

Através do esforço do governo brasileiro com a adequação dos imigrantes às normas e burocratização institucional para a participação formal no mercado de trabalho, podemos perceber a importância dada à absorção dessa mão-de-obra que chegava ao país nesse contexto de expansão da migração para o Brasil.

Um conjunto de fatores podem ser analisados como impulsionadores da busca do Brasil enquanto país de origem do segmento haitiano. Rossa; Menezes (2018) destacam dois deles, que são o envolvimento do Brasil com a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) e a ocorrência do Furacão Sandy, em 2012, fatores esses que estimularam a criação excepcional *ad hoc* inédita de criar o visto por razões humanitárias e concedê-lo a cidadãos haitianos, iniciado com um número limitado e expandido após a constatação da migração atravessada pela ação de coites e atravessadores. As autoras pontuam que além das solicitações de refúgio a chegada das pessoas haitianas ao Brasil:

(...) não configurou nem refúgio "ambiental" e também não foi considerada refúgio clássico pelo risco de que tal reconhecimento estabelecesse uma contradição à intervenção militar brasileira. A possibilidade de migração "econômica" clássica também foi de alguma forma, afastada, pelo reconhecimento como um caso de vulnerabilidade merecedor de tratamento jurídico próprio (Rossa; Menezes, 2018, p.393).

Sobre as principais cidades onde encontravam-se alocados, Silva; Lima; Fernandes (2018) trazem um panorama sobre a distribuição do grupo de haitianos pelas cidades do Brasil:

O grupo dos haitianos é o de maior representatividade entre os imigrantes pesquisados, (...) eles se encontram distribuídos em 420 municípios brasileiros e nos 24 estados. A entrada deles ocorreu principalmente pelo estado de São Paulo (51%), Amazonas (17%), Acre (14%) e Rio Grande do Sul (10%). A cidade que concentra o maior quantitativo de imigrantes haitianos com registro ativo na Polícia Federal é a cidade de São Paulo, com 21% dos imigrantes, o que coincide com o estado com a maior concentração dos mesmos. Em seguida, apresentam-se as cidades de Manaus, com 6%, Curitiba, 5%, Caxias do Sul, Porto Velho, Cascavel, Bento Gonçalves e Contagem, todas essas com 3%. Boa parte dos haitianos tem o destino ou município de residência definido pelos laços familiares, de amizade ou outros tipos de vínculos emocionais, o que facilita a fixação no território brasileiro, o que nos remete a Teoria das Redes. Mas uma parcela significativa está à disposição do capital, abertos a qualquer oportunidade de trabalho, sem tomar qualquer conhecimento da dimensão geográfica do território brasileiro, se deslocam pelo País, atrás das oportunidades de empregos que muitas vezes são verdadeiras fraudes trabalhistas, que oferecem salários e condições de vidas que são muitas vezes fictícias (Silva; Lima; Fernandes, 2018, p.429).

Rossa e Menezes (2018) fazem destaque para a realidade vivenciada por países como Bangladesh e Angola e que receberam condições muito diferenciadas das da haitiana. No caso dos solicitantes de refúgio de Bangladesh, ainda que estivessem inseridos no contexto de crise ambiental, sua situação foi dificultada por não poderem ser contemplados nas categorias jurídicas existentes do Brasil, "sem que tenha sido levantada a hipótese de extensão do visto por razões humanitárias a nacionais desse país, como foi conferido a pessoas oriundas da

Síria em 2013” (Rossa; Menezes, p.394). E sobre as solicitações de refúgio de angolanos e angolanas, as autoras destacam o aumento no número de solicitações de refúgio desse segmento nos últimos anos, especialmente entre 2014 e 2016, após a Cláusula de Cessação de Refúgio emitida pelo ACNUR em 2012<sup>23</sup>, representando um número mais expressivo de refugiados reconhecidos no Brasil entre 1975 e 2002.

Outro fluxo migratório que ganhou grande destaque no Brasil, foi o venezuelano. João Carlos Jarochinski Silva (2018) destaca que “o aumento dos fluxos de venezuelanos para o Brasil ocorre desde 2015 em virtude dos crônicos problemas de abastecimento de produtos básicos associados ao aumento das tensões e violência que marcam a trajetória recente da Venezuela” (Silva, 2018, p.641) e escreve que essa realidade não só atingia ao Brasil, mas também os outros países fronteiriços com a Venezuela que são a Colômbia e Guiana.

No entanto, segundo levantamento realizado por Silva (2018), o Brasil nunca foi um destino prioritário para os venezuelanos. Ventura e Yujra (2019) corroboram com essa perspectiva quando apontam:

Segundo a OIM, até julho de 2018 o país recebeu apenas 2% dos 2,3 milhões de venezuelanos que emigraram desde 2015. Mais da metade deles está em trânsito, buscando a radicação em outro país de língua hispânica, o que explica por que o Peru, Chile e Argentina, tenham recebido no mesmo período, respectivamente, 354 mil, 105,7 mil e 95 mil pessoas, número bastante superior aos 50 mil venezuelanos que estariam radicados no Brasil. A Colômbia, que teria recebido cerca de 900 mil venezuelanos, é o principal destino deste fluxo. Juntamente com Estados Unidos e Espanha, concentram atualmente 68% dos migrantes venezuelanos (p.46).

O Brasil é nesse sentido, um país procurado para a rota, mas não para moradia para os haitianos e venezuelanos. Os caminhos que se abrem com as oportunidades de trabalho são processos que se alargam ou se estreitam, a depender das necessidades comerciais e das relações políticas e burocráticas que são estabelecidas.

O fluxo migratório da mesma forma que pode intensificar-se por diversas razões as necessidades e realidades colocadas para quem chega, pode representar um terreno propício a novas construções de vida ou um lugar inóspito, onde a estadia torna-se inviável e por isso, temporária. No próximo tópico, buscaremos

---

<sup>23</sup> O Brasil adotou uma cláusula de cessação de refúgio aplicável a angolanos (e liberianos), com base em orientação global expedida pelo ACNUR em junho de 2012 (ACNUR, 2014b apud Lima (et al), 2017, p. 52).

aprofundar como algumas barreiras socialmente constituídas podem interferir e forjar esse processo.

## 2.1.

### **O racismo e xenofobia na constituição da governança da mobilidade contemporânea**

Neste capítulo buscamos analisar o racismo e a xenofobia enquanto elementos atravessadores do processo de mobilidade humana, compreendendo-os enquanto recursos utilizados pelo Estado na manutenção da dinâmica dialética absorção-expulsão de pessoas, frente à necessidade de reprodução do capital. Ambos os fenômenos (racismo e xenofobia) foram observados enquanto mecanismos de segregação que auxiliam na compreensão das barreiras encontradas por aquelas e aqueles que estão em mobilidade, diante da dinâmica capitalista de construção e manutenção de ferramentas ideológicas e metodológicas para a continuidade das segregações por parte dos grupos dominantes.

Para a compreensão proposta, iniciamos a reflexão sobre como os referidos fenômenos se expressam, a partir das especificidades do capitalismo, no sentido de ampliar o olhar sobre os mesmos e seu impacto sobre a mobilidade humana, tendo em vista primeiramente, o processo de “mundialização do capital” (Chesnais, 1995).

Chesnais (1995) constrói sua argumentação partindo do pressuposto da necessidade do sistema capitalista de ampliação de relações de exploração e dominação, e, portanto, da efetivação do capital produtivo:

A mundialização do capital apresenta-se portanto como uma fase específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial em primeiro lugar e, depois, de internacionalização do capital, primeiro sob sua forma financeira e, em seguida, sob sua forma de produção no exterior (p. 6).

Chesnais (1996) descreve, portanto, o processo de “mundialização do capital” como sendo composto por dois movimentos conjuntos que se deram, e que são estreitamente interligados, porém distintos entre si.

O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (Chesnais, 1996, p. 34).

Nesse sentido, compreendemos o processo de “mundialização do capital”, assim como Osório (2014), nos distanciando das visões que “consideram a mundialização como algo inerente ao capitalismo desde suas origens, igualando-a diretamente à tendência do capitalismo operar como sistema mundial” (p.162), possibilitando-nos uma análise desta etapa do capitalismo, diferenciando-a da lógica expansionista em seus primórdios de acumulação originária, marcada pela busca dos metais preciosos, o comércio negreiro, a colonização e os crescentes lucros mercantis (Cano, 1996).

Nessa fase de mundialização, o capitalismo em seu processo de acumulação, passa por profundas transformações que exigem a mudança da dinâmica exploratória anteriormente aplicada. Osório (2014) considera essa etapa como sendo sua terceira fase, onde a economia-mundo capitalista chega pela primeira vez a ser realmente global, entrando em um novo estágio, conjugado pelos seguintes elementos: “a) O fim do longo ciclo expansivo capitalista (fase A) que se iniciou no final da Segunda Guerra e abriu caminho para uma longa fase de queda da taxa de lucro (fase B) a partir do final dos anos sessenta do século XX, fase esta que se estende até hoje” (p.167). Esses, por sua vez, compreendem processos internos que juntos constituem a nova forma de funcionamento do sistema capitalista global e mundializado.

A primeira fase mencionada pelo autor, vivenciada pelo capitalismo até a Primeira Guerra Mundial (1914), é colocada por Gaspar (1999) como ocorrida paralelamente às transformações de vulto na esfera material-produtiva, conhecido como Segunda Revolução Industrial. O autor acrescenta esta fase como estando atrelada à articulação de grandes blocos do capital produtivo com o capital financeiro, e destes com o Estado, inaugurando a era monopolista do desenvolvimento do capital, em oposição à fase anterior competitiva. Do ponto de vista da expansão da economia mundial capitalista, inicia-se, ainda segundo o mesmo autor, uma intensa internacionalização do capital, caracterizada, principalmente, pela importância assumida pelo investimento estrangeiro direto.

O segundo movimento, que caracteriza a “mundialização do capital” descrito por Chesnais (1996) foi marcado pelas políticas de liberalização, privatização e desmantelamento de conquistas sociais, apresentando esses, enquanto alguns marcos que determinam a lógica capitalista no pós Segunda Guerra Mundial, onde o sistema sofre uma nova crise de superacumulação.

Gaspar (1999) também na compreensão da “mundialização do capital” traz elementos do contexto pós Segunda Guerra Mundial, destacando como os Estados Unidos surgem como potência dentro da ordem mundial capitalista e como esse contexto constrói não somente a explicação material para esse processo, mas também as adequações realizadas no modo de produção.

O fim da Segunda Guerra assiste à emergência dos Estados Unidos à condição de potência soberana da ordem capitalista mundial, no contexto de polarização da Guerra Fria. A hegemonia norte americana vem acompanhada da mudança do padrão monetário – do regime de livre comércio ancorado no padrão ouro, sob supremacia da libra esterlina, ao regime das taxas de câmbio fixas, arbitrada pela Reserva Federal dos EUA em conjunto com os Bancos Centrais das principais potências capitalistas, sob supremacia do dólar – e do padrão produtivo, através da consolidação do sistema fordista de fabricação em massa e padronizada dos produtos e do intervencionismo estatal, o qual, nos países centrais, assumiu a forma do Welfare State. A tecnologia, por sua vez, caracterizou-se pelo uso intensivo de energia – principalmente o petróleo e seus derivados – e de mão-de-obra (p.56).

Nesse sentido, podemos observar que com o objetivo de reestruturar o sistema, foram adotados movimentos de reorganização de suas bases econômicas, como um meio de recuperar as taxas de acumulação das décadas anteriores. Ferrer(2001) contextualiza que a intensificação do processo de mundialização do capital pode ser percebido no início da década de 70, quando o sistema capitalista começa a apresentar sinais de desgaste, evidenciado pelas baixas taxas de crescimento e altas taxas inflacionárias, colocando que as primeiras potências que puderam observar esses sinais foram Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental, onde as economias destes países “sentiam os efeitos de um capitalismo instável, com elevações entre crescimento e recessão na economia. Esta instabilidade econômica se caracterizava por um capitalismo não sustentado, em que a lógica do capital não se realizava de maneira completa” (p.20).

Nesse contexto, as grandes potências econômicas passaram a adotar medidas de contenção de custos na produção, visando a um aumento na margem de lucro no produto final. O resultado manifestou-se por um acirramento na concorrência entre as grandes empresas, que procuravam expandir seus investimentos, principalmente em regiões onde os custos de produção seriam minimizados com uma maior disponibilidade de matéria-prima, isenções

fiscais e facilidades, por parte dos governos nacionais, na instalação de novas indústrias e pela exploração de mão-de-obra barata. As chamadas transnacionais tinham como objetivo a recuperação da estabilidade do crescimento econômico, criando as condições favoráveis para ampliação dos níveis de acumulação de capital anteriores à crise (*Ibidem*, p. 20).

Com o contexto colocado de instabilidade e crise para a manutenção das taxas de lucro, o sistema capitalista adota medidas, como a contenção de custos na produção, desencadeando na concorrência entre as grandes empresas que procuravam expandir seus investimentos nas regiões onde fosse possível extrair mais matéria-prima, sob o mais baixo custo, sendo uma de suas consequências, a exploração de mão-de-obra barata, nos territórios onde essas grandes empresas se estabeleciam. O objetivo dessa dinâmica era restabelecer a estabilidade do crescimento econômico e criar condições que garantissem novamente, a ampliação dos níveis de acumulação de capital, como destaca Ferrer (2001): “Integrados nesse contexto, surgem denominações como privatizações, desregulamentação das economias, aberturas de mercado, desterritorialização, Estado mínimo e exclusão social, sendo viabilizadas por um programa de governo específico, o neoliberalismo” (p. 23).

Ao relacionar o neoliberalismo com o processo de globalização, a mesma autora mencionada anteriormente, escreve como a partir da década de 70, o neoliberalismo apresenta-se como um modelo de orientação política e econômica que constitui a expressão política da globalização, caracterizando-se por uma oposição ao Estado intervencionista e de Bem-Estar social, tendo sido implementado inicialmente nos países centrais pelo governo de Margaret Thatcher (1979) e, posteriormente por Ronald Reagan (1981), adquirindo âmbito mundial e tornando-se atualmente parte integrante do processo de mundialização do capital.

Sendo assim, a globalização não é algo atual, proporcionado pelo uso de novas tecnologias que encurtam distâncias. Ainda que essa realidade seja também uma de suas consequências, mas é antes de tudo, a expressão do capitalismo em sua fase imperialista, onde: “Um e outro se contrapõem, se complementam, dinamizam-se ou se atritam, conforme a dinâmica das relações, processos e estruturas que constituem o capitalismo como modo de produção mundial. Não se trata de imaginar que um nega ou anula o outro, mas de reconhecer que ambos se determinam reciprocamente” (Ianni, 1996, p.130).

O conceito do termo “global” carrega em si uma compreensão entranhada de uma perspectiva de alcance de liberdade, a possibilidade de um mundo sem

fronteiras, globalizado e integrado, partindo da justificativa da existência de ferramentas e processos que possibilitam essa realidade. A leitura do processo de globalização nesse sentido, esvazia o entendimento de como o capital se movimenta dentro disso, fortalecendo a perspectiva de uma construção global, harmônica e abrangente, sem considerar as contradições e consequências desse processo.

Numa perspectiva de administração de empresas, o termo foi então utilizado para mandar aos grandes grupos o seguinte recado: “os obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades em qualquer lugar onde exista a possibilidade de realizar lucros estão sendo derrubados graças à liberalização e à desregulamentação; a teleinformática (ou *telematics*) e os satélites de comunicações colocam a sua disposição ferramentas fantásticas de comunicação e de controle; vocês devem reorganizar-se e reformular suas estratégias conseqüentemente”. Essa gênese confirma a idéia segundo a qual se trata, de fato, do movimento do *capital*, porém a ótica das “*Business schools*” dá uma visão por demais restrita. Torna a globalização um fenômeno apenas de tipo microeconômico, de modo que a globalização financeira, por exemplo, surge como um fenômeno totalmente distinto dos investimentos diretos estrangeiros e das novas formas de organização e administração das operações internacionais dos grupos, conquanto se trata de processos *estritamente* ligados (Chesnais, 1995, p.5).

Chesnais (1995) contextualiza o surgimento do termo “globalização”, nos auxiliando na compreensão do seu uso como tradutor da intenção de apresentar a fase atual da economia mundial como aquela em que o mundo se apresenta sem fronteiras e as grandes empresas sem nacionalidades. Dessa forma, a globalização seria o estado “natural” da economia mundial quando as forças do mercado se encontram liberadas finalmente de seus entraves.

O grande vencedor seria o “consumidor”, finalmente “livre” para adquirir os produtos que quiser com os mais baixos preços, graças à abertura das fronteiras, ao desmantelamento das regulamentações públicas e à atuação das empresas numa concorrência total, mesmo que as forças e a capacidade concorrencial destas sejam dramaticamente desiguais. No entanto, ao se observar as coisas de perto, percebe-se que o conteúdo efetivo da globalização é dado, não pela mundialização das trocas, mas pela mundialização das operações do capital, em suas formas tanto industrial quanto financeira (Chesnais, 1995, p. 3-4).

A partir dessa perspectiva, a única alternativa que restaria aos países que quisessem se integrar na “nova ordem” seria levar até as suas últimas consequências a liberalização e a desregulamentação, condição necessária para garantir competitividade, já para os trabalhadores, tal inevitabilidade significa destruir os sistemas de proteção social e todas as formas que regulamentam o emprego e o salário (Marques, 1996, p. 20).

A reorganização do capital compreende em si, diante desse cenário, uma nova dinâmica, cuja necessidade impõe mudanças com relação às formas de organização do mercado e da forma de interagir entre eles. O capital financeiro é agora a chave que interliga os grandes negócios e as consequências desse processo acarretam consequentemente, mudanças na vida da classe trabalhadora, que ao necessitar adequar-se a essa nova movimentação, vê-se inserida na lógica da desregulamentação dos direitos e das políticas sociais e da concorrência no mercado de trabalho frente ao desemprego.

Um dos resultados mais preocupantes e debatidos desta reestruturação é o “desemprego estrutural” nos países capitalistas centrais (que chega a ser, nos anos 80, duas ou três vezes maior do que na década de 70). Esta situação de desemprego é vivida, sobretudo, pelos jovens que estão ingressando no mercado de trabalho, pelos idosos de baixa qualificação e pelos imigrantes (Druck, 1999, p. 284).

A realidade da migração por melhores condições de vida e trabalho encontra nesse momento histórico do processo de implantação da reestruturação do sistema capitalista, por um lado, a implantação de alternativas à elevação das taxas de lucro e por outro, o acirramento da busca por melhores condições de vida e trabalho, no mercado. Nesse sentido: "A mobilidade sociolaboral é definida a cada momento, de acordo com as necessidades do capital monopolista de avançar ou retrain a produção nesta ou naquela região, em função das estratégias de dominação imperialista" (Santos, 2016, p. 13). O contexto histórico da crise vai delinear a dicotomia entre a necessidade de absorção e expulsão de pessoas nos países.

Retoma-se a lógica imperialista de expansão, com a estratégia de exploração de mão-de-obra barata e de extração de matéria-prima para alimentar agora, não mais as necessidades das metrópoles exploradoras, como no início do século XV, mas sim, a dinâmica da exploração sob a lógica do capitalismo monopolista em sua fase de capital financeiro. O Sul global agora é procurado para a implantação de empresas que terceirizam serviços, que subcontratam, a partir da existência de uma “mão-de-obra abundante”.

A compreensão a partir da realidade do sistema capitalista, onde a venda e a compra da força de trabalho tornaram-se algo intrínseco, de como são construídas as fronteiras e como são determinadas sua rigidez ou afrouxamento, estabelecendo-se quais corpos podem circular, bem como em quais lugares e para

quais finalidades, diante da realidade onde o “capital financeiro e o comércio fluem livremente e a mão-de-obra se move a conta-gotas” (Martine, 2005, p. 3), inclui a reflexão sobre como as fronteiras nascem, seus significados e também dinâmicas de manutenção ou afrouxamento.

Di Cesare (2020) contribui para a reflexão acerca da dimensão das fronteiras, colocando-as não apenas como sendo políticas, mas trazendo que as mesmas podem ter outras funções e objetivos, podendo ser estes reais ou simbólicos, pertencendo “ao diversificado alfabeto espacial da delimitação e da exclusão”. Para compreender a ambivalência dessas dimensões da fronteira, a autora escreve que se faz necessário a reflexão sobre sua etimologia, bem como distingui-la do confim e do limite:

O <<confim>> é a linha que marca o fim de dois territórios, um fim que, como sugere o con-, é compartilhado, reconhecido por ambas as partes. Ao contrário, o <<limite>>, vocábulo de origem latina, é o *limes* estabelecido unilateralmente. O limes mais famoso é aquele entre o Império romano e as terras germânicas. Fora das línguas latinas, a semântica dos limites muda. Se o inglês *boundary* remete a *to bind*, que quer dizer coligar, conectar, o alemão *Grenze* empréstimo eslavo, como visto no Wörterbuch dos Grimm, indica o término de um espaço, a linha de separação. A palavra <<fronteira>> revela já de início a origem proveniente do léxico militar e indica um enfrentamento, uma confrontação. Contudo, a imagem fronteira contém também um frente a frente, ou ainda um face a face, que abre para um confronto não necessariamente bélico (Di Cesare, 2020, p. 289).

A ideia de enfrentamento ao qual a fronteira está ligada encontra na dinâmica funcional do Estado, sua efetivação enquanto seu principal regulador, realizando através do controle dos corpos que “entram” e/ou que “saem” de suas fronteiras. Seu papel ganha assim, notória centralidade no sentido da necessidade em responder ao novo contexto criado e recriado pelas condições historicamente estabelecidas.

A migração é desta forma, a realidade a ser enfrentada, enquanto fenômeno que desafia o Estado, ao impor-lhe a real necessidade de responder à demanda do fluxo de transitoriedade humana. “A migração é assim um desvio a ser interrompido, uma anomalia a ser abolida. Da margem externa, o migrante lembra o Estado de seu desenvolvimento histórico, fazendo cair por terra a pureza mística. Eis por que refletir sobre a migração significa também repensar o Estado” (Di Cesare, 2020, p. 14). Nesse sentido, assim como a fronteira representa uma ideia de confronto e de poder por parte do Estado, a migração é por sua vez, a resposta humana enquanto efeito.

Di Cesare (2020) desenvolve uma reflexão acerca do olhar que o Estado tem sobre o migrante, descrevendo - o nessa perspectiva enquanto “uma anomalia

intolerável, uma anomia no espaço interno e internacional, um desafio à sua soberania. Não é apenas um intruso, nem somente um fora da lei, um ilegal” (p.26). Segundo a autora, o imigrante apresenta ao Estado as fissuras existentes em sua lógica de constituição e manutenção de existência, infringindo “o princípio orientador em torno do qual o Estado foi erigido, mina aquele nexos precário entre nação, solo e monopólio do poder estatal, que está na base da ordem mundial” (*Ibid*, p. 26).

O estrangeiro é o *xénos, externus, peregrinus, foreign, extranjero, fremd*, é exterior, um fora em relação a um dentro, uma atribuição de lugares que estabelece limites, marca limiares, abre ou fecha passagens. O território já foi ocupado, as fronteiras traçadas. Para que haja o estrangeiro é preciso haver o limite. O estrangeiro vem de outro lugar, habita além dos confins. Essa discriminação permite diferenciar o externo do interno, excluir e incluir, conforme estruturas que, sendo convencionais, deveriam ser flexíveis. A determinação territorial segue em geral uma ordem concêntrica, revela-se uma centralização. O interno é um centro circundado por uma periferia externa. O estrangeiro é, portanto, e por definição, periférico, relegado à província, não urbanizado, por assim dizer (Di Cesare, 2020, p.207-208).

O papel do Estado a partir da realidade migratória diz respeito ao seu papel em sua lógica de determinações jurídicas e institucionais que estabelece normas para delimitar e proteger interesses. Para a efetivação do limite dado pelo Estado às pessoas através das fronteiras, e, portanto, do processo de migração, faz-se necessária a construção de recursos ideológicos e metodológicos para que a dinâmica da absorção ou expulsão se conforme aos interesses econômicos, políticos e sociais estabelecidos.

Nesse sentido, ferramentas de proteção são criadas fazendo com que os códigos sociais e políticos criados tornem a pessoa “estrangeira” uma intrusa à manutenção da lógica “interna” construída, a partir dos interesses de determinado grupo, fortalecendo a concepção desse “outro” enquanto uma ameaça que precisa ser controlada.

Como forma de expressão da segregação e fortalecimento de grupos no território, Balibar (2021) escreve sobre a relação entre racismo e nacionalismo e destaca como o racismo pode ser considerado um suplemento de nacionalismo, ou ainda, um suplemento interno a ele. Podemos observar que o racismo e o nacionalismo se encontram imbricados na construção de barreiras construídas para a dinâmica de manutenção da lógica capitalista que cria o Estado para manutenção de interesses.

O mesmo autor também desenvolve a ideia de que “o *nacionalismo provém do racismo*, no sentido de que ele não se constituiria como ideologia de uma “nova” nação se o nacionalismo oficial ao qual ele reage não fosse profundamente racista” (p. 94). Balibar (2021) ainda traz que:

Ao procurar circunscrever a essência comum dos nacionais, o racismo se engaja, então, inevitavelmente na busca obsessiva por um “núcleo” de autenticidade indetectável, estreita a nacionalidade e desestabiliza a nação histórica. Como consequência, no extremo, a inversão do fantasma racial: por não poder *encontrar* a pureza racial-nacional e garantir sua procedência a partir das origens do povo, tentará *fabricá-la* de acordo com o ideal de um super-homem (super) nacional. Esse é o sentido do eugenismo nazista (p.103).

Segundo o autor, o racismo pode ser compreendido através de fatores construídos para alicerçar a manutenção de “núcleos” que detêm o poder e por isso, fabricam a ideologia do racismo para sua manutenção. A ideia da construção de uma essência, alimenta a propulsão do racismo como um fator de garantia da manutenção da ideia de pureza, criada a partir da fabricação de uma origem que precisa ser mantida, a partir da perspectiva desse “super-homem nacional”. É nesse sentido que o racismo é utilizado enquanto ferramenta para garantir e manter pressupostos de separações, a partir do que um grupo estabelece sobre outro. Balibar (2021) ainda pontua que:

Os mitos clássicos da raça, em particular a arianidade, não se referem, em primeiro lugar, à nação, e sim, à classe, numa perspectiva aristocrática. Nessas condições, a raça “superior” (ou as raças superiores, ou seja, segundo Gobineau, as raças “puras”) jamais pode, por definição, coincidir com a totalidade da população nacional ou se restringir a ela. O que faz com que a coletividade nacional “visível”, institucional, tenha de sujeitar suas transformações a regras baseadas em outra coletividade “invisível” que transcende as fronteiras e é, por definição, transnacional (p.104).

Sendo assim, a construção do racismo enquanto criação ideológica, parte do princípio de que uma nação é superior à outra, a partir do que os sujeitos conseguem perceber e criar em seus grupos de poder, o pressuposto de que suas ideias e formas de organização são superiores às demais. O que garante a perpetuação desse processo, é justamente a manutenção do poder, construído a partir da exploração da vida dos grupos historicamente subalternizados, em condições históricas e materiais circunscritas, e assim, o “outro” torna-se “outro”, a partir do que um grupo estabelece, onde o restante que não participa dessa formação nuclear de poder, é submetida à lógica de sociabilidade racista colocada.

A menção que Balibar (2012) faz à perspectiva de classe na compreensão sobre construção do mito da raça, entendidos anterior à nação, traz luz à produção do racismo para além da proteção dos de “dentro” com relação aos de “fora”, dos “nacionais” com relação aos “estrangeiros”. O autor dimensiona sua compreensão na perspectiva do poder de um (uns) grupo (s) que detêm o poder, sobre outro (s) que são explorados, o que justifica a continuidade da imposição de um sobre o outro, não somente numa época em que o nacionalismo começava a se impor, mas continuando a ser verdade no caso de *todas* as teorias racistas posteriores, expressando-se através de um referencial de ordem biológica ou de ordem cultural, estando para além da nacionalidade positiva, mas tratando-se apenas *da* outra face da obsessão pela pureza (Balibar, 2021, p. 104).

Se o gesto é ancestral, o **racismo**, todavia- essa invenção ocidental, posteriormente tornada universal-, tem uma história e até um marco de nascimento no início da modernidade. São os Estatutos de limpeza de sangue, estabelecidos em Toledo, na Espanha, em 5 de junho de 1449, com que se estigmatizam os judeus convertidos, distinguindo-os dos << cristãos de pura origem cristã >>. Aponta-se assim, pela primeira vez, a imutável essência metafísica judaica em que não tinha água batismal que desse jeito (...) (Di CESARE, 2020, p. 304).

A busca pelo desenvolvimento da comunidade ideal, a partir das concepções desse núcleo formado, acompanha a estratificação das colocações em cada esfera de atuação também. Na sociedade capitalista, o dinheiro circula livre entre as fronteiras, mas possui destino e condições específicas de como é distribuído ou concentrado, já as pessoas, aquelas que no mesmo sistema são as que constituem a reprodução da dinâmica capitalista, bem como, as que possibilitam, através da sua força de trabalho, a valoração do dinheiro, por sua vez, possuem barreiras para circular, e são absorvidas ou expulsas, a depender de como a lógica do capital será estabelecida em cada território.

Xenofobia, racismo e discriminação de origem são problemas sociais e políticos quase sempre vinculados ao tema das migrações no Brasil ou alhures. Em maior ou menor grau de emergência e vínculo entre estas violências, em um dado tempo e lugar, sua vinculação nem sempre se dá de forma evidente, tampouco se manifesta da mesma maneira, o que depende das condições sócio-políticas, culturais, geopolíticas ou históricas (Ribeiro, 2020, p. 263).

A entrada da pessoa migrante é então flexibilizada de forma conveniente à necessidade do país de destino por mão de obra, mas inversamente dificultada em casos específicos. Podemos compreender que o histórico do racismo se encontra intrinsecamente ligado aos interesses sociais, políticos e econômicos de um grupo.

Moura (1994) ao trazer a discussão sobre o histórico do racismo, analisa-o enquanto ideologia perpetrada e disseminada em todo Primeiro Mundo, com o capitalismo imperialista central, afirmado, através de legislações que tornavam indesejáveis no seu território, membros de determinadas etnias pela incorporação por parte de partidos políticos que endossavam essa ideologia, bem como pelo comportamento irracional de grande parte da população desses países.

Para a análise da relação entre racismo e xenofobia apoiamo-nos na leitura que Oliveira; Faustino (2021) fazem de Ambalavaner Sivanandan, a partir do aprofundamento que o autor faz sobre essa relação no que diz respeito à experiência inglesa. O autor e a autora descrevem as ideias de Sivanandan explicando que o autor busca realizar uma denúncia onde: “as discriminações e demonizações (*demonisation*) impostas às pessoas negras – **em seu rebaixamentopara aquém do humano** – passariam a ser estendidas também aos migrantes empobrecidos ou miseráveis em busca de asilo, no atual contexto do capitalismo” (Oliveira; Faustino, 2021, p. 196, grifo nosso).

Se por um lado, temos o cenário imperialista globalizado que mantém e aprofunda a conjuntura impositiva à classe trabalhadora com relação à continuidade da necessidade da venda de sua força de trabalho para sobreviver, temos de outro, a consequência dos “movimentos migratórios inseridos no modo de produção capitalista como mão de obra, como produtor de valor e comomercadoria” (Santos, 2016, p. 13).

O racismo e a xenofobia têm, portanto, sua reprodução acompanhada pela lógica de reprodução do capital, uma vez que suas bases estruturais são as mesmas que fundamentam a exploração e a dominação de um grupo sobre outro. O que garante poder não é somente a ideia, mas sobretudo, as condições materiais existentes para essa possibilidade e perpetuação.

Nesse sentido, Faustino; Oliveira (2021) ainda no trabalho de análise da obra de Sivanandan, trazem que o “novo racismo” não se baseia mais, necessariamente, no “código de cores”. Para os autores em questão, “no contexto atual do capitalismo, a xenofobia passa a “denegrir” (*denigrates*) os migrantes pobres de diversas origens “raciais” em busca de asilo, reificando-os, antes de segregá-los e expulsá-los dos países centrais” (p. 196).

O autor trazido nos possibilita compreender que o racismo vivenciado pelas pessoas que migram, no contexto atual do capitalismo globalizado, é atravessado

pelo processo xenofóbico onde a pessoa migrante pode sofrer com o racismo, transformando-a em coisa, antes de expurgá-la. O racismo estabelece-se nesse contexto, enquanto ideologia criada para o embasamento das condições de trânsito dos corpos que podem ou não entrar nos territórios, bem como das condições internas que são estabelecidas para que as pessoas se movimentem ou não.

Podemos observar a realidade dos fluxos migratórios e das fronteiras existentes, construídas a partir de elementos racistas e xenofóbicos, tomando a descrição da autora abaixo, ao fazer menção aos acontecimentos do início do século XX que nos auxilia nessa compreensão:

Só em 1907 passaram pela Ellis Island 1.004-756. A Primeira Guerra Mundial contribuiu para reduzir o grande fluxo. Mas o que freou a imigração foram sobretudo as medidas restritivas tomadas pelo governo federal. Chineses e asiáticos em geral já haviam sido banidos a partir de 1870. Todavia a proibição foi oficializada somente em 1917, com o *Immigration Act*- ou ainda *Asiatic Zone Act*-, que colocava o rótulo de <<indesejáveis>> em anarquistas, homossexuais, doentes mentais etc. Chamava-se também *Literacy Act* porque previa que os imigrantes, além de provar que sabiam ler e escrever na própria língua, fossem submetidos a testes de inteligência. Alguns anos mais tarde, o número de ingressos foi ainda mais reduzido, primeiro com o *Emergency Quota Act* de 1921, depois com o *National Origin Act* de 1924, que impôs um limite anual de 150 mil pessoas. Este último, em particular, foi uma ação manifestamente racista, pois tinha como objetivo barrar a imigração dos países da Europa meridional e oriental. Os italianos, antes um quarto do total, tiveram sua cota restrita a 4%. Não é de admirar que, nos anos 1930, essas leis inspirassem a política nazista (Di Cesare, 2020, p. 24).

Di Cesare (2020) aponta alguns caminhos para a reflexão dessa realidade, iniciando sua ilustração a partir de 1907, nos Estados Unidos, sendo a Ellis Island a principal entrada de imigrantes no país ao longo do século XIX e no início do século XX. As medidas restritivas foram estabelecidas, tendo sido voltadas inicialmente para chineses e asiáticos e os demais rótulos infringidos aos anarquistas, homossexuais, doentes mentais etc, aparecem naquele momento, como “marcas” de restrição a serem observadas.

O racismo, conforme a autora traz, também aparece, no intuito de barrar a imigração dos países da Europa meridional e oriental. Tais pontos da citação merecem destaque para a reflexão aqui proposta de como o Estado cria delimitações, sendo essas de quantidade e/ou de estereótipos físicos, sociais, políticos ou outros que auxiliem na construção de uma ideia de unidade e proteção nacional. O estrangeiro, tem, portanto, uma circulação delimitada por tais regras, leis e normas construídas.

O estrangeiro, ou alienígena, em particular o imigrante que se estabelece num outro país sujeito à legislação específica, restritiva, e sem direitos plenos de cidadania, por sua condição de estranho diferente, perturba a unidade da nação porque introduz, no mínimo, a diferença cultural ou étnica, algo quase intolerável para o nacionalismo (Seyferth, 2014, p. 4).

Podemos perceber, nesse sentido, que a construção das barreiras xenofóbicas e racistas, são subterfúgios para a manutenção de poder e proteção nacional construídas a partir de um grupo, onde o Estado, em seu conjunto de aparatos jurídicos e de normas de sociabilidade faz-se representante. A aversão à pessoa que é vista como “de fora” e que por isso não é considerada pertencente aos códigos nacionais criados é construída para a perpetuação da dicotomia entreo “eu que sou daqui” e “você que veio de lá”.

Dessa forma, a efetivação do processo de manutenção do distanciamento entre esses dois processos - quem é de dentro e quem vem de fora- somam-se aos interesses materiais de reprodução do sistema capitalista, compondo um cenário onde as inferiorizações são perpetuadas e acentuadas, dentro da divisão social e técnica do trabalho, onde os que chegam, “são vistos pela população natural como competidores de empregos, como inflacionadores dos custos dos serviços sociais e da infra-estrutura nos lugares de destino, e como uma ameaça permanente à estabilidade social e política da região de destino” (Martine, 2005, p. 17).

Assim, o estímulo massivo à migração internacional, provocado pela globalização, não é acompanhado por um aumento correspondente de oportunidades porque os países que atraem migrantes bloqueiam sistematicamente sua entrada. O “Mundo Sem Fronteiras” é parte da definição da globalização, mas não se aplica ao movimento de pessoas. O capital humano é um fator de produção que, formalmente, não tem livre trânsito entre fronteiras nos dias de hoje; não existe um “mercado global de trabalho”. As fronteiras abrem-se para o fluxo de capitais e mercadorias, mas estão cada vez mais fechadas aos migrantes: essa é a grande inconsistência que define o atual momento histórico no que se refere às migrações internacionais (*Idem*, p. 8).

A aparente contrariedade entre globalização, aumento do fluxo de pessoas e as limitações impostas para a absorção delas, são acompanhadas por medidas que condicionam essa entrada e, conseqüentemente, as saídas. Mas a realidade liberal do fluxo de mercadorias e do capital financeiro característicos da globalização, nos coloca a reflexão sobre os motivos da mesma “liberdade” não estar relacionada ao fluxo de pessoas.

Restringir, barrar e afunilar o fluxo são constituídos enquanto mecanismos da nação que ora aceita o fluxo de pessoas para estabelecerem suas vidas de forma

permanente ou temporária, e ora os expurgam a partir de violentos processos burocráticos, políticos e ideológicos e quando necessários, também físicos.

Nesse sentido, a raça e a cidadania são percebidas enquanto construções sociais criadas para diferenciar tais pertencimentos. Doty (2014) descreve como ambas constituem marcadores para a formação de identidades de grupos em relação a outros. Um dos exemplos que a autora traz é o elogio que Hitler faz à política de migração de 1924 dos Estados Unidos, quando afirma:

Compared to the old Europe, which has lost an infinite amount of its best blood through war and emigration, the American nation appears as a young and racially select people. The American union itself, motivated by the theories of its own racial researchers, [has] established specific racial criteria for immigration. (quoted in Romo 2005)<sup>24</sup> (p. 14).

Leis e atos racistas e xenofóbicos constroem as bases para a conformação dos processos de discriminação. O Estado, ao manter e reafirmar políticas dessas naturezas, organiza a sociabilidade que é constituída no território e reproduzida pela sociedade que ali vive. São as condições materiais e objetivas que criam as diferenciações, a partir de interesses objetivos e de manutenção de poder.

Na sociedade capitalista, através da exploração da força de trabalho, os grupos configuram-se da seguinte forma: o de quem detém os meios de produção e de quem será explorado por esses, e no processo migratório, a questão racial e xenofóbica dimensionadas juntas, operam no sentido de manter a dinâmica segregacionista dessa exploração, onde o discurso encabeçado por representantes de nação, bem como o conjunto de leis que organizam o fluxo de pessoas, estabelecem a diferenciação entre quem é bem aceito ou não, bem como sob quais condições.

No cenário do Brasil, a história não se diferencia. A fim de ilustração, destacamos Giesbrecht (2023) que resgata o debate sobre a migração asiática para o Brasil, no início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) em novembro de 1933, colocando que nos debates, os interesses de uma parcela da elite brasileira, já se apresentavam alinhados “aos ideais que promoviam a intervenção direta e coordenada do Estado na implementação de políticas eugênicas com o objetivo de “proteger a raça nacional” (p.454). O autor

---

<sup>24</sup> Comparada com a velha Europa, que perdeu uma quantidade infinita do seu melhor sangue através da guerra e da emigração, a nação americana aparece como um povo jovem e racialmente selecionado. O próprio sindicato americano, motivado pelas teorias dos seus próprios investigadores raciais, [estabeleceu] critérios raciais específicos para a imigração (citado em Romo2005). Tradução livre.

desenvolve sua reflexão sobre as ideias eugenistas conduzidas por representantes de governo em discussões sobre as políticas governamentais relacionadas à imigração por parte de alguns autores responsáveis por elaborar o projeto para Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

O Brasil na construção do conjunto de leis que regeriam o país, traz a pauta da migração a partir de seu contexto econômico, político e ideológico construído sob bases racistas e xenofóbicas, apresentando delimitações de quem era bem-vindo no país, de acordo com seu projeto eugênico de construção da nação nos pós 1888.

No âmbito da discussão empreendida, conseguimos verificar que as medidas cerceadoras, cumprem o mesmo papel em qualquer território onde estejam sendo discutidas e implementadas. Giesbrecht (2023) assim, resgata o debate sobre a migração asiática no início do século XX. No Brasil ocorria porque essa imigração era percebida como ameaçadora para o projeto étnico de um futuro Brasil de predominância branca, e, assim, os japoneses eram frequentemente classificados como pertencentes a uma “raça inferior” devido à sua aparência “amarela” e quase inassimilável, colocado pelo autor como um fato que elevou o racismo de Oliveira Vianna ao afirmar que “O japonês é como o enxofre: insolúvel”.

As raízes racistas e xenofóbicas que acompanham a história do Brasil, desde o período colonial, passando pelo projeto de branqueamento populacional na construção de sua “identidade nacional” e perdurando até os dias de hoje, com roupagens novas, como será visto nos capítulos mais adiante, traduzem o contexto capitalista em suas bases ideológicas de sociabilidade de segregações. Desta forma, o racismo e a xenofobia manifestam-se, a depender do contexto político, econômico e ideológico em curso.

De acordo com os estudos de Tostes (2011), ao referir-se sobre o novo radicalismo de direita (*far right movement*), o mesmo molda-se desde a década de 1970, organiza-se na década de 1980, tanto na Europa quanto nos EUA, e se fortalece na década de 1990, revelando novos tipos de intolerância do tipo ultranacionalista, supremacista e anti-imigração, de acordo com os estudos de Ignazi (1996).

Tostes (2011) também aponta elementos sobre os grupos supremacistas americanos colocando que “contemporaneamente estes se formam em torno da

busca da ordem e da recuperação e construção de uma identidade, uma ética e mesmo uma origem racial que é vista como ameaçada, ferida ou decaída” (p.127).

Já os discursos dos presidentes Donald Trump, nos Estados Unidos, de Bolsonaro, no Brasil, Salvini, na Itália, Viktor Órban, como primeiro-ministro da Hungria e Javier Milei, atualmente, na Argentina, para citar alguns, demonstram que o racismo e xenofobia ainda reverberam na contemporaneidade, no sentido da perpetuação de ideias segregacionistas, perpetuando a ideologia de possível ameaça constituída pela pessoa migrante ou pelo grupo que migra. Restrições jurídicas acompanhadas de discursos de ódio foram e são uma realidade vivenciada durante esses governos.

(...) A ascensão de Bolsonaro à presidência da República, em janeiro de 2019, interrompeu o processo de mudanças institucionais nessa matéria e ressaltou a perspectiva securitária, segundo a qual a entrada e presença de migrantes no país requerem vigilância e controle policial. Ainda em 2015, quando era deputado federal, Bolsonaro qualificou os migrantes e refugiados que chegaram no Brasil como “ameaça” e “escória do mundo”. Em suas palavras, eventual redução do efetivo das Forças Armadas significa “menos gente nas ruas para fazer frente aos marginais do MST, dos haitianos, senegaleses, bolivianos e tudo que é escória do mundo que, agora, está chegando, os sírios também” (VITOR, 2015). A declaração foi dada em um evento sobre Justiça Criminal, em Goiânia (...) (Mendes;Menezes, 2019, p. 303).

A interpretação da migração como uma ameaça ao que se tem construído como ideia de nação no conjunto de valores não converge com a diversidade colocada pela migração. Nesse sentido, construir barreiras que dificultam essa entrada, a partir da concepção da aversão que um determinado grupo possui sobre essa entrada, constrói a conjuntura favorável para a formação de grupos que entendem que precisam defender-se da mesma. A “busca da ordem” (Tostes, 2011) de um grupo que se entende ameaçado por outro.

No próximo capítulo buscaremos resgatar o cenário histórico sobre o Haiti, procurando compreender as particularidades do país, bem como de constituição do processo migratório para o Brasil e demais países, buscando traçar assim, um panorama dos limites e avanços enfrentados e assim iniciarmos a reflexão sobre as especificidades do país frente ao contexto capitalista, diante das barreiras da xenofobia e do racismo no Brasil.

### 3

## Haiti: de “pérola das Antilhas” à dependência imperialista

Esse capítulo se propôs a desenvolver reflexões sobre algumas especificidades do Haiti em seu contexto histórico de formação socioeconômica, resgatando algumas peculiaridades do país e de sua história, buscando traçar um panorama a partir de seu processo de colonização, passando pela revolução realizada e que o insere na história do mundo como o primeiro país latino-americano a declarar-se independente, além de ter sido a primeira república negra do mundo.

Buscamos nesse sentido, explorar o cenário que favoreceu a realização da revolução haitiana em suas contradições, uma vez que, longe de ser uma história retilínea, a transição do apogeu da colônia no período colonial no século XVII, para a posterior depreciação política, econômica e social, colocam o Haiti em um cenário de muitas peculiaridades que procuramos traçar aqui, para melhor compreensão posterior dos motivos que justificaram as intervenções internacionais no território do país, bem como seu cenário de instabilidade atual.

A invasão do Haiti no século XV é fruto do descobrimento de novas rotas de comércio para o Oriente e a “conquista” e colonização da América. Essa realidade aprofunda o processo de exploração da ilha, sendo acompanhado pela ascensão do capitalismo estimulado pela expansão marítimo-comercial da Europa, durante os séculos XV e XVI. Essa necessidade de exploração de além-mar pode ser considerada uma reação da sociedade europeia ao impacto da crise feudal do século XIV, impulsionado na Europa pelo declínio abrupto da população, aprofundado pela peste negra, tendo como consequência, muitas áreas rurais despovoadas e cidades abandonadas, resultando na crise do sistema feudal e da necessidade pela busca, a partir da segunda metade do século XV da projeção para fora do espaço geográfico europeu (Saes, 2013).

Nesse sentido, a inserção do Haiti no processo de acumulação primitiva, destacado por Lôbo (2020), localiza o país dentro do contexto da necessidade de expansão comercial da Europa, quando a América Latina passa a ser cobiçada pela nascente burguesia mercantil e pelos Estados nacionais recém-constituídos no

velho continente (Antunes, 2011), demonstrando a importância e a centralidade do Haiti no momento de expansão do capitalismo.

O Haiti, muito conhecido como “a pérola das Antilhas”, era realmente uma jóia entre as colônias. No último quarto do século XVII era a única colônia que produzia, ao mesmo tempo, açúcar, café, anil e algodão em grande escala. Suas exportações correspondiam a 40% do PNB da metrópole (França); e seu comércio em 1788, de 42 milhões de dólares, era superior aos dos Estados Unidos. O Haiti contava, nessa época com 792 engenhos (74.323 hectares), 3150 anileiras (82.147 hectares), 3117 cafezais, 789 algodoais (20.321 hectares), 69 plantações de cacau (2.083 hectares), 10.612 hectares de milho, 15.315 hectares de batatas, 9854 hectares de inhames, 5.877 hectares de sorgo, 7.756.225 de pés de bananeiras, 1278.229 de pés de mandioca. Era tal a riqueza da colônia do Haiti que a França, derrotada pela Inglaterra, preferiu ceder pelo tratado de Paris (1763), a colônia do Canadá a perder o Haiti (Grondin, 1985, p. 53).

Segundo Pinto (2010) o Haiti “experimentou os dois sistemas coloniais mais duros da época, primeiro o espanhol, depois o francês” (p.365), estruturando-se em ambos os processos, a partir de um sistema produtivo comercial especializado em exportar matérias-primas para as referidas metrópoles, tendo se tornado destaque da atenção do mundo em seu auge enquanto colônia, proporcionando à metrópole francesa um apogeu econômico em seu processo de industrialização e conseqüentemente, para a formação do mercado mundial de mercadorias (Magalhães; Baeninger, 2016).

O título de “Pérola das Antilhas” reafirma, portanto, a dimensão da abundante quantidade de riquezas e matérias-primas que estavam sob subordinação e exploração da Europa, inserindo-o no contexto de exploração enquanto colônia, sob a utilização de mão-de-obra escravizada, com uso de extrema violência e desumanização das pessoas que ali encontravam-se subjugadas. Monacé; Rodrigues; Oliveira (2020) descrevem os processos europeus de exploração a partir das seguintes informações:

A data de 31 de outubro de 1627 marca oficialmente o início da colonização francesa nas Antilhas com a lei que estabelece a Associação dos Senhores das Ilhas da América. Nesse ato, a missão de habitar e povoar as ilhas São Cristóvão, Barbados e outras ilhas das Antilhas foi confiada aos Senhores de Enambuc e de Rossey (MOREAU DE SAINT MÉRY, 1784). Já a colonização francesa da ilha do Haiti teve início em 1630 com o estabelecimento de aventureiros franceses na Ilha de Tartaruga, a noroeste de São Domingos. Moreau de Saint Méry (1796) descreveu esses primeiros franceses como indivíduos bizarros que os espanhóis tinham expulsado da ilha de São Cristóvão e que se refugiavam na pequena ilha da Tartaruga, onde começaram a se estabelecer. Alguns anos depois, eles se estabeleceram em certas regiões do continente, apesar das incessantes lutas contra os espanhóis (p. 80).

A desumanização e violência marcaram o período colonial do Haiti, inserindo-o no contexto bárbaro sob o qual a América Latina esteve exposta nesse

período (Quijano, 2015). Lôbo (2020) descreve esse processo como tendo início, a partir da chegada de Cristóvão Colombo ao Caribe em 1492, nomeando o território de *Hispaniola*, iniciando a exploração e dizimação da população local.

Estima-se que a população de Arauques era de 2 a 3,5 milhões de pessoas na época da chegada de Colombo e, em apenas sete anos, essa população foi reduzida para menos de 100 mil. Mediante essa situação, os europeus trouxeram população de uma ilha que hoje é a Jamaica para trabalhar na mineração. No entanto, essa população aos poucos também foi desaparecendo/morrendo e sendo substituída pela população de Porto Rico: Arauques, Taínos e Caraíbas (Lôbo, 2020, p.32).

A violência usada imprime ao domínio do território haitiano a viabilização da utilização de mão de obra local na condição de escravidão para a obtenção dos materiais que aquela região invadida pudesse oferecer. James (2010) em sua obra “Os jacobinos negros” ilustra a trajetória do Haiti em seu processo histórico, trazendo à cena, dentre tantos elementos, as atrocidades cometidas durante o período colonial escravista. Diante desse contexto, é possível compreender que a brutalidade e a violência utilizadas sobre os povos que ali viviam (indígenas) e posteriormente os africanos, são elementos que por si só compõem um cenário desumano e propício a grandes revoltas.

Eram aproximadamente cem homens e mulheres de diferentes idades, todos ocupados em escavar valas em uma plantação de cana; a maioria deles estava nua ou coberta apenas por trapos. O sol brilhava com toda a força sobre suas cabeças; o suor rolava de todas as partes dos seus corpos; seus membros, dobrados pelo calor, fatigados pelo peso das picaretas e pela resistência do solo argiloso cozido sob o sol tropical, duro o bastante para quebrar as ferramentas, faziam um esforço excessivo para vencer qualquer obstáculo. Um silêncio lúgubre reinava. A exaustão estava estampada em cada face, e a hora do descanso não havia chegado ainda. O olho sem piedade do encarregado de patrulhar o grupo de escravos e os capatazes armados de longos chicotes moviam-se periodicamente entre eles dando vergastas cortantes naqueles que, esgotados pela fadiga, eram obrigados a descansar: homens ou mulheres, crianças ou velhos<sup>25</sup> (James, 2010, p.24).

O destaque da terra e de seu cultivo nesse período, permite-nos perceber a importância do Haiti em sua produção para as metrópoles colonizadoras, inicialmente sob o domínio da Espanha na extração do ouro, transitando a partir de 1697, para o domínio francês, quando se torna, através da adoção de extensas monoculturas de cana-de-açúcar, produtor em grande escala de anil, café, cacau e algodão, culminando na destruição de 45% do meio ambiente do país (Lôbo, 2020). A divisão entre Espanha e França do território haitiano deu-se pelo Tratado

---

<sup>25</sup> Esse trecho do texto foi retirado por James (2010) da narrativa do viajante suíço GIROD-CHANTRANS, *Voyage d'un suisse différentes colonies*, 1785, p. 137.

de Ryswick, assinado em 1697, quando a ilha foi oficialmente fatiada em duas partes: a Espanha com a parte leste (hoje República Dominicana) e a parte oeste (a atual República do Haiti) que ficou com a França (Seguy, 2014, p. 134).

São Domingos, consolidava-se dessa forma, como a colônia francesa com uma produção abundante de manufaturados, juntamente com o tráfico de pessoas escravizadas, que possibilitaram, a acumulação de capital europeu da época, possuindo assim, uma ligação direta com a Revolução Industrial, enriquecendo a burguesia francesa e inglesa.

Em 1789, a colônia francesa das Índias Ocidentais de São Domingos representava dois terços do comércio exterior da França e era o maior mercado individual para o tráfico negreiro europeu. Era parte integral da vida econômica da época, a maior colônia do mundo, o orgulho da França e a inveja de todas as outras nações imperialistas. A sua estrutura era sustentada pelo trabalho de meio milhão de escravos (James, 2010, p. 15).

É diante desse cenário que o Haiti apresenta uma conjuntura propícia à organização das pessoas que lá residiam. A exploração, a violência e a morte praticadas com frequência no período colonial, atrelada a outros fatores como o contexto revolucionário que a França vivia, compõem o barril de pólvora que possibilitou o início da emancipação do Haiti sob o domínio francês.

Importante ressaltarmos a realidade revolucionária não somente do Haiti, mas das pessoas escravizadas na América Latina como um todo. Sua capacidade de organização, articulação e planejamento. Sendo assim, a sofisticada escravização capitalista que em meados do século XVII chegou a sustentar o sistema econômico do Ocidente, facilitou também paradoxalmente, a expansão global dos próprios ideais do Iluminismo que tão frontalmente a contradiziam (Buck-Morss, 2011).

Durante grande parte da sua história, o mundo colonial latino-americano foi também cenário da constante rebeldia dos escravos negros, que, na luta pela sua emancipação, refugiavam-se nos quilombos, recusando-se a trabalhar sob a modalidade abjeta da escravidão. Lembremos a majestosa revolução dos negros do Haiti, em 1791, primeiro dos muitos levantes em nossa América Latina a abolir o trabalho escravo; ou ainda o Quilombo dos Palmares, revolta dos escravos no Brasil que levou à constituição de uma comunidade negra livre e coletiva durante os anos 1630- 1685. (...) (Antunes, 2011, p. 18).

Embora Morel (2017) destaque que existem outros marcos para a compreensão sobre o início da revolução haitiana, sobretudo por parte de alguns autores franceses que a demarcam a partir de 1789, ou ainda as revoluções de mulatos de 1788, colocando ser frequente o fim do processo em 1804,

compreendemos o tempo histórico da revolução, assim como o autor, entre 1791-1825, entendendo também como o mesmo, que entre 1804 e 1825, “ainda havia uma Revolução em curso (enfraquecendo-se), que se expressava, inclusive, na diversidade de experiências constitucionais, que podem ser consideradas como projetos pilotos para configuração de uma sociedade nacional” (p.32).

As controvérsias existem não somente com relação à compreensão sobre os períodos que marcam o início e o fim da revolução no Haiti, mas também sobre o entendimento da mesma como uma consequência da revolução francesa. Nesse aspecto, o professor Dr. Handerson Joseph<sup>26</sup> afirma que tratar a revolução do Haiti como uma consequência da revolução francesa, é minar sua potência e força, principalmente pela capacidade teleológica atribuída aos seus líderes que buscaram, para a construção do projeto de libertação, diferentes fontes de informação e portanto, não somente as referenciais que motivaram a revolução na França.

As formas de abordagem sobre a revolução haitiana não possuem uma única narrativa, assim como as interpretações sobre as datas de início e fim da mesma, como foi sinalizado anteriormente. Morel (2017) destaca que “a experiência haitiana não era monolítica e possui tendências diferentes e até contraditórias entre si” (p.28). Por isso, apoiamos-nos, assim como o autor, na interpretação, de que, embora tenha sido um processo constituído por contradições, entendemos que houve uma revolução haitiana.

Mesmo que os significados do vocábulo tenham mudado ao longo destes dois séculos (e ainda que possa haver objeções quanto a ser um tipo acabado e perfeito de revolução), há muitos elementos que apontam para esse sentido. O caráter de ruptura violenta das estruturas políticas e sociais e dos meios de produção vigentes; homens, mulheres e grupos sociais oprimidos, tornando-se protagonistas principais e ascendendo ao poder; a criação de novos símbolos e referências (e a recriação, ou apropriação, de símbolos antigos)- são argumentos fortes para a definição do perfil revolucionário, no sentido moderno, ainda que em vários momentos alguns dos protagonistas tenham expressado valores tradicionalistas e até não ocidentais. A dimensão revolucionária, pois, perpassa e ultrapassa a dicotomia novo-tradicional e não implica em delimitar um exemplo de perfeição irretocável e sem contradições (Morel, 2017, p. 30).

James (2010) traça um panorama amplo do contexto vivenciado em São Domingos anos antes da Revolução, descrevendo que o preconceito de raça nem

---

<sup>26</sup>Palestra proferida no dia 18 de maio de 2021, intitulada “A Revolução Haitiana: do impensável aos quadinhos”, organizada pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, disponível em: <https://youtu.be/8F5Bt6lyc8g>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

sempre fora tão forte. Essa realidade demonstra que as relações na ilha foram modificadas e marcadas, portanto, por movimentos que alteraram a sociabilidade na ilha ao longo do tempo.

O Código Negro em 1685 autorizava o casamento entre o branco e a escrava que tinha filhos dele; a cerimônia libertava a escrava e as crianças. O Código dava ao mulato livre e ao negro livre direitos iguais aos dos brancos. Mas, conforme a população branca aumentava, os brancos de São Domingos passavam a descartar aquele costume e tornavam escravizar ou vendiam as suas numerosas crianças como qualquer rei da selva africana o faria (James, 2010, p.48).

Diante dessa realidade, São Domingos vivenciava a intensificação da revolta entre os diferentes matizes de cor que delimitavam lugares e estabeleciam hierarquias na sociedade haitiana. Um panorama propício com esse aprofundamento das diferenças, contendo humilhações e violências, construíram um contexto favorável à realização de revoltas e a diversificação dos papéis exercidos na sociedade haitiana, a partir dessa realidade.

As mães de mulatos ficavam com os escravos, entre os quais os mulatos tinham meio-irmãos. Apesar de muitos mulatos desprezarem a metade negra da sua origem, eles, em casa, estavam entre escravos e, levando-se em conta a sua educação e riqueza, poderiam exercer uma influência entre os escravos que um homem branco jamais poderia (...). A nenhum mulato, portanto, qualquer que fosse a proporção de sangue branco que tivesse, era permitido tomar o nome de seu pai branco (p.50).

Nesse sentido, a população branca da ilha, vendo-se cada vez mais ameaçada com a presença em número e com o aumento da riqueza que as pessoas lidas como mulatas começaram a obter, agravava o ressentimento que as pessoas mulatas sentiam com relação às humilhações vivenciadas (James, 2010). O resultado desses acontecimentos fez com que o Conselho de Porto Príncipe, elaborasse arranjos, através de normativas, que demarcassem com firmeza as limitações e os lugares desse grupo populacional.

O Conselho de Porto Príncipe, encobrendo a questão racial com uma cortina, gostaria de exterminá-los. Assim, os brancos poderiam depurar seu sistema de uma ameaça crescente, livrando-se de homens dos quais eles haviam tomado dinheiro emprestado, e confiscar uma quantidade de ótimas propriedades. O Conselho propôs: banir todos os mestiços até o grau de quadradão para as montanhas (“as quais eles poderiam introduzir no cultivo”); proibir a venda de qualquer propriedade imobiliária; obrigar todos aqueles até o grau de quadradão e todos os brancos que tinham se casado com pessoas de cor daquele grau a vender todos os seus escravos dentro de um ano (James, 2010, p. 50).

Segundo Morel (2017) a delimitação do pertencimento racial no Haiti foi uma questão chave na história de São Domingos enquanto colônia e também para a história do Haiti independente. O autor destaca que a classificação racial voltada

para a parte francesa da colônia de São Domingos, foi publicada em 1796, por Médéric Louis Élie Moreau de Saint- Méry (1750- 1819), criando assim, “um arcabouço que se pretendia científico e que poderia ter bases legais, no sentido de consolidar a divisão entre as diferentes combinações raciais” (p.116).

O autor intentava estabelecer de modo sistemático e fundamentado, digamos, científico, o quanto cada ser humano era branco ou negro (as duas categorias fundamentais, segundo ele), chegando ao número exato de 128 frações em que o pertencimento racial poderia se expressar através de 13 “combinações” básicas. Nesta lógica, o mulato, com 64 porções brancas e 64 negras, estaria na linha divisória, o que justificaria seu estatuto jurídicopeculiar (Morel, 2017, p.118).

Desta forma, Moreau de Sant-Méry “fazia o elogio da mestiçagem como fator de aprimoramento da espécie, desde que fosse possível definir quem era mais, ou menos, branco” (*Ibidem*, 2017, p.119). A mestiçagem foi uma realidade que São Domingos vivenciou e o recorte racial era visto, nesse sentido, numa perspectiva contraditória, ora tida como aceitável e desejável, como colocado anteriormente, ora encarada como uma ameaça pelo número de pessoas mulatas, com o aumento das riquezas que acumulavam e do desenvolvimento dos estudos pela possibilidade que tinham de estudarem na Europa (Morel, 2017). Diantedesse contexto, fica evidenciado que as nuances cromáticas repercutiam na ilha com uma raiz de determinação de lugares, onde traçava-se, através da criação de justificativas tidas à época como “científicas”, o tratamento dado pela sociedade às pessoas, a partir de sua cor de pele.

As vantagens de ser branco eram tão evidentes que o preconceito de raça contra os negros impregnou a mente dos mulatos, que tão amargamente se sentiam ressentidos pelo tratamento preconceituoso que recebiam dos brancos. Os escravos negros e os mulatos odiavam. Fosse em palavras, fosse devido ao seu sucesso na vida, fosse pelos seus variados procedimentos, os mulatos demonstraram a mesma perfídia que os brancos ao reivindicar uma superioridade inerente. Assim, o homem de cor que era quase branco desprezava o homem de cor que era apenas meio branco, que por sua vez desprezava o homem de cor que era um quarto branco e assim por diante, percorrendo todos os matizes (James, 2010, p.53).

E são os mulatos que irão iniciar as reivindicações na França, em 22 de outubro de 1789, os princípios dos Direitos do Homem e do Cidadão, quinze dias após serem redigidos, afirmando que todos os homens nasciam livres e iguais. Os mulatos da colônia de São Domingos: “Ameaçavam a burguesia com o espectro de uma revolta de escravos, por um lado, e com a sua própria independência, por outro; e a burguesia marítima, temerosa pelos seus milhões em investimentos e

pelo seu comércio, corava, mas colocava os Direitos do Homem no bolso sempre que a questão colonial vinha à baila” (James, 2010, p.76).

O mesmo autor escreve que essas reivindicações terminaram em torturas atroz dos mulatos pelos brancos. Com isso, as tentativas de silenciamento e desmobilização do movimento dos mulatos que se representavam através da *Société des Amis des Noirs* (Sociedade dos Amigos dos Negros<sup>27</sup>), quando no cenário da revolução da França do século XVIII, ao verem-se despojados da possibilidade de serem atendidos em suas reivindicações, passaram a se posicionar de outra forma: “Rejeitados na França, humilhados em casa, os mulatos organizaram uma revolta. Foi o conflito entre a burguesia e a monarquia que levou as massas de Paris para o cenário político. Foi o conflito entre brancos e mulatos que despertou os escravos adormecidos” (James, 2010, p. 80).

Nessa tentativa de diálogo dos mulatos haitianos com os franceses, destacam-se Vincent Ogé e Julien Raimond que chegaram a ir perante a Assembleia Nacional em Paris para pedir igualdade de direitos, sem obterem êxito. A partir das negativas, o retorno de ambos a *Saint Domingue* foi marcado pelo início da rebelião que terminou com a tortura e morte brutal de Vincent Ogé (Pinto, 2019).

As notícias sobre a revolução francesa, bem como suas repercussões, chegaram a São Domingos. Os três séculos de domínio europeu sobre a vida dos moradores escravizados na ilha, começava a ter em sua população escravizada, a organização para o seu enfrentamento.

Eles ouviram falar da Revolução e conceberam-na à sua própria imagem: os escravos brancos da França se levantaram e mataram os seus senhores e, assim, passaram a gozar os frutos da terra. Isso era grosseiramente impreciso, de fato, mas eles haviam apanhado o espírito da coisa. Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Antes do final do ano de 1789, houve levantes em Guadalupe e na Martinica. (...) Na Província do Sul, observando a luta entre os seus senhores a favor e contra a Revolução, eles mostraram sinais de inquietação.

---

<sup>27</sup> A Sociedade dos Amigos dos Negros, segundo Zeron (2018, on-line) tratava-se de uma: “Entidade de elite, que reuniria figuras como Brissot, Condorcet, Mirabeau, La Fayette e o abade Grégoire, os Amigos dos Negros, por sua organização, seus meios de ação e o caráter restrito de sua composição, constituíam mais um grupo de pressão do que um movimento de massa. Não obstante, o contexto revolucionário, com a instituição da liberdade de imprensa e de um regime parlamentar, lhes permitiria levar sua causa para a cena pública. Não defendiam um programa abolicionista estrito, mas um **antiescravismo gradualista**, no qual o fim da escravidão aparecia apenas como resultado derradeiro de medidas destinadas a suavizar a condição dos escravos. Seu objetivo imediato: a **interdição do tráfico negreiro**, medida capaz de promover uma transformação progressiva do sistema colonial, tornando-o mais humano, seguro e rentável.”(Grifos do autor).

Em algumas fazendas isoladas houve movimentos. Todos sangrentamente reprimidos. Literatura revolucionária circulava entre eles (...) (James, 2010, p.88).

A massa em São Domingos foi impulsionada pelos ideais da revolução francesa, mas não somente por ela. Morel (2017) destaca que ambas, tanto a Revolução francesa quanto a haitiana, entrelaçaram-se e influenciaram-se mutuamente, colocando que é mais lógico “enxergar fatores recíprocos de contatos, repercussões e transformações do que atribuir apenas a um dos polos a predominância da dimensão revolucionária” (p. 86), possuindo ambas as revoluções, dinâmicas, características e objetivos próprios, segundo o mesmo autor.

Os escravos trabalhavam na terra e, como os camponeses revolucionários de qualquer lugar, desejavam o extermínio de seus opressores. Mas, trabalhando e vivendo juntos em grupos de centenas nos enormes engenhos de açúcar que cobriam a Planície do Norte, eles estavam mais próximos de um proletariado moderno do que qualquer outro grupo de trabalhadores daquela época, e o levante foi, por essa razão, um movimento de massas inteiramente preparado e organizado pela dura experiência, aprenderam que esforços isolados estavam condenados ao fracasso (...) (James, 2010, p. 91).

Sob a inspiração e estímulo da cerimônia vodu, James (2010) descreve o início da revolução tendo se dado através das queimadas das plantações e do assassinato de pessoas contrárias à revolução, na ilha de São Domingos. Iniciava-se no final de julho de 1791 a revolta que marcaria o Haiti para sempre como o primeiro país no mundo a estabelecer uma revolução empreendida por pessoas escravizadas.

Boukma, um *papaloi* ou alto-sacerdote, um negro gigantesco, era o líder (...). Por volta do final de julho de 1791, os negros de Le Cap e arredores estavam prontos e aguardando. O plano foi concebido em escala massiva e eles visavam ao extermínio dos brancos e à tomada da colônia para si. Havia talvez doze mil escravos em Le Cap, seis mil dos quais eram homens. Uma noite, nos subúrbios e nos arrabaldes de Le Cap, os escravos estavam prontos para atear fogo às plantações. Ao avistarem o fogo, os escravos da cidade massacraram os brancos, e os escravos da Planície do Norte completariam a destruição (...) (p.92).

O Haiti passava de “Pérola das Antilhas” à Primeira República Negra do mundo. Os ideais da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade, não foram estendidos até São Domingos, que continuava sob o jugo do sistema escravista, e assim os “horrores de São Domingos”, cujas narrativas tomaram corpos diversos mundo afora, eram a expressão dos conflitos pelos quais os grupos lutavam: “Apesar da brutalidade em comum, havia demarcação entre a

violência dos opressores e a dos oprimidos: uns lutavam para manter a escravidão, outros para erradicá-la” (Morel, 2017, p. 92).

Algumas figuras destacam-se nesse período revolucionário haitiano, dentre elas está Toussaint Louverture, que por sua vez, uma vez tendo se tornado governador de São Domingos, no dia 04 de fevereiro de 1801, depois de 10 anos de guerra contra a França, convocou uma assembleia constituinte para elaborar uma constituição para São Domingos.

A constituição estabeleceu a colônia ainda como parte do Império francês, embora governada por um conjunto de leis específicas (Art. 1º), extinguiu a escravidão estatuidando que no território não existiria trabalho escravo, a servidão estava permanentemente abolida e que todos os homens nasciam, viviam e morriam lá (art. 3º). A Constituição também proibiu a discriminação racial quando declarou que todos os homens poderiam trabalhar em todas as formas de emprego, qualquer que fosse a sua cor (art. 4º). Esta constituição combinou um compromisso com a abolição da escravidão e da igualdade racial, mas com uma série de disposições destinadas a manter o sistema de *plantation* (Santos, 2022, p. 30).

Toussaint embora tenha sido “um líder decisivo e de visível talento” (Morel, 2017, p. 101), o processo da dimensão da revolução haitiana não pode ser considerado sendo delimitado a sua figura, mas também deve ser compreendido juntamente com “agentes históricos, lideranças secundárias e localizadas e, sobretudo, os milhares de homens e mulheres em armas, as mulheres desempenhando papel decisivo nas áreas rurais e urbanas” (*Idem*, 2017 p.101). Podemos considerar, portanto, a revolução haitiana, um amálgama de muitas contradições e interesses.

Pereira (2022) destaca que a Constituição escrita por Louverture não é uma Constituição que leva à independência do país. Sua estratégia consistia em São Domingos continuar autônoma, mas dependente, como um protetorado francês, tendo sido Toussaint, considerado segundo a pesquisadora, muito eficiente em eliminar os revolucionários que tinham um discurso mais radical de independência porque sabia que isso atrairia o exército francês contra a ilha, ou algum outro tipo de disputa que não seria interessante. Assim, como republicano que era, seguiu as ideias francesas e usava-as como moeda de negociação, para provar à França que existia uma relação de identidade e fidelidade por parte do Haiti, colocando-se à disposição com seu exército, caso houvesse uma possível situação de guerra.

Por isso, Toussaint, também segundo a mesma pesquisadora, não acaba com as *plantations* e apesar da insatisfação da população com esse regime de trabalho muito parecido com a escravidão, de um modelo produtor de cana. Toussaint Louverture assim agia, por saber que ele precisava manter a economia da ilha relativamente positiva, porque isso a protegia da França e ao mesmo tempo, a ele como governador, garantindo que a França não iria tirar ele do posto ou fazer alguma coisa contra seus interesses na Colônia.

Toussaint conhecia o atraso dos cultivadores; fazia-os trabalhar, mas queria vê-los civilizados e avançados culturalmente. Fundou tantas escolas quanto podia. Por ser um católico sincero, que acreditava no efeito benévolo da religião sobre o comportamento das pessoas, estimulou a prática da religião católica e escreveu para aquele velho amigo dos negros, o padre Gregório, para que este o aconselhasse. Favorecia os filhos legítimos e os soldados casados e proibia oficiais e comandantes de manterem concubinas na mesma casa onde viviam as esposas, um legado da velha e infame sociedade branca. Ele estava ansioso para ver os negros adquirirem o comportamento social das melhores classes de brancos com os seus modos de Versalhes (James, 2010, p. 226).

Toussaint pode ser considerado então uma das figuras mais controversas da história da revolução haitiana, mas também, um homem fruto de seu período histórico, como destacam Pereira (2022), Morel (2017) e James (2010). James (2010) escreve nesse sentido que foi “a fidelidade à Revolução Francesa e a tudo que ela possibilitou, para a humanidade em geral e para o povo de São Domingos em particular, que o tornou no que ele era. Mas isso acabou por arruiná-lo no final” (p.265).

Em 1802 Toussaint é preso e deportado para a França e a política de negociações com a França findava, dando início, nos anos seguintes, à uma busca pela independência a partir de uma tática sem concessões, marcada por uma profunda revolta contra a dinâmica estabelecida por Toussaint.

Napoleão Bonaparte, em 1802, decreta a volta da escravidão nas colônias, aliando-se às pressões da burguesia comercial marítima e dos antigos proprietários de terras e escravos que haviam perdido seus bens. Medida que provocou insurreição geral em São Domingos, unindo negros e mulatos. Os franceses foram militarmente derrotados pelas tropas revolucionárias (e pela febre amarela) em 1803, além de atacados pela esquadra inglesa que, interessada em barrar a presença de Bonaparte nas Antilhas, auxilia indiretamente as forças dos insurretos da Ilha, em momento decisivo (Morel, 2017, p. 99).

A invasão francesa resultou na prisão de Toussaint e em 1803 foi divulgada a declaração preliminar de independência, no mesmo ano da morte de Toussaint, morrendo num gélido cárcere no Fort Joux, na França, 07 de abril de 1803. Em 01

de janeiro de 1804, é proclamada a Independência do Haiti, decidida desde outubro de 1803 pelas principais lideranças de negros e mulatos (James, 2017, p. 109), quando o novo Estado recebe, no batismo, a denominação indígena de Haiti (Gorender, 2004). Nesse mesmo ano, Dessalines foi coroado imperador, Jacques Iº, na parte norte da Ilha, tornando-se o primeiro chefe de Estado haitiano, tendo sido essa, uma humilhação imperdoável para a Europa e para o mundo ainda escravista que tremia com a notícia do “perigo negro” (Lôbo, 2020, p.33).

Enquanto, em Paris, a guilhotina decepava as cabeças dos jacobinos, em São Domingos, Dessalines e seus companheiros continuavam a defender, de armas na mão, o ideal jacobino da liberdade e igualdade de todos os homens. Eles, os jacobinos negros, permaneciam fiéis ao espírito revolucionário da Convenção de 1789. A 29 de novembro de 1803, os revolucionários negros divulgaram uma declaração preliminar de Independência. A 31 de dezembro, foi lida a Declaração de Independência definitiva. O novo Estado recebeu, no batismo, a denominação indígena de Haiti (Gorender, 2004, p. 300).

Sob a liderança de Dessalines, o país tentava reorganizar-se, ainda baseado nas grandes monoculturas para exportação e com grande desconfiança com os poucos estrangeiros que haviam permanecido no país e com a divisão racial interna, onde os mulatos mais ricos, eram também mais discriminados (Pinto, 2019). Sobre Dessalines, o mesmo autor escreve que seu maior legado foi a promulgação da primeira constituição do Haiti, com seu famoso artigo 14 que declarava que “Todos os cidadãos, de ora em diante, serão conhecidos pela denominação genérica de negros”. Aponta também que a Constituição promulgada em 1805 foi escrita a partir dos rascunhos de Toussaint Louverture, feitos em 1801, podendo somente ser concretizada depois da independência do país.

O Haiti vivenciou no pós-revolução, um período em que sua população ex-escravizada viu-se definitivamente livre do trabalho compulsório nas plantações de cana e nos engenhos de açúcar, passando a se dedicar à tradição herdada da África, ou seja, à agricultura de subsistência, sob as presidências de Pétion e Boyer. Nesse contexto, “O Haiti saiu do mercado mundial do açúcar e eliminou a possibilidade de progredir em direção a um nível econômico superior. De colônia mais produtiva das Américas passou a país independente pauperizado e fora de um intercâmbio favorável na economia internacional” (Gorender, 2004, p. 300).

O país sofre retaliações por parte da França, que dá ordens de atear fogo às fazendas e demais instalações e bases produtivas do país, além do bloqueio econômico que o país sofre por parte da França, Inglaterra, Espanha e Estados

Unidos (Magalhães; Baeninger, 2016). O Haiti ainda teve que “assinar e pagar uma “dívida” não contratada de 150 milhões de francos-ouro para que a França reconhecesse a independência e permitisse o alívio do embargo mundial que estrangulava o Haiti como punição à Proclamação da Independência” (Seguy, 2014, p.36).

O Haiti sofreu um bloqueio econômico por parte da França, da Inglaterra, da Espanha e dos Estados Unidos, depois de conquistar sua independência em 1804, até terminar de pagar à França indenizações por uma guerra que havia ganhado, e por direitos de liberdade e independência que havia conquistado. Tanto o Haiti como outras ilhas do Caribe foram invadidas várias vezes com base na “Doutrina Monroe” e na política do “Big Stick” pelas forças de ocupação norte-americanas. A ocupação do Haiti, de 1915 a 1934, provocou uma prolongada resistência popular, a repressão a expressões culturais como o vodu, a criação de tensões raciais e transformações culturais importantes (Grondin, 1985, p. 89).

Havia um medo generalizado de que os acontecimentos revolucionários empreendidos pelas pessoas escravizadas no Haiti, contaminasse as demais colônias localizadas na América Latina. A revolta organizada que resultou na morte dos brancos e na Proclamação da República pelos próprios revoltosos, significava o terror da Europa, quando pôde perceber-se ameaçada pela força dos que violentava para subjugação, bem como pela possibilidade de verem seu poder e dominação desestabilizados ou até mesmo no fim.

O Haiti pós revolucionário foi palco de muitos desafios e contradições. O país enfrentava “as dificuldades de crescimento e de busca, em meio de muitas contradições, da consolidação de um Estado capaz de assegurar a modernidade exigida pela segunda revolução industrial no campo internacional” (Castor, 2008, p.2). A exigência internacional somava-se aos conflitos internos que dificultavam o desenvolvimento do país enquanto nação autônoma e realmente distante dos valores daquelas que tinham sido suas metrópoles durante o período colonial.

Mais do que isso o Haiti nasce com a permanente contradição interna entre ser uma pátria livre, autônoma, constituída a partir do desejo de seguir o seu próprio caminho, construir uma civilização em novas bases ou render-se aos valores de seus ex colonizadores, a tensão de construir uma nação negra com valores civilizatórios “brancos”. É a contradição absoluta entre ser uma França Negra, uma civilização francesa constituída de homens negros, ou uma África Americana, uma civilização de bases africanas nas Américas. Será sobre este permanente debate que atravessa o século XIX que vai se erigir a ideia de nação no Haiti (Baptista, s/a, p. 2).

Segundo Morel (2017) a França apenas reconheceu a independência do Haiti sob condições esmagadoras. O preço (literalmente) da independência

haitiana, seria o do ressarcimento dos proprietários das terras que haviam sido devastadas. A dívida estipulada para o país, veio através do decreto da Independência do Haiti, assinado por Charles X, em 1825, com o cenário “de 14 navios de guerra com ordem de atacar caso o governo haitiano, presidido por Jean-Pierre Boyer, não aceitasse pagar indenização estipulada em 150 milhões de francos, o que equivalia a 10 anos de receita do país” (Morel, 2017, p.111). Segundo o mesmo autor, o monarca europeu também exigiu a redução de 50% dos direitos de alfândega aos produtos exportados para a França e a dívida foi renegociada para 90 milhões de francos em 1838, tendo sido paga até 1893.

Os Estados Unidos somente reconheceram a Independência do Haiti em 1862 e o país viu-se num cenário de guerras internas, acompanhadas de uma continuidade de governos com disputas locais, guerra civil, estabelecendo-se a partir de uma produção de subsistência.

O governo de Dessalines durou pouco. Em 1806 foi morto por um golpe de seus próprios generais. As divisões internas e disputas por poder marcaram as relações entre os exescravos e revolucionários desde seu início. Henri Christophe assumiu como presidente e Alexandre Pétion como presidente do senado, mas disputas entre os dois logo levaram a uma guerra civil. Christophe se declarou imperador do Haiti, mas controlava apenas o norte, enquanto Pétion governava o sul do país. Assim foi até que em 1818 morre Pétion e assume outro veterano da revolução, Jean-Pierre Boyer. Boyer reunifica o país depois da morte de Christophe em 1820. Durante seu governo, o sistema de grandes plantações de açúcar sustentadas por trabalho semi-escravo, voltado para a exportação, foi substituído por uma vasta divisão de terras, que passaram a representar uma economia voltada para a subsistência (Pinto, 2019, p. 373).

A mesma autora ainda acrescenta que o período pós-independência “foi marcado por longos períodos de governos ditatoriais (Christophe, 14 anos, Boyer 25 anos, Soulouque 12 anos), golpes, guerras civis e muitos distúrbios econômicos que culminaram na invasão das forças norte-americanas em 1915” (Pinto, 2019, p. 374). Esse momento histórico marca outra dimensão de extrema relevância para o entendimento do cenário haitiano no pós-revolução e que diz respeito ao início do imperialismo do século XX, “quando o imperialismo nascente leva os Estados Unidos considerarem toda América Latina como sua zona de expansão natural e o Caribe como seu quintal” (Castor, 2008, p.2).

A invasão norte-americana no Haiti é um acontecimento que conflui com as contradições internas para a construção do Estado haitiano livre e autônomo, fazendo com que o país sentisse para além dos conflitos de interesses internos, o

peso do imperialismo encabeçado pelos Estados Unidos que estabelecem a sua primeira ocupação militar no território (1915-1934).

Um dos primeiros atos dessa invasão foi o assalto ao Banco Central do Haiti. Toda a reserva de ouro do *Banque de la République d’Haïti* foi saqueada pelos Marines (marinheiros) e levada para Washington. Outro ato foi a expulsão de boa parte dos camponeses das suas terras – os mesmos camponeses cujo duro trabalho pagou o rapto francês, mal chamado “dívida da independência”. Esses camponeses e camponesas foram “embarcados”, como se fosse aos tempos do tráfico negreiro, para as plantações de cana-de-açúcar norte-americanas em Cuba e na República Dominicana. Não por acaso que cerca de 460 000 descendentes haitianos foram recenseados neste país vizinho em 2012. O ocupante tinha decretado: “A mão-de-obra negra é mais rentável e menos custosa” (Seguy, 2014, p. 37-38).

De acordo com Galeano (2010) as motivações que levaram à ocupação militar norte-americana foram justificadas, por Robert Lansing, secretário de Estado, explicando que “a raça negra é incapaz de governar-se a si própria”, que tem “uma tendência inerente à vida selvagem e uma incapacidade física de civilização” (Galeano, 2010, p. 2). O autor também acrescenta que um dos responsáveis pela invasão, William Philips, havia incubado tempos antes a ideia sagaz: “Este é um povo inferior, incapaz de conservar a civilização que haviam deixado os franceses” (*Ibidem*, 2010).

Podemos perceber a teia de relações na qual o Haiti encontra-se envolvido. A dívida imposta, o cenário de ditaduras internas, guerra civil e a invasão norte-americana, constituem um cenário de condições propícias à devastação social, econômica e política do país. É possível compreendermos que a espoliação por parte dos países imperialistas, resulta no aprofundamento da degradação desses aspectos, fazendo com que o país se insira no contexto imperialista mundial que determinam a miséria atual do país (Castor, 2008).

O Haiti continua atado a uma rede de dependência múltipla, a um conjunto de relações de dominação que têm como força motriz o capitalismo em escala mundial. As possibilidades de desenvolvimento no Haiti e sua vida nacional são amplamente condicionadas pela natureza das relações que estabelece no chamado sistema internacional, mas também pela evolução desse sistema, ou seja, das correlações de força que ali se instalam, se arraigam e se transformam (Grondin, 1985, p. 86).

O cenário pós revolução embora seja composto por múltiplas determinações, não pode ser caracterizado pelas duas interpretações colocadas por Morel (2017) como caracterizadas como sendo: “uma situação unicamente caótica e desenfreada, cuja explicação pode chegar à vitimização e à incapacidade dos negros e escravizados em governar; ou atribuída exclusivamente à dependência

econômica externa perpetuada pela França e Estados Unidos” (p. 114), ou ainda “simplesmente reproduzir a noção de que tudo o que passou em termos históricos não foi para valer, limitando-se à imitação, incompleta e caricata, das “verdadeiras” instituições ocidentais modernas” (*Ibid.*, p.114).

A introdução da perspectiva neoliberal faz com que os descendentes dos revolucionários do Haiti, mesmo após a ocupação norte americana, sofram a continuidade do processo de injustiça social, fazendo com que a partir da situação de pobreza imposta ao país, quase todos os haitianos vivam na obsessão da partida, na tentativa de escapar do sistema político e econômico instalado desde a independência, baseado na exploração e na exclusão da maioria (Hurbon, 1987), e emigrar torna-se um projeto de vida alternativo ao caos instalado no país.

### **3.1.**

#### **Processos de deslocamentos haitianos contemporâneos**

Buscamos compreender até aqui o processo de deslocamento haitiano a partir da trajetória histórica do país, tendo em vista, sobretudo, as consequências do período pós-revolução, empreendida em 1804.

Nesse sentido, procuramos analisar a migração haitiana consubstanciada pelas necessidades materiais sob as quais sua população foi sendo submetida ao longo de sua história. Construir uma reflexão contemporânea sobre esse fenômeno, implica, para nós, portanto, continuar apontando e compreendendo as condições do país em sua multiplicidade de fatores internos e externos, bem como suas consequências.

Retomando o debate acerca do desenvolvimento do processo de independência haitiana, tomamos como referência a mesma perspectiva de Peter Hallward (2006) quando escreve que: “boa parte da história pós independência do Haiti em 1804 foi conformada pelos esforços internos e externos de sufocar as consequências desse evento e preservar a herança essencial da escravidão e do colonialismo” (p. 221).

A partir da afirmação do autor, no que tange às ideias pós revolucionárias e a consolidação dos ideais haitianos de construção de uma nação livre e independente, destacamos a concepção do governo de Jean Jacque Dessalines que, juntamente com os generais do exército revolucionário, em 02 de janeiro de 1804,

um dia após a proclamação da independência do país, publicou a primeira lei da nação que determinava a nacionalização de todas as terras e plantações que estavam nas mãos dos estrangeiros (Gomes, 2012), e em 1805, “foi proclamada a eliminação de qualquer diferenciação baseada na cor da pele entre os haitianos, os quais doravante são considerados negros (Dessalines, artigo 14)” (Seguy, 2014, p. 137).

O intuito de Dessalines estava na direção do fortalecimento do país internamente, a partir do incentivo do cultivo da terra por sua população e da abolição das diferenças raciais, considerando negra toda população haitiana, como consta no artigo nº 12 da Constituição proclamada: “nenhum homem branco, de qualquer nação que seja, colocará os pés neste território com o título de mestre ou proprietário, e nem adquirirá ele no futuro nenhuma propriedade por aqui” (Gaffield, 2007, p. 89).

Destacamos como fato marcante desse período: a primeira constituição adotada um ano depois do triunfo da revolução. Segundo Monacé; Rodrigues; Oliveira (2020), juntamente aos ideais de Jean-Jacques Dessalines (Jacques I) estavam as de Henri Christophe (Henri I), que governou de 1806 a 1811 ao norte, quando o país estava dividido em dois estados: República do Haiti (sul) e Estado do Haiti (norte), tentando instituir as novas estruturas econômicas baseadas na grande propriedade estatal e nas relações sociais de produção menos desumanas que as relações raciais de produção da época colonial. Também segundo os mesmos autores:

As políticas econômicas de Jacques I, nos dois primeiros anos após a independência, e de Henri I, de 1807 até sua morte, marcaram o início do novo país no sistema capitalista europeu da era mercantil. Contudo, a natureza opressiva das forças armadas na administração de propriedade estatais e a baixa remuneração dos trabalhadores não ajudaram a melhorar a situação econômica e social do país. Os trabalhadores preferiam fugir das plantações para se estabelecerem nas colinas, enquanto o exército se transformava em um instrumento real para oprimir os camponeses (*Idem*, 2020, p.90).

Ir para as colinas fugindo das plantações passou a ser mais uma vez, uma alternativa ao contexto que se constituía no país. Nesse sentido, podemos compreender que o movimento de *marronnage*<sup>28</sup> (Debien, 1966) é em si,

---

<sup>28</sup> Alexandre (2022) escreve sobre a expressão, a partir da descrição do termo, pelo historiador Gabriel Debien, que diferencia o processo em dois. “*Marronnage* no francês engloba da fuga à rebelião e praticamente todas as formas de desocupação. Assim, *petit marronnage* se designou aos

constituído enquanto alternativa aos processos de subordinação e violência vividos em diferentes momentos, iniciando-se no período colonial, e prolongando-se ao longo da história do país. Podemos assim inferir que a migração haitiana se inicia com a emigração de sua população primeiramente a partir de um fluxo interno estabelecido pela forma como o contexto pós-revolução se delineia.

Até os dias atuais no Haiti se usa a palavra *marron* para os haitianos que estão fugindo em escala regional ou (trans) nacional por alguma situação associada à política, ao jurídico, à feitiçaria do vodu, às brigas entre familiares e amigos. As pessoas costumam dizer: *Entèl nan maron* (fulano está fugindo) ou *Entèl nan kache* (fulano está se escondendo). A palavra *marronnage* está articulada à mobilidade das pessoas, isto é, ao deslocamento de um lugar para outro e também à categoria de diáspora (Handerson, 2015, p. 67).

A *marronnage* é assim, um movimento de trânsito humano que se dá com o cenário que vai se constituindo no Haiti. Sob esse aspecto, podemos observar, de acordo com Dieme (2017) que a emigração haitiana se inicia no século XIX e início do século XX para países do Caribe que necessitavam de força de trabalho, especialmente para o cultivo da cana-de-açúcar, sendo essa a demanda que torna o país rapidamente um fornecedor da força de trabalho necessária para Cuba e, posteriormente, para a República Dominicana, sendo considerado pelo autor, esse, o primeiro grande fluxo migratório haitiano.

Nesse sentido, o processo de *marronnage* pode ser considerado, nessa perspectiva de saída do Haiti, uma alternativa às opressões e violações vivenciadas por sua população trabalhadora e camponesa, a partir da necessidade de construção de um meio alternativo de vida e de governo. Souza (2021) ao analisar a obra de Johnhenry Gonzalez, *Maroon Nation: A History of Revolutionary Haiti* traz mais informações sobre esse processo:

Na argumentação do historiador, a massa de revolucionários, e posteriormente cidadãos haitianos, desenvolveram um tipo de sociedade adversa ao latifúndio monocultor que em diversos aspectos se assemelhou aos enclaves maroons. Fugitivos das grandes propriedades que os governantes tentavam recuperar, os trabalhadores rurais haitianos se estabeleciam nas montanhas, criavam suas próprias instituições (descentralizadas e clandestinas) e evitavam o comércio formal e a taxaço do Estado por meio da produção para subsistência e do contrabando. Por conseguinte, eles foram vitoriosos na construção de um país em seus

---

escravos que buscavam se ausentar de seus trabalhos, pois queriam negociar ou apenas folgar alguns dias. Já a *Grand marronnage* referiu-se aos escravos e demais fugitivos que queriam se desvincular dos seus senhores definitivamente, esses buscaram formar sociedades em outros espaços como montanhas, pântanos e próximos a localidades que lhes dariam mais oportunidades. Ela ainda pode ser vinculada a rebeliões e pequenas revoltas que ambicionavam mudar o sistema vigente em relação à escravidão e ao governo, em mudança para o comando dos ex-escravos (Debien, 1966, p. 3-43)”.

próprios termos, que substituiu as *plantations* açucareiras por assentamentos autônomos em todo território, a despeito das tentativas dos líderes revolucionários e governantes haitianos em manter a economia de exportação (p. 3-4).

Podemos observar que o trabalho desenvolvido nas plantações tem uma centralidade na história haitiana. Um destaque que fazemos foi, na sequência dos governos no Haiti, Pétion, que governou ao sul da ilha, de 1806 a 1818, e que opta por uma política econômica oposta à de Jacques I e de Henri I favorecendo a apropriação privada de grandes áreas do Estado por um pequeno grupo de mulatos, grandes funcionários públicos e figuras militares de alta patente, como apontam Monacé; Rodrigues; Oliveira (2020). Já Jean Pierre Boyer, que governou em seguida, de 1818 a 1843, manteve a mesma política de distribuição de terras de Pétion no norte do país.

O ano de 1826 marca a redução da distribuição de terras. Nessa política, esses novos grandes proprietários dos meios de produção mais importantes poderiam iniciar uma grande exploração agrícola com facilidade. Os funcionários públicos de baixo escalão constituíam um setor de pequenos e médios proprietários dispersos entre as grandes propriedades. Estas pequenas propriedades possuíam terreno suficiente para fazer apenas plantações de subsistência. A consequência disto foi o reinício da coexistência entre grandes e pequenas propriedades após a experiência da abolição da escravidão (*Idem*, 2020, p. 91).

O cenário no Haiti vai sendo alterado, na medida em que cada governo possui um entendimento diferente acerca do uso e das apropriações da terra no país, contando ao longo dos períodos, com alterações que ora possuem o objetivo de fortalecer seu uso principalmente por sua população, numa perspectiva mais autônoma, e em outras, o uso autorizado pelas elites, fortalecendo o nascimento e aprofundamento de uma classe, através desse processo.

No acompanhamento da sequência dos governos do Haiti, Casimir (2012) escreve que após o governo de Dessalines, o Haiti dividiu-se em Reino do Norte e República do Oeste, sendo duas formações despóticas, apesar de suas características formais diferenciadas. Segundo o mesmo autor, o governo de Christophe, ao Norte, rejeita o princípio de uma negociação com a França para o reconhecimento da independência, defendendo a soberania do Estado haitiano, não admitindo interferências externas nesse processo, apontando assim, “uma evolução em direção ao exercício da soberania nacional, na medida em que se entende por estado soberano aquele em que a autoridade política suprema se submete somente a sua própria lei” (Casimir, 2012, p.9).

No entanto, o autor ainda acrescenta que a economia de *plantation* de Christophe não evoluiu, uma vez que se baseia na suposta racialização das relações de trabalho, e conseqüentemente, na fabricação sistemática da inferioridade do trabalhador agrícola, o que nos permite compreender também que o sistema de produção agrícola estabelecido, vai não somente contribuir para a formação de uma elite agrícola detentora dos meios de produção na área, mas também fica evidenciada a divisão racial existente nesse processo, elite essa que se confrontou, como aponta Seguy (2014), de 1806 até a aceitação do pagamento da dívida pela independência imposta pela França, em 1825, tanto a ameaça da restauração da escravidão, quanto a questão dos camponeses que reclamam o seu direito à propriedade, bem como também a divisão epidérmica entre as facções das próprias classes dominantes.

A análise do desgaste sofrido pelo país inclui, sobremaneira, o contexto do pagamento da dívida imposto pela França, em 1825, que torna a situação econômica no Haiti cada vez mais difícil. Junto a esse período, houve também o aumento do cultivo de produtos tropicais em outros países, quando o Haiti passou a ser dominado pela política neocolonial francesa. Nesse momento, “o governo haitiano recorreu a um empréstimo de 30 milhões de francos a uma taxa de 6% e reembolsável em 25 anos com um banco francês” (Monacé; Rodrigues; Oliveira, 2020, p.92). A dívida não conseguiu ser paga e o Haiti tentou renegociá-la, em 1843:

Em 1840, a França assinou um tratado comercial com o Haiti para obter o pagamento das quantias acordadas e garantir uma melhor fatia do mercado haitiano, que começava a se afastar daquele país e a se aproximar da Inglaterra e dos Estados Unidos. Em 1875, o conjunto das renegociações da dívida conduziu à chamada “dupla dívida”. Isto consiste em duas obrigações, indenização e empréstimo do contrato, celebradas em 22 de dezembro de 1870. Essa dívida dupla atinge o valor de 90 milhões (*Ibidem*, 2020, p.93).

O alto preço exigido para reembolsar a França, imprimiu ao Haiti uma dinâmica de dependência do país reclamante, sendo esse endividamento, um importante elemento externo imposto ao país, cujas conseqüências, somadas à desestabilização política, vão construindo um contexto econômico, político e social críticos. Esse processo de endividamento que Cotinguiba (2014) vai descrever como impagável à França em decorrência da independentização, inaugura a emigração haitiana enquanto um fenômeno social no país, a partir do século XX, justificando-se essa em parte, como a questão econômica que

prejudica sobremaneira o Haiti, além das questões políticas que se desenvolvem posteriormente.

Nesse sentido, corroboramos com Gomes (2012) que escreve que “a pobreza e miséria haitianas não podem ser encaradas como um acidente de percurso fruto de catástrofes naturais ou má administração do estado, mas consequência do processo de desenvolvimento do sistema capitalista” (p.107). Essa perspectiva nos ajuda a compreender que a situação atual do Haiti é fruto, portanto, de processos de desestabilizações desencadeados não somente por disputas internas, mas também a partir de sua inserção no cenário internacional.

Ainda com relação aos acontecimentos que desgastaram o país, destacamos a realidade após o exílio de Boyer, em 1843, quando “o capitalismo europeu e o norte-americano, através de seus representantes na economia haitiana, reforçaram o triunfo da política de Pétion até o domínio do imperialismo americano” (Monacé; Rodrigues; Oliveira, 2020, p. 94), sendo esse período de acumulação de riquezas, segundo os mesmos autores, um momento marcado pela ausência do incentivo às mudanças econômicas e pela exploração excessiva de trabalhadores camponeses, construindo-se assim, uma “validação insidiosa dos princípios que guiam a diligência do Estado e que colocam em evidência seu caráter profundamente anti-nacional e neocolonial” (Casimir, 2012, p.8).

Podemos observar que o contexto sob o qual delineava-se o futuro da ilha que foi considerada a mais temida das Américas pelo empreendimento revolucionário e libertador através de uma revolução negra, entrelaçaram-se com os interesses em manter a exploração e o enriquecimento da classe dominante que se formava, em detrimento da exploração de sua população camponesa, sob a égide do modelo capitalista europeu, no final do século XIX e início do século XX.

Nessa esteira, a invasão estadunidense do Haiti, em 1915, é emblemática no cenário de incursão colonial do século XX. Seguy (2014), a classifica, inclusive, como invasão neocolonial, colocando esse acontecimento como a primeira recolonização militar, desde o fim da colonização oficial em 1804. Sob a justificativa de ser uma intervenção baseada em objetivos puramente humanitários, a partir do golpe de estado que causou a deposição e morte do

Presidente Vilbrun Guillaume Sam<sup>29</sup>, além da execução de prisioneiros políticos, “o governo estadunidense entenderam-se então, obrigados a ocupar o país e manterem suas tropas em território haitiano para pacificar o país e preservar a ordem (Gomes, 2012). Essa transação efetivada pelos Estados Unidos, retirou o país da dependência da França e o colocou totalmente sob a dependência norte- americana (Seguy, 2014).

A ocupação norte-americana durou quase vinte anos e ampliou-se, de 1916 a 1924, com uma incursão paralela na vizinha República Dominicana. O regime militar dos Estados Unidos pôs-se a instituir uma versão precoce de programa de ajuste estrutural: aboliu a cláusula da Constituição que impedia estrangeiros de possuírem propriedades no Haiti, ocupou o Banco Nacional, reorganizou a economia para garantir pagamentos mais “confiáveis” da dívida externa, desapropriou terras para criar suas próprias *plantations* e treinou uma violenta tropa militar cujas únicas vitórias seriam contra o povo haitiano. As rebeliões, como a de Charlemagne Peralte, no norte do país, nos primeiros anos da ocupação, e a onda de greves de 1929 foram selvagememente reprimidas. Quando se retiraram, em 1934, os soldados dos Estados Unidos tinham quebrado a espinha da resistência camponesa inicial a essa engenharia socioeconômica, matando de 5 mil a 15 mil pessoas (Hallward, 2006, p.223).

Para além do domínio norte-americano sobre o Haiti, Seguy (2014) destaca a forte influência alemã sobre o território haitiano, colocando serem os alemães os principais adversários dos Estados Unidos e não a França, uma vez que essa controlava 80% do comércio haitiano, citando os estudos de Bernard (2011) que descreve o Haiti como “um campo de jogos de interesses das grandes potências do mundo moderno/colonial que disputam entre si o controle do planeta” (Seguy, 2014, p. 173).

Casimir (2012) destaca a forma como as elites haitianas receberam as tropas norte-americanas, descrevendo essa recepção como sendo a partir de uma visão qualificada como “pró-ocidental, antissaxônica, antiafricana e anticamponesa” (p.18). Nesse sentido, destacamos a contradição dessa recepção, considerando outra perspectiva que é o despertar que a elite haitiana tem a respeito do entendimento de sua latinidade, frente aos marcadores racistas internacionais que se manejavam nos Estados Unidos, no início do século XX.

Ainda segundo Casimir (2012), uma frustração que não impediu que essa mesma elite participasse da fabricação do trabalhador colonial, realizando o “sonho de afastar os camponeses de qualquer fonte de poder, incrementando a

---

<sup>29</sup> Foi presidente do Haiti, em 1915, tendo sido assassinado meses depois, governando de fevereiro a julho do referido ano.

validade dos indicadores de status como a cor da pele ou a “raça”, o uso do idioma francês, a residência urbana e a prática da religião ocidental” (*Idem*, 2012, p. 18).

Nesse sentido, o projeto norte-americano racista e segregacionista ganhou reverberação na elite haitiana não somente com relação ao uso do Haiti, conforme as necessidades dos Estados Unidos, mas também no que diz respeito às divisões raciais que foram aprofundadas a partir do olhar ocidental norte-americano. E é nesse bojo que a migração interna, mais uma vez, reforça-se, não somente como alternativa, mas como necessidade, integrando-se ao modo de vida haitiano, imposto pelas condições objetivas que foram sendo construídas.

Para sobreviver, números crescentes de camponeses tiveram que vender sua força de trabalho nos ambientes sociais estranhos onde não falam o idioma, não têm vida privada e familiar que possam regular e carecem de instituições comunitárias para lhes proteger. O trabalhador recobra seu caráter de estrangeiro sem direito nem amparo, exatamente como o cativo descartável do século XVIII. Conforme passam os anos, números crescentes de trabalhadores aumentam pela carência de alternativas nos barcos negreiros rumo às Bahamas e à Miami, ou nos ônibus que cruzam a fronteira, com a diferença que têm que pagar a passagem de seu próprio bolso (Casimir, 2012, p.9).

Nos anos seguintes do século XX, segundo Handerson (2015), o Haiti contou com um aumento da emigração, quando muitos outros países começaram a fazer parte do destino de milhares de haitianos, “sobretudo aqueles cujo passado tiveram a presença francesa no processo colonizador. A língua, neste caso, além do trabalho, parece ter sido um dos elementos motivadores para a emigração haitiana” (Cotinguiba, 2014, p.85). A partir dessa afirmação entendemos que a escolha do destino, contou também com o idioma como um dos principais motivadores da procura pela França metropolitana como o primeiro destino da emigração de haitianos, afirmando Dieme (2017) que esses processos migratórios são desdobramentos patentes do processo de colonização.

No entanto, embora os estudos de Handerson (2015) demonstrem que a França foi o principal destino dos filhos dos proprietários de terras, desde o final do século XVIII e posteriormente, no século XIX, para realizarem seus estudos, Dieme (2017) traz que o referido país não figura entre os quatro maiores fluxos de saída de haitianos para o estrangeiro.

Segundo o último autor citado, esses fluxos ocorrem a partir do século XX motivados pela busca por trabalho, mas incluem também outros fatores, como: a

proximidade geográfica, a economia das nações almejadas, as influências política e cultural de outros Estados e os motivos ambientais.

Já com relação ao período que remonta à invasão norte-americana, a partir de 1915, a inserção da cultura norte-americana, também ocasionou a emigração de haitianos e haitianas para o Canadá, e em especial, segundo Dieme (2017), rumo à capital de sua parte de expressão francesa, sendo esse, segundo o mesmo autor, o segundo fluxo emigratório haitiano pela busca por formação. No entanto, desde a década de 1930, o autor menciona o fato de que alguns estudantes haitianos, particularmente seminaristas e agrônomos, irem para o Quebec realizarem seus estudos. Também segundo Dieme (2017): “Durante a década de 1950 e início de 60, houve mudanças no perfil migratório: eram músicos que levavam os ritmos antilhanos para o local. Na segunda metade da década de 1960, houve um grande êxodo de haitianos para o Canadá, particularmente Quebec, fugindo da ditadura” (p. 70-71).

Outra consequência da ocupação norte-americana, segundo Castor (2015) é que a mesma não modernizou as estruturas econômicas, mas sim, as estruturas políticas como: democracia representativa, eleições, câmaras de representantes. Este modelo, segundo a autora, funcionou muito bem de 1934 até os anos 50, porém com a profunda defasagem econômica, nos anos 50, a crise deu-se novamente, iniciando-se um período ditatorial que visava sua resolução.

Um fato que destacamos, nesses meados do século XX, para o incentivo das expressivas migrações que ocorreram no Haiti, diz respeito ao impacto da educação formal e da religiosidade, por conta da obrigatoriedade do ensino do idioma inglês na década de 1940 por conta do crescimento das igrejas protestantes estadunidenses em território haitiano. Ferramentas que, de acordo com Dieme (2017), despertam o sentimento de pertencimento a uma só comunidade, seja ela linguística ou religiosa, colocando este, como um fator, ainda que entre outros, que provoca migrações expressivas, assim como o são as conjunturas políticas nacionais como foi o caso da época das ditaduras dos Duvalier.

As ditaduras direcionadas pelos Estados Unidos acirram-se, culminando em 1956 com François Duvalier, ou Papa Doc, no poder, privilegiando, por sua vez, os latifundiários e os interesses imperialistas, além de implantar um governo de terror sobre a população mais pobre com sua milícia particular, conhecida como *Tonton Makout* (titios malvados). Bezerra (2016) escreve que: “Ao declarar-se

presidente vitalício do Haiti, Papa Doc, assume, inclusive, a responsabilidade de nomear o clero haitiano, com o consentimento do Papa Paulo VI, o que permite que seja neutralizada a oposição ao seu regime (...)” (p.109). A autora ainda acrescenta que após a sua morte, o regime será mantido por seu filho, Jean Claude Duvalier, o Baby Doc.

Essa instabilidade política, segundo Handerson (2015), inscreve o começo do terceiro fluxo da emigração haitiana, sendo este, marcado como sendo o destino principal, os Estados Unidos, dando origem, segundo Cotinguiba (2014), à formação de uma grande comunidade vivendo fora do Haiti, sendo Nova Iorque, por exemplo, como tendo formado-se, a partir de então, como uma das cidades que concentra um dos maiores grupos de haitianos fora do Haiti.

Diante do exposto, podemos aprofundar o entendimento de que as contradições da história do Haiti são frutos das relações que foram criadas não somente dos países imperialistas para com o país, mas é preciso incluir como a cumplicidade da burguesia haitiana contribuiu para que a dependência e a deterioração no país fossem sendo moldadas também a partir de seus interesses, quando de fato, a ditadura Duvalier, ao contar com o suporte da burguesia nacional, submissa aos interesses imperialistas, criou as condições ideais para o avanço dos investimentos capitalistas estrangeiros no Haiti (Gomes, 2012, p. 116).

Esse processo esteve casado com o levantamento, por Duvalier, do movimento de negrismo haitiano que possuía o intuito de colocar os negros no poder dentro do Estado, mas sem deixar de ser compreendido, por Castor (2015), no entanto, como retrógrado, por não ter apresentado nenhum plano de desenvolvimento, além de levar ao extremo, todo um sistema de controle repressivo da população.

A manutenção e aprofundamento de um período de repressão e violência do governo haitiano, na década de 1970 dá-se ao mesmo tempo dos avanços das políticas econômicas neoliberais em toda a América Latina (Bezerra, 2016).

Com a morte de François Duvalier, em 1971, seu filho Jean-Claude Duvalier assumiu o poder prometendo a modernização do país, o que, na prática, significou o aumento dos requintes de crueldade das forças repressoras conjugado a um relativo e breve desenvolvimento econômico fruto dos altos preços do café, da instalação das indústrias maquiladoras e do incremento dos investimentos estrangeiros no país. No entanto, no caminho da Ditadura de Baby Doc e sua “modernização” havia a crise econômica que afetou todo o sistema capitalista nos anos 70 e trouxe consequências nefastas para o Haiti e para todos os países latino-americanos (Gomes, 2012, p. 116).

Esse período histórico do Haiti contou com um expressivo fluxo migratório para os Estados Unidos, a partir de 1970, quando, de acordo com Cotinguiba (2014), lançaram-se ao mar os *boat people*, cuja expressão “remete a um conjunto de significados, podendo referir-se ao processo da viagem, às pessoas, à embarcação e ao seu drama” (p.84). Já a emigração haitiana para a República Dominicana, segundo o mesmo autor, é um processo ainda em curso, dada, pelo fato de ser vista como economicamente mais desenvolvida, e por conta da proximidade geográfica, o país tem atraído milhares de haitianos, cuja integração social, contudo, é ainda bastante problemática, devido ao “anti-haitianismo” cunhado historicamente. Pinto (2018) escreve sobre a relação entre Haiti e República Dominicana, levantando aspectos históricos e políticos que configuram essa aversão de um por outro.

Existe uma miríade de historiadores que investigam o sentido de raça e nação na República Dominicana e conclui que a identidade dominicana é baseada na crença de uma ancestralidade europeia, na negação da negritude e, conseqüentemente, no desprezo aos vizinhos haitianos de origem africana. Esta visão foi abraçada pela política do Estado, principalmente a partir do início do século XX. Esse tipo de análise, que enfrenta honrosa resistência, assume que todos os dominicanos igualmente negam sua origem negra, embora grande parte da população seja de negros ou mulatos, que se veem como “brancos” ou “sem cor” (p. 47).

A autora aprofunda a questão do “anti-haitianismo”, como consequência da construção ideológica formulada no país, aprofundada no governo de Rafael Trujillo, durante as décadas de 1930 e 40, quando implementou uma política de extermínio e expulsão de haitianos. Essa perspectiva dominicana de nação influenciou o país na construção de uma identidade a partir de referenciais europeus, sendo o negro haitiano, a projeção do contrário dessa construção. Essa concepção foi respaldada por intelectuais e escritores “apoiados no positivismo e no darwinismo, sobre as causas do subdesenvolvimento do continente, baseados na ideia dos malefícios da mestiçagem e na necessidade de embranquecimento das nações” (Pinto, 2008, p.55). Nesse sentido, a migração para a República Dominicana encontra no processo racista constituído no país, um grande desafio.

Retomando o contexto histórico do Haiti numa perspectiva ampliada, na década de 1980, os ideais neoliberais aprofundaram-se, tendo como principal agente, os Estados Unidos, que, para ampliar seu mercado, haviam escolhido o mercado haitiano como um dos seus quintais prediletos (Seguy, 2014). Nesse

sentido, o modo de vida camponês haitiano, é apontado por Bezerra (2016) como tendo sofrido fortes impactos, devido às políticas ligadas aos interesses imperialistas para a agricultura.

Segundo a autora, a suinocultura foi exposta à gripe suína, em 1978, levando à necessidade de sacrificar todos os porcos crioulos da ilha, precisando serem substituídos por outras raças, que por sua vez, dependiam de diferentes insumos, produzidos fora do país, transformando a produção da “suinocultura haitiana, antes bem estruturada e útil, em uma atividade cara e dependente, a qual poucos camponeses tinham condições de bancar” (p.110). Outro fator apresentado pela autora com relação ao impacto do neoliberalismo no Haiti, diz respeito à produção de arroz:

Nos anos 80, a agricultura haitiana não só era capaz de produzir todo o arroz demandado por sua população, em suas planícies alagáveis, como exportava aos países vizinhos, a sua produção. O avanço da tecnologia no campo, a partir da Revolução Verde, gerou uma crise de superprodução do arroz estadunidense, cuja solução foi o amplo mercado consumidor haitiano. Foram criados subsídios para a venda e o arroz foi doado à população haitiana. Isso inviabilizou a produção haitiana, que não tinha condições de concorrer no mercado com o arroz estadunidense (*Ibid*, p. 110).

Dessa forma, a intervenção capitalista desempenhou um papel decisivo no enfraquecimento dos ideais revolucionários haitianos, no sentido da construção de sua autonomia e fortalecimento interno enquanto nação. Seguy (2014) destaca o papel exercido pela grandonarcho-burguesia haitiana, no que diz respeito ao pacto estabelecido entre ela e os Estados Unidos, trazendo um conceito cunhado por Jn Anil Louis Juste para descrever o referido grupo:

(...) designa as práticas dos burgueses-grandons chamando a atenção sobre o fato de que a classe dos grandons-burgueses ou dos burgueses-grandons é fundamentalmente um tipo de “família” de pouquíssimas pessoas que controla o essencial da economia nacional. São donos das terras, mas não se envolvem em agricultura capitalista. As suas grandes propriedades são distribuídas em centenas de pequenas parcelas nas quais trabalham os camponeses em locação ou como meeiros. Enquanto isso, suas atividades principais não passam de import-export (importação e comercialização de produtos manufatureiros e exportação dos gêneros produzidos pelo campesinato). Essa *grandonarquia* sempre teve em suas mãos o controle monopolístico de qualquer movimentação econômica e política do Estado – seu patrimônio. O grandon é aquele cujas terras ele “recebe” do Estado em grandes doações – daí a palavra “grandon” (p.38).

A ofensiva neoliberal apontava discursos de ações de ordenamento e pacificação, apresentando ao Haiti, um modelo alternativo norte-americano a ser implantado:

Em fevereiro de 1982, quando o presidente estadunidense, Ronald Reagan, apresentou à Organização dos Estados Americanos (OEA), a Caribbean Basin Initiative / Iniciativa da Bacia Caribenha, ele afirmou: “Essa proposta econômica é sem precedência na atual crise do Caribe (...). Ela deixa claríssima a nossa determinação a ajudar nossos vizinhos a crescer” (Seguy, 2014 p. 40).

As condições impostas à população haitiana, são os fatores que condicionaram historicamente o processo de emigração do Haiti, pela precarização de suas condições de vida. Bezerra (2016) escreve que com o desmonte do Estado promovido pelas políticas neoliberais adotadas por JeanClaude Duvalier, bem como pelos presidentes após 1986, a população haitiana viu-se sobre uma realidade de uma total carestia.

Os serviços privatizados, como distribuição de água, energia, coleta de lixo e esgoto, saúde, educação, são privilégio de uma pequena fração das famílias, enquanto as outras morrem exatamente por não terem acesso a esses serviços. Hoje apenas 1 em cada 5 casas de Porto Príncipe tem água encanada, enquanto o serviço dos caminhões-pipa chega a custar 30 vezes mais, e não tem nenhuma garantia de qualidade. Apenas 1,4% da população da capital tem acesso à água potável. Na zona urbana, pouco mais de 45% das casas possuem sistema de eliminação de dejetos, enquanto da zona rural, a proporção cai para 16%. A coleta de lixo chega a 30 a 50% das casas, e todo o lixo coletado vai para um lixão a céu aberto, o único da capital. A rede de energia elétrica está disponível apenas 8 horas por dia na capital do país, de longe podemos escutar o barulho dos geradores a gasolina que abastecem a maioria dos estabelecimentos comerciais (Bezerra, 2016, p. 110).

Mas o cenário de luta e mobilizações, ainda que diante de um contexto de tamanha fragilização, desponta ao final da década de 80. O Haiti contou nesse momento, com um movimento de massas, no período pós ditadura dos Duvalier, que buscava resgatar a soberania nacional, que além de lutar contra a Ditadura, reivindicava “mudanças substanciais no contrato social, tais como uma nova repartição da riqueza nacional, a realização da reforma agrária e o fim da marginalização do setor camponês” (Gomes, 2012, p.117-118).

Esse movimento de massas, segundo a mesma autora, foi que elegeu o padre Jean Bertrand Aristide para a presidência em 1990, assumindo em fevereiro de 1991, com 67% dos votos (Matijascic, 2012). Destacamos aqui a força do movimento popular haitiano, que demonstra que contrário ao cenário das ditaduras que vinham sendo estabelecidas no país, a existência desse movimento de massa, culminando com a presidência de Aristide, demonstra que as contradições das propostas de governo ao longo dos anos, contaram também com essa perspectiva emancipatória, mas que, no entanto, não durou muito tempo.

Este movimento popular que tinha reivindicações claramente antineoliberais foi duramente reprimido por meio de dois golpes de estado, em 1991 e 1994, que contaram com mais de 20.000 soldados dos Estados Unidos e toda uma estratégia de divisão, fragmentação e corrupção do movimento social com os projetos de desenvolvimento das Organizações não Governamentais (ONGs) e das agências humanitárias, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) (Gomes, 2012, p.118).

O golpe militar sofrido por Jean-Bertrand Aristide acarreta a morte de cinco mil pessoas. Conformando-se assim, o contexto lido como ideal para a invasão dos EUA, em 1994, com o discurso de restabelecimento da democracia sob a condição de adoção do neoliberalismo pelo Haiti (Lôbo, 2020). Nessa perspectiva, sob visão dos Estados Unidos, sobre a invasão foi compreendida como bem-sucedida.

Em setembro de 1991, apenas sete meses depois da posse, o exército retomou o poder, instalando uma nova junta, comandada pelo general Cédras. Nos três anos seguintes, os militares instituíram um reinado de terror na tentativa de dismantelar as redes da Lavalas nas favelas; cerca de 5 mil partidários foram mortos. Invadiram-se igrejas e organizações comunitárias; pregadores e líderes foram assassinados. Em setembro de 1993, brutamente liderados por Louis Jodel Chamblain, treinados pela CIA, assassinaram Antoine Izméry, ativista que lutava pela democracia e principal aliado de Aristide. Em abril de 1994, paramilitares comandados por Jean Tatoune, outro produto da CIA, chacinaram dezenas de civis no chamado Massacre de Raboteau, na cidade de Gonaïves (Hallward, 2006, p.225).

A retirada de Jean-Bertrand Aristide do poder gerou a saída de dezenas de milhares de haitianos de sua República. Foi nesse período que “(...) aproximadamente 46.000 *boat people* foram interceptados em alto mar e conduzidos aos campos de detenção de Guantanamo Bay em Cuba. Alguns ficaram presos por mais de um ano” (Handerson, 2015, p.73). Magalhães; Baeninger (2016) afirmam que “entre os anos de 1960 e 2010, a população imigrante nascida no Haiti e residente nos Estados Unidos passa de 5.000 para 606.000 pessoas, constituindo com isto 1,5% de toda a população imigrante norte-americana (MPI, 2013)” (Idem, 2015, p.238).

Segundo Lôbo (2020) Aristide termina seu mandato em 1994, passando o poder para René Preval, que por sua vez, governa o Haiti, de 1996 a 2000, quando Aristide volta a governar, e sofre outro golpe em 2004, quando se inicia um grande período de privatização em massa no Haiti, derrubando barreiras alfandegárias, que se intensifica em 2006 com a privatização de serviços como: portos, aeroportos, saúde e telefonia, segundo a mesma autora.

Jesus; Goettert (2020) destacam que o ano de 1994 é marcado pelo reconhecimento do fluxo da emigração haitiana, tendo sido reconhecida, durante o governo de Jean Bertrand Aristide, com a criação do Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior (MHAVE), reformulado em 2011, no governo de René Preval. Segundo Handerson (2015):

Segundo os dados oficiais do Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior (MHAVE, a sigla em francês), aproximadamente entre 4 a 5 milhões de haitianos estão espalhados pelo mundo, a maior parte nos países mencionados. Isso representa a metade dos habitantes do Haiti, estimados em 10.413.211 em 2013 pelo Institut Haïtien de Statistique etd'Informatique (IHSI). Dentre aqueles no exterior, 300 mil visitam anualmente o Haiti, particularmente nos períodos festivos e de férias (p.52).

O cenário de caos político haitiano atrelado à invasão norte-americana compõe um contexto de consequências nacionais devastadoras para o Haiti. O país inicia o século XXI, ainda com a realidade das incursões norte-americanas, respaldadas pelo discurso imperialista de estabelecimento da paz e da tentativa de restabelecimento da democracia, que por sua vez, destroem qualquer tentativa de construção de processos autônomos.

O século XX é, nesse sentido, um período que marca intensificadamente o Haiti com iniciativas externas e internas fragmentadoras dos movimentos populares e de tentativas do fortalecimento das massas, em detrimento da interpretação norte-americana da necessidade de intervir para organizar o país, quando na verdade, a incursão somada às concessões que o país acaba condicionado a fazer, geraram o fortalecimento da deterioração interna do país. As invasões norte-americanas são acompanhadas por uma sequência de fatos que aprofundam a condição dependente e fragilizada do Haiti.

Em abril de 2001, depois de cortar seu próprio auxílio ao governo do Haiti, os Estados Unidos impediram a liberação de 145 milhões de dólares de empréstimos já aprovados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e de mais 470 milhões programados para os anos seguintes. Em 1995, o governo haitiano recebeu perto de 600 milhões de dólares de auxílio. Em 2003, o orçamento total do governo reduzira-se a apenas 300 milhões, abaixo de 40 dólares anuais per capita para seus 8 milhões de cidadãos, menos o pagamento anual de 60 milhões de dólares da dívida nacional (45% da qual fora contraída pelas ditaduras dos Duvalier). A resposta do FMI e dos outros credores internacionais foi obrigar o Haiti a fazer cortes ainda mais profundos no orçamento e pagar quantias ainda mais elevadas de amortização (Hallward, 2006, p.234).

O autor ainda acrescenta a avaliação de que poucos governos sobreviveriam a um ataque financeiro tão permanente. A partir dos cortes debilitantes, em 2001, o Haiti contou com o retorno de Aristide, que ao encontrar o país em condições

muito desfavoráveis, concordou com praticamente todas as concessões exigidas por seus adversários. Hallward (2006) descreve as mesmas:

(...) obrigou os ocupantes das cadeiras questionadas do Senado a renunciar, aceitou a participação de vários ex-partidários de Duvalier em seu novo governo, concordou em convocar um novo CEP mais afinado com a oposição e a realizar outro turno de eleições parlamentares vários anos antes do previsto. Mas ainda assim os Estados Unidos recusaram-se a suspender o embargo à ajuda financeira (p. 235).

Gomes (2012) acrescenta que essa retomada do poder de Aristide é caracterizada pela conjugação de “frágeis aspirações soberbas com os interesses neoliberais estrangeiros” (p.118), sendo esse momento marcado pelo surgimento “de grupos paramilitares que, patrocinados pela Agência Central de Inteligência (CIA), iniciam o processo de desestabilização do governo” (*Idem.*, 2012, p.118). A autora também acrescenta a deposição de Aristide, em 2004, após uma nova ocupação militar estadunidense, no ano que marca o bicentenário da independência haitiana.

No início de 2004, ano do bicentenário da independência haitiana, Aristide é novamente deposto do poder após uma nova ocupação militar estadunidense. A invasão dos marines é seguida pela resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) que determina a criação de uma missão de estabilização do Haiti (ONU, 2004), já que o país é visto como uma ameaça para a segurança do hemisfério. Formada por soldados de 36 países, tendo o exército brasileiro à frente e contando com a presença massiva de contingentes latino-americanos, as tropas da MINUSTAH desembarcam em solo haitiano em junho de 2004. Seus objetivos se dividem em quatro pilares fundamentais: estabilizar o país; pacificar e desarmar os grupos guerrilheiros e rebeldes; promover eleições livres e probas, e fomentar o desenvolvimento institucional e econômico do Haiti (Gomes, 2012, p. 118).

Diante da realidade apontada por Seguy (2014), onde as medidas implementadas pelas autoridades haitianas, em acordo com os seus parceiros internacionais é “administrar a precariedade como norma de vida para a esmagadora maioria dos haitianos” (p. 59), a decisão de sair do país, aprofundou-se para a população haitiana, ao longo dos anos, como uma forma de luta por melhoria econômica e social de vida.

La única salida, dada su condición de insularidad, es cruzar la frontera hacia República Dominicana o lanzarse al mar, como ya lo hicieron en otras oportunidades con la nefasta experiencia de los *boat people*, que simplemente buscan que alguien se apiade de ellos y los

reciba. Y si eso no pasa, se los traga el mar, en una especie de suicidio colectivo (Durand, 2010)<sup>30</sup>.

O povo haitiano continua seu processo de deslocamento. A conjuntura do país impôs à sua população essa necessidade. Tomando como base essa realidade, veremos a seguir, o fluxo de migração haitiano para o Brasil, explorando ainda, o processo em seu contexto histórico, destacando fatos marcantes desse momento.

No próximo capítulo, trataremos do Brasil enquanto possibilidade de destino no processo de deslocamento humano, buscando analisar esse processo, a partir de um olhar amplo, incluindo uma análise abrangente dos elementos históricos, políticos e econômicos que constituem essa realidade.

---

<sup>30</sup> A única saída, dada a sua condição insular, é atravessar a fronteira para a República Dominicana ou saltar ao mar, como fizeram noutras ocasiões com a experiência desastrosa dos barqueiros, que simplesmente procuram alguém que tenha pena deles e recebê-los. E se isso não acontecer, são engolidos pelo mar, numa espécie de suicídio coletivo (Tradução livre).

## 4

### **Brasil como destino: aspectos econômicos, políticos e sociais**

O fluxo migratório haitiano para o Brasil foi analisado aqui, enquanto um processo que se relaciona com a posição subimperialista do Brasil no cenário internacional (Marini (2000); (2012); Luce (2007)), incluindo, nessa perspectiva, as investidas do país junto ao Haiti, tendo como pano de fundo a posição do Brasil frente ao domínio norte-americano. Diante desse cenário, buscamos compreender como a intervenção no Haiti, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), contribuiu para o deslocamento da população haitiana para o Brasil, sobretudo, após o terremoto ocorrido no Haiti, em 2010.

Para iniciarmos nossa reflexão, retomamos primeiramente, a Teoria do Desenvolvimento desenvolvida por Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel e Pedro Paz, que constroem a compreensão de que: “(...) o subdesenvolvimento passou, cada vez mais, a ser entendido como um problema de estrutura, cuja superação não está restrita somente ao processo de industrialização, mas à superação de outros entraves estruturais, de natureza social, política e cultural” (Oliveira, 2014, p. 168).

Nesse sentido, o Brasil, entra no rol de análise da referida teoria, sendo compreendido na condição de país subdesenvolvido, surgindo nesse contexto, a – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) que nasce com o intuito de fundar uma base institucional que criasse condições de desenvolvimento para os países da região, defendendo que apenas seria possível o desenvolvimento dos países latino-americanos, a partir da montagem de um aparato industrial orientado pela ação do Estado (Duarte; Graciolli, 2007).

No entanto, os mesmos autores desenvolvem o olhar sobre a crise dessa teoria, ocasionada pela “incapacidade do capitalismo de reproduzir nos países periféricos experiências bem sucedidas de desenvolvimento” (p.1), tendo em vista o contexto dos anos 1960 e 70, onde percebeu-se que “a industrialização não poderia, por si só, conduzir um país ao desenvolvimento, tendo em vista que outras esferas da sociedade, como o Estado e a estrutura de classes, contribuía

para alimentar a heterogeneidade estrutural característica da economia subdesenvolvida” (Oliveira, 2014, p. 172). Nesse sentido, foi-se entendendo que o desenvolvimento dos países latino-americanos estava inserido em uma multiplicidade de fatores, indo para além do mero desenvolvimento industrial deles.

A partir da compreensão dessas limitações, surge a Teoria da Dependência, desenvolvida principalmente pelos autores: Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, cuja proposta de análise:

(...) tentava compreender as limitações de uma forma de desenvolvimento que se iniciou em um período histórico no qual a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de poderosos grupos econômicos e forças imperialistas. Por esse motivo, enxergava que a forma de desenvolvimento implementada na América Latina só tenderia a aprofundar cada vez mais as relações de dependência (Duarte; Graciolli, 2007, p.1).

Ainda segundo os mesmos autores, a Teoria da Dependência surge no final dos anos 1960 como uma tentativa de explicar o desenvolvimento socioeconômico na América Latina, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940.

Em termos de corrente teórica, a Teoria da Dependência se propunha a tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras (*Ibid*, 2007, p.1).

Com a Teoria da Dependência, o conceito da condição de desenvolvimento/subdesenvolvimento dos países latino-americanos alarga-se, sendo entendido a partir de então, considerando-se a condição da inserção desses países periféricos no contexto de reprodução capitalista. Na mesma esteira, inerente à Teoria de Dependência surge o conceito de subimperialismo criado por Marini (2012).

O subimperialismo é um conceito que atualiza a compreensão da dependência sob a perspectiva dos países latino-americanos, que “estabelecem uma relação de estreita dependência com seu centro hegemônico - os Estados Unidos -, ao mesmo tempo que colidem continuamente com este em seu desejo de tirar maiores vantagens do processo de reorganização no qual se encontram empenhados” (Marini, 2012, p.65).

O subimperialismo compreende à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapôs ao esquema simples da divisão do trabalho - cristalizado na relação centro- periferia, que preocupava a Cepal - um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital, isto é, a relação existente entre meios de produção e força de trabalho, lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros. Como o Brasil, países como a Argentina, Israel, Irã, o Iraque e África do Sul assumem - ou assumiram, em algum momento de sua evolução recente- caráter subimperialista, ao lado de outros subcentros em que essa tendência não se manifestou plenamente ou apenas se insinuou, como, na América Latina, o México e a Venezuela (Marini, 1992, p. 137-138).

O Brasil é citado por Marini (1992) como um dos países latino-americanos que ganham destaque nesse processo de desenvolvimento do subimperialismo, passando a ocupar um lugar de subcentro econômico com a contraditória dinâmica de possuir uma relativa autonomia, e ao mesmo tempo, estar subordinado à dinâmica global imposta pelos grandes centros.

Diante dessa perspectiva de análise, entendemos a relação entre subimperialismo e fluxo migratório, enquanto fenômenos associados, pela capacidade “do subimperialismo condicionar a dinâmica migratória internacional, criando e impulsionando um fluxo específico entre o país objeto da expansão subimperialista e o país que a promove efetivamente” (Magalhães; Baeninger, 2017, p.38), possibilitando-nos compreender a relação entre Brasil e Haiti, a partir desse ângulo de análise.

O contexto sob o qual se encontrava o Haiti em 2004 era ainda de instabilidade social, política e econômica, que culminou com a deposição de Jean-Bertrand Aristide. Esse momento histórico foi marcado pela escrita de uma carta de renúncia de Aristide, tendo sido apresentada à comunidade internacional, procedida por uma solicitação pelo presidente provisório, Boniface Alexandre, junto à Organização das Nações Unidas, de uma intervenção internacional, com o objetivo de restabelecer a paz e a segurança interna no país. No mesmo ano, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, elabora, por meio da resolução 1.542 de abril de 2004, a autorização do envio de uma operação de manutenção da paz no Haiti (Artiga, 2012).

Sendo assim, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a mobilização por noventa dias de uma Força Multilateral Interina de Emergência, composta pelos Estados Unidos, França, Canadá e Chile, a fim de evitar uma crise humanitária na região. Apesar de o Brasil ter defendido essa ação, o país absteve-se nas votações, em decorrência de uma

concepção diferente sobre as missões de intervenção humanitária (...) fato é que a partir de 1º de junho, com a resolução 1542 de 2004, essa força foi substituída pela Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH), uma operação muito mais complexa e que certamente contou com o apoio econômico e político do Brasil (*Idem*, 2012, p. 13).

Para o referido autor, o Brasil muda sua postura para uma efetiva participação e liderança da Operação da MINUSTAH pela perspectiva alterada em torno da intervenção no país, passando a ser interpretada como sendo uma “Intervenção Humanitária desde a sua resolução até questões pontuais como a reorganização política e partidária no país” (p. 14) e complementa sua análise sobre a complexidade de fatores sobre a participação do Brasil na Missão, destacando que essa, não deve ser observada como decorrência direta, linear e consistente da política externa, mas sim, a partir de uma análise mais crítica, fornecendo-nos o seguinte exemplo:

Por exemplo, o Brasil votou a favor da resolução 1.529, de fevereiro de 2004, que criou a Força Multinacional Provisória, mas não aceitou participar dessa missão, aparentemente por considerá-la de imposição da Paz, ou seja, baseada no capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Fato é que o Brasil defende aparentemente em sua política externa a participação em atividades que sejam de manutenção da Paz. Contudo, a resolução que criou a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti também foi baseada no Capítulo VII. Apesar disso, a diplomacia brasileira viria a justificar tal posição a partir de uma interpretação diferente sobre a resolução (*Ibid*, 2012, p. 13).

O uso da força em um determinado país, está estabelecido, enquanto exceção, no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas: “ARTIGO 39 - O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os Artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais<sup>31</sup>”. Nesse sentido, em situações específicas, está prevista a determinação de sanções contra o Estado que infringir a lei internacional, estabelecendo medidas coercitivas militares, no caso de as medidas pacíficas e as medidas coercitivas não-militares para solução de litígios internacionais fracassarem (Nascimento, 2009).

O uso da força contra um Estado é permitido no momento em que há um desastre humanitário com grande perda de vidas humanas e só uma força militar pode impedir tal catástrofe. Esse é o caso das intervenções humanitárias, as quais estariam, implicitamente, compreendidas no capítulo VII da Carta da ONU, junto com as demais intervenções

---

<sup>31</sup> Carta das Nações Unidas, 1945, artigo 39.

militares, se distinguindo destas pelas razões humanitárias específicas que motivam a sua existência (Idem, 2009, p. 65).

O cenário político sob o qual deu-se a inserção do Brasil na Missão de Paz das Nações Unidas, era de um país governado por Luiz Inácio Lula da Silva, que por sua vez, decide aceitar a solicitação da ONU de participar da Missão, comprometendo-se a enviar tropas (a princípio, um efetivo em torno de 1100 militares) e assumir o comando da força militar de mais de 7000 soldados (Verenhitach, 2008, p. 10).

Ao assumir o comando da Minustah (Missão Internacional das Nações Unidas para a estabilização do Haiti) e o envio de maior contingente de tropas ao Haiti, o Brasil poupou maior esforço aos EUA no momento em que estes sofrem desgaste com a resistência à ocupação do Iraque. Por essa razão, a Minustah veio a se constituir no principal elemento de cooperação do governo brasileiro com o departamento de Estado na estabilização da conflitividade social da América Latina (Luce, 2007, p. 48).

Os estudos de Verenhitach (2008) demonstram, a partir da pesquisa de Paulo Roberto de Almeida, pontos de convergência e divergência entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. A autora descreve a ênfase dada pelo governo de Lula, ao multilateralismo e às relações com os países emergentes, além das grandes potências. Já o de Fernando Henrique, diferentemente, enfatizava as relações com os países desenvolvidos. Nesse sentido, a busca de Lula por uma maior aproximação aos países emergentes, pode ser considerada como uma das justificativas de inserção do país no Haiti.

O subimperialismo brasileiro, portanto, utiliza-se de uma aparência benévola, no sentido que lidera forças de estabilização e de paz no país, não obstante ter uma essência econômica que reside na busca por fontes energéticas naturais e no lucro extraordinário oferecido às suas empreiteiras pelo vantajoso negócio das (re) construções (Magalhães; Baeninger, 2016, p.241).

A MINUSTAH estendeu-se por treze anos (2004-2017), sob os objetivos de: “desenvolver uma conjuntura estável e segura, apoiar o processo político constitucional e democrático e promover e monitorar o cumprimento de princípios de Direitos Humanos no país” (Paula, 2017, p. 1), efetivada sob o fracasso da

“correção” dos problemas estruturais do país, durante uma década de sucessivas missões da ONU<sup>32</sup>.

A atuação do Brasil no Haiti possui perspectivas contraditórias. Por um lado, temos o olhar positivo de contribuição da missão no país:

Diversas situações atípicas vividas por brasileiros aumentaram a gama de conhecimento, dentre elas podemos citar o desdobramento inicial da missão, ocupação de pontos fortes, atuação em apoio a vítimas do terremoto, assistência a vítimas do furacão, segurança das eleições e desmobilização. Dentro da instituição Exército Brasileiro podemos perceber um amadurecimento muito grande em todos os escalões. A possibilidade de participar de uma missão de paz motivou os militares da força terrestre brasileira, o que levou o Exército a buscar formas de seleção cada vez mais justa e compatível com os objetivos da missão que seria cumprida. Com isso, o incremento de diversos exames de saúde testou as capacidades físicas, mentais e laborais de combatentes. A preparação foi outro vetor que também evoluiu; a realização de exercícios para um melhor desempenho das forças beneficiou os resultados positivos obtidos na missão. A criação do Centro Conjunto de Operação de Paz do Brasil potencializou a forma séria e competente com que a nação brasileira encarava tais missões de grandeza, o que refletiu no apoio às instruções de diversos países (Brandão, 2018, p.7).

Essa ideia inicial de manutenção de paz e estabilização do país, pelo olhar do autor, evidencia, sob sua perspectiva, as ações que se desenvolveram no Haiti, cujo cenário, principalmente após o terremoto, era de extrema vulnerabilidade, como já mencionado. No entanto, ainda que essas ações tenham sido realizadas e que tenham contribuído, naquele momento, sob o ponto de vista do autor, para o Haiti e para o Brasil, também é preciso evidenciar o outro lado de violência e abusos realizados durante a missão:

O relatório intitulado “*No one to turn to – The under reporting of child sexual exploitation and abuse by aid workers and peacekeepers*”<sup>33</sup>, da ONG Save the Children, foi resultado de entrevistas feitas em 2007 com 341 crianças que sofreram exploração sexual, como prostituição infantil, escravidão sexual, pornografia e troca de sexo por comida, na Costa do Marfim, sul do Sudão e no Haiti. De acordo com o relatório, as tropas de paz da ONU foram responsáveis por abusos especialmente no Haiti e na Costa do Marfim (Soprani, 2018, p. 2).

Nesse sentido, a intervenção contou com atuações que puderam apoiar o Haiti efetivamente, diante do caos que o país vivenciava. No entanto, o olhar atento sobre a atuação do exército brasileiro e sobre as bases econômicas, políticas e sociais motivadoras para essa inserção precisam também ser contempladas.

---

<sup>32</sup> O final dos anos 1990 também assistiu a uma série de missões no Haiti. Estas incluíam a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH), no período 1993-1996; a Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti (UNSMIH), no período 1996-1997; a Missão Transitória das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH), em 1997; e a Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH), no período 1997-2000 (DORN; PAUK, 2012, p. 149).

<sup>33</sup> Ninguém a quem recorrer- A subnotificação da exploração e abuso sexual de crianças por parte de trabalhadores humanitários e forças de manutenção da paz (Tradução livre).

Sendo assim, a compreensão da necessidade de aproximação do Brasil ao Haiti, diz respeito, também ao entendimento do território haitiano como possibilidade de investimentos e extração de fontes energéticas, somada à busca do Brasil por um assento no Conselho de Segurança da ONU, objetivando seu próprio impulsionamento e visibilidade (Seitenfus, 2014). Toda essa dinâmica de atuação no Haiti, dizia respeito ao momento histórico que o Brasil estava inserido, onde vislumbrava sua inserção e crescimento no cenário internacional, a partir de sua relação com os demais países latino-americanos. Segue abaixo o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmando a atuação do Brasil no Haiti.

O Haiti é um país irmão, com o qual o Brasil compartilha uma herança africana de enorme importância para nossa identidade nacional. Minha presença em Porto Príncipe reflete o compromisso brasileiro com a promoção da democracia e do desenvolvimento econômico e social do Haiti.

O Brasil não podia ficar indiferente a uma crise política e humanitária no Haiti que ameaçava mergulhar o país em um banho de sangue. Como membro do Conselho de Segurança da ONU, o Brasil procurou - desde o início do tratamento do tema - refletir as preocupações da região caribenha e latinoamericana e assegurar o encaminhamento pacífico da crise. A criação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti foi decidida por consenso, dentro do estrito respeito aos preceitos da Carta da ONU. Estavam dadas as condições de legitimidade internacional necessárias para desempenharmos um papel construtivo (Luiz Inácio Lula da Silva, 2004).<sup>34</sup>

O presidente Lula, há época, evocou o compartilhamento da identidade africana entre Brasil e Haiti, dando à Missão uma conotação identitária entre os dois países, a partir dos contextos históricos de ambos, de um período colonial escravista e afirma a participação do Brasil na ação, sob a perspectiva pautada na Carta das Nações Unidas, de que a intervenção dar-se-ia com a finalidade de promover a estabilidade e a paz no Haiti, uma vez que o cenário do país era considerado de instabilidade política, econômica e social.

O apoio dado ao Haiti, naquele momento, no entanto, camufla a condição de dependência de ambos os países envolvidos na Missão. Magalhães (2017) destaca, nesse sentido, o contexto de crise capitalista de 2007, que embora tenha afetado o Brasil, diminuindo de imediato, o consumo de suas exportações, pressionando a balança comercial brasileira, fazendo com que o país adotasse uma política

---

<sup>34</sup> Trecho da declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o Presidente do Haiti, Boniface Alexandre, em 18 de agosto de 2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/18-08-2004-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-conjunto-com-o-presidente-do-haiti-boniface-alexandre> Acesso em: 14, fev, 2024.

econômica anticíclica, com a elevação dos gastos do governo e controle da taxa de juros, o país conseguiu expandir sua capacidade produtiva, mantendo a tendência de crescimento do consumo, via crédito e endividamento familiar, e de criação de postos de trabalho, sobretudo de baixa qualificação (Magalhães, 2018, p. 373). No entanto, essa estratégia não retira o Brasil da condição de país dependente (LUCE, 2012), ainda que tenha conseguido atuar, diante da crise, com uma relativa inclusão social e expansão de emprego (Mattei; Magalhães, 2011), mantendo a condição de expansão brasileira ao exterior, condicionando a expansão brasileira ao exterior.

Sob esse olhar, compreendemos a inserção do Brasil no Haiti, a partir da perspectiva de relação entre dois países dependentes. Nesse sentido, Magalhães (2017) descreve a relação estabelecida entre ambos, a partir do interesse do Brasil com relação à intervenção no Haiti, como sendo um processo de “migração da dependência”.

Aporta-se esse adjetivo ao fluxo pois são precisamente as contradições do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro que levaram o Brasil ao Haiti: a expansão econômica ao exterior; a busca por um assento no Conselho de Segurança da ONU, que confirmasse politicamente essa expansão econômica; a procura de negócios rentáveis para suas construtoras e empreiteiras, através da construção de obras de infraestrutura, como a da estrada entre Les Cayes, cidade portuária, e Jérémie, também ao sul do Haiti; a presença nos lucrativos negócios de reconstrução do país, pós-Terremoto de 2010; e a coordenação da Minustah, como garantia ao mundo de que o Brasil era um ator não apenas econômico mas também político e militar relevante nas relações internacionais (Magalhães; Baeninger, 2017, p. 35).

O conceito proposto pelos autores auxilia-nos na compreensão da emigração haitiana ao Brasil, para entendermos que tanto o Haiti quanto o Brasil são países que participam da dinâmica capitalista internacional, sendo a atuação brasileira no Haiti, repleta de elementos que favorecem o Brasil à possibilidade de uma inserção na disputa com os países centrais.

De acordo com Magalhães (2017) a presença do Brasil no Haiti tem uma relação íntima com a emigração haitiana para o país, refletindo o quanto esta relação demonstra “a capacidade de o subimperialismo condicionar a dinâmica migratória internacional, e criar e impulsionar um fluxo específico entre o país objeto da presença estrangeira e o país que a promove efetivamente” (Idem, 2017, p.127).

Outro fator determinante de incentivo do processo de emigração haitiano, foi o abalo sísmico de 7,0 na escala Richter em 2010, que aprofundou ainda mais

as desigualdades que já acompanhavam o Haiti, fazendo com que seus habitantes precisassem buscar em outros países, a tentativa por melhores condições de vida. Seguy (2015) nos fornece um panorama do país, nesse contexto:

Em 12 de janeiro de 2010, o Haiti foi golpeado por um sismo que deixou um balanço dos mais horrorosos: mais de 300,000 mortos, 300,000 feridos entre os quais 5,000 amputados. Os danos materiais foram avaliados da seguinte maneira: “105,000 residências totalmente destruídas e outras 208,000 irreversivelmente danificadas. Mil trezentos edifícios educacionais, 50 hospitais e centros de saúde desabaram ou são inutilizáveis” (Pardn, 2010, p.7). Sem mencionar 1,5 milhões de desabrigados (p.521-522).

No momento do abalo sísmico de 2010, a ONU já se preparava para a retirada gradual da MINUSTAH. No entanto, com a destruição provocada “houve uma desorganização das próprias tropas que compunham a missão, a entrada também desordenada de diferentes organizações da sociedade civil (ONGs) e, para coroar a tragédia, o país foi contaminado pela cólera (O Globo, 4/4/2014)” (Mathias; Zague; Santos, 2019, p.155) e o término da missão foi mais uma vez adiado, passando o tempo entre o documento que deu origem a Minustah, de seis meses e seu fim, mais de dez anos.

No entanto, o período de prorrogação do prazo de permanência das tropas brasileiras no Haiti, encontrou divergências quanto à necessidade e possibilidade de execução. De acordo com o chefe do Comando Militar do Leste, general Adriano Pereira Júnior, a atuação nos Complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro, “sobrepunha-se aos compromissos do Brasil no Haiti e, portanto, exigia-se a volta do contingente do Haiti, que já estaria treinado para atuar nas ações de pacificação no Rio de Janeiro (Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas, 2011a)” (Mathias; Zague; Santos, 2019, p. 157).

O cenário do Haiti, com o terremoto de 2010, marca, assim, a história do país como sendo mais um fenômeno, que o obriga, mais uma vez, a reconfigurar suas estruturas, adicionado às tragédias anteriores que o país havia sofrido, como o furacão Gustav<sup>35</sup> que atingiu a ilha, em agosto de 2008, com ventos de até 150km/h; ocasionando a forte tempestade tropical Fay e um mês depois, mais dois

---

<sup>35</sup> Para maiores informações sobre o furacão Gustav, acessar: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL737475-5602,00-FURACAO+GUSTAV+TOCA+SOLO+NO+HAITI+COM+VENTOS+DE+QUILOMETROS+POR+HORA.html> Acesso em: 14, fev, 2024.

furacões - Ike<sup>36</sup> e Hanna<sup>37</sup>, fazendo com que o Haiti ganhasse grande notoriedade internacional.

El terremoto vino a dar el golpe de gracia a un país que ya se encontraba en una situación de extrema vulnerabilidad social, económica y política. El resultado inmediato fue el desplazamiento interno de miles de haitianos, la instalación de campamentos dedesplazados y el ingreso exponencial de organismos internacionales que empezaron a intervenir pero, en un comienzo, de manera desarticulada. República Dominicana fue uno de los países que más rápido se solidarizó frente a la catástrofe, realizando la apertura de frontera y habilitando canales de ayuda inmediata<sup>38</sup> (OIM, 2017, p. 31).

O maior afluxo de emigração no pós-terremoto, foram os Estados Unidos, seguido da República Dominicana, acompanhado de outros países, tais como Canadá, Cuba e Venezuela, sendo na Europa, o país de maior afluência, a França (Fernandes; Milesi; Farias, 2014). Nesse contexto, o Brasil também ganha destaque, sendo uma das rotas de procura da população haitiana, como aponta Seguy (2015):

Os primeiros migrantes não demoraram para se espalhar pelo mundo, sobretudo em direção não habitual – o Brasil, por exemplo. Hoje já são mais de 38,000 haitianos a entrarem pelas fronteiras brasileiras sem documento, com a “ajuda” de coiotes e outros aliciadores que já lucraram 60 milhões de dólares com o negócio. Sem levar em conta aqueles que entraram de forma regular – já com visto permanente de trabalhador (p. 522).

Se por um lado o fluxo haitiano para o Brasil contou com a perspectiva criada de produção de “uma imagem de Brasil próspero, potência, que estaria alterando sua posição na divisão internacional do trabalho e que poderia, com isso, receber a migração haitiana, a população haitiana foi também objeto de discriminação nos destinos tradicionais, quando os haitianos começaram a chegar, em setembro de 2010” (Magalhães, 2018, p. 374).

---

<sup>36</sup> Para maiores informações sobre o furacão Ike, acessar: [https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/09/printable/080906\\_furacaoike](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/09/printable/080906_furacaoike) Acesso em: 24, fev, 2024

<sup>37</sup> Para maiores informações sobre o furacão Hanna, acessar: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL745083-5602,00-FURACAO+HANNA+PROVOCA+DEZ+MORTES+NA+PASSAGEM+PELO+HAITI.html> Acesso em: 14, fev, 2024

<sup>38</sup> O terremoto desferiu o golpe final num país que já se encontrava numa situação de extrema vulnerabilidade social, económica e política. O resultado imediato foi o deslocamento interno de milhares de haitianos, a criação de campos para deslocados e a entrada exponencial de organizações internacionais que começaram a intervir mas, a princípio, de forma desarticulada. A República Dominicana foi um dos países que mais rapidamente demonstrou solidariedade face à catástrofe, abrindo a fronteira e permitindo canais de ajuda imediata. (Tradução livre).

Assis (2018) revela, por outro lado, que quando os haitianos começaram a chegar ao Brasil em setembro de 2010, nas cidades fronteiriças de Tabatinga e Brasília, logo, a questão se converteu em um “problema”, resultando na criação da Resolução Normativa Específica do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que, pela primeira vez, desde a Segunda Guerra Mundial, segundo a autora, estabeleceu cotas para a entrada de uma nacionalidade no país.

Entre os imigrantes haitianos, observamos que eles se encontram em praticamente todos os estados brasileiros, com exceção dos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte e Piauí. O estado que possui a maior concentração é o estado de São Paulo (Tabela 6), com 31% dos imigrantes, Santa Catarina e Paraná, com 15%, Rio Grande do Sul, 14% (Silva; Lima; Fernandes, 2018, p. 429).

Uebel (2018) escreve, que de acordo com os dados obtidos junto à Polícia Federal, existe uma ruptura também nos fluxos imigratórios em 2016 (51 mil imigrantes), que caíram pela metade, quando comparados com o ano anterior (113 mil imigrantes em 2015). No entanto, o país mantém-se enquanto o maior receptor, numa perspectiva proporcional, de imigrantes no Hemisfério Sul desde o ano de 2007 (Uebel, 2015).

Fernandes; Farias (2016) também nos apontam dados sobre o referido fluxo:

Durante o ano de 2010, pequenos grupos de haitianos, que não somavam duas centenas de imigrantes, chegaram à fronteira brasileira com o Peru. Ao final de 2011 havia indicações da presença de mais de 4 mil haitianos no Brasil (Costa, 2012; Silva 2013), número este que não cessou de aumentar, sendo que ao final de 2013 estimava-se que o montante já teria ultrapassado a casa dos 20 mil imigrantes, em 2014. Este número chegou a 55 mil e ao final de 2015, estima-se que o número total era de aproximadamente 75 mil (Fernandes; Faria, 2016, p. 99)

Dentre os motivos que levam à população haitiana a buscar o Brasil como destino, Silva; Lima; Fernandes (2018) também apontam o trabalho enquanto aspecto fundamental. Outra hipótese aventada pelos autores diz respeito, ante o fechamento da fronteira da Guiana Francesa, a população haitiana, foi impelida a buscar pelo Brasil, onde esperava “encontrar mais oportunidades de trabalho, dado seu crescimento econômico, às obras de infraestrutura com vistas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016, à construção de hidrelétricas e ainda à repercussão midiática que vem adquirindo nos últimos anos” (Faria, 2012, p. 85- 86).

Mejía e Simon (2015) também acrescentam como elementos motivadores: a avaliação positiva de o Brasil, sendo considerado um país próspero e de

oportunidades; a presença militar brasileira no Haiti na coordenação da Minustah e o convite do presidente Lula aos haitianos a emigrar para o Brasil, em visita realizada ao Haiti, um mês depois do terremoto (Fernandes; Castro, 2014). Por seu lado, o mercado de trabalho brasileiro, diante da crescente oferta de mão-de-obra haitiana, justifica a contratação de haitianos no lugar de brasileiros, usando as seguintes justificativas com relação aos brasileiros:

(...) não querem trabalhar, faltam muito ao trabalho e têm vícios”, como é o caso da dependência química. Já os haitianos são “dedicados ao trabalho”, “de boa índole” e “aprendem rápido o idioma”, pois precisam trabalhar e enviar recursos a seus familiares. O fato de que grande parte deles encontra-se numa situação de vulnerabilidade social, dependendo, às vezes, da ajuda de instituições religiosas e civis para sobreviver, criou-se inicialmente a ideia de que eles aceitariam qualquer tipo de trabalho, particularmente aqueles que exigem grande esforço físico e pagam baixos salários (*Idem*, 2015, p. 455).

Conforme pesquisa realizada por Fernandes et al (2014), verifica-se que alguns saíram do Haiti porque ouviram dizer que o “porto” do Brasil estava aberto, outros mencionaram ter vindo para o Brasil sem nenhuma informação sobre o país e alguns vieram porque ouviram falar que no Brasil poderiam ter documentos e mais liberdade (...) (Fernandes; Faria, 2016, p. 95).

(...) diz respeito ao marco legal, pois apesar de a legislação principal, o Estatuto do Estrangeiro, ter a característica de se pautar em uma visão conservadora em relação à migração, muitas vezes, torna-se flexível para atender os fluxos migratórios que têm como destino o País, via atuação de órgãos do Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho Emprego; tal situação não vem ocorrendo nos países centrais (Silva; Lima; Fernandes, 2018, p.446).

Os mesmos autores ainda trazem que o fato do grupo haitiano analisado por eles, encontrarem-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, apresentando assim uma inserção no mercado de trabalho desvantajosa em relação aos nacionais brasileiros, as pessoas ficavam destinadas aos postos de trabalho não desejados pelos moradores locais ou aqueles em que há uma exigência de força física para exercer a atividade laboral, acabando por se sujeitar a várias situações impostas pelos empregadores, como carga horária excessiva e remuneração baixa, sendo “um dos maiores locais de inserção laboral para migrantes internacionais no Brasil os vínculos empregatícios de não-nacionais nos frigoríficos brasileiros passaram de meros 106 registros em 2006, para quase 30 mil em 2021, dos quais 16 mil eram de haitianos e 10 mil de venezuelanos” (*Ibid.*, 2016, p.455).

Um ponto importante sobre a busca por trabalho em outros países, considerando, especificamente aqui, o contexto brasileiro, diz respeito ao envio de remessas de dinheiro à familiares, no Haiti. As remessas de migrantes revelam-se, segundo Magalhães; Baeninger (2016) enquanto uma realidade, como “a principal entrada de recursos financeiros em muitos países da América Latina.” (p.243). Esta realidade, intensifica e justifica o contexto da busca por trabalho fora do país e a expressividade que essa procura possui em termos concretos para os países latino-americanos. Sobre esse processo os autores acrescentam:

Em termos absolutos, superam para países menores do Caribe e da América Central os valores aportados sob a forma de Investimento Estrangeiro Direto (os investimentos de empresas multinacionais) e de ajudas internacionais. Como porcentagem do PIB (Produto Interno Bruto), as remessas revelam que, antes de constituírem relação de dependência no seio das famílias receptoras, desenvolvem relação de dependência também nos Balanços de Pagamentos destas economias (Binford, 2002; Magalhães; Baeninger, 2014). Entre 2005 e 2014, as remessas de migrantes representaram mais de 20% do PIB haitiano (...): um em cada Gourde (moeda nacional do Haiti) que circula no Haiti é proveniente de remessas de migrantes enviadas ao país (p.243).

Atualmente a situação no Haiti tem sido comparada aos países em situação de guerra, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Informações apontam que em abril de 2023 gangues rivais têm atuado no país, deixando mais de 400 mortos em seis meses, além do reaparecimento da cólera, deixando 669 mortos, desde abril até outubro de 2023. Diante da situação, o primeiro-ministro haitiano, Ariel Henry, solicitou ajuda militar internacional para combater as gangues em outubro de 2022<sup>39</sup>. Podemos observar que as condições do país permanecem deploráveis. As investidas internas e externas imprimiram à população haitiana uma realidade catastrófica. Migrar tornou-se uma necessidade de sobrevivência. Casimir (2023, *on-line*) ao ser entrevistado sobre as condições atuais do Haiti, dentre um conjunto de análises sobre a construção do Estado haitiano, afirma:

E agora o povo vota conforme recebem dinheiro ou não, porque viu que essa democracia é um puro conto, que há países que jamais permitirão que nós, haitianos, dirijamos o Haiti. Estados Unidos, França, Canadá, Inglaterra, eles mandam, simples assim. E, então, as

---

<sup>39</sup> Dados da reportagem do site Brasil de Fato, traduzido por Ana Paula Rocha. São Paulo, 29 de agosto de 2023. Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2023/08/29/haitianos-rejeitam-plano-do-kenia-para-intervencao-armada#:~:text=Em%20outubro%20de%202022%2C%20Henry,de%20combust%C3%ADvel%2C%20localizado%20na%20capital](https://www.brasildefato.com.br/2023/08/29/haitianos-rejeitam-plano-do-kenia-para-intervencao-armada#:~:text=Em%20outubro%20de%202022%2C%20Henry,de%20combust%C3%ADvel%2C%20localizado%20na%20capital.). Acesso em: 15, fev, 2024.

oligarquias, como não há instituições, vão adquirindo exércitos privados e assim essas gangues vão crescendo.

Com a análise do autor, compreendemos que as intervenções no Haiti ao longo de sua história, interferem diretamente na forma como sua população vive, bem como a necessidade de busca de outros países para reconstruir suas vidas. A conjuntura caótica, na qual encontra-se o país, é fruto, como pudemos ver ao longo do capítulo, de processos inúmeros de interesses de grupos internos e externos. Nesse sentido, podemos inferir que a revolução que iniciou em 1804, para ser efetivada, precisaria de novos elementos. Na mesma entrevista mencionada acima, o autor, ao ser perguntado sobre uma possível solução para o Haiti, responde:

Não sabemos a qual santo rezar para que nos deixem em paz. Um enviado da França me perguntou como eu pensava que poderiam nos ajudar, e lhe disse: “Vou responder como um mexicano: por favor, não me ajude, compadre”. Essa é a melhor ajuda, que não nos ajudem tanto. Só impeçam que cheguem armas e nós encontraremos a solução (Casimir, 2023, *online*).

Através do pensamento de Casimir (2023), podemos compreender que, dentre invasões, golpes e mobilizações, a alternativa para o Haiti, pode estar na retomada de seu processo autônomo e coletivo, iniciado com a revolução, em 1804.

#### **4.2. Legislação brasileira recente para imigração**

Neste tópico da presente pesquisa, abordamos a legislação brasileira voltada para migração, em sua construção histórica, a partir de seus principais marcos. Consideramos importante nesse resgate, a retrospectiva da formação da política migratória brasileira, a partir do contexto vivenciado pelo país, a partir do século XIX, cujos acontecimentos históricos, políticos e econômicos interferiram na elaboração.

A Constituição de 1891, a primeira do período republicano do Brasil, proibiu a imigração africana e asiática para o país e estabeleceu medidas de financiamento público para atrair e facilitar a fixação europeia. Nesse sentido, Andrews (1997) aponta alguns dados significativos a respeito:

2,5 milhões de europeus migraram para o Brasil entre 1890 e 1914, sendo 987 mil com passagens de navio pagas por subsídios do Estado. No interior destes números destaca-se a política imigrantista específica para São Paulo que entre 1888 e 1928 levou 2,1 milhões de europeus para o estado, o que representou mais da metade do total da imigração europeia para o país inteiro no mesmo período (p. 97).

Os dados acima demonstram o quanto as leis em seu processo de normatização das regras e responsabilidades circunscritas entre o Estado e a pessoa migrante, expressam a construção do princípio de soberania “que faz da nação a norma e da migração o desvio e a irregularidade”, delimitando o <<nós>> e o <<nosso>>, onde a contabilização, o controle, e a seleção viram critérios óbvios, bem como o fechamento torna-se um ideal praticamente incontestável” (Di Cesare, 2020, p.31).

Cada país e território vai apresentar sua abertura ou fechamento a esses fluxos, a depender do contexto ao qual seu sistema político e econômico permite/deseja. As leis e documentos criados, são a manifestação desse processo, enquanto construções sociais que expressam os códigos jurídicos inscritos a partir de concepções e análises do Estado para estabelecer parâmetros sociais de fluxo e refluxo de pessoas.

Ao levantarmos o conjunto de leis e analisá-las sob o prisma das conjunturas que se deram historicamente, buscamos movimentar o olhar para sua compreensão a partir dos motivadores institucionais, sociais e políticos que a cercam. Di Cesare (2020) exemplifica essa dinâmica, trazendo o passaporte como um documento que está estreitamente ligado ao nascimento do Estado e ao seu monopólio de violência, uma vez que para além de atestar a identidade do sujeito, o passaporte certifica o pertencimento a um Estado, onde quem não o possui, não tem cidadania, tão logo, não tem identidade (Di Cesare, 2020, p. 298).

A fixação ou passagem num território, depende nesse sentido, de condições objetivas circunscritas no âmbito institucional do Estado, sendo as documentações e processos legais/judiciais, elementos que configuram condicionantes para o fluxo de pessoas. Desta forma, analisamos aqui as condições históricas e as decisões que foram tomadas no campo internacional, das quais o Brasil participou, observando as implicações mencionadas para a manutenção, alargamento ou arrefecimento do fluxo migratório no país.

A fim de compreendermos as repercussões com relação à construção do direito internacional dos refugiados e suas repercussões no plano nacional,

compreendemos assim como Paiva; Gonçalves (2022) “que a situação dos migrantes explicita a realidade da luta de classes, que aparentemente se encontra no plano nacional, porém, escancara que as relações internacionais dos séculos XX e XXI se configuram a partir de lutas de classes em escala mundial” (p.7). Consideramos também o apontamento das autoras, ao trazerem no mesmo âmbito, que “A proteção jurídica aos refugiados ganhou materialização em meados do século XX após as disputas econômicas, territoriais e militares no sistema internacional que redefiniram a nova ordem mundial” (*Idem*, p. 7).

Sendo assim, tomamos para fins de análise as repercussões com relação às atrocidades da Segunda Guerra Mundial e seu contexto posterior, enquanto um recorte no que tange à construção do direito internacional do segmento populacional na situação de refúgio.

A segunda guerra mundial motivou o reconhecimento internacional do status de refugiados, bem como um novo conceito de direitos humanos, resultantes de atrocidades cometidas durante o Holocausto e a emergente preocupação internacional com a dignidade humana. O instrumento-chave no reconhecimento da proteção dos refugiados são a Convenção de Genebra de 1951 e o seu protocolo de 1967 são considerados o alicerce do direito internacional dos refugiados (Barichello; Araujo, 2014, p. 64).

A elaboração do conceito “refugiado” foi um movimento no campo jurídico que teve como base a necessidade de locomoção, a partir do contexto internacional do pós Segunda Guerra Mundial, forçando a reflexão sobre a realidade do fluxo de pessoas entre países, fazendo com que fosse necessário elaborar normas e leis que garantissem o acolhimento e a proteção das pessoas que assim precisassem.

A partir desse contexto, Araujo; Barrichello (2015) pontuam que a criação do sistema jurídico para os refugiados teve “na Resolução 319 A (IV) da Assembleia-Geral da ONU, de 3 de dezembro de 1949, um marco, cujo objeto, foia criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)(UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 1949)” (p. 124), voltado para atender às necessidades dos europeus, no contexto pós-guerra. Os mesmos autores acrescentam ainda sobre o papel do ACNUR que:

Seu Estatuto encontra-se anexado à Resolução 428 (V) da Assembleia Geral n. 428 da ONU, de 14 de dezembro de 1950. O ACNUR teve o início de suas atividades em 1º de janeiro de 1951, com a tarefa fundamental de conceder proteção jurídica internacional aos refugiados e adotar a Convenção de Genebra de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados, emendada pelo Protocolo de Nova Iorque de 1967 (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 1950). Esses instrumentos jurídicos proporcionaram uma estrutura formal

para responder às necessidades gerais dos refugiados, estabelecendo normas para protegê-los no âmbito do Direito Internacional (Fischel de Andrade, 2006) (p.71).

Um significativo marco no que tange à participação do Brasil nesse contexto internacional de construção de leis e princípios regulamentadores da migração, foi a participação plenipotenciária na elaboração dessa Convenção de 1951<sup>40</sup> relativa ao Estatuto dos Refugiados, vindo a ratificá-la somente na década de 1960, como aponta Sartoretto (2018, p. 670). A definição de “refugiado”, de acordo com a Convenção foi a seguinte:

Observam-se alguns elementos que caracterizaram a condição de refugiado segundo a Convenção de 1951. São considerados: 1) vítimas e sobreviventes dos atos ocorridos anteriormente ao ano de 1951; 2) o temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou perseguições políticas; 3) o refugiado deve se encontrar fora do país de origem; 4) ausência de proteção no país de origem e temor em permanecer no país que tenha sua residência (Paiva; Gonçalves, 2022, p.7).

Os anos posteriores à ratificação do Estatuto dos Refugiados pelo Brasil, foram seguidos pelo início do período da ditadura militar, que começou com o golpe militar de 1º de abril de 1964, alterando sobremaneira os valores democráticos do país, levando-o a um regime que perdurou por quase 20 anos, até meados da década de 80, deixando um rastro de violações de direitos humanos, como assassinatos, desaparecimentos forçados e tortura (*Idem*, 2018, p. 670).

Tomando como referência esse período ditatorial que se encerra somente em meados da década de 1980, destacamos que foi apenas em 1972, duas décadas após a criação do Estatuto dos Refugiados, que o Brasil veio a assinar o Protocolo de Nova York, de 1967, fruto da Convenção de Genebra de 1951. Esse documento “eliminou do texto da Convenção de 1951, as limitações geográficas e temporais para o reconhecimento do status de refugiado. Antes disso, apenas poderiam ser reconhecidos como refugiados no país, os indivíduos oriundos da Europa por acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951” (*Ibid.*, 2018, p. 671).

Já sob os últimos ares da ditadura no Brasil, o país contou com a criação do Estatuto do Estrangeiro, no Governo de João Figueiredo, que governou de 1979 a 1985, final do período ditatorial. O documento foi criado durante o período militar, onde sua principal função era resguardar a soberania nacional e os

---

<sup>40</sup> ACNUR, Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Genebra: 1951. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>>. Acesso em: fev, 2024.

interesses brasileiros diante da possível ameaça estrangeira, construindo-se então, nesse período, a imagem do imigrante como um potencial inimigo para o país e sua população.

Sobre essa perspectiva de análise da pessoa imigrante enquanto ameaça no contexto de construção de políticas para as migrações internacionais, destacamos a reflexão de Baeninger (2016) quando escreve que é sobre as marcas do estranhamento, da alteridade, do enfrentamento entre “nós” e os “outros”, enquanto expressões do Estado-nação e das construções conceituais e teóricas do nacionalismo metodológico que essas políticas baseiam-se, adicionada ao processo de assimilação dos imigrantes na sociedade receptora, na concepção de controle dessa população no Estado-nação, formulando-se a perspectiva com relação a esse contingente, de que somente passaria a ter direitos à medida que se “integrasse”, se “assimilasse” à sociedade de destino.

A autora acrescenta que tais políticas seguem estatutos de legalização e proteção jurídica a estrangeiros, concedendo, quando assim o fazem, direitos restritos. Nesse sentido, “o conflito social emerge pela “não assimilação” dos contingentes imigrantes nos moldes ditados pelas sociedades receptoras, tanto pelas especificidades das migrações internacionais, quanto pela sua diversidade temporal e espacial” (Idem, p. 29).

Nessa esteira, ao analisarmos o período ditatorial brasileiro, podemos inferir que as políticas migratórias criadas e implementadas nesse período, acompanharam as necessidades e compreensões sobre o/a imigrante, que se deram através de uma perspectiva autoritária e segregacionista.

Tomando essa perspectiva em questão, a promulgação da Lei n. 6.815 em 19 de agosto, no ano de 1980, regulamentada pelo Decreto no 88.715, de 10 de dezembro de 1981, que cria o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), um órgão de natureza administrativa, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), regido por um colegiado, demonstra o quanto as atribuições do Estado condizem com uma atuação controladora e autoritária através do órgão criado, junto à pessoa migrante.

O CNIg é o órgão responsável por analisar os requerimentos de visto para o trabalho no País, por essa razão é que ele é vinculado ao MTE, observando sempre a legislação e os decretos. Dentre as atribuições do CNIg, descrita no art.1 do Decreto n. 840 em 22 de junho de 1993 regulamenta diz: I – **Formular a política de imigração**; II – Coordenar e orientar as atividades de imigração; III – Efetuar o **levantamento periódico das necessidades de**

**mão-de-obra estrangeira qualificada**, para admissão em caráter permanente ou temporário; [...] VI – **Estabelecer normas de seleção de imigrantes, visando proporcionar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional e captar recursos para setores específicos**; VII –Dirimir as dúvidas e solucionar os casos omissos, no que diz respeito a imigrantes; [...]. (Grifo Nosso) (Silva; Lima; Fernandes, 2016, p.451).

Assis (2018) reafirma o cunho autoritário do Estatuto do Estrangeiro Lei 6.815/1980, apresentando os aspectos da lógica da segurança nacional contidas nele, destacando alguns elementos deste autoritarismo, salientando primeiramente o artigo 2º, que estabelece que: “na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional” (Estatuto do Estrangeiro e Regulamentação, Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, de 19 de agosto de 1980).

O imigrante é percebido como o estranho, estrangeiro, aquele que não é natural do país e que, portanto, poderia se constituir numa ameaça, devendo estar sob o olhar atento e fiscalizador do Estado. O imigrante é tratado como aquele que está distante, desconhecido, “o outro”, que ao se deslocar no espaço e chegar num outro território é visto como estranho. O imigrante quando chega, pode estar de passagem ou querer ficar, mas essa sua mobilidade, sua movimentação através das fronteiras é olhada com desconfiança pelo Estado-Nação (Assis, 2018, p. 609- 610).

A autora chama a atenção também nesse trecho, sobre a submissão da política imigratória à razão de Estado, enquanto garantidor da segurança nacional e institucional, sendo o imigrante avaliado como um sujeito passível de controle e vigilância. Um ano após a promulgação do Estatuto do Estrangeiro, a Lei 6.964, de 1981, altera o objetivo da imigração. Silva; Lima; Fernandes (2018) destacam essa alteração, conforme consta no art. 16, parágrafo único, da lei:

Parágrafo único. A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos (BRASIL, 1981 – Redação dada pela Lei n. 6.964) (p. 450).

A abertura do país nesse momento, alterava-se então, para o olhar da pessoa migrante como sendo de contribuição para o desenvolvimento do país, a partir do oferecimento de sua mão de obra. Havia assim, dentro daquele período ditatorial brasileiro, um estímulo ao fluxo migratório, pensado e conduzido para esse fim, embora, esse estímulo tenha sido acompanhado, contraditoriamente, pela

perpetuação do medo ao migrante trabalhador, visto enquanto uma ameaça à segurança nacional.

Desde a promulgação do Estatuto do Estrangeiro nos anos de 1980, o País passou a ver a questão dos trabalhadores imigrantes como uma questão de segurança nacional. Outro ponto de destaque do Estatuto é defender à “organização institucional”, “interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil”, bem como objetivo de “defesa do trabalhador nacional”, sendo todos constantes do art. 2º da lei mencionada (Silva; Lima; Fernandes, 2018, p.450).

A construção do entendimento sobre a pessoa imigrante no Brasil, foi acompanhado, portanto, de contradições, onde a mesma foi percebida, num ano enquanto fornecedora de mão-de-obra que poderia contribuir para o desenvolvimento do país e contraditoriamente, no ano seguinte, como uma ameaça à segurança nacional; sendo necessária a elaboração de medidas que compreendessem a segurança das instituições nacionais, dos interesses sociais, culturais e políticos, e ainda, do trabalhador brasileiro.

Os regimes ditatoriais na América Latina, na década de 1960, contaram com um cenário que ocasionou intensos fluxos migratórios internacionais no período de conflitos da América Central que aconteceram principalmente em Nicarágua, El Salvador e Guatemala, provocando um fluxo de mais de 2 milhões de indivíduos em fuga, que até então, estavam sem proteção internacional (Paiva; Gonçalves, 2022, p. 9-10).

Diante desse cenário, a Declaração de Cartagena coloca a América Latina em patamar de destaque no cenário global (Baeninger, 2018, p.18), ao reformular a definição de refugiado, ampliando-a a partir desse contexto vivenciado nos países latino-americanos.

A Declaração de 1984 orientou os países latinos a usar a definição de refugiado para além daquele presente na Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967, preservou a compreensão ampliada de refugiado dada pela Organização da Unidade Africana (OUA)<sup>41</sup> em 1969 e do Colóquio do México de 1981. Fruto das mobilizações no cenário internacional para encontrar soluções para os desafios humanitários enfrentados por essas pessoas na América Central, o documento é dividido em quatro seções: apresentação, que sinaliza os problemas jurídicos e humanitários vivenciados pelos países da América Latina e Central, seguido da contextualização dos objetivos a serem alcançados pelos Estados, e por fim, conclusões e recomendações (Idem, 2022, p. 10).

---

<sup>41</sup> Parte-se do pressuposto de que a OUA foi estabelecida com o objetivo geral de eliminar o domínio colonial da África para proporcionar ao continente a autonomia necessária para lidar com seus problemas internos e para buscar um novo modelo de inserção internacional que lhe desse a devida importância. Por outro lado, tal objetivo geral não eliminou as disputas no âmbito da OUA, principalmente entre Egito e Gana, e tampouco os choques de interesses entre as elites políticas a despeito das experiências comuns vivenciadas pelos seus países (FERNANDES, 2016, p. 100).

A Declaração de Cartagena, de 1984, destaca-se assim, pelo olhar sobre o conceito de refúgio diante do contexto histórico vivenciado agora, na América Latina, e não mais na Europa, dando destaque às especificidades da região, por pensar e construir determinações a partir de sua própria realidade, sem deixar, no entanto, de encontrar, em sua aplicação, as contradições inerentes ao contexto político, social e econômico vivenciados por cada país latino-americano, à época.

Outro encontro que se destaca no caminho da construção de normativas no campo migratório, no plano internacional, foi a Convenção sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas famílias, nove anos após o Estatuto do Estrangeiro. Um documento que foca a proteção dos direitos dos migrantes.

Ela foi aprovada no seio da ONU, tendo sido adotada como Resolução da Assembleia Geral sob o número 45/158, de 18 de dezembro de 1990 (ONU, 1990). Ao final da mensagem, o Secretário-geral exortou todos os Estados-membros que ainda não ratificaram ou aderiram à Convenção a fazê-lo, além de demonstrar a preocupação da ONU com a proteção dos direitos humanos dos migrantes. Também destacou a necessidade de colocar os direitos humanos no centro da política de migração e de sensibilização para o fato de que os migrantes fazem contribuições positivas para a vida econômica, social e cultural de seu país anfitrião. A mensagem mostra a importância do tema para o cenário global (Vedovato; Assis, 2018, p. 607).

A década de 1990, no plano internacional, foi marcada então, pela referida Convenção, constituída a partir da preocupação sobre a proteção dos direitos humanos dos migrantes e a construção de uma imagem positiva com relação à pessoa migrante considerando as contribuições que podem oferecer aos países aonde chegam. Mas é a convenção menos ratificada pelos Estados, o que quer dizer que o arcabouço jurídico no que tange ao debate de migração ainda apresenta muitos desafios em sua efetivação. O Brasil, por sua vez, promulgou a Lei n. 9.474/97, o Estatuto dos Refugiados (Sartoretto, 2018, p. 671), avançando assim, sob a perspectiva de direitos da pessoa refugiada.

Baeninger (2018) aponta outro marco de grande relevância no que diz respeito ao cenário internacional do debate migratório, que foi a Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada no ano de 2016, que aprova a Declaração de Nova York para Migrantes e Refugiados, na qual consta a realização do "Pacto Global

para Migração Segura, Ordenada e Regular<sup>42</sup>", em 2018, que se trata de acordo internacional intergovernamental para a migração internacional (p.17), tendo seu texto final entregue em dezembro de 2018 e sendo assinado por 164 países, incluindo o Brasil (Batschauer, 2021). Sobre sua natureza e objetivos, a Organização Internacional para as Migrações descreve-o da seguinte forma:

O Pacto Global é o primeiro acordo negociado intergovernamentalmente, elaborado sob as indicações das Nações Unidas, abrangendo todas as dimensões da migração internacional de forma holística e abrangente. É um documento não vinculativo que respeita o direito soberano dos estados de determinar quem entra e permanece no seu território e demonstra o compromisso com a cooperação internacional em matéria de migração. Apresenta uma oportunidade significativa para melhorar a governança da migração, enfrentar os desafios associados à migração atual e fortalecer a contribuição dos migrantes e da migração para o desenvolvimento sustentável.

A definição nos mostra a importância e a adesão do Pacto, marcando o início do século XXI, com a presença de um legado jurídico de avanço internacional sobre o debate da migração entre os países, que determina formas de condução do fenômeno migratório mundial, bem como o enaltecimento de sua importância.

No entanto, o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular por si só não garante uma migração ordenada e segura para todos, mantendo ainda uma condição de precariedade e vulnerabilidade daquelas e daqueles que migram, demonstrando o quanto, ainda que se avance na elaboração das leis para o segmento migrante, faz-se necessária a criação de uma conjuntura política, econômica e social que conflua para a efetivação dos princípios que são/estão estabelecidos em lei.

Os direitos e oportunidades associados à migração muitas vezes refletem e reforçam desigualdades espaciais, estruturais e sociais, incluindo aquelas relacionadas a gênero, raça, idade e renda. O resultado é que a migração pode servir para ampliar as desigualdades existentes e criar as chamadas "precariedades construídas", na forma de viagens irregulares, más condições de trabalho, deficiências no acesso aos direitos sociais para os migrantes e suas famílias (Coimbra; Aveline, 2022, p. 455).

Rosana Baeninger (2018) contribui para a reflexão sobre o Pacto Global ao escrever sobre a necessidade da transformação dos espaços de fronteiras em espaços de direitos, evidenciando que a flutuação da existência das mesmas dá-se

---

<sup>42</sup> ONU, Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular. Marrocos: 2018. Disponível em: <[https://refugeemigrants.un.org/sites/default/files/180713\\_agreed\\_outcome\\_global\\_compact\\_for\\_migration.pdf](https://refugeemigrants.un.org/sites/default/files/180713_agreed_outcome_global_compact_for_migration.pdf)>

em decorrência das trocas e alianças entre os Estados, colocando que desde “as fronteiras físicas até as fronteiras simbólicas, o Pacto Global precisa reconhecer a necessidade de que espaços de fronteiras tornam-se prioridades nas ações e políticas na governança das migrações internacionais como a articulação entre os Estados” (p.18).

Por mais que as políticas migratórias tenham contado com avanços no que diz respeito ao olhar da pessoa migrante, promovendo alterações na perspectiva legal de ampliação da recepção nos países, fazia-se necessário no contexto brasileiro, uma nova lei de migração, diante do aumento do fluxo de pessoas migrantes no cenário brasileiro, que passou pelo significativo crescimento de imigrantes entre 2005 e 2015, de acordo com Assis (2018). A autora acrescenta também que “em 2006 tínhamos cerca de 45.124 imigrantes registrados na Polícia Federal, em 2015 esse número era de 117.745 mil” (p. 615). Diante dessa realidade, o debate no Brasil para o avanço e construção de uma política mais alinhada com o aumento do fluxo migratório no país, fez surgir uma nova lei migratória, como escreve a mesma autora anteriormente mencionada:

Depois de 37 anos de vigência, com pequenas modificações e após amplo debate na sociedade civil, nos movimentos sociais e nas organizações de migrantes, de vários anteprojetos que foram encaminhados e não foram levados à votação, a Nova lei migratória foi aprovada, sob pressão e tensão entre os grupos de defesa dos imigrantes e aqueles que defendiam uma proposta menos aberta, ainda permeada pelas ideologias de segurança nacional e da noção dos riscos que a migração pode causar à nacionalidade (Assis, 2018, p. 610).

Assis (2018) também escreve que as mobilizações em torno da atualização da legislação migratória brasileira iniciaram na década de 1990, quando mesmo vivenciando um aumento em seu fluxo migratório, ainda mantinha uma lei migratória considerada um “entulho autoritário”, que dificultava a regularização migratória e o acesso dos imigrantes a direitos, por manter o tratamento da migração como um problema a ser contido ou regulado pelo Estado. Desta forma, ao defender a necessidade de uma nova legislação migratória, o que se buscava era um novo marco jurídico para compreensão da migração, que revertesse essa lógica autoritária, presente no estatuto do estrangeiro (...)” (*Idem*, 2018, p. 614).

Ainda segundo a mesma autora, a Nova Lei de Migração Brasileira de 2017 não contou com uma aprovação unânime, tendo sido aprovada em meio a pressões contrárias tanto dentro do governo, como na sociedade civil tendo sofrido, por um

lado, ataques xenófobos e discriminatórios e por outro, considerada um avanço em termos de legislação por especialistas, imigrantes e sociedade civil. A lei foi promulgada pelo presidente Michel Temer, que sancionou 20 vetos da proposta, de autoria do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), sendo aprovada em 24 de maio de 2017, revogando a anacrônica e ultrapassada legislação anterior - o Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/80) e a Lei n. 818/49 (que tratava da aquisição, perda e reaquisição da nacionalidade brasileira) (Ibidem, p. 610). Sobre a questão Uebel (2018) acrescenta:

(...) apesar dos esforços e avanços advindos da nova Lei de Migração, artigos importantes foram vetados pelo presidente da República, que por sua vez, adotou um discurso de “ameaça à soberania e segurança nacional” com a chegada de estrangeiros, nas palavras presidenciais no veto da referida lei, demonstrando, segundo o autor, total desconhecimento da nova realidade migratória do Brasil: um país de emigrantes e imigrantes, e com um estoque migratório representando cerca de apenas 0,9% de sua população total, repercutindo diretamente nos demais Estados platinos (...) (p. 167-168).

Nesse sentido, embora ainda sob as marcas conservadoras do debate migratório no Brasil, a Nova Lei de Migração Brasileira de 2017, imprime uma mudança significativa sobre o olhar da pessoa que “vem de fora”, ao entendê-la a partir do conceito de dignidade humana. Ainda que a lei tenha sido efetivada sob inúmeras restrições, os avanços inscritos na política, garantiram a partir de então, uma nova forma de compreensão sobre o fluxo migratório e o papel do Brasil nesse contexto:

A Nova Lei de Migração Brasileira (NLM), Lei 13.445/17 (BRASIL, 2017), tem toda sua construção baseada em um conjunto de Normas de Direitos Humanos. Durante todo o longo período de vigência do Estatuto do Estrangeiro, a Lei 6.815 de 1980 (BRASIL, 1980), e até antes mesmo desse instrumento normativo, a norma interna brasileira era fundada no tratamento do estrangeiro sob o prisma da segurança nacional. De fato, após um longo período em que o migrante foi considerado, pela legislação interna do país, como alguém a ser evitado, a lei nascida do projeto de iniciativa do Senado da República indica a proteção da dignidade humana como seu ponto fundamental. No entanto, o Presidente da República vetou mais de vinte dispositivos da nova lei e, apesar desse ser exercício de uma prerrogativa presidencial, esses vetos possuem um indicativo para a regulamentação da lei que se avizinha (Vedovato; Assis, 2018, p.597).

Ventura; Yujra (2019) evidenciam quanto aos direitos dos migrantes presentes na nova Lei de Migração de 2017, seu notório avanço. No entanto, não deixam de ressaltar o fato do Brasil ser o único país da América do Sul ainda a não reconhecer o direito ao voto para os migrantes em nenhum nível, em razão de uma restrição prevista na Constituição Federal, fazendo com que “as questões

relativas aos migrantes sejam alvo de escasso interesse pela classe política, dificultando o reconhecimento de seus direitos e demandas” (*Idem*, 2019, p.54).

O Brasil, por sua vez, vive um grande retrocesso em 2019, ao sair do Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro. Mendes; Menezes (2019) fornecem uma retrospectiva sobre o posicionamento do referido presidente, ainda antes de sua eleição de 2018, quando apresentava, já enquanto deputado federal, em 2015.

O primeiro ato de Jair Bolsonaro em política migratória ocorreu no dia de sua posse na presidência da República, 1º de janeiro de 2019. Após a investidura no cargo, uma nota do Itamaraty circulou instruindo diplomatas brasileiros em postos no exterior a comunicar ao secretário-geral das Nações Unidas, ao diretor-geral da Organização Internacional para as Migrações e membros de governos que o Brasil deixaria o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (...) (*Idem*, 2019, p. 308).

Segundo Batschauer (2021) a declaração do então presidente, “colocou a comunidade internacional em uma posição receosa, mostrando que o maior prejudicado seriam os brasileiros que vivem fora do Brasil, pois poderiam não ter mais a mesma reciprocidade no tratamento dado a eles” (p. 1068), causando por isso, “preocupação não somente com a situação dos migrantes que chegam, mas os brasileiros que deixam ou que já vivem fora do país e em como isso prejudicaria as relações exteriores e toda uma tradição diplomática do Brasil como exterior” (*Idem*, 2021, p. 1607-1608). Essa postura, representou para o Brasil, portanto, um enorme retrocesso no processo que vinha sendo construído de inclusão do país no ordenamento jurídico e nas ações que vinham sendo desenvolvidas na comunidade internacional desde então, no que diz respeito à construção de uma política migratória que entendesse à pessoa migrante em sua dignidade humana, a partir da concepção de Direitos Humanos.

Batschauer (2021) ainda aponta que o discurso apresentado para a saída do Brasil no Pacto, foi a violação da soberania de escolha do Estado na recepção dos migrantes, sendo contrário ao que consta no próprio documento do Pacto na parte de “Unidade de Propósito” (ONU, 2018), que sobre o princípio da soberania estabelece que:

O Pacto Global reafirma o direito soberano dos Estados para determinar sua própria política migratória e sua prerrogativa de governar a migração dentro de sua jurisdição, em conformidade com o direito internacional. No âmbito de sua jurisdição soberana, os Estados podem fazer distinção entre migração regular e irregular, inclusive ao determinar medidas legislativas e políticas para a implementação do Pacto Global, levando em conta

suas diferentes realidades, políticas, prioridades e requisitos para a entrada, residência e trabalho, em conformidade com o direito internacional.

Nesse sentido, podemos perceber a compreensão equivocada sobre a questão da ameaça à soberania nacional com relação à Nova Lei de Migração que retira o Brasil da participação dos avanços que vinham se dando no debate migratório, dos quais o Brasil desde então participava.

O cenário muda com a entrada do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023, tendo sido o retorno à integração do Brasil ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, uma das primeiras ações do Governo, que em sua campanha eleitoral, focou “na atenção aos brasileiros no exterior e no combate à fuga de cérebros, fenômeno que faz com que brasileiros qualificados procurem no exterior maior equilíbrio econômico das oportunidades” (Quintas, 2023). No entanto, a autora acrescenta que ainda existem alguns desafios para o atual governo com relação à demanda migratória, apontando alguns como: ampliação de algumas normativas quanto à regularização de imigrantes e a utilização do uso da tecnologia para oferecer vistos eletrônicos.

Através desse breve panorama, pudemos observar que a história de construção da política migratória, assim como mencionado no início deste tópico, acompanha os reveses sociais, políticos e econômicos de cada país, a nível nacional e internacional, formando, a partir disso, a perspectiva sobre a qual dar-se-á o fluxo migratório “regulado” naquele território.

#### **4.3.**

#### **Visto humanitário e precarização do acolhimento aos haitianos: expressão do racismo?**

Nesse tópico do estudo, buscamos abordar o visto humanitário concedido pelo Brasil à população haitiana, a partir da compreensão da conjuntura histórica sob a qual ele se deu, analisando o contexto em que estavam circunscritos os dois países envolvidos (Brasil e Haiti), procurando aprofundar como a efetivação e repercussão do visto humanitário no Brasil, podem ter sido atravessadas pelas particularidades do racismo brasileiro.

Para endossar nossa reflexão sob esse ponto de vista, iniciamos nossa abordagem explorando o ineditismo do visto humanitário concedido pelo Brasil à população haitiana, tanto com relação ao fato de esse ter sido o primeiro documento expedido nessa categoria pelo país, como pelo público para o qual ele

se destinou: a população haitiana, um segmento populacional latino-americano e negro.

Ainda vale lembrar que o Brasil nunca teve uma política que favorecesse a entrada de imigrantes negros, apenas quando inclusos na condição de escravidão. Nesse sentido, a criação de um visto direcionado aos imigrantes haitianos, majoritariamente negros, mesmo que através de uma resolução normativa temporária, posto que vinculada aos efeitos do terremoto, foi uma novidade (Silva, 2016, p.334).

A grande novidade do visto humanitário concedido à população haitiana pelo Brasil possui um processo de construção político, social e econômico que abarca elementos motivadores e enfraquecedores com relação a sua efetivação, fazendo com que a constituição do visto tenha se dado a partir de um caminho composto, nesse sentido, por algumas contradições.

Para nossa compreensão sobre a especificidade do visto humanitário, na ocasião do aumento do fluxo haitiano para o Brasil, tomamos como referência para sua deflagração, o terremoto no Haiti, em 2010, quando ocorreu um aumento no número de pessoas haitianas buscando o Brasil como destino. Fernandes;Farias (2016) escrevem sobre a forma como se deu esse processo burocrático inicial:

A abertura deste processo leva à emissão de um protocolo, também conhecido comocarteira provisória de estrangeiro, que permite ao imigrante a obtenção de carteira de trabalho e de CPF provisórios, enquanto a solicitação de refúgio é analisada pelo Conare. Tais documentos são essenciais para o ingresso do imigrante no mercado formal de trabalho e o envio de remessas. Por tal solicitação de refúgio ser justificada pelas situações adversas provocadas pelo terremoto de janeiro de 2010 e não se enquadrar nos requisitos definidos em lei e convenções internacionais, ela é recusada (Fernandes; Faria, 2016, p. 100).

Para tanto, apoiamo-nos, assim como Baeninger; Peres (2017), no conceito de “migração de crise”, uma vez que essa perspectiva nos aponta caminhos para compreender que o sentido de refúgio, no contexto da migração haitiana para o Brasil, ganhou novos contornos, a partir das particularidades encontradas naquele momento histórico em que o Haiti passava por mais uma catástrofe natural, e o Brasil, por sua vez, via-se impelido a movimentar-se para o acolhimento dessa população que chegava em seu território.

Baeninger; Peres, (2017) sobre o termo “migração de crise”, destacam que:

Embora o fluxo de imigrantes haitianos e haitianas no Brasil não utilize a categoria jurídica de refugiados para sua permanência no país – decisão do governo brasileiro adotando a concessão de visto humanitário para este contingente migratório –, do ponto de vista teórico, as interpretações dessa migração envolvem a migração de crise (SIMON, 1995; CLOCHARD, 2007), mesmo que este conceito seja adotado para análises de populações refugiadas e deslocadas internas (CLOCHARD, 2007). A definição da migração de crise se ancora em fenômeno condicionado socialmente e que reflete problemas econômicos, políticos, civis, religiosos, ideológicos e humanitários (SIMON, 1995; CLOCHARD, 2007) (p.122).

A migração de crise nesse sentido, passa pela compreensão do terremoto de 2010 ter sido um elemento que se acrescentou à situação de crise que o Haiti já vinha vivenciando, a partir das investidas imperialistas norte-americanas que aprofundaram as crises internas de governo, tendo sido acompanhadas por intervenções militares para frear a ação de milícias, na tentativa de aplacar o cenário de guerra e morte que se instalaram no país, que vem se constituindo desde o período posterior à sua revolução, no início do século XIX, e que contribuem sobremaneira para que sua população procure a emigração como alternativa de vida (Castor (2008), Seguy (2018)). Nesse sentido, o contexto de migração de crise, no que se refere ao Haiti, justifica-se por estar inserido:

em um campo de forças e disputas que perpassam espaços migratórios entre origem-etapas-destino-trânsito, agentes e atores institucionais, relações socioeconômico-políticas transnacionais – processos estes engendrados na conformação social dessa migração internacional” (Fernandes; Peres, p. 123).

O terremoto, nessa perspectiva, apenas fomentou o projeto de emigração haitiana que já vinha constituindo-se. Projeto esse, repleto de dificuldades e barreiras para sua efetivação.

Por esses elementos, podemos compreender que os desafios enfrentados pela população haitiana no Brasil não se encerravam após a chegada no Brasil, pois ainda tinham que enfrentar um longo processo para a regularização da sua situação migratória, uma vez que, não possuindo um documento que permitisse a entrada em território brasileiro, como um visto de turista ou de trabalho, a única forma de garantir sua permanência no país era via solicitação de refúgio apresentada à autoridade migratória nas cidades fronteiriças. A abertura desse processo levava à emissão de um protocolo, também conhecido como carteira provisória de estrangeiro, com validade de um ano, prorrogável por igual período de forma sucessiva até a decisão final do processo (RN n. 18/2014, do Conare) (Fernandes; Faria, 2017, p. 151).

O autor e a autora acrescentam que com o protocolo, “o estrangeiro tinha assegurados os direitos previstos na Constituição Federal, nas convenções internacionais inerentes ao tema do refúgio, bem como os mesmos direitos dos estrangeiros em situação regular em território nacional” (*Idib.*, 2017, p.151). Desta forma, poderia também obter a Carteira de Trabalho e Previdência Social e Cadastro de Pessoa Física – CPF provisórios, enquanto a solicitação de refúgio era analisada pelo Conare, destacando a importância de tais documentos, enquanto essenciais, para o ingresso do imigrante no mercado formal de trabalho e para o envio de remessas às famílias. Todavia, ainda acrescentam a reflexão sobre a redução dos meios disponíveis para o processamento dessas solicitações nas cidades de fronteira, acarretando no demasiado tempo que poderia levar a sua conclusão, podendo ser semanas e, em alguns casos, até meses.

Ressalta-se que esse procedimento se tornou padrão para os solicitantes de refúgio que chegavam pela fronteira. O mecanismo de proteção internacional aos refugiados ratificado pelo Brasil passou a ser usado pelos haitianos como forma de garantir o acesso e sua permanência no país, mesmo que provisoriamente, uma vez que a detenção e a criminalização de solicitantes de refúgio não são aceitas no Brasil (Fernandes; Faria, 2017, p. 152).

Baeninger; Peres (2017) escrevem sobre essa realidade e apontam que o reflexo desse aumento migratório haitiano para o Brasil fez com que a fronteira brasileira fosse redesenhada, tornada assim, a porta de entrada da imigração transnacional haitiana e, posteriormente, senegalesa, entre 2011 e 2015. Essa migração pela fronteira brasileira, também segundo as mesmas autoras: “indicava o não recebimento do visto no Haiti, implicando solicitar a “condição de refugiado”, ao entrar no Brasil, e, posteriormente, se autorizado, ter a concessão do visto humanitário: representação simbólica da migração de crise no campo social dessa imigração” (p.124).

Sobre a realidade da busca do Brasil como um país de destino, dentro dos demais da América Latina, Fernandes; Farias (2017) destacam que em 2010, quatro países da América do Sul (Equador, Peru, Chile e Argentina) não exigiam visto para a entrada de haitianos em seu território para viagem de turismo, mas mesmo assim, apenas o Brasil se tornou o destino final da imigração haitiana em grande volume. “Tal conjuntura pode apontar que esse fluxo não era motivado apenas pela facilidade de entrada no país, como apontavam os críticos às medidas

adotadas pelo governo brasileiro, mas também tinha como componente uma vontade definida de se estabelecer na região de destino” (Idem, 2017, p.156). O que demonstra que a busca pelo Brasil não estava somente atrelada à facilitação do processo burocrático, mas sim, incluía-se como uma possibilidade real de construção de vida no país por parte da população haitiana.

Nesse sentido, destacamos a ação dos “coiotes” como aponta Lôbo (2020) ao escrever que atuavam “fazendo os imigrantes acreditarem que o Brasil não fora afetado pela crise econômica de 2008, que havia insuficiência de mão de obra e que a empregabilidade era instantânea no país, com salários mensais que poderiam chegar a US\$ 1.000” (Fernandes, Farias, 2017, p. 151).

O montante necessário para chegar ao Brasil, segundo relatos dos imigrantes, na maioria das vezes era levantado por meio de empréstimos e, em muitos casos, resultado de um plano familiar que somava esforços para que um membro da família pudesse emigrar e, ao chegar ao destino, retribuir e oferecer melhores condições de vida aos que haviam ficado no Haiti ou até mesmo financiar a emigração de parentes posteriormente (Faria, 2012) (Idem, 2017, p. 151).

Podemos inferir com essa afirmação, que o projeto de migração haitiana, trata-se de um processo vivido coletivamente, onde quem sai do país, o faz, a partir da ajuda e do esforço coletivo dos que ficam. Uma característica peculiar que marca a sociabilidade da migração haitiana.

A realidade da migração haitiana no período mencionado de 2011 a 2015, os anos que precederam o terremoto no país, foi o momento em que o Brasil precisou repensar e redefinir seus trâmites jurídicos e burocráticos para a efetivação da entrada do segmento haitiano no país. Desta forma é deflagrada no Brasil uma crise migratória que se revela a partir dessa presença haitiana, fazendo com que esse segmento se deparasse com inúmeros fatores que demonstram dificuldades, dentre elas: o despreparo do governo brasileiro com relação ao seu recebimento em termos de legislação migratória, a incapacidade em dimensionar e mensurar o fluxo migratório, a falta de políticas de acolhimento e de emprego, ao preconceito, e ao racismo e ainda, a manifestação de xenofobia em relação a essa população imigrante (Baeninger; Peres, 2017).

Esse tipo de despreparo pode ser compreendido tanto pela ausência de grandes fluxos migratórios anteriores para o Brasil, quanto pela inexistência no

país de políticas de recepção de população do território latino-americano, apresentando em sua história, apenas a formulação de políticas imigrantistas que corroboravam com o ideal eugênico de final do século XIX. O fluxo haitiano impele o país, desta forma, no início do século XXI, a construir pela primeira vez, uma alternativa jurídica que regulamentasse pessoas haitianas que para o Brasil se destinavam. Faz-se presente assim, a necessidade de construção de uma política contrária ao projeto de embranquecer o país, em menos de um século depois (Kern, 2016).

Nesse processo, a criação do visto humanitário para os imigrantes haitianos e, posteriormente, para sírios e venezuelanos pode ser descrita como o mais emblemático passo de construção dessa política não explícita, uma vez que busca conciliar a resposta a situações emergenciais com a introdução de alterações na legislação que vão no sentido do reconhecimento dos direitos dos imigrantes (Fernandes; Farias, 2017, p. 146).

A situação emergencial vivenciada pelo Haiti, impele o Brasil a realizar alterações em sua legislação com relação à política migratória. Desta forma, o processo migratório impulsiona o Brasil à concessão do visto humanitário, que de acordo com Baeninger; Peres (2017) trata-se de uma questão de acolhimento por questões humanitárias, pautado no “mito do terremoto”, sendo esse, o principal motivo da emigração haitiana para o Brasil, o que justifica essa condição específica, em detrimento da concessão do visto de refúgio, pelo fato da população haitiana não estar na situação de perseguição política, guerras ou perseguição e conflitos de qualquer natureza, como expressa a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 das Nações Unidas e que consiste no princípio do *non refoulement*, sendo a principal garantia jurídica do refugiado. Rossi (2022) resgata a definição de Kanstroom sobre a referida expressão, que a define como “aproibição de retorno ao país de origem daqueles que estão buscando asilo ou refúgio enquanto do processamento dos seus status. O autor alerta que, entretanto, o princípio não proíbe a deportação” (p. 13).

A busca do Brasil por parte da população haitiana, pode ser também justificada pela certeza de que ao tentar a concessão da condição de refugiado, as pessoas não seriam enviadas ao Haiti novamente, enquanto seus processos não fossem processados.

Nesse bojo, no caso dos haitianos e haitianas, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) é quem passa a encaminhar as solicitações de refúgio para a avaliação do CNIg- Conselho Nacional de Imigração, considerando o Decreto n° 840/1993 que permite “solucionar casos omissos no que diz respeito a imigrantes” (LÔBO, 2020). A mesma autora também acrescenta que em 2011, o CNIg interpretou situações especiais como equivalentes a casos humanitários “aqueles em que a saída compulsória do migrante do território nacional possa implicar prejuízos à proteção de seus direitos humanos e sociais fundamentais” (p. 24), tendo se enquadrado a situação do povo haitiano, dentro das perspectivas que fugiam às condições expressas no conjunto jurídico até então vigentes.

Mediante a falta de amparo jurídico que rege a questão dos refugiados ambientais, o CNIg deu passo histórico ao aprovar, por unanimidade dos seus conselheiros, voto que concedia, por razões humanitárias, visto de permanência a um grande número de haitianos. O Conselho Nacional de Imigração- CNIg é órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e tem nos termos do Decreto n.840/93, dentre suas atribuições: “formular a política de imigração”, “coordenar e orientar as atividades de imigração” e “solucionar casos omissos no que diz respeito a imigrantes” (Fernandes; Faria, 2016, p. 100).

De acordo com Silva (2016) o entendimento do Conare a respeito do caso dos haitianos não foi imediato, e por isso, diversas discussões oficiais foram realizadas com a finalidade de propor um caminho jurídico que resultasse em uma proteção diferenciada a esses imigrantes.

Como os pedidos de refúgio feitos pelos imigrantes haitianos não atendiam aos requisitos de elegibilidade previstos na lei do refúgio, mas ainda assim foram considerados como em necessidade de proteção humanitária pelo Conare, o órgão os encaminhou para apreciação do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) como situações especiais e casos omissos da lei de estrangeiros de 1980. A concessão do *visto permanente por razões humanitárias* foi estabelecida mais tarde pela Resolução Normativa n° 97 de 12 de janeiro de 2012, que define explicitamente o sentido de “razões humanitárias” como “aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto naquele país em 12 de janeiro de 2010” (*Idem*, 2016, p.342).

Fernandes; Farias (2017) apontam que a ação realizada pelo CNIg “poderia também ter contribuído para a ampliação do fluxo migratório, pois o

procedimento adotado dava garantia de acesso à documentação àqueles que se enquadravam nos requisitos estabelecidos” (p.154). As autoras também apontam como consequência dessa ação do CNIG, a possibilidade da ampliação do fluxo de imigrantes haitianos para o Brasil, escrevendo que “ao final de 2011, havia referências da presença de mais de 4.000 haitianos no país (Costa (2012); Silva (2013)), não parando de aumentar, chegando a mais de 20.000 em 2013, a aproximadamente 55.000 em 2014 e a 65.000 ao final de 2015” (Idem, 2017, p. 1500). Valores esses levantados pela autora, utilizando-se das bases do Sincre e do STI (Sistema de Tráfego Internacional) da Polícia Federal cedidas pelo ICMCPD no âmbito do Projeto MT Brasil (ICMPD, 2015).

Desta forma, esse processo jurídico, em janeiro de 2012, após realização de reunião extraordinária, fez surgir a necessidade de se criar um mecanismo de migração regular que permitisse a entrada direta dos imigrantes haitianos no Brasil, impactando também o tratamento dado ao segmento, ainda segundo Fernandes; Faria (2017). Seguem as determinações da Resolução elaborada:

(...) a Resolução n. 97/2012, que dispõe sobre a concessão do visto permanente a nacionais do Haiti. Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro. Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010. Art. 2º O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País. (CNIG, 2012) (Fernandes; Faria, 2017, p. 154).

A resolução criada modifica sobremaneira a abordagem da admissão de migrantes sob base humanitária, que era “habitualmente negada pelo Estado brasileiro, que seguia as diretrizes estabelecidas na Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951 e do próprio Estatuto dos Refugiados, de 1997” (Rossi, 2022, p. 17).

A Resolução Normativa n. 97/2012 é considerada, nesse sentido, a concretização da mudança com relação à perspectiva de recepção de migrantes, introduzindo a inovação do olhar destes e destas, a partir de uma perspectiva humanitária, tendo sido essa concepção alicerçada pela representação do governo, à época, quando em visita ao Haiti no dia 2 de fevereiro, a presidente Dilma

Rousseff enfatizou as medidas adotadas pelo governo brasileiro para concessão de vistos e repressão do tráfico de pessoas vindas do Haiti.

Devemos combater esses criminosos, que aproveitam das vulnerabilidades das famílias, expondo-as a situações desumanas durante a travessia, além de explorá-las, cobrando taxas escorchantes. [...]. Reafirmo o duplo propósito das políticas de visto: garantir o acesso em condições de segurança e de dignidade e, ao mesmo tempo, combater o tráfico de pessoas, o que temos feito em cooperação com países vizinhos (Rousseff, D., 2012) (Fernandes; Faria, 2016, p. 102).

Entendemos que a participação do Brasil com relação à realidade do fluxo migratório haitiano para o país deu-se sobre um discurso de afirmação e incentivo ao mesmo, através da fala de Dilma Rousseff, presidenta do Brasil, à época. Nesse sentido, podemos inferir que a migração haitiana estava recebendo do Brasil, apoio e que a população haitiana poderia contar com isso, no caso de escolherem o Brasil como país de destino. No entanto, ao contrário da fala da presidenta Dilma de incentivo, estava a percepção da presença dos haitianos sendo vista com certa desconfiança por parte da sociedade, incluindo neste grupo, alguns órgãos da imprensa nacional que compararam a chegada dos imigrantes a uma invasão (Fernandes; Faria, 2016, p. 104).

Sobre este ponto, destacamos a reverberação do impacto da migração haitiana no Brasil ampliando nosso olhar para as duas dimensões descritas. Sendo uma de incentivo e de apoio por parte do governo brasileiro, tendo sido expressas, pela presença da presidenta Dilma no Haiti, discursando abertamente para sua população, e por outro, o discurso da imprensa nacional ao construir a imagem da migração sob uma perspectiva de invasão, esvaziando assim, os avanços institucionais e jurídicos empreendidos à época, a vanguarda do Brasil na construção dessa política e a realidade sócio histórica haitiana de construção da necessidade do processo migratório enquanto alternativa de sobrevivência.

As políticas migratórias estabelecidas pelo CNIg se pautam pelo respeito aos direitos humanos e sociais dos migrantes, de forma a que sejam tratados com dignidade e em igualdade de condições com os brasileiros. Esta política está firmemente assentada na Constituição Federal, que consagra dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Mais além, a prevalência dos direitos humanos é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil (Fernandes; Faria, 2016, p. 100).

A partir dessa afirmação, podemos compreender que o esforço do Brasil em conceber o visto humanitário, a partir de 2012, expressou-se efetivamente através da resolução normativa do referido ano, tornando essa medida inédita não somente pelo fato de ter sido concedido pela primeira vez na perspectiva do visto humanitário, mas também no sentido da tentativa de promover uma ação que garantisse aos haitianos as mesmas garantias fundamentais contempladas pela República Federativa do Brasil.

Nesse sentido, o Brasil ainda avançou nesse esforço no ano de 2013 para tentar diminuir a fila de espera no consulado em Porto Príncipe:

(...) o CNIg, em abril de 2013, por meio da RN n.102,15 retirou a restrição do número máximo de vistos a ser concedido por ano e solicitou que o Itamaraty equacionasse a situação concedendo vistos em outras localidades, principalmente nas cidades utilizadas no trajeto para o Brasil. Mesmo assim, a situação não levou a uma melhora expressiva no atendimento, principalmente em Porto Príncipe, pois faltava estrutura de pessoal no Consulado para atender a essa demanda (Fernandes; Faria, 2017, p. 156).

Embora pudesse haver uma perspectiva de ampliação de direitos e de perspectiva com relação ao fluxo migratório haitiano para o Brasil, além da reverberação xenofóbica empreendida pela mídia relacionando o fluxo à uma invasão, outros desafios podem ser acrescidos àqueles já descritos anteriormente, que também tiveram que ser enfrentados pela população haitiana, como destacam por exemplo Fernandes; Faria (2017) ao escreverem sobre a cheia do Rio Madeira, em 2013 que isolou na região Norte. Brasileia, deixando a situação do abrigo crítica, e por isso, tendo que ser transferida para Rio Branco. O autor e a autora nos fornecem informações adicionais sobre a situação na qual ficou o abrigo a partir da transferência, colocando que ainda que tenha se instalado em um lugar mais amplo, “o abrigo por diversas vezes teve a sua lotação quase esgotada, pois alguns imigrantes, apesar de terem conseguido regularizar sua situação migratória, ficavam aguardando no abrigo uma oferta de emprego por meio de algumas empresas que se dirigiam à cidade à procura de trabalhadores” (Fernandes; Faria, 2017, p. 156).

Com relação à situação do Consulado em Porto Príncipe que dificultava a organização do trâmite burocrático, Fernandes; Faria (2016) sinalizam que:

(...) o Governo, por meio da RN nº 102, em abril de 2013, retira a limitação do número de vistos aos haitianos que não mais ficariam restritos a 1200, permitindo também a sua concessão em Consulados brasileiros em outros países, além do Haiti. A última alteração a

RN nº 97 acontece em outubro de 2013, quanto ao seu prazo de vigência, que encerraria em janeiro de 2014, foi prorrogado por mais um ano (Fernandes; Faria, 2016, p. 103).

Fernandes; Farias (2017) apontam também que no ano de 2015, o governo empreendeu ações para ampliar a capacidade de emissão de visto do Consulado brasileiro em Porto Príncipe, sendo esse um acordo firmado entre o Itamaraty e a OIM que permitia a implementação “de um centro de processamento de vistos, no qual a documentação dos candidatos era analisada e posteriormente enviada ao consulado para registro. Esses procedimentos permitiram ao Consulado no Haiti atingir a marca de 500 vistos expedidos por semana, incluindo os vistos permanentes e de reunião familiar” (p.156).

Baeninger; Peres (2017) acrescentam ainda o fato do CNIg ter prorrogado até outubro de 2017 a Resolução Normativa n. 97/2012, concedendo os vistos em caráter humanitário para imigrantes haitianos e haitianas.

Após levantarmos as movimentações do Brasil com relação à migração haitiana, é possível compreender a dianteira do país no que dizia respeito a sua legislação para a pretendida recepção. No entanto, queremos propor também para além desse contexto, uma análise que coloca em voga a efetivação desse processo no contexto do racismo estrutural brasileiro (Almeida, 2019).

Acrescentamos à abordagem xenofóbica da mídia brasileira mencionada anteriormente à forma como a efetivação das leis criadas deram-se, nos apoiando mais uma vez em Fernandes; Faria (2017) quando escrevem que:

Além da reformulação da legislação, verifica-se que é preciso instrumentalizar e dar eficiência ao sistema decisório, que é moroso e administrativamente ineficiente. Em alguns casos, o processo de regularização da permanência no país é visto pelos imigrantes como custoso, em função da exigência de uma série de documentos, e lento na sua análise. Por exemplo, entre junho de 2014 e dezembro de 2015, às solicitações de refúgio, principalmente de haitianos, apresentadas ao governo brasileiro foram analisadas pelo Comitê Nacional para os Refugiados – Conare em um número muito aquém do desejado, o que representou uma retenção de aproximadamente 43.000 processos (Fernandes; Faria, 2017, p. 149).

Nesse sentido, conseguimos obter um conjunto de informações que nos aproximam da compreensão de que os avanços jurídicos foram inegáveis. Contudo, o atraso e a ineficiência em sua efetivação junto à população haitiana, no Brasil, resultaram em grandes prejuízos ao segmento que ao país se destinava. E não somente com relação às consequências da burocratização e fragilização da

implantação das normativas no Brasil, como também com relação à repercussão no cotidiano da vida do segmento haitiano que conseguiu instalar-se no país.

De acordo com dados de 2014 da OIM, 73,6% dos haitianos ganhavam salário insuficiente para sobreviver, com o custo alto de vida no Brasil e baixa remuneração como fortes geradores de discriminação e vulnerabilidade. Tais dificuldades e a falta de domínio da língua portuguesa aumentavam o isolamento e prejudicam a inserção, aculturação e a ascensão social (SILVA; MERCHER, 2018, p. 5). Todas essas barreiras foram acrescidas ainda à morosidade do trato documental dos solicitantes no Brasil, pelo Comitê Nacional para Refugiados (Conare):

Em 2019, o ACNUR estimava que havia 16.610 haitianos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, o que representava 20,1% do total de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil. No ano de 2019, a fila de cerca de 30 mil pedidos de refúgio de haitianos ainda pendentes de análise pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). Como os casos dos cidadãos do Haiti não se enquadram na categoria do refúgio, o resultado tem sido o contínuo pertencimento ao status temporário desolicitante (Freire, 2021, p.15).

Nossa abordagem de análise a respeito da concessão do visto humanitário do Brasil para a população haitiana demonstra para nós, assim como descreve Silva; Mercher (2018), sobre a incapacidade do Estado brasileiro de lidar com a situação migratória porque, uma vez que:

na mesma medida em que é aceito, ele é também rejeitado, através da negação do status de trabalhadores legais e bem como outros tipos de exclusão velada como discriminação racial, dificuldade de comunicação e marginalização econômica – residindo em áreas periféricas e exercendo postos aquém de sua formação por conta de diplomas estrangeiros que não são reconhecidos em nosso território (*Idem*, 2018, p. 4).

Podemos inferir, a partir da colocação da autora e do autor, que embora o Estado brasileiro avance com relação à construção do aparato jurídico para recepção da população haitiana, sua inserção no Brasil e nos espaços institucionais dão-se ainda de forma morosa e ou precária. Existe demora na análise das solicitações, barreiras para a inserção no mercado de trabalho, a dificuldade da língua, do racismo, além da vulnerabilidade econômica e portanto, social.

Freire (2021) aponta nesse sentido, que tanto a condição temporária dos migrantes solicitantes de refúgio quanto dos portadores de visto humanitário, acabam por fixá-los, muitas vezes, em regimes de trabalho temporário e precário,

dadas as dificuldades que cria para a regularização de vínculos empregatícios estáveis. Desta forma, corroboramos ainda com o autor ao escrever que:

Se a deportação, a detenção e a remoção não se apresentam como procedimentos de praxe das políticas migratórias brasileiras, podemos observar que tanto as categorias jurídicas que os enquadram como todas as demais esferas cotidianas de socialização podem se mostrar restritivas para os/as imigrantes haitianos/as que aqui se instalam (p.2).

O visto humanitário, portanto, não garante no Brasil a condição digna que a população imigrante vem à procura. Sua inserção frágil encontra ainda entraves que o deslocam para uma zona de vulnerabilidade e precarização.

O período pandêmico da COVID-19 foi um período peculiar não somente considerando-se seu devastador resultado de mortes no Brasil<sup>43</sup> e no mundo<sup>44</sup>, mas também no que tange ao contexto da condução do fluxo humano entre os países. Esse contexto foi acompanhado de grande quantidade de normativas, justificadas pela necessidade de controle da contenção da contaminação e disseminação do coronavírus SARS-CoV-2. Diante desse cenário, destacamos algumas determinações jurídicas que influenciaram no processo migratório em diferentes contextos, onde:

Apesar da orientação da OMS mencionando que restrições de viagens poderiam retardar o avanço inicial da doença, mas seriam ineficientes a longo prazo, a reação foi que, na mesma semana da declaração da ESPII<sup>45</sup>, a maioria dos países e territórios impôs restrições às imigrações. Até junho de 2020, 189 países restringiram a entrada de todos os viajantes de outras nacionalidades. Em 2020, 193 países restringiram parcialmente a entrada de pessoas, sendo que em 98 as limitações eram direcionadas a pessoas com viagens recentes a determinados destinos ou nacionalidades. Ao longo da pandemia, os países foram flexibilizando ou retomando restrições conforme o avanço da doença (Veras, 2023, p.47- 48).

Veras (2023) destaca que houve mais de 30 (trinta) portarias emitidas nesse contexto, sendo a primeira a Portaria 120/2020 e a última a Portaria nº 666, de 20 de janeiro de 2022, que determinam restrições à entrada no Brasil no contexto na

---

<sup>43</sup> Novas estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que o número total de mortes associadas direta ou indiretamente à pandemia de COVID-19 (descrito como “excesso de mortalidade”) entre 1 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 foi de aproximadamente 14,9 milhões (intervalo de 13,3 milhões a 16,6 milhões) (OPAS, 2022). Dados disponíveis em: [https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2022-excesso-mortalidade-associado-pandemia-covid-19-foi-149-milhoes-em-2020-e-](https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2022-excesso-mortalidade-associado-pandemia-covid-19-foi-149-milhoes-em-2020-e-2021#:~:text=Excesso%20de%20mortalidade%20associado%20%C3%A0,Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Pan%20Americana%20da%20Sa%C3%BAde)

2021#:~:text=Excesso%20de%20mortalidade%20associado%20%C3%A0,Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Pan%20Americana%20da%20Sa%C3%BAde Acesso em: 10, abr, 2024.

<sup>44</sup> No Brasil atualmente consta o registro de 711.380 óbitos por Covid-19, de acordo com os dados do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em: 10, abr, 2024.

<sup>45</sup> Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII).

pandemia de Covid-19. Para tanto, a autora faz uma análise da Portaria 120/2020<sup>46</sup> que “foi expedida especificamente para a fronteira com a Venezuela, em que pese o fato de os primeiros casos no Brasil terem vindo da Europa, e apesar da ausência de recomendação da ANVISA (...)” (p. 57).

A mesma autora ainda destaca outras portarias constituídas no período pandêmico, no que tange à questão da migração, no ano de 2020, sendo elas: a Portaria nº 125 que dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; a Portaria nº 126 “que ampliava as hipóteses de exceção da Portaria nº 125 e impunha restrições à entrada por meio aéreo de pessoas provenientes da China, União Europeia, Islândia, Noruega, Suíça, Reino Unido, Austrália, Japão, Malásia e Coreia” (Veras, 2023, p. 50).

Serra *et al.*, (2023) destacam a Portaria nº 132, de 22 de março de 2020, colocando que ela foi editada para regular especificamente a restrição de entrada no país de “estrangeiros provenientes da República Oriental do Uruguai”, bem como a Portaria nº 133 de 23 de março de 2020 (“Portaria 133/2020”) que, segundo os autores, “renovou e complementou as restrições de entrada por via aérea, inserindo a República Islâmica do Irã na lista de países” (p.21).

E ainda a Portaria nº 47, do Gabinete da Vice-presidência da República que dispõe sobre o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal, sendo a primeira portaria com restrição para pessoas provenientes de qualquer país e de qualquer nacionalidade. No entanto, a restrição limitava-se ao transporte aquaviário. Ressaltamos ainda a Portaria nº 152:

que dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada de estrangeiros no País e restringiu a entrada de estrangeiros de todas as nacionalidades por transporte aéreo, salvo exceções, entre as quais imigrantes com residência de caráter definitivo, por prazo determinado ou indeterminado, no território brasileiro, estrangeiro que fosse cônjuge, companheiro, filho, pai ou curador de brasileiro, além dos próprios brasileiros, natos ou naturalizados (*Ibidem*, 2023, p. 51).

---

<sup>46</sup> BRASIL. Portaria nº 120, de 17 de março de 2020, 2020, que dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

Veras (2023) ainda menciona a Portaria nº 204, de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, por via terrestre, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; a Portaria nº 255, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, por via terrestre, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, ambas as portarias são ressaltadas pela autora como não tendo sido aplicadas às pessoas provenientes da república Bolivariana da Venezuela.

Veras (2023) também destaca a Portaria nº 652/2021<sup>47</sup> “por ter sido emitida conjuntamente pelos Ministérios da Casa Civil da Presidência da República, da Justiça e Segurança Pública e da Saúde, sendo a primeira que pretendeu abarcar “estrangeiros” de qualquer nacionalidade” (p.37).

Através desse panorama, podemos observar a constituição de normativas que tinham por objetivo regulamentar o fluxo de pessoas no território brasileiro, durante a pandemia de COVID-19, onde podemos afirmar, nesse sentido, que a população latino-americana, e assim incluindo a haitiana, sofreu com a conjuntura estabelecida.

Ainda no movimento retrospectivo no que diz respeito às normativas criadas para o fluxo migratório no Brasil, destacamos ainda, sob a retomada do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a regulação da mais recente Portaria Interministerial MJSP/MRE nº37/2023 que:

(...) dispõe sobre a concessão de visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais haitianos e apátridas afetados por calamidade de grande proporção, por desastre ambiental ou pela situação de instabilidade institucional na República do Haiti, sua vigência vai até 31 de dezembro de 2024 (Ferreira et al., 2023, p. 2).

E em seguida, a Portaria Interministerial MJSP/MRE nº38/23 que:

(...) regulamenta a concessão de autorização de residência prévia e a respectiva concessão de visto temporário para fins de reunião familiar a nacionais haitianos e apátridas, com vínculos familiares no Brasil. Neste caso, é o Ministério da Justiça e Segurança Pública que realizará a análise de pedidos de autorização de residência prévia, a serem feitos por haitianos que querem trazer seus familiares, até segundo grau, ao Brasil (*Idem*, 2024, p. 4).

---

<sup>47</sup> BRASIL. Portaria nº 652, de 25 de janeiro de 2021, 2021a

Ambas as portarias se apresentam como confluentes ao processo de avanço com relação à recepção da população haitiana no Brasil, a retomada do país ao tema, sob o atual governo, e recentemente, a divulgação dessas duas portarias, mantém o Brasil no cenário de acolhimento da população haitiana na perspectiva de direitos humanos. No entanto, nossa reflexão e de uma certa forma, advertência, dá-se na via da crítica ao contrassenso entre discurso, elaboração de leis e a vida no dia a dia desse segmento no país. Sobre a Portaria Interministerial MJSP/MRE nº38/23 Nezi; Omo; Fontana (2023) destacam que:

A Portaria n. 38 do MJSP permanece em vigência até 31 de dezembro de 2024 e dispõe que os pedidos de autorização de residência prévia e vistos temporários, esses últimos feitos por haitianos que contêm familiares em até segundo grau no Brasil, deverão ser analisados pelo próprio Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ainda, o país considerará como familiar chamante os nacionais haitianos ou apátridas que residem no Haiti que obtêm autorização para residir no país em decorrência da acolhida humanitária, independentemente do prazo assegurado (Brasil, 2023) (p. 296).

Os autores escrevem o quanto essa portaria pode ser considerada uma política que avança e cumpre o princípio da dignidade humana, sendo esse princípio destacado como estando previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 1º, inciso III que estabelece como um dos fundamentos do Estado Democrático de direito a dignidade humana.

No entanto, ainda que esses avanços sejam considerados significativos, destacamos também as controvérsias dos princípios da lei, na prática, onde relatos são encontrados no que diz respeito à tramitação dos vistos para fins de acolhida humanitária e de reunião familiar, onde ações individuais contra a União foram propostas com base na crise humanitária do Haiti, solicitando a entrada de haitianos sem a necessidade de um dos dois tipos de vistos exigidos, perante a embaixada de Porto Príncipe, onde buscou-se através dessa estratégia, ultrapassara etapa consular para ingresso no Brasil via judicial, como apontado pela Comissão de Direitos Humanos da OAB de São Paulo (2023). Outro ponto apontado pela Comissão, diz respeito a essa argumentação formulada, ter por baseo fato de o Haiti passar por grave crise humanitária, ocasionando um contexto em que:

as vagas para agendamento para solicitação de visto na Embaixada brasileira em Porto Príncipe estão indisponíveis e que caberia ao Poder Judiciário assegurar o ingresso desses migrantes em território brasileiro a fim de dar efetividade à garantia da reunião familiar e à

acolhida humanitária, insculpidas nos art. 3º, incisos VI e VIII, da Lei de Migração (Comissão de Direitos Humanos da OAB de São Paulo, 2023).

Através desses pontos colocados, é possível perceber que o avanço com relação à questão da criação de leis e normas jurídicas no âmbito da migração, sobretudo a haitiana, precisam ser analisadas e compreendidas sob o olhar da conjuntura política, social e econômica dos países envolvidos, sendo necessário a constituição de leis que abarquem tais especificidades, a fim de que a efetivação delas possa se dar para além do estabelecido e a elaboração da lei em si.

Outro ponto que merece destaque, no que diz respeito aos movimentos do Brasil com relação ao Haiti, em outubro de 2023, é trazido por Pablito; Santos (2023) que escrevem que António Guterres, Secretário- Geral da ONU incentivou os membros do Conselho a cancelar "uma força policial multinacional especializada e capaz, habilitada por meios militares, coordenada com a polícia nacional (haitiana)" (n.p) O Quênia encabeçaria a missão, sendo aliado de longa data dos Estados Unidos em prol dos interesses imperialistas. No entanto, a conjuntura dessa nova ideia de intervenção conformou-se diferente da estabelecida anteriormente no contexto da MINUSTAH.

O governo americano e o Conselho de Segurança da ONU buscaram adotar uma estratégia distinta nessa nova intervenção, em que o próprio governo americano encontrou dificuldades para convencer Brasil e Canadá a liderar a missão que, por seus próprios objetivos políticos, se prestaram a colaborar, mas não a encabeçar. Lula havia se reunido com Ariel Henry em 22 de junho para tratar sobre o comprometimento brasileiro em fazer parte do treinamento da Polícia Nacional Haitiana (PNH), com a confirmação de cinco embaixadores e o diretor de Cooperação Internacional da Polícia Federal, que disse que "*Há, de fato, o comprometimento do governo brasileiro como um todo em apoiar a capacitação das forças de segurança do Haiti. É uma iniciativa que vem sendo coordenada pelo Ministério de Relações Exteriores em conjunto com a Agência Brasileira de Cooperação e com a Polícia Federal*". A princípio, a participação brasileira seria notreinamento policial, pois diante do escândalo que foi a Minustah o governo Lula decidiu não enviar policiais e militares brasileiros para que atuem diretamente no território haitiano (Pablito; Santos, 2023, n/p).

Nesse sentido, a pré-disposição do Brasil em participar dessa nova missão formulada é, ainda que não contemple o envio de tropas brasileiras ao Haiti, analisada, ainda por Pablito; Santos (2023) como sendo garantidora da repressão no país, um processo que seguiria abrindo caminho à extrema direita bolsonarista no Brasil e em outros países da América Latina.

A intervenção comandada pelo Quênia, no entanto, declinou após o primeiro-ministro e presidente do país caribenho, Ariel Henry renunciar em 11 de

março de 2024 para a nomeação de um “Conselho Presidencial Transitório”<sup>48</sup>. O Haiti então segue, num contexto de conflito e vulnerabilização interna em curso.

---

<sup>48</sup> Notícia apresentada pelo Jorna Brasil de Fato, em 14 de março de 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/14/kenia-suspende-envio-de-policia-para-o-haiti-apos-anuncio-de-renuncia-de-primeiro-ministro> Acesso em: 10, abr, 2024.

## 5

### Maricá: a cidade dos *royalties* de petróleo

Iniciamos esse tópico trazendo um panorama da cidade de Maricá, buscando explorar seu contexto sócio-histórico de formação, bem como acontecimentos e conjunturas que têm colocado a cidade em destaque no cenário atual. A fim de localizarmos a leitora e o leitor territorialmente, tomamos a referência de Novais (2021) que caracteriza geograficamente Maricá, nos fornecendo as seguintes informações:

O município de Maricá foi fundado em 1833 e está localizado na porção leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Com uma população atualmente estimada em 161 mil habitantes, Maricá apresenta um índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,765, superior aos índices estadual e nacional. Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Maricá possuía 127 mil habitantes em 2010. Em comparação com o que fora registrado no censo de 2000, a população do município cresceu 66,1%, sendo o segundo maior crescimento municipal do estado no período. Os dados do censo indicam que esse crescimento populacional se deu, principalmente, em virtude da migração (p.7).

Ribeiro; Nova; Roboredo (2021) sobre as informações territoriais de Maricá acrescentam:

O município de Maricá é integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e se localiza na parte leste dessa região, estabelecendo limites com os municípios de Saquarema, a Leste, Tanguá e Itaboraí; ao Norte, São Gonçalo, a Noroeste; e Niterói, a Oeste. A parte sul do município (...), é banhada pelo Oceano Atlântico, perfazendo uma extensão de cerca de 23km (p.34).

Nesse sentido, podemos perceber com Novais (2021) que Maricá apresenta atualmente um cenário de aumento populacional significativo com relação à busca de seu território por melhores condições de vida, não somente pela população haitiana, objeto de nossa pesquisa, mas também apresentando um processo de migração que tem contado com deslocamentos de pessoas partindo de territórios limítrofes para a cidade de Maricá.

Com relação ao processo histórico de Maricá, o historiador Brum (2016) nos fornece um panorama situando-nos sobre os acontecimentos que marcaram a cidade no período colonial. O autor escreve que em 1º de janeiro de 1502, três embarcações comandadas por Gonçalo Coelho, ao cruzarem a barra do Rio de

Janeiro (Bahia de Guanabara) encontraram com os Tupinambás, marcando Maricá enquanto palco de inúmeras lutas de resistência desses povos, além de ter sido um território estratégico de fugas e guerras dos mesmos.

A primeira foi em 1565, quando os índios da Confederação dos Tamoios, incluindo aí os Tupinambás, (aliados dos franceses), deixaram a Bahia de Guanabara e fugiram principalmente para Cabo Frio, mesma Cidade onde já se encontravam seus aliados, os franceses. O segundo momento foi quando os Terminós, inimigos dos Tupinambás, em 1580, fugindo da epidemia de varíola partiram em direção à Capitania do Espírito Santo, contudo apenas uma parte conseguiu chegar até São Pedro D'Aldeia, quando quase todos já haviam falecido pela terrível peste. Nestas duas fugas, os indígenas caminharam um vasto percurso do território maricaense tentando chegar ao seu destino (Brum, 2016, p. 13).

Podemos perceber através das informações do autor, o quanto a presença indígena marca a história de Maricá, bem como os territórios circunscritos em suas adjacências. Segundo o mesmo autor:

O Município de Maricá encontrava-se naquele momento ocupando um espaço territorial situado entre três aldeamentos, conhecidos como: Aldeamento São Lourenço que abrangia as terras referentes ao Município de Niterói, Aldeamento de São Barnabé, onde mais tarde surgirá o Município de Itaboraí e finalmente o Aldeamento de São Pedro dos índios, atual Município de São Pedro D'aldeia” (p.14).

Queremos dar destaque a essa predominância indígena no século XVI, na cidade de Maricá, no sentido da compreensão das bases populacionais da cidade que se estabeleceram desde o período colonial, conformando-se a partir de relações de poder, imprimindo na população maricaense traços culturais e de estilo de vida encontrados até os dias de hoje.

Existem notícias de estudos mais apurados sobre este assunto, relatando que houve um contato muito direto entre os corsários franceses e índios Tupinambás também em território maricaense, durante o século XVI. Torna-se importante salientar que além de fidalgos, verifica-se a presença de portugueses foragidos em circunstâncias diversas. Não é por acaso que boa parte da população de famílias nativas de localidades como: Zacarias, Barra, Ponta Negra e Bambuí conservam diversas características culturais indígenas (pescas, confecção de armadilhas e trabalhos manuais) como também se identificam por uma semelhança biofísica aos franceses, mesclada com os silvícolas (cabelos claros ou avermelhados, olhos verdes ou azuis e sardas no corpo). Até presumivelmente 30 anos passados, não existiam habitantes nativos dos Bairros acima citados, de descendência africana. Isto se justifica, tendo em vista que as terras próximas à beira mar ou lacustre nunca foram propícias ao desenvolvimento agrícola em grande escala, tornando-se desnecessária a presença de mão de obra negra escrava. Existem localidades em Maricá marcadas pela concentração de uma só etnia branca ou negra, como o Espreado, onde quase toda a população nativa possui características físicas muito próximas aos europeus (brancos) (Brum, 2016, p.15).

Outra informação que o referido autor nos fornece, diz respeito à ausência da presença da população africana no território maricaense no período mencionado, justificado pela não necessidade da mesma na utilização do trabalho agrícola. Doravante, o autor acrescenta também a formação fenotípica dos maricaenses, ressaltando a identificação de semelhança biofísica às dos franceses, bem como a conservação de diversas características culturais, não aparecendo em sua escrita maiores informações sobre a possíveis processos violentos aos quais os indígenas possivelmente passaram, infringidos pelos franceses, para a construção da realidade encontrada na atual composição física da população maricaense.

A partir desse contexto trazido por Brum (2016), problematizamos o processo de exploração e violência sofrido pelos povos originários nas terras brasileiras, apoiando-nos para tanto, na reflexão de Moura (2014) quando afirma:

O problema de uma nação-país ou área que se formaram após a expansão do sistema colonial e tiveram como componente demográfico membros de diversas etnias na composição da sua estrutura sociorracial- ou seja, a população nativa, a dominadora-colonizadora e aquela compulsoriamente trazida para o trabalho escravo- deve ser estudado levando-se em consideração o sistema de dominação/subordinação que foi estrategicamente montado, os elementos de controle social e de repressão organizados pelo grupo populacional dominador/colonizador como aparelho repressivo/organizador e a ideologia justificatória que essa estrutura de dominação produziu (p. 183).

Mesmo diante de um cenário de violência vivenciado pelos povos africanos e indígenas no Brasil, e como pudemos aferir, também em Maricá, a existência de duas aldeias indígenas *guarani mbya* atualmente, no território da cidade, demonstram o quanto a resistência desses povos ainda se faz presente. Maricá tem hoje duas aldeias indígenas: a Aldeia *Ara Hovy* (Céu Azul, em português) localizada em Itaipuaçu, formada a partir da doação particular de um terreno localizado dentro do Parque Estadual da Serra da Tiririca, totalizando cerca de 38 pessoas de oito famílias (Carvalho, 2021, p.289) e a aldeia também do grupo *guarani mbya Tekoa Ka'Aguy Hovy Porã* (Mata Verde Bonita, em português), localizada em São José de Imbassaí em Maricá. Essa segunda aldeia:

(...) ocupa 93 hectares em uma área de proteção ambiental (APA) do município. Sua população constitui cerca de 9- habitantes de 14 famílias e é fruto da imigração ocorrida de Niterói (Camboinhas) para Maricá no ano de 2013. A convite do prefeito em exercício, Whashington Quaqué, do Partido dos Trabalhadores (PT), o grupo vem para Maricá e passa a ocupar a região concedida pela prefeitura (*Ibid.*, 2021, p.288).

Carvalho (2021) também informa que os integrantes da aldeia ao mesmo tempo que tiveram o incentivo por parte do governo local, há época, com o prefeito Quaquá para realização de eventos, como o “Abril Indígena” e o suporte das políticas locais, como o recebimento da Moeda Social Mumbuca e o apoio para a construção da Escola Municipal Indígena Guarani *Para Poty Nhe E Ja*, que oferece uma etapa do ensino fundamental em turma multisseriada; por outro lado, sofrem também a pressão da empresa IDB Brasil<sup>49</sup> que passa a reivindicar a região caracterizando sua ocupação como invasão (*Ibid.*, 2021, p.292). Essa dupla realidade demonstra o quanto o passado se atualiza no presente, na correlação de forças e interesses de manutenção e expulsão dos povos originários das terras de Maricá.

Ainda com relação ao contexto histórico de Maricá no que tange ao seu fluxo migratório, Brum (2016) destaca a realidade do incentivo dado pela cidade à entrada de cientistas europeus que frequentaram a cidade para realização de expedições científicas e/ou comerciais. De acordo com o autor, essas visitas ocorreram entre o final da Colônia e o início do Império. O autor traz algumas de suas percepções acerca das visitas, destacando por exemplo, John Luccok, um negociante inglês e Charles Darwin que em 08 de abril de 1832 em visita Maricá, deixando o seguinte registro:

Perto de uma fazenda, o Cientista observou choupanas de negros que assimilavam as habitações dos hotentotes encontrados na África do Sul. Naquela mesma tarde, partiram com o objetivo de dormir na Lagoa de Maricá. Durante o trajeto, observaram as grandes montanhas de granito da região ali existentes, também ali teria sido o local que por um longo período permaneceriam um quilombo de escravos fugidos. Estes conseguiam ser auto-suficientes em alimentos, materializados por uma pequena lavoura de subsistência. Contudo, a repressão, possivelmente da Guarda Imperial, descobriu os fujões. Os soldados prenderam os negros, reconduzindo-os por uma escolta. A partir daquele momento, o quilombo extinguiu-se-ia (...) (p.30).

Brum (2016) também destaca o cientista François Louis Nompard de Caumont LaPorte (1810-1880), o conde de Castelnau, que chegou ao Brasil em 1843, quando registra em seu trabalho “Expedições às Regiões Centrais da

---

<sup>49</sup> “A IDB do Brasil Trading tem sede em Criciúma, Sul de Santa Catarina, e está no mercado desde outubro de 2006. É especializada em importações de ponta a ponta, com agilidade, segurança e economia. Atende clientes de todo o Brasil, com soluções completas em comércio exterior” Informações retirada do site da empresa: <https://idbdo brasil.com.br/quem-somos/#:~:text=A%20IDB%20do%20Brasil%20Trading,solu%C3%A7%C3%B5es%20completas%20em%20com%C3%A9rcio%20exterior> Acesso em: 14, março, 2021.

América do Sul” volume I, suas observações, incluindo a “Vila de Santa Maria de Maricá”, um trabalho publicado em Paris, entre 1850 e 1857, e no Brasil em 1949.

Penetrando na casa, onde um francês nosso conhecido estava encarregado da compra de nossos burros, e por infelicidade também de nossas cangalhas. Vi-me de repente, no meio de negrinhos de todos os matizes, mais ou menos nus, que saltavam e cabriolavam nos corredores como camundongos numa gaiola. Eram os filhos dos escravos das fazendas, cuja multiplicação, o bom diretor se comprazia em favorecer, dispensando-lhes até olhares paternais. Era o único de sua cor no meio de quatrocentos negros que ele governava despoticamente, zelando-os ao mesmo tempo como filhos (Brum, 2016, p.31).

Esses registros são fontes de informações de olhares europeus sobre o território maricaense e demonstram que nas terras de Maricá, também é possível perceber, a partir da narrativa acima, a perspectiva de inferioridade sob a qual os povos e sujeitos que viviam na cidade eram vistos. O racismo faz-se presente na narrativa acima, demonstrando a superioridade do diretor branco sobre as crianças negras, sendo reconhecido o seu trabalho de cuidado com esses, realizado por uma pessoa branca.

Os registros expressos pelos cientistas que visitaram Maricá, trazem um panorama sobre as concepções descritas acerca da realidade observada. Podemos relacionar esse período histórico da cidade de Maricá, do século XIX, ao período de incentivo da imigração europeia no Brasil, como um todo, onde podemos inferir que as visitas deram-se num momento em que o Brasil almejava e incentivava a presença européia.

Brum (2016) também destaca os rebatimentos sofridos por Maricá, enquanto território próximo aos acontecimentos da capital do Império:

(...) no final do século XIX, ocorreu uma decadência econômica vertiginosa em Maricá, este fato deveu-se, principalmente, a libertação dos escravos em 1888 e a consequente migração de milhares de negros e pardos, juntamente com suas famílias para outros Municípios, principalmente Niterói, São Gonçalo, Rio de Janeiro e até mesmo uma minoria, que provavelmente conseguira retornar a África. Assim, denota-se quando verificada a população em 1872, que era composta de 16.218 habitantes comparada com a de 1890, 18 anos depois, e dois, após terminado o cativeiro 10.373. Em 1872, existiam entre escravos e livres 11.110 habitantes negros ou pardos, já oito anos depois se vai encontrar apenas 4.531, entre a população negra, parda ou mestiça. Isso significa que mais de 60% dos afro brasileiros abandonaram as fazendas do Município (...) (p.62).

E também na esteira do contexto nacional, Maricá apresentava, bem como o restante do país, forças pró e contra o fim da escravidão. O que demonstra o

quanto a cidade estava alinhada com os acontecimentos nacionais. Sobre isso, Brum (2016) escreve:

Mais incisivamente a partir de 1881, mais ou menos 7 anos para a aprovação da “Lei Áurea”, já existia um intenso debate sobre as posições pró e contra, as formas de extinção do cativo, no Brasil. Logicamente, Maricá que também teve sua estrutura socioeconômica colonial e imperial baseada na mão de obra escrava não ficou distante deste cenário. Assim, verifica-se através de fontes jornalísticas da época os movimentos sociais, econômicos e políticos neste sentido (p.43).

Evidenciava-se portanto, a confluência de fatores que agregaram à necessidade de substituição das pessoas escravizadas, somadas à indisponibilidade da mão de obra braçal do período pós abolição, culminando com o incentivo governamental à imigração europeia. Maricá, por sua vez, acompanhou esse processo.

A presença de famílias migrantes no território maricaense é destacada por Brum (2016), quando escreve que: “Desde o período Colonial, passando pelo Império e República, chegando aos dias atuais, a sociedade maricaense resultou da contribuição étnica e cultural de suas principais famílias, na construção dos fundamentos de sua moderna sociedade” (p.15). Reznik e Costa (2019) problematizam esse período de transição vivenciado no Brasil:

Dada a importância atribuída ao trabalhador europeu, o governo brasileiro adota uma série de medidas para promover e estimular a imigração. Em janeiro de 1867, foi aprovado o regulamento para as colônias do Estado. O governo se comprometia a conceder aos imigrantes que desejassem se estabelecer nos núcleos coloniais o pagamento das terras em cinco prestações, a contar do fim do segundo ano de seu estabelecimento; edifício especial para abrigar os recém-chegados e auxílio gratuito no valor de vinte mil réis (p.17).

A colocação de Brum (2016) com relação à contribuição das famílias europeias para a construção dos fundamentos da moderna sociedade maricaense, esvazia os feitos anteriores de morte dos indígenas e escravização das pessoas africanas para o trabalho nas fazendas. A construção da perspectiva da modernidade de Maricá, a partir dos dados fornecidos pelo autor, fica restringida à contribuição da vinda dessas famílias para Maricá.

Outra importante informação trazida por Brum (2016) diz respeito à participação de habitantes maricaenses em movimentos integralistas<sup>50</sup>. O autor

---

<sup>50</sup> O movimento integralista foi um movimento político de inspiração ideológica de extrema direita semelhante ao “fascismo italiano”, cujo movimento político foi criado, em 1932, findando suas atividades, em 1937 (PIMENTA; GONÇALVES, 2021).

acrescenta que a “Ação Integralista Brasileira”, desenvolveu suas atividades políticas na legalidade com um razoável desempenho eleitoral, elegendo vários Parlamentares, democraticamente, sendo conhecidos, os adeptos maricaenses, por “camisas verdes”, que chegaram a cerca de vinte militantes, entre homens e mulheres.

O mesmo autor também destaca, que no final da década de 30, “motivada pela decadência econômica provocada pela seca e ocorrência da 2ª guerra mundial, ocorre uma intensa migração de famílias com possíveis origens judaicas para Maricá” (p.81). Famílias essas que vinham para trabalhar nas fazendas do município. Essa informação demonstra que a cidade também sofreu a influência do processo migratório judeu no período em que o país implementava seus ideais eugênicos.

Outros acontecimentos destacados pelo autor, dizem respeito ao momento histórico do Brasil, ainda na década de 30 e nos anos posteriores, que também atravessaram Maricá, como a Revolução de 30 e a Revolta Constitucional dos paulistas em 1934, assim como o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, abalando profundamente a economia do país. Acontecimentos esses que se refletiram até 1945, o ano em que termina a Segunda Guerra Mundial e o país inicia a sua recuperação econômica.

Todos esses acontecimentos não vão passar distantes de Maricá, como também de uma forma estarão intimamente relacionados. Segundo o Anuário Estatístico do IBGE (1950), o município em 1º de novembro de 1940, possuía uma população de 18.892 habitantes, vivendo a maioria na zona rural e o território total era de 272 km². Já em 1949, a Cidade possuía 33 unidades de ensino do curso primário com 53 Professores e 2.365 alunos (Brum,2016, p. 81).

Já na vivência dos Anos Dourados, Maricá também acompanhou o processo brasileiro, na década de 1950, quando teve início um intenso período industrial, aumentando o consumo de produtos industrializados, ampliação da rede elétrica, asfaltamento das rodovias e o “povo extravasava, comemorando aqueles “ilusórios” momentos de felicidade, divertindo-se nas maravilhosas festas, cheias de “glamour”, dos salões de dança” (Brum, 2016, p.86). O mesmo autor também destaca que as noites de festas e formaturas dos colégios Maricá e São Caetano, eram acompanhados de grandes orquestras, como a Tabajara que animavam as “Noites de Gala” do Esporte Clube de Maricá, “local onde se reunia a “fina flor”

da sociedade maricaense, “onde não se permitia a entrada de negros”” (p.86), o que evidencia o racismo expresso pelas elites que se consolidaram na cidade.

Ainda com relação à década de 1950 e seus anos seguintes, Martins *et al* (2021) acrescentam:

Em meados do século XX, a base econômica remanescente do século XIX, galgada nas atividades primárias de agricultura, pecuária e pesca, ainda permanecia. É a partir da década de 1950 que se instala uma infraestrutura urbana mais ampla, abrangendo a implantação de rede elétrica, o asfaltamento da rodovia Amaral Peixoto e o início do transporte coletivo de passageiros entre Maricá e Niterói pela Viação Nossa Senhora do Amparo, em 1952. (...) o período entre 1950 e 1955 é o de maior parcelamento de terras iniciado em 1946, impulsionado por maior facilidade de acesso e sistema de transporte ao Rio de Janeiro. (...) Em 1967, a prefeitura relata profunda carência na saúde, educação e infraestrutura geral, como o abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica ainda muito precários, afetando principalmente os mais pobres (p.112).

Com relação à década de 1970, Martins *et al* (2021), destacam como marco para Maricá, a construção da Ponte Rio- Niterói (1974), melhorando o acesso à cidade do Rio de Janeiro e iniciando grande valorização das regiões de Itaipuaçu, Barra, Jaconé e Ponta Negra, já que nesse período apenas a região central de Maricá era ocupada (p.112).

Já com relação ao período de transição democrática, Brum (2016) destaca o quanto a década de oitenta foi importante, devido a abertura política, após a Ditadura Militar, iniciada em 1965, para a população maricaense, bem como todo o estado do Rio de Janeiro, com experiências de cunho socialista do Governo de Leonel Brizola, acompanhado por inúmeros acontecimentos que marcam esse processo, dentre greves de professores municipais de Maricá, reivindicando melhorias de condições de trabalho, além de duas ações que causaram muita polêmica no governo de Brizola que repercutiu na cidade: a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP's) e a luta para a criação do Transporte Público de qualidade, sendo necessário o enfrentamento com a empresa de transporte da cidade a “Viação Nossa Senhora do Amparo”, única no município até os dias atuais.

Durante os períodos Colonial, Imperial e até 1923, já na República velha, os dirigentes máximos de Maricá, simultaneamente, eram chefes dos poderes Legislativo e Executivo, denominados Presidente da Câmara. A partir de 1924, quando toma posse o primeiro Prefeito, João Gonçalves Mendes, no total, mais de três dezenas já chegaram ao cargo máximo do Município. De certa forma, todos eles socialmente tiveram suas origens na nobreza ou na burguesia. Em 2008, um fenômeno histórico-sociológico ocorre na Cidade, pela primeira vez a população elege um Prefeito enraizado nas camadas populares, como também ideologicamente definido e assumido no campo da esquerda (p.127).

O século XXI é colocado por Martins *et al* (2021) como um período de grande crescimento econômico e demográfico maricaense, destacando a fonte adicional de recursos “proveniente do aumento da arrecadação em função da descoberta de petróleo na camada pré-sal” (*Ibid.*, 2021, p. 113).

O município de Maricá passou a receber, nos últimos anos, um alto volume de receitas dos *royalties* do Petróleo, tendo em vista a exploração desse recurso natural que passou a ser feita em seu território confrontante, designada como *offshore*. A obtenção de receitas advindas dessa origem, dada a sua magnitude, permite aos municípios contemplados com esse tipo de arrecadação melhorar sua estrutura fiscal-financeira para fazer frente às despesas em atividades limitadas tanto pela rigidez dos gastos municipais- folha de pagamento, previdência, despesas vinculadas etc.- quanto pela exígua receita oriunda de arrecadação própria ou de devolução ou transferência de outros níveis e governo (Arretche, 2010) (Ribeiro; Nova; Roboredo, p. 31).

A partir dessa perspectiva democrática, de acordo com Brum (2016), Washington Luiz Cardoso Siqueira, conhecido como Quaquá, inicia na cidade um governo com um viés socialista em sua administração, através de uma atuação tanto no perfil pessoal como no Administrativo-Político, totalmente diferenciado, comparando-se aos demais governantes municipais anteriores, inaugurando um momento na cidade, de uma gestão conturbada, segundo o autor, alimentadas por “brigas com a Alta Burguesia de Maricá” (p.132). Já em 2016 foi eleito pela população para a prefeitura da cidade de Maricá, o prefeito Fabiano Horta, acompanhado do vice-prefeito Diego Zeidan, ambos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e que tem dado prosseguimento aos processos de gestão e de ações e políticas públicas de melhorias para a cidade.

Maricá atualmente é popularmente conhecida como a “Cidade dos *royalties* de petróleo”, estando seu litoral defronte à bacia de Santos, sendo o município do Brasil que mais recebe os recursos dos mesmos, como uma espécie de compensação pela exploração em alto mar de petróleo e gás natural. Segundo dados do Portal da Transparência <sup>51</sup>, no ano de 2021, o repasse de recursos transferidos apenas ao Município foi de R\$2,80 bilhões reais, no ano de 2022, de 4,48 bilhões reais, no ano de 2023, 4,17 bilhões reais e nesse início de 2024 já foram repassados 249, 63 milhões de reais.

Isso quer dizer que esse município está crescendo de modo mais acelerado que a população do Estado como um todo, o que aponta no sentido de que esse crescimento pode advir,

---

<sup>51</sup> Esses dados estão disponíveis no site do Portal de Transparência da Controladoria Geral da União: <https://www.portaltransparencia.gov.br/localidades/3302700-marica?ano=2021>, acessado em 15 de março de 2024.

principalmente, de migrações originadas em outros municípios do Estado, motivada por melhor condição de vida esperada nesse município em decorrência de maior receita fiscal (Ribeiro; Nova; Roboredo, 2021, p.35).

Segundo Ribeiro; Nova; Roboredo (2021) é “em razão da exploração *offshore* de petróleo ser feita defronte para o município de Maricá e sua respectiva área geoeconômica que ele passa a obter direitos sobre compensações financeiras derivadas dessa exploração, conforme a Lei 7.990/89” (p.34). Os autores escrevem ainda sobre as causas da liderança de Maricá em recebimento de *royalties* do petróleo que:

Nos últimos anos, Maricá se tornou rota do pré-sal e, com o declínio da produção na Bacia de Campos, as cidades de Campo dos Goytacazes e Macaé passaram a arrecadar menos. Em contrapartida, o Campo Lula - em área marítima confrontante ao litoral de Maricá - apresentou avanços na produção, consolidando a liderança da cidade em recebimentos de *royalties* do petróleo a partir de 2017, tornando Maricá um dos municípios que mais arrecadam no Estado do Rio de Janeiro. (...) Em 2005, o município ocupava apenas a 45ª posição entre aqueles que mais recebiam *royalties*. Em 2013, passou a figurar em 9º lugar e se consolidou como município que mais recebe recursos dos *royalties* a partir de 2017 (p.40).

E acrescentam:

Em 2005, sua receita representava apenas 0,5% do Estado, ocupando a 28ª colocação das cidades com mais recursos. Em 2013, a cidade já ocupava a 19ª posição e contribuía com 0,9% da receita estadual. A partir de 2017, quando se tornou o município que mais recebia pelos *royalties* de petróleo, Maricá começou a figurar entre os dez primeiros municípios que mais arrecadam no Estado, estando na 7ª colocação em 2017 e na 5ª em 2018 - participando da Receita do Estado do Rio de Janeiro com 2,3% e 3,6%, respectivamente (p.40-41).

O impacto da arrecadação dos *royalties* é considerável, no sentido de transformação da cidade em seu processo urbanístico, aumento populacional, além da elaboração e implementação de políticas públicas, fazendo com que o processo migratório para Maricá se tornasse uma realidade nos últimos anos. No entanto, Ribeiro; Nova; Roboredo (2021) também apontam que se esse aumento populacional tendeu a elevar a necessidade de gastos com serviços de educação e saúde, por exemplo, bem como com infraestruturas urbanas, por outro lado, foi por conta do aumento das transferências dos *royalties* que tornou-se possível “as condições para que estes gastos fossem realizados em proporções absolutamente particulares, numa realidade bastante diversa da grande maioria dos municípios brasileiros” (p.49), que diferente de Maricá, muitas das vezes, dependem de iniciativas dos governos estaduais e federal.

Ribeiro; Nova; Roboredo (2021) também escrevem sobre a perspectiva prejudicial sobre a dependência de Maricá com relação aos *royalties* de petróleo:

Porém, embora expresse uma característica positiva - e maior capacidade de investimento e realização por parte do poder público municipal nas áreas destacadas e de grande importância social -, a evidente dependência dos recursos provenientes dos *royalties* acende um sinal de alerta. Tais recursos são *suscetíveis a alterações na legislação* e podem, porventura, de um dia para o outro, simplesmente fazer desaparecer essa fonte de receita importante para o município. Além disso, o montante das receitas provenientes das transferências de *royalties* geralmente apresentam *alta volatilidade* - em decorrência tanto da diminuição ou aumento do volume extraído de petróleo em determinada área marítima ao longo dos anos como da variação dos preços internacionais do petróleo -, desenhando para o Município de Maricá num futuro imediato um cenário de incertezas (p.49).

Ribeiro; Nova; Roboredo (2021) realizam uma análise sobre os gastos do município com relação à citada arrecadação diretamente impactados pelo recebimento dos *royalties* por parte do município de Maricá, colocando o forte crescimento dos gastos na Função Social, com relação à Saúde e à Educação, num ritmo de crescimento que acompanha o aumento do recebimento dos *royalties* por parte de Maricá, coincidindo com o período, dando-se especialmente a partir de 2013 e de forma mais abrupta, nos anos de 2017 e 2018. Os autores também apontam que os “gastos com Assistência Social e Previdência Social também cresceram no período, porém partindo de uma base absoluta menor, ainda que num ritmo também significativo” (*Ibid.*, p.45). E com relação à Função Urbana:

(...) ocorreu sobretudo pelos gastos na subfunção Urbanismo, enquanto as demais - Habitação, Saneamento e Gestão Ambiental - sofreram poucos impactos ao longo do período analisado. Nota-se também que o crescimento dos gastos em Urbanismo não foi tão significativo entre 2013 e 2017 quanto foi em Educação e Saúde (na função social) no mesmo período. Porém, entre 2017 e 2018 seu crescimento se assemelhou em proporção em relação a esses últimos, crescendo vertiginosamente, e, é bom frisar, em termos absolutos ainda mais consideráveis, atingindo, em 2018, cerca de R\$ 386,5 milhões (Ribeiro; Nova; Roboredo, 2021 p.46).

Destacam-se ainda os programas e projetos implementados a partir desse repasse, bem como a realização de obras realizadas na cidade como praças, orlas, parcerias com universidades para a revitalização da Lagoa<sup>52</sup>, construção e

---

<sup>52</sup> Em agosto de 2021, a Prefeitura de Maricá lançou o Programa Lagoa Viva e inaugurou uma biofábrica para produção de bioinsumos (microrganismos vivos), que serão utilizados na revitalização das águas. O método é da Universidade Federal Fluminense (UFF) que foi desenvolvido a partir de know-how japonês, com adaptação para Maricá, a partir da parceria firmada com a Companhia de Desenvolvimento de Maricá (CODEMAR), de acordo com as informações contidas no site na Prefeitura da cidade (<https://www.marica.rj.gov.br/2021/08/26/prefeitura-lanca-com-uff-programa-pioneiro-para-revitalizacao-de-lagoas/>).

manutenção de hospitais, sendo um deles, o Hospital Municipal Dr. Hernesto Che Chevara<sup>53</sup> localizado no bairro de São José de Imbassaí.

Para além dos projetos, construções de aparelhos de serviços públicos e obras urbanísticas, Maricá tem se tornado também destaque pela implantação de inúmeras políticas públicas sociais e projetos. Um de grande destaque nacional e internacional é a Moeda Social Mumbuca, uma política única no mundo (Waltenberg, 2021). O autor também aponta alguns de seus limites.

(...) Entretanto ela não é efetivamente universal, visto que alcança pouco mais de 42 mil pessoas, ou cerca de 25% da população de Maricá. Como se trata de pessoas inscritas no Cadastro Único do governo federal, é quase certo que são todas de baixa renda, socialmente vulneráveis, de modo que a política proporciona bons resultados na focalização vertical. Contudo, há limitações. Primeiro, sabe-se que há ineficiência horizontal, uma vez que há cerca de 60 mil maricaenses no Cadastro único, mas 30% deles não estão inscritos no programa Renda Básica de Cidadania - ou seja, uma parte da população vulnerável não está protegida de modo geral, e não pôde ser diretamente beneficiada durante a pandemia (...) (Waltenberg, 2021, p.84).

O programa de Renda Básica de Maricá deu-se inicialmente através da Lei Municipal n. 2.448 que cria o Conselho Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá (ECOSOL- CPDES), assim como o Banco Comunitário Popular de Maricá, o Fundo Municipal Banco Comunitário Popular e a Moeda Social Mumbuca. Ribeiro; Nova; Roboredo (2021) destacam o quanto “esse conjunto de mecanismos tem sido fundamental para o sucesso da renda básica municipal, pois o uso do banco comunitário e da moeda social restringe aos estabelecimentos localizados no território maricaense a utilização da renda transferida” (p.62). Os mesmos autores também trazem o contexto de construção e implementação da Moeda Social, a partir desse contexto:

Famílias que viviam com renda familiar de até um salário mínimo por mês ou tinham algum membro com qualquer tipo de deficiência puderam se cadastrar para pleitear e receber o benefício, popularmente conhecido como Bolsa Mumbuca - que, na verdade, era um programa de renda mínima chamado de Renda Mínima Mumbuca. No início, cada família recebia 70 mumbucas por mês, o equivalente a 70 reais. O valor ficava disponível em um cartão de débito magnético, que podia ser usado em estabelecimento comerciais credenciados. Assim, mercados, lojas e comerciantes também tinham de fazer um cadastramento para receber o leitor do cartão magnético (p.63).

---

<sup>53</sup> O Hospital Municipal Dr. Hernesto Che Chevara foi inaugurado em maio de 2020, sendo uma referência na cidade para o enfrentamento à pandemia de COVID-19 ocupando uma área total de 13 mil metros quadrados às margens do Km 22,5 da rodovia RJ-106, segundo informações contidas no site da Prefeitura Municipal: <https://www.marica.rj.gov.br/2020/04/30/marica-inaugura-hospital-che-guevara-no-combate-a-pandemia/>.

Pereira *et al* (2020) acrescentam informações que sucederam esse início de implementação da Moeda:

Em 2015, com a aprovação da Lei no 2.652, o programa foi expandido (Município de Maricá, 2015b). A faixa de renda familiar passou a ser de 3 salários mínimos, se enquadrando na faixa de renda familiar do Cadastro Único. O valor passou a ser de 85 mumbucas (equivalente a R\$ 85,00) mensais e foram criadas duas outras modalidades que beneficiavam públicos específicos: o Renda Mínima Gestante, no valor de 85 mumbucas (equivalente a R\$ 85,00); e o Renda Mínima Jovem Solidário, no valor de 100 mumbucas (equivalente a R\$ 100,00). O Renda Mínima Mumbuca era direcionado ao responsável familiar, e o Renda Mínima Gestante era focalizado nas mulheres em período de gestação e ia até o nascituro completar um ano. Já o Renda Mínima Jovem Solidário era direcionado a pessoas entre 14 e 29 anos (p.4).

Um dos impactos dessa conjuntura tem sido o aumento populacional como já mencionado anteriormente. Nesse sentido, outro expressivo impacto da migração que ocorre pra cidade é a procura por emprego por parte das pessoas que buscam Maricá como destino. Ribeiro; Nova; Roboredo (2021) destacam em sua pesquisa, as alterações nos quadros de trabalho na cidade, concluindo que a indústria extrativa do petróleo não contribuiu inicialmente para a incorporação da mão de obra local, permitindo a nós concluir, que a extração do petróleo e os impactos como um todo para a cidade, não incluíram inicialmente o alargamento da empregabilidade de sua população já moradora no território e/ou migrante recente.

Assim podemos observar que, em 2010, havia 13.034 vínculos formais de trabalho no município de Maricá. As atividades de maior concentração desses vínculos eram administração pública, com 4.308 (33%), comércio e reparação de veículos, com 3.674 (28,2%), e a indústria de transformação com 1,236 (9,5%) (...). Esses três ramos de atividade econômica concentravam 70,7% dos vínculos formais de trabalho, expressando, portanto, que os 29,3% restantes estavam espalhados pelos demais ramos de atividade. Entre esses ramos mais expressivos, nenhum era da indústria extrativa, que na verdade era pouco significativa nos vínculos formais do município. Ou seja, do ponto de vista da geração direta de trabalho, a indústria extrativa do petróleo não contribuiu para a incorporação de mão de obra local, pelo menos de modo significativo (p.38).

Ribeiro; Nova; Roboredo (2021) também apresentam a alteração no quadro de empregabilidade formal, no ano de 2018, quando conseguem identificar seu aumento no município, ficando em primeiro lugar, em evidência o aumento da empregabilidade dentro dos cargos públicos da cidade.

No entanto, observamos que em 2018 houve aumento do número de vínculos formais de trabalho no município de Maricá, registrando um total de 21.590, o que representa um

crescimento de 65,6% desde 2010. Naquele ano, todavia, os ramos de trabalho foram administração pública, com 7.438 (34,5%), seguida de comércio e reparação de veículos, com 5.302 (24,5%), e atividades administrativas e serviços complementares, com 1.834 (8,5%). Essas três principais atividades concentraram 67,5% dos vínculos formais de trabalho, índice correspondente a dois terços do total de vínculos formais de trabalho (p.38).

Tomando como referência o ano de 2018, destacamos aqui outros projetos que foram implementados no Município, como o Mumbuca Futuro, que é um projeto que tem por objetivo “contemplar os estudantes do município do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio das redes públicas de ensino, caracterizando-se por unir a concessão de um benefício social de transferência de renda mediante a formação educacional emancipatória pautada na temática da Economia Solidária” (p.92). Desta forma, podemos observar que outros programas são criados, sendo atrelados à Moeda Social do município. O que nos permite perceber que existe um movimento de ampliação da perspectiva de somente o acesso à renda em si.

Outro projeto iniciado no ano de 2018 foi o Projeto Cultura de Direitos criado pela Secretaria Municipal de Participação Popular, Direitos Humanos e Mulheres (SPPDHM) que tem por objetivo, por meio da cultura:

(...) apresentar para a população local alternativas de acesso a seus diferentes direitos. Busca fornecer condições capazes de promover mobilidades sociais por meio de suas ações baseadas nas potencialidades para os sujeitos sociais, oferecendo-lhes participação política ativa e interativa com o governo para que estes sujeitos estejam conscientes de seus direitos constitucionais (Bittencourt, 2021, p. 215).

Destacamos também as ações implementadas pela prefeitura no período de pandemia da COVID-19, no ano de 2020, destacando-se medidas tomadas para auxiliar a população e manter o resguardo da mesma com relação à propagação do vírus.

No dia 18 de março, decretou-se estado de emergência em saúde pública no município de Maricá. O Decreto n.499 autorizou a antecipação do Abono Natalino de beneficiários do Programa de Renda Básica de Cidadania. A medida prometia injetar mais de 5,4 milhões de reais na economia local; em apenas uma semana, no dia 25 de março, os créditos já estavam disponíveis para os beneficiários (BOLETIM 6, 2020). O Decreto garantia ainda o descredenciamento da Rede Mumbuca de estabelecimentos flagrados praticando preços abusivos. Também seriam distribuídas, por três meses, cestas básicas para famílias de alunos da rede pública que, diante da suspensão das aulas, ficaram sem acesso à alimentação oferecida nas escolas (PREFEITURA, 2020) (Waltenberg, 2021, p. 80).

Desta forma, foi criado um conjunto de iniciativas a partir da conjuntura pandêmica para subsidiar e apoiar a população maricaense.

No dia 20 de março, a prefeitura anunciou um pacote de 80 milhões reais visando fomentar a economia do município e reduzir os efeitos negativos da crise. Prevista pelo pacote, a Lei n. 2.921 instituiu o aumento do crédito do cartão mumbuca de 130 para 300 mumbucas (300) reais por três meses (BOLETIM 18, 2020). (...) O pacote também contava com uma linha de crédito para empresários da cidade, que poderia chegar a 50 mil reais, com pagamento previsto apenas para janeiro de 2021. Por fim, a prefeitura adiou a cobrança do ISS fico dos comerciantes e do IPTU dos idosos (acima de 60 anos) até que a situação fosse normalizada. Além de todas as políticas econômicas adotadas, o governo utilizou o programa Renda Básica de Cidadania como instrumento para reforçar o isolamento social e, em 13/4, através do Decreto n. 520, determinou que a desobediência à suspensão das atividades resultaria na perda dos benefícios por um ano (...) (Waltenberg, 2021, p.80-81).

A gestão municipal também adotou medidas de apoio aos trabalhadores e trabalhadoras autônomos e autônomas, a fim de que fosse fornecido aos mesmos e às mesmas, um suporte em seus negócios, em detrimento da necessidade de diminuição de circulação das pessoas na rua.

Em que pesem os acertos propiciados pela estrutura de Renda Básica de Cidadania, a prefeitura não contava com uma política destinada exclusivamente a trabalhadores informais. O município precisou criar, através da Lei n. 2.920, de 24 de março, um Programa de Amparo ao Trabalhador (PAT). O programa previa o pagamento em mumbucas, durante três meses, e passível de prorrogação por mais três meses, de um salário mínimo (1045 reais), para cerca de 6 mil trabalhadores autônomos, profissionais liberais e informais (Waltenberg, 2021, p.81).

Por fim, apontamos a questão da mobilidade urbana, contando a população maricaense com a gratuidade dos ônibus que percorrem toda a extensão territorial de Maricá, como mais um destaque da cidade.

Os modelos existente de Tarifa Zero consistem, em linhas gerais, no custeio do serviço pelas prefeituras municipais e se apresentam de duas formas: operado integralmente pela prefeitura ou operado por empresas concessionárias e mantido pela prefeitura. No que tange à distribuição territorial, o Tarifa Zero pode ocorrer em todo o espaço do município ou em parte dele (área central da cidade ou linhas específicas). A partir daí, não há dúvidas de que a tarifa é uma forte motivação para a população escolher a cidade para residir (Teixeira, Edra 2021, p. 176).

E na mesma esteira, a viabilização do uso gratuito de bicicletas espalhadas em diversos pontos da cidade.

No município de Maricá, existe um projeto para implantação de compartilhamento público de bicicletas gratuito<sup>54</sup> por toda população e visitantes (EPT, 2020c). O projeto se chama Bike Maricá - Vermelhinhas e se inspira nos modelos bem-sucedidos de compartilhamento de bicicleta pública, como os das cidades de Xangai, China, de Paris, França e Londres (EPT, 2020c) (Teixeira, Edra, 2021, p.196).

---

<sup>54</sup> Implementado pela Lei n° 2.862, de 20 de maio de 2019.

Nesse sentido, pudemos observar as características específicas que têm tornado Maricá uma cidade atrativa enquanto destino de pessoas para morar e viver, prevalecendo enquanto motivador os avanços na construção de políticas sociais voltadas para sua população, construindo um contexto particular e diferenciado com relação aos demais municípios do estado e do Brasil.

Constatado isso, continuamos nossa reflexão de como e se todo esse movimento de transformação da cidade influencia o processo de migração haitiana para a cidade e se o mesmo constrói também uma conjuntura favorável à sua permanência na cidade ou caminha na perspectiva contrária de sua expulsão.

## 6

### Caminhos da pesquisa: eu não ando só

Para a realização da pesquisa, foi utilizada a ferramenta metodológica *snowball* (“Bola de Neve”) utilizada para o levantamento das entrevistas e dos entrevistados.

*Snowball* é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede, sendo uma técnica não probabilística, uma vez que dependerá de “pessoas sementes” que indicarão outras para a composição das reuniões, e assim sequencialmente (Goodman, 1961), tendo a partir de Bob, a primeira pessoa com a pesquisadora teve contato, que por sua vez, apontou os demais haitianos moradores de Maricá, e consecutivamente, as/os demais entrevistadas e entrevistados.

Albuquerque (2009), destaca que a forma mais confiável na aplicação de uma pesquisa em cadeias de referência é aquela que consegue coletar o máximo de informações sobre todos os membros da rede (*complete network design*) ou, utilizar uma amostra aleatória dos participantes (*local network design*). No entanto, como esclarece a autora, muitas vezes isso não é viável ao pesquisador e, nesses casos, a técnica *snowball* (Bola de Neve) pode ser recomendada, justamente por utilizar a abordagem em cadeias.

Juntamente com essa rede de contatos que foi surgindo ao longo da pesquisa, foi possível acompanhar os caminhos percorridos pela população haitiana e migrante, residente de Maricá, desde 2021, quando a pesquisadora iniciou sua atuação profissional na cidade, na Atenção Primária<sup>55</sup>, bem como ao prestar apoio na articulação do grupo haitiano com a gestão municipal de saúde, para que fossem ouvidas e ouvidos em suas necessidades como um todo.

A proposta inicial colocada por um dos moradores haitianos foi a vontade expressa de iniciar uma Associação dos Migrantes maricaenses. Foi possível, naquele momento, auxiliar na construção do texto e dos caminhos jurídicos para a

---

<sup>55</sup> Desde março de 2020 a Organização Social (OS) que está gerindo a Atenção Primária em saúde é o Instituto Gnosis, quem emprega a autora, como assistente social, no Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), em três Unidades de Saúde da Família e atualmente, encontra-se atuando juntamente com a Fundação Estatal de Saúde de Maricá (FEMAR) na atuação de saúde noreferido setor.

formalização dela, bem como na estruturação de projetos e possibilidades de inserção dos migrantes de Maricá nos espaços de participação social da cidade, como os conselhos e as conferências municipais de saúde.

No entanto, o caminho de construção da Associação encontrou muitos entraves jurídicos e o grupo ainda não estava organizado e confluyente nas ideias. Por isso, inicialmente ocorreu a construção de um projeto de ações que tinha por objetivo oferecer atividades para as diferentes áreas de atuação da cidade, como a Saúde, Educação, Direitos Humanos e Cultura, bem como possibilitar a inserção dos migrantes nos espaços de participação e controle social da cidade. Essa estratégia, foi algo proposto pela pesquisadora, para dar materialidade às ideias que vinham sendo aventadas nas conversas, pelas redes sociais.

Foi organizado um movimento inicial, cuja finalidade era verificar pessoas que possuíam comprometimento com a causa (migração e seus processos de integração na cidade), para posteriormente, iniciarem a movimentação para a constituição da efetivação do projeto de ações e, posteriormente, a Associação de Moradores Migrantes de Maricá, tendo sido possível durante essa construção, a análise e entendimento dos limites e possibilidades do grupo entre si e junto à cidade. As propostas aventadas sempre tiveram por objetivo a integração e interação dos migrantes com a cidade, sendo esses não somente as haitianas e haitianos, mas também pessoas de outras nacionalidades, como: venezuelana, beninense, francesa, marroquina, dentre outras que foram sendo agregadas.

A proposta colocada após a estruturação do projeto, era de que a Associação de Migrantes de Maricá pudesse institucionalizar e sistematizar as propostas pensadas, bem como outras que pudessem surgir e que fossem realizadas na cidade com o objetivo de legitimar suas proposições.

A pesquisa teve como chão, além do apoio prestado neste momento, a constante troca de informações via redes sociais, como o WhatsApp e o Instagram; as vivências no território de Maricá junto ao grupo e às haitianas e haitianos individualmente, em suas casas, no momento das entrevistas, ou no dia adia da cidade, nos encontros no supermercado ou na venda de alimentos haitianos na porta da instituição de ensino superior onde a pesquisadora atua, na cidade, ou até mesmo nos encontros organizados e realizados pelo grupo na instituição de ensino superior onde a pesquisadora atua, junto às alunas e aos alunos em seus trabalhos acadêmicos, ou nos debates sobre migração e refúgio realizados pelos

integrantes do grupo, na universidade, a convite da pesquisadora. Esses momentos possibilitaram acompanhar de perto as construções e os entraves das mobilizações haitianas no território, além da participação e apoio na construção de ações pensadas em Maricá.

A ideia sobre a fundação da Associação dos Imigrantes de Maricá, deu lugar, posteriormente à efetivação do Grupo de Solidariedade e Amizade dos Imigrantes e Refugiados de Maricá (GSAM), no final de 2023, fomentado pelo programa piloto de pequenos subsídios<sup>56</sup> do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR).

O GSAM, durante a pesquisa aqui apresentada, realizou ações estratégicas junto às escolas, universidade da cidade, grupos e movimentos sociais, a fim de que o conhecimento acumulado dos migrantes moradores da cidade, pudessem contribuir para o entendimento e a maior compreensão das culturas que estão também integrando o território maricaense. Todos esses movimentos foram acompanhados pela pesquisadora, não somente no sentido da análise, por conta da pesquisa, mas também com o apoio à causa migratória. Nesse sentido, pesquisa e militância, estiveram o tempo todo entrelaçadas.

Todos os movimentos do grupo que foram realizados pelo grupo de Migrantes, em Maricá, são movimentos que compõem as estratégias de sociabilidade das haitianas e haitianos no território da cidade, cuja observação e participação por parte da pesquisadora deu-se inicialmente através do convite realizado e que durante a pesquisa, consolidou-se e contou com o apoio dos demais integrantes, possibilitando à pesquisadora uma observação participante.

O processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo (May, 2001, p. 177).

As participações, articulações e experiências ao longo da pesquisa foram registradas em um diário de campo, tornando possível a coleta do máximo de elementos dos momentos e articulações presenciados, colocando, ao mesmo tempo, o desafio da inserção nesses espaços e relações, a partir de diversos papéis exercidos ao mesmo tempo (pesquisadora, doutoranda, assistente social

---

<sup>56</sup> Maiores informações sobre o projeto, disponíveis da página: <https://www.acnur.org/portugues/2022/09/01/chamada-de-manifestacao-de-interesse-programa-piloto-de-pequenos-subsidios/> Acesso em: 15, nov, 2023.

trabalhadora na área de saúde municipal, militante apoiadora da causa migrante e também amiga), não havendo possibilidade de separação entre eles, mas entendendo-se também a riqueza dessa multiplicidade de lugares.

Foi possível assim, a observação e a análise não somente das dinâmicas organizativas dos sujeitos de maneira individual, mas também coletiva. Bem como a compreensão dos limites da efetivação das ações, a partir dos elementos constitutivos da própria sociabilidade brasileira, como o racismo e as disputas de poder nos espaços institucionais compartilhados com a pesquisadora.

O diário de campo, por sua vez, teve por objetivo registrar informações variadas, compreendendo desde a observação e coletas de elementos, a partir de reuniões com as haitianas e os haitianos. Essa ferramenta de registro, contribuiu para que a pesquisadora não perdesse de vista a necessidade de controlar a interfluência dos campos de atuação, mas sem perder de vista a perspectiva de identificar o que se experimentava com as diversas possibilidades de análise que surgiram ao longo do estudo.

(...) o estudioso como artesão intelectual tentará juntar o que está fazendo intelectualmente e o que está experimentando como pessoa. Não terá medo de usar sua experiência e relacioná-la diretamente com os vários trabalhos em desenvolvimento (Mills, 1965, p.112).

A captação de informações deu-se ao longo do caminho, tendo em vista a complexidade da sociabilidade haitiana e seu processo de migração repleto de significações, expressos na diversidade para vivê-lo, tratá-lo e expressá-lo. E a análise das informações deu-se a todo o percurso tendo em vista a limitação da pesquisadora também no que tange à compreensão do crioulo haitiano, enquanto língua predominante no Haiti e falada por todas e todos os entrevistados e entrevistada enquanto primeira língua, mas já tendo o domínio da língua portuguesa, tendo sido as entrevistas realizadas, portanto, no português, contando em duas delas, com o auxílio de um dos haitianos entrevistados, em expressões específicas que necessitaram de tradução.

Para as entrevistas realizadas e vivências junto às pessoas e ao grupo, foi preciso, sobretudo, a interpretação não somente do significado das palavras faladas no português, mas sua interpretação junto com os silêncios, os tons de vozes, as pausas, o contexto em si, por parte das pessoas nos momentos dos

encontros, entendendo que a participação e capacidade de leitura da pesquisadora, foi construída a partir da convivência e possibilidade da interação com o grupo.

No momento de realização das entrevistas, a pesquisa contou no campo exploratório com um significativo esvaziamento, onde houve uma migração considerável de Maricá para outros lugares, tendo sido possível a entrevista de cinco (5) pessoas. Isso se deu por motivos diversos que foram aprofundados na análise do material coletado, tendo sido observados ao longo dos anos da pesquisa, e confirmados, através das falas das pessoas entrevistadas como justificativa principal de saída da cidade, a dificuldade de encontrarem emprego, e assim, garantir a reprodução social e material de suas vidas.

Foi possível, assim, observar os limites materiais impostos e por isso, a necessidade da busca novamente por outros destinos. A compreensão da dinâmica de integração dessas mulheres e desses homens à cidade, perpassou, dessa forma, pela realidade da sobrevivência cotidiana e a compreensão desse contexto, a partir da centralidade do trabalho, no contexto capitalista, entendendo que a dinâmica do processo de *wout* (rotas, em crioulo haitiano) continuava (Montinard, 2019), sendo esta motivada pela sobrevivência, no caso específico de Maricá.

As entrevistas individuais foram realizadas junto às famílias haitianas residentes na cidade de Maricá. Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, que buscou complementar os demais instrumentos de levantamento de dados junto às/aos líderes haitianas/os, moradores da cidade de Maricá, sendo esse, um roteiro de perguntas previamente elaboradas e aplicadas de maneira individual às pessoas indicadas por Porto Príncipe e que buscaram ser disparadoras e orientadoras para a compreensão da relação entre a migração haitiana em Maricá e o racismo estrutural brasileiro.

O questionário foi dividido em 3 três momentos: o primeiro cujas perguntas procuraram levantar informações sobre a vivência do processo migratório, o segundo, sobre as principais dificuldades encontradas no Brasil e seus atravessamentos pelo racismo e por último, perguntas relacionadas ao cotidiano da vida na cidade de Maricá.

Embora tenha sido possível a realização de cinco entrevistas, as mesmas ocorreram, tendo em vista também as dificuldades a partir das características do povo haitiano e sua postura firme de não permissão de seu

conhecimento/informações pessoais, para usos que não sejam em prol diretamente delas/deles e do grupo, como um todo.

Todas as entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho das/dos entrevistadas/os, considerando a realidade material e objetiva de sobrevivência, havendo maior disponibilidade por parte da pesquisadora, de ir até elas/eles. Considerando-se o arrefecimento no número de famílias haitianas na cidade de Maricá ao longo da pesquisa, optamos pela não demarcação de temporalidade de moradia no Brasil e/ou em Maricá.

Para que a pesquisa se fizesse viável, foi imprescindível também a criação de vínculos de confiança prolongados, enquanto processo metodológico em si. Como destaca Becker (1999) a metodologia da pesquisa consiste no fazer da convivência e das ações das quais a pesquisadora foi inserida, a fim de que se conseguir não somente a aproximação enquanto processo metodológico de pesquisa, mas também de dar continuidade ao que foi sendo construído durante os cinco anos de convivência e contribuição profissional junto aos migrantes do estado do Rio de Janeiro, na SES-RJ.

A pesquisa deu-se a partir do encontro das haitianas e dos haitianos, em sua condição de sujeitos, forjados a partir de um lugar de reconhecimento de suas experiências vividas e perspectivas de construção na cidade, bem como os desafios que têm sido enfrentados, diante do contexto brasileiro e maricaense, respeitando-se sua autonomia e primazia na tomada de decisões, a partir de seus próprios olhares e entendimento de mundo, onde o desafio de tradução das relações sociais brasileiras, no contexto de gestão e articulação junto ao grupo, tornou o papel da pesquisadora um lugar peculiar de apoio e ao mesmo tempo, escuta e consentimento das decisões do grupo, inclusive da vontade expressa em não participar das entrevistas e/ou da saída da cidade sem motivos compartilhados aos demais haitianos e haitianas que ficaram em Maricá.

Desenvolvemos aqui uma pesquisa qualitativa, que de acordo com Minayo (2001) responde a questões muito particulares, preocupando-se nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Desta forma, esse tipo de pesquisa, segundo a autora, “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p.22).

Considerando-se também o processo de formação de graduação e mestrado em Serviço Social, e por isso, a maior aproximação e afinidade com a tradição marxista, foi escolhido o método dialético enquanto possibilidade de análise crítica da realidade.

Cecília Minayo (1992) reconhece as categorias contradição, movimento e totalidade, próprias da dialética marxista. Neste sentido, através do método de pesquisa escolhido, pretendeu-se desenvolver uma condução de pesquisa enquanto movimento, capaz de explorar a realidade observada, debruçando-se sobre o desafio de compreendê-la através das camadas com as quais se constitui. A mesma autora define o método como:

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p. 21).

Nesse sentido, buscamos desenvolver uma análise do material levantado, tanto nas entrevistas quanto nos registros do diário de campo, a análise a partir do método proposto pela mesma autora, o hermenêutico-dialético, onde procuramos analisar as falas e os conteúdos a partir da compreensão do campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala.

Outra fonte de levantamento e análise de dados sobre a migração, na cidade de Maricá, foi a participação da pesquisadora na análise dos dados sobre o assunto junto ao Instituto Darcy Ribeiro, setor vinculado à Secretaria de Administração de Maricá, que tem por competência organizar, produzir e disponibilizar dados e indicadores sociais sobre o município no contexto do Leste Metropolitano Fluminense, realizar estudos e projetos visando subsidiar o desenho de políticas públicas mais efetivas, auxiliar a elaboração e monitorar a execução dos Planos Diretores, Planos Setoriais e Planos Plurianuais do município, entre outras atribuições<sup>57</sup>.

Também houve, com relação ao levantamento de dados, a análise do material produzido pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, coordenadora do Comitê Estadual para Refugiados de São Paulo

---

<sup>57</sup> Informações retiradas de: <https://idr.marica.rj.gov.br/> Acesso em: 15, nov, 2023.

(CER); Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Rio de Janeiro (CEIPARM).

O levantamento do material de análise dessa pesquisa foi possível a partir da rede de contato haitiana da qual a pesquisadora aproximou-se, a partir de 2016, em sua atuação na Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ). Através dessa aproximação, o contato com Bob, haitiano e fundador da ONG Mawon, foi possível posteriormente, no ano de 2021, o contato com lideranças da rede de migrantes em Maricá.

Nesse sentido, utilizamos para o contato com a população haitiana na cidade de Maricá, a ferramenta metodológica *snowball* (“Bola de Neve”) (Goodman, 1961), tendo sido possível o contato com a rede de referência dos entrevistados e da entrevistada, a partir tanto da indicação da liderança apontada inicialmente por Bob, quanto das demais que foram sendo apontadas pelos demais entrevistados.

Foram analisadas cinco entrevistas realizadas com quatro homens haitianos e uma mulher haitiana, na cidade de Maricá, no período de agosto de 2023 a janeiro de 2024, juntamente com os trechos de observação do diário de campo escritos durante todo o período que durou o curso de doutorado (de 2021 a 2024) e das observações e impressões pessoais da autora durante esse percurso junto ao grupo e/ou aos sujeitos individualmente em seu cotidiano e/ou momentos de mobilização.

Resguardamos aqui o sigilo das identidades dos entrevistados e da entrevistada, substituindo-as por nomes de cidades do Haiti, sendo elas: Pétienville, Gonaives e São Marcos). As entrevistas foram analisadas a partir dos seguintes eixos: 1- **O deslocamento para o Brasil**- procuramos levantar os motivos que levaram as pessoas ao deslocamento para o país, a partir de seu contexto de vida no Haiti. 2- **Maricá e a migração haitiana**, neste item exploramos as vivências na cidade de Maricá e como a cidade recebe aqueles e aquela que procuraram a cidade para fazer dela um lugar de reconstrução de vida e como Maricá respondeu à esse processo. 3- **O racismo e a população haitiana em Maricá**, onde buscamos compreender a vivência do racismo no Brasil, a partir das especificidades de manifestação do racismo brasileiro junto aos migrantes haitianos e haitiana, analisando como percebem e vivenciam essas expressões construídas socialmente, e como lidam com isso. 4- **Concepções acerca do Haiti**-onde abordamos as questões relacionadas sobre as experiências vivenciadas no

Haiti, buscando compreender a realidade vivenciada antes do deslocamento para o Brasil.

Três das entrevistas (Pétionville, Gonaives e São Marcos) foram realizadas no local de trabalho da entrevistada e dos entrevistados, onde dentre elas, duas ocorreram na própria casa dos entrevistados, sendo essa casa, dividida e organizada para ser salão de beleza e também produção de alimentos para venda. Já a entrevista realizada com o terceiro entrevistado deu-se em seu estabelecimento comercial, na rua, tornando o áudio inaudível em alguns momentos, sem prejudicar a entrevista em sua essência. A realização das entrevistas no local de trabalho, possibilitou que eles e ela mantivessem-se confortáveis, por estar ao mesmo tempo falando de suas vivências, sem, contudo, deixar de executarem ao mesmo tempo seus trabalhos.

Houve também reuniões de articulação com o grupo que teve diferentes composições em cada momento de encontro que a pesquisadora participou, bem como, em locais diferenciados (uma reunião no salão de beleza da esposa de um dos integrantes do grupo e outra via rede social, além de uma reunião na praça central da cidade de Maricá, realizada no intervalo do expediente de trabalho dos dois haitianos com quem a pesquisadora encontrou).

Iniciamos a compreensão de que todo o contexto em que a pesquisa foi realizada (encontros, reuniões, conversas, entrevistas) demonstrou-nos que a vida das pessoas haitianas com as quais a pesquisadora teve contato e cujo material será mostrado e analisado a seguir, teve o “trabalho” como eixo central. Nesse sentido, a referência analítica de sociabilidade que escolhemos para compreendero debate migratório haitiano, na cidade de Maricá, encontrou no material coletado, elementos que demonstraram sua centralidade na construção das formas de se relacionar, organizar e viver.

Foi possível também, a partir desse contexto, analisar que essa sociabilidade (Marx; Engels (2007), Lukács (1979)) aparece estruturada pelo racismo em todas as entrevistas realizadas, no entanto, as formas de percepção e expressão por parte dos/da entrevistada, deram-se a partir do contexto vivenciado por cada um/uma, apresentando diferenciações com relação ao gênero, trajetória e consolidação da rede de apoio.

Pétionville é a única mulher entrevistada, possui 27 anos e é “filha única de sua mãe”, segundo ela. Também é mãe de uma criança e atualmente exerce a

função de cabeleireira. Sua entrevista foi realizada enquanto trançava o cabelo de uma de suas clientes, uma mulher brasileira de pele preta que ouviu toda a entrevista/conversa em silêncio.

Percebi que sua presença não deixou a entrevistada desconfortável em momento algum, respondendo todas as perguntas com riqueza de informações.

Gonaives tem vinte e sete anos e está há treze anos fora do Haiti, é pai de uma criança, vendedor de comida haitiana em Maricá. Sua entrevista também foi realizada no local de trabalho e parou de executar sua atividade para conversar conosco.

Porto Príncipe, por sua vez, tem 33 anos e mora no Brasil há 7 anos. Já São Marcos tem 35 anos e vive no Brasil há 12 anos e Cabo Haitiano, o último entrevistado, tem 47 anos e está no Brasil desde novembro de 2014.

Percebi que em nenhum momento minha presença interferiu na realização da entrevista. Todos os entrevistados e as entrevistadas, uma vez que aceitaram o convite, colocaram-se dispostos a falar de suas experiências e percepções.

## **6.1. O deslocamento para o Brasil**

Rosita Milesi apontou em uma entrevista no ano de 2018, sobre o terremoto que ocorreu no Haiti, destacando que em meio à pobreza e os escombros de um país devastado pelo terremoto de janeiro de 2010, pessoas haitianas conseguiram reunir junto a familiares e amigos uma quantidade de recursos para custear o custoso e explorado deslocamento do Haiti até a fronteira brasileira, sendo um trajeto motivado pela busca por trabalho, na esperança de encontrarem boas condições para reconstruir suas vidas e ajudar aqueles que ficaram no Haiti.

De acordo com os registros de pesquisa contidos no diário de campo da pesquisadora, em setembro de 2021, quando participou de uma reunião, articulada por ela junto com o mobilizador do grupo haitiano em Maricá, foram traçadas estratégias de amadurecimento das ações já desenvolvidas pelo grupo, bem como a elaboração de novas. Todas elas com a finalidade de viabilizar trabalho para os integrantes. E as metas estabelecidas foram as seguintes: 1) Incluir o debate sobre migração na Secretaria Municipal de Participação Popular e Direitos Humanos no evento relacionado ao combate ao racismo no mês de novembro; 2) A construção

de uma página no Instagram com o nome da Associação que seria criada, com a marca elaborada por um dos integrantes do grupo; 3) Criação de projetos de tranças, comidas típicas, elaboração de audiovisual e brincadeiras com crianças; 4) Debate junto à Secretaria Municipal de Saúde sobre a possibilidade de inscrição no processo seletivo de saúde, dar-se sem a obrigatoriedade do título de eleitor; 5) Realização de reunião online com os outros migrantes da cidade; 6) Utilização da máquina de estamperia de camisas e de fabricação de chinelos para obtenção de renda; 7) Mobilização do debate migratório haitiano na cidade, através da página no Facebook e no YouTube, já criadas pelo grupo.

Já o material levantado nas entrevistas nos mostrou que a questão do trabalho aparece enquanto um motivador central da necessidade de saída do Haiti. Esse elemento foi expresso nas falas, como sendo o Brasil apontado enquanto possibilidade de destino buscado pela população haitiana, pela expectativa criada deste país ser um lugar de possibilidades para “fazer negócio”. Gonaives representa esse pensamento através da seguinte fala: “Primeiro, aqui no Brasil tem emprego. Pode trabalhar e também se a pessoa não quiser trabalhar com outra pessoa pode fazer um negócio (...)”.

Destacamos na fala de Pétionville a busca pelo Brasil motivada pela vontade de “fazer negócio”, o que não a diferencia da busca por trabalho, no entanto, a busca é caracterizada pela entrevistada não somente pela busca por salário, mas pela vontade específica de tornar-se uma “empreendedora”. Na mesma direção, segue a fala de Gonaives:

Essa história do Brasil, é porque a gente tá no Chile e aí começando a pandemia já eu tinha tempo trabalhando lá. Então aí eu já não queria trabalhar como empregado. Queria empreender. Eu trabalhava mas já queria mudar esse contexto. O último trabalho foi como operário de produção.

Uma fábrica de sacola plástica para fazer comida. E eles fazem esse tipo de saco. É um saco especial. É, mas, você coloca a comida dentro do saco. Serra. E aí o saco com tudo de comida vai na panela pra cozinhar. Eles fazem isso para cozinhar para os presos que tão na cadeia. Usam muito esses tipos de saco porque já vem metido. Abrem o saco e a comida já tá pronta (...).

Aí eu com minha esposa querendo empreender, estudando a economia do Chile não era muito bom e ela queria sair do Chile (Gonaives).

Compreendemos a ênfase dada por Pétionville e Gonaives na busca de um país onde pudessem empreender, construída a partir da influência norte-americana que o Haiti tem, desde sua invasão com as tropas norte-americanas, em 1915 e

mantidas por sua influência imperialista no país desde então (Castor, 2008). As falas, desta forma, tornam-se expressão de um *modus operandi* do sistema capitalista perpetuado pelos EUA. No momento da entrevista, o entrevistado atuava com a venda de batatas fatiadas e fritas, cortadas em sua casa, para serem vendidas em porções, em pequenos sacos por R\$1,50 cada 25g, R\$5,00 cada 100g e R\$45,00 o quilo.

Outro aspecto que apareceu como motivador para a escolha do Brasil como destino, diz respeito à influência do futebol brasileiro. Esse elemento corroborou com os estudos de Vieira (2020) em sua pesquisa de levantamento do perfil da população haitiana na cidade de Maricá.

(...) Então assim eu escolhi vim para o Brasil, não é uma obrigação, não é por ter guerra, nada disso. E minha mãe, eu lembro, minha mãe estava sentado na mesa, eu, ela, minha tia e minhas irmãs estava conversando e eles escolheram 3 países.

Eu morava em Gonaives, Gonaives e Petite Rivière de l'Artibonite, então quando minha mãe escolheu 3 países dizendo "Porto Príncipe, tem Brasil, Argentina e Chile. Onde que você é, gostaria de ir?". E também tinha um marido da minha irmã, que morava na Guiana Francesa. Ele dizendo assim "Garry, você pode sair do Haiti, ir para um desses países, mas fazer 1, 2, 3 anos e depois para entrar na Guiana Francesa". Eu falei "Então, mamãe, eu vou escolher o Brasil" Porque eu lembro que eu estava na fazenda com meus irmãos e vi passando um avião e disse "um dia que eu vou viajar nesse que está passando em cima, maseu gostaria de ir para o Brasil e conhecer Neymar", entendeu? Gosto muito de futebol, entendeu? E gosto de Kaká, Ronaldinho. Então eu escolhi o Brasil (...)

É o Neymar, Neymar, eu tenho que ir, entendeu? Porque ver o Brasil através da televisão é um Paraíso, entendeu? Um Paraíso. Eu escolhi o Brasil como segundo lar (Porto Príncipe).

Joseph (2017) também escreve sobre o Brasil nunca ter sido desconhecido da população haitiana, sendo o futebol e as novelas brasileiras os principais elementos colocados pelo autor, que possibilitam essa aproximação com o Haiti.

Há décadas, o país sempre foi familiar ao universo haitiano, particularmente pelo futebol, pela música, pelo samba, pelas suas novelas e carnavais cariocas transmitidos nas televisões haitianas. Frequentemente, as gerações mais velhas lembram à ida do Pelé ao Haiti em 1978. Há um ditado no país caribenho que diz, "Os haitianos são mais brasileiros do que os próprios brasileiros", visto mais de 60% da população torcer pela seleção brasileira de futebol. Esse fato pôde ser observado em 18 de agosto de 2004, na ocasião do "Jogo da Paz", a partida amistosa de futebol realizada no Haiti com um dos objetivos do Governo brasileiro, dentre outros, de ganhar o cenário político internacional, mostrando a sua potência promissora para, conseqüentemente, realizar a Copa do mundo em 2014 no país (p.14).

Outro elemento levantado com relação ao deslocamento haitiano para o Brasil, foi a facilidade para a retirada de documentação no Brasil, que apareceu como um ponto significativo para a escolha do país como local de destino.

Então, lá o Brasil sempre liberou. Exemplo aqui o seu visto, sempre liberou, o visto fica disponível. Sempre está disponível para qualquer um que queira solicitar. Pode solicitar, mas não vai pagar 60 dólares. E algum tipo de balela, para você entrar no consulado, você não vai conseguir entrar (...).

Isso, para entrar no indo para o Amazonas. (...) ficamos em Tabatinga. Fronteira do Brasil (...).

Aguardando. Fiquei na Fronteira e tinha um padre lá que ajudava todo mundo que chegava no Brasil, uma igreja católica, e dava tudo para os estrangeiro, dava comida para quem não conseguisse, não tinha fundo para comprar comida. Quem não podia pagar aluguel também, o padre tinha dado uma casa lá pra eles ficarem. Eu acredito que na época, o governo estava ajudando. Estava ajudando, porque se chegar 300, 400, tudo ia entrar lá em casa dele e fica bonitinho. Emprega alguns do estrangeiro para fazer comida, para doar para os estrangeiros todo dia de manhã, café. (...) Não, era grátis, 0800. Daí, dá comida, dá café, lanche, da casa. (...) às vezes a fila grandão tem mais ou menos 300, 400 pessoas na fila de trás esperando café da manhã. Depois, tem gente que fica lá e joga dominó até que se espera o almoço.

Pode ficar o dia todo, se não tem o lugar para dormir, pode dormir também. Era um espaço grande. Ele colocava colchonete porque tudo ele está recebendo a doação do governo. Para receber esses estrangeiros. Fiquei mais ou menos há 1 mês e meio, 2 meses (São Marcos).

Era a documentação. Mas não era uma coisa grande. Demora a ter que fazer. Muitos estrangeiros estavam chegando no momento, era prazo, um mês mesmo ou 2 meses para esperar (São Marcos).

São Marcos veio para o Brasil dois anos após o terremoto de 2010, em 2012.

Essa data é importante para analisarmos a facilidade da qual trata em sua fala sobre a retirada da documentação, uma vez que o território haitiano estava sendo visto pelo Brasil como possibilidade de investimentos e extração de fontes energéticas, bem como enquanto possibilidade do país conseguir um assento no Conselho de Segurança da ONU (Seitenfus, 2014). Nesse sentido, as relações diplomáticas entre os países estavam sendo flexibilizadas e ampliadas, em detrimento de interesses outros.

Já Pétienville, que veio para o Brasil em 2021, realizando seu deslocamento no período da pandemia de COVID-19, enfrentou dificuldades que não estavam presentes uma década antes. Demétrio; Baeninger; Domeniconi (2023) apontam questões relevantes com relação ao impacto da pandemia para a migração haitiana:

Nesse novo contexto, a Portaria Interministerial nº12 de 2019, responsável por disciplinar a concessão de visto humanitário para nacionais do Haiti e promulgada diante do crescimento acelerado das solicitações de refúgio por essa população no Brasil, teve seus efeitos anulados em função do fechamento de fronteiras pela crise sanitária (Ramos, 2020; Brasil, 2019).

A Portaria nº13, de dezembro de 2020, permitiu a documentação aos que ingressaram no país com as fronteiras fechadas. Contudo, a exigência de atestado negativo de antecedentes criminais expedido por autoridade competente do Haiti e de certificado internacional de imunização, dificultou seu acesso. Ainda assim, entre 2020 e 2021, quase 20 mil imigrantes do Haiti obtiveram acolhida humanitária com base nessa normativa, a qual contemplava

também a isenção de taxas, emolumento e multas e a perda da permissão de residência caso o imigrante tente residir em outro país (Brasil, 2020) (Demétrio *et al*, 2023, p.181).

A fala abaixo da entrevistada demonstra na prática o impacto que as determinações jurídicas causaram no processo de deslocamento da população haitiana para o Brasil, e que expressam para além da criticidade do momento em que se vivia de pandemia mundial, o quanto as restrições burocráticas impactaram a vida da população haitiana.

(...) mas quando vem aqui minha filha tem documentação, meu marido também, mas eu não tinha, por isso eu não posso pagar passagem para vir aqui de avião, tem que pegar ônibus, demora 5 dias para chegar aqui e quando chega aqui como a fronteira Brasil com Bolívia fechado, eu e meu marido estamos sem visto. Como tipo ilegal.

(...) Quando chegar lá, o marido da minha tia falava “Ah, se você não tem documentação, você não pode fazer nada aqui!” E quase todo dia ele falava isso, mas depois dessa conversa, eles me levaram a Porto Príncipe, ele fala: Porto Príncipe pode ajudar vocês pra ter documentação... Um dia de tarde eu e marido fomos com Porto Príncipe lá na Polícia Federal, em Niterói. Mas quando eu chegar lá, sabe que a polícia federal falou!? Que não pode fazer nada para nós. Tenho que ir lá na fronteira do Paraguai e entrar lá pra Paraguai, quando voltar aí a Polícia Federal vai dar o visto. É isso que ele estava falando. E como ele é policial federal, é delegado, nós confiamos nele. Sabe o que fazemos? Amanhã de manhã vai lá no aeroporto Dumont eu e meu marido, gastou 7 mil reais pra pagar um voo que vai para Foz do Iguaçu, a fronteira Brasil com Paraguai.

Eu fiquei desesperada porque gastei 7 mil reais e não vale nada. Não vale nada porque é o visto que era o problema que a polícia federal não dá.

Sim, gasta 7 mil reais. E quando chegar lá e a polícia federal que tá na fronteira do Brasil com o Paraguai, dizia que tinha que ter visto de Paraguai para dar o visto do Brasil. E eu fiquei muito desesperado. Meu marido e eu.

(...) E fica desesperado, fica desesperado porque um mês depois um primo, o marido da minha prima, tem um irmão e falou que se você vai lá na Cáritas, tem uma organização lá no Rio que pode ajudar nós. E ele só fala endereço e meu marido pega o (...) e vai lá, sem saber nada do Brasil (Pétionville).

(...) E quando eu chegar lá, encontrar Bob e Mélanie que ajuda nós, depois quatro anos e a gente conseguiu (Pétionville).

Outro ponto destacado por um dos entrevistados foi a sua relação com o coioote com quem negociou seu deslocamento para o Brasil. São Marcos chegou ao Brasil no ano de 2014 e nos relatou o golpe que sofreu, com falsas promessas de chegada aos Estados Unidos. O entrevistado foi ludibriado juntamente com outras vinte pessoas.

Porque eu vim para cá, porque também a gente estava para pagar um *canhota*, *canhota* para levar a gente aos EUA, só que o *canhoto* está enganando a gente, não sou eu só, são muitas pessoas. A gente chegou no Brasil, aí ele botou a gente no hotel para a gente ter outra hora para entrar nos Estados Unidos. Depois ele desapareceu.

Era um grupo de quase 20 pessoas, Aí só que, entendeu, porque outra pessoa começou a viajar em uma empresa. A empresa que eu fui lá em Uberlândia, viajar em uma empresa, começou a trabalhar. Tem pessoa que continuou comigo e com passar eu fui, fiquei um tempão, aí comecei a ir namorar com brasileira e tal.

É ele não pagou lá na República Dominicana, pagar *canhoto* para levar a gente aos Estados Unidos. Só que fazia para escalar o Panamá. Aí depois, fazendo no quinto, aí é Equador e depois se vir no Brasil, aí tem escala.

É, é aí, depois fala que vai levar a gente aos Estados Unidos. Aí só que o coioote botou a gente no hotel e não pareceu mais. É, lá no São Paulo (São Marcos).

Handerson (2015) escreve sobre a existência dos *ajans* ou *raketès* na dinâmica do deslocamento haitiano, onde a população que migra pode lidar tanto com um quanto com o outro. Entendemos essa relação com esses profissionais, como uma estratégia utilizada pelas pessoas haitianas no processo migratório para outros países, a partir da necessidade imposta pelos Estados-nação com relação ao controle burocrático dos corpos que circulam nos territórios. Uma realidade que constrói barreiras para a circulação de pessoas que não possuem as informações e possibilidades concretas de cumprir com os prazos e apresentação de documentos nos prazos estabelecidos, muitas das vezes, sendo construída assim, a necessidade da relação com profissionais como os *ajans* ou os *raketès* que prometem dinamizar esse processo.

Há *ajans* ou *raketè* no Haiti atuantes em mais de um circuito da mobilidade. Enviam, ao mesmo tempo, pessoas para os Estados Unidos, França e Canadá. Outros encaminham somente para Guiana Francesa ou Bahamas. Poder enviar e saber enviar pessoas para mais de um circuito é fazer parte de mais redes e ter mais conhecimentos dos circuitos da mobilidade haitiana. Também é mobilizar recursos como papéis e documentos dessas localidades, visto haver *ajans* e *raketè* que organizam os documentos, para os candidatos poderem solicitar seus vistos legalmente nas embaixadas. Enquanto *ajans* está associado aos documentos verdadeiros, *raketè* é reconhecido pelos documentos falsos (Handerson, 2015, p. 174).

Baeninger (2016) destaca a construção de barreiras estabelecidas pelo Estado-nação conformando o a barreira entre o “nós” e “eles” enquanto sua expressão. A autora também acrescenta que as políticas constituídas seguem estatutos de legalização e proteção jurídica a estrangeiros, concedendo, quando assim o fazem, direitos restritos. Nesse sentido, a mobilidade do migrante é olhada com desconfiança pelo Estado-nação (Assis, 2016), o que justifica as barreiras impostas aos processos jurídicos e burocráticos com relação à migração.

### **6.1.1. Os motivos para deixar o Haiti**

A complexidade presente na historicidade do Haiti é uma realidade que se apresenta como um desafio para quem estuda e tenta analisar os fatos que se dão em seu território. Por isso, analisar os motivos que fazem com que a população

haitiana deixe-o, exige uma pré disposição de ampliação do olhar sobre múltiplos fatores.

A migração haitiana foi intensificada durante o momento do terremoto de 2010, no país, mas seu processo, tem se dado por anos anteriores por motivos que abrangem desde questões internas, promovendo assim, deslocamentos internos também, como a relação estabelecida com outros países, mantendo-o numa condição de dependência e instabilidade política, social e econômica.

Sendo assim, a análise que fazemos neste tópico, constituiu-se num movimento de compreender o Haiti dentro de sua complexidade e entender, a partir das necessidades das pessoas entrevistadas, o que as levou a sair do país em busca de outro, para construir melhores condições de vida.

A questão da dificuldade colocada para encontrar um trabalho, nele se inserir e estabelecer-se apareceu como um dos principais motivadores da necessidade da busca por outros lugares:

Então é complicado (*pois a maioria trabalha na agricultura*) é isso que a maioria do país está com a crise que ele está, que ele está fome e o miserável, um queria ficar em cima dos outros. Um queria tratar o outro com maldade e o outro. Se fosse da minha terra, eu estar aqui hoje fazendo meu comércio, minhas coisas, não poderia (São Marcos).

O entrevistado São Marcos compara seu trabalho hoje em Maricá, com a possibilidade de trabalhar no Haiti, o que seria inviável, segundo ele. A maldade que relata haver entre as pessoas no Haiti, aparece como uma dinâmica social de depreciação mútua dos trabalhos realizados. O único trabalho que apareceu na fala do entrevistado e que é realizado sem essa ameaça, foi a agricultura, mas que no entanto, ainda que existente, a de forma predominante no país, não é o suficiente para manter a economia, fazendo com que o quadro de miséria e vulnerabilidade permaneçam.

É uma grande diferença, sei lá porque lá eu ia trabalhar, trabalho o tempo todo. Às vezes nem lhe daria para comprar uma casa. Tem que pedir os parentes. (São Marcos)  
 O trabalho de lá, não tem como, não daria para fazer nada, não daria para dar umalevantada porque a agricultura você fazia, às vezes você ainda tem outra carência. (São Marcos).  
 De madrugada, eu acordava para ir capinar, para fazer plantação 4 horas da manhã (Porto Príncipe).  
 (...) Eu sou o terceiro filho da minha mãe, então acordei de madrugada, vou na fazenda capina, faço plantação (...) (Porto Príncipe).

Com relação a forma como a população haitiana organiza-se e lida com as questões do país, são destacadas nas falas dos entrevistados, ao expressarem sua opinião acerca do tema, o descrédito sobre a possibilidade de organização da população como possibilidade de resolução dos conflitos existentes no país.

E tá com água na cabeça? A única coisa que o Haiti não tem na cabeça é ajudar o Haiti mesmo.

É só isso que eles não têm na cabeça, não tem. E os poucos que tem aí que deveria ter, estão usando uma para outra coisa (Gonaives).

Gonaives com essa fala demonstra a contradição colocada anteriormente, quando expressa que a solução para o país seria a governança por um grupo específico que atuasse de acordo com as demandas da população haitiana. A fala do trecho acima, traz outra perspectiva de Gonaives com relação à população haitiana e a construção de melhores condições para o país, colocando que a seu ver, não existe a possibilidade da população haitiana querer atuar para melhorias no Haiti, sendo essa, a última coisa que a população teria na cabeça. Essa perspectiva sendo pautada numa percepção individualista, encarada como responsabilidade das pessoas, a partir de seus desejos e aspirações.

A opinião torna-se contraditória nesse sentido, onde do mesmo lugar de onde partiria a possibilidade da construção de outra conjuntura para o Haiti, ou seja, de seu povo, também é na mesma medida vista como impossível de acontecer. Compreendemos a expressão dessas idéias contraditórias, a partir do que Casimir (2023) traz ao referir-se ao exercício da democracia no país, ao mencionar em uma entrevista, que o povo vota conforme recebem dinheiro ou não, uma vez que percebem que existem países que jamais permitirão que os próprios haitianos governem o país. Países mencionados pelo autor como: Estados Unidos, França, Canadá e Inglaterra. A influência desses países é somada à atuação das oligarquias do Haiti que adquirem exércitos privados, aumentando o número das gangues, bem como à ausência de instituições no país, de acordo com o autor.

Desta forma, podemos compreender que ao mesmo tempo em que é expresso o sentimento de que a própria população haitiana ocupe espaços de decisão, organizando-se nesse sentido, existe o descrédito dessa organização tantopor conta do entendimento de como se dá a organização interna de poder dentro do Haiti, quanto das influências externas que o país sofre.

Esse pensamento de descrédito esteve presente nas falas, trazendo uma leitura de impossibilidade da construção de outras alternativas para o país, frente ao seu contexto atual. Nesse sentido, um entendimento que apareceu como sendo possível foi que a mudança na conjuntura do país somente seria possível através de uma intervenção divina entendendo-se que as instituições no Haiti estão dominadas por grupos que controlam o país.

Então, esses países assim para se melhorar, porque Deus tem que fazer aquilo, uma lavagem, uma limpeza (...) (São Marcos).

## **6.2. Migração haitiana para Maricá**

Os dados existentes sobre a migração haitiana na cidade de Maricá são ainda muito incipientes. Nesse sentido, para fins de análise deste tópico foram utilizadas as seguintes fontes: o trabalho de conclusão de curso de Luciane Dias Vieira, produto final da especialização na Pós Graduação em Gestão Pública com ênfase em Saúde e Assistência Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que publiciza o trabalho de levantamento da população haitiana na cidade de Maricá, no ano de 2017; os dados levantados pelo Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR); e os dados levantados e sistematizados pelo Comitê Estadual de Política de Atenção aos Refugiados e Migrantes (CEIPARM), coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. Utilizando-nos dessas três fontes de dados, buscamos traçar um breve panorama sobre o cenário da migração na cidade de Maricá.

Com o levantamento realizado, observamos que a análise dos dados pelas três fontes mencionadas apresentam divergências, variando seus levantamentos a partir de suas respectivas fontes e recortes temporais de análise. Por isso, trataremos aqui cada uma das informações encontradas, entendendo, sobretudo, a volatilidade e dificuldade em se obter dados precisos no geral e em Maricá, especificamente, com relação à população migrante internacional, sobretudo, a haitiana, tendo em vista as especificidades do segmento haitiano, já tratado anteriormente nos demais tópicos do estudo aqui apresentado.

Iniciamos nossa análise, a partir dos dados fornecidos pelo IDR com relação ao fluxo de deslocamento de pessoas para a cidade de Maricá, consolidados

através do Censo de Cidadania 2022<sup>58</sup> evidenciando o aumento exponencial constatado:

Em comparação com a década anterior, a população do município obteve um crescimento de 66,1%, o segundo maior crescimento no estado. Os dados de amostra do censo indicam que esse crescimento populacional se deu principalmente por conta de migração: 33,2% dos habitantes tinham menos de 10 anos de residência no município, ou seja, aproximadamente um terço da população maricaense era composta, em 2010, por migrantes que estabeleceram residência no município depois do ano 2000. Segundo as estimativas do IBGE, a população do município continuou a crescer acima da média estadual, chegando a 161 mil habitantes em 2019 (Relatório Bidual, IDR, 2021, p. 48).

A migração é, portanto, a causa para o aumento populacional de Maricá, verificada com maior incidência, a partir do ano 2000, mantendo o crescimento acima da média estadual, no ano de 2019. Podemos perceber com isso, que a cidade apresenta um cenário de transição populacional, o que incorre conseqüentemente, em alterações de sua população que não possui Maricá como local de origem. Nesse sentido, as melhorias realizadas, os programas e serviços implementados, precisam efetivar-se a partir dessa nova realidade, quando Maricá evidencia-se enquanto uma cidade que se expande, abarcando cada vez mais pessoas de fora de seu território circunscrito.

Maricá também se justifica a partir de iniciativas, igualmente ligadas ao setor de óleo e gás, como a construção do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), no município de Itaboraí, limítrofe a Maricá. A construção do COMPERJ, em seus termos iniciais, previa a instalação de um duto no litoral de Itaipuaçu para eliminar resíduos produzidos na refinaria, além da instalação de um gasoduto para receber o gás natural extraído na Bacia de Santos e a criação de um porto em Jaconé (Baptista, 2014). A atratividade econômica criou um ambiente propício para novas construções, justificadas principalmente pela migração de trabalhadores que esperavam ter algum tipo de vínculo com os empreendimentos previstos para construção (Souza; Viegas, 2021, p. 136).

Os motivos trazidos pelo estudo acima, demonstram que a busca pela cidade tem justificativas. As pessoas têm deslocado-se para Maricá por conta da expectativa por emprego, tendo em vista as mudanças que a cidade vêm sofrendo em detrimento dos empreendimentos realizados.

O próprio IDR levantou no mês de julho de 2022, algumas informações junto à população maricaense publicizadas no relatório do Censo da Cidadania, onde dos 197.300 habitantes da cidade, segundo o censo do IBGE, em 2022, foram entrevistadas pelo Censo, 74.197 habitantes, totalizando uma cobertura de

---

<sup>58</sup> O Censo da Cidadania é um relatório elaborado pelo Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro - IDR - Maricá/RJ, que até o momento de fechamento da pesquisa estavam no prelo, com previsão de publicação ainda no ano de 2024

abordagem de um total de 37,7% da população de Maricá.

Os dados publicados pelo referido Censo nos permitem ter um panorama do movimento migratório para a cidade de Maricá. Através do documento é possível observar que 51% da população da cidade declarou que sempre morou em Maricá, o que demonstra que 49% vieram de fora dela, sendo que a maioria da população com até 10 anos de moradia em Maricá e que vieram de outro município fluminense moravam na capital (33,13%), em São Gonçalo (32,34%) e em Niterói(14,74%).

O relatório também nos apresenta alguns motivos que justificam o fato das pessoas não estarem empregadas na cidade:

Com relação aos principais motivos da Desocupação do Migrantes com menos de 5 anos em Maricá: 35,8% são aposentados ou idosos; enquanto que pessoas que tinham que cuidar de filho(s), de outros dependentes ou afazeres domésticos representam quase 19,2% da amostra analisada; pessoas que se encontravam até a data de referência desocupadas por motivos de Estudo representam 17,1%; enquanto àqueles que estavam aguardando resposta para conseguir trabalho representaram 7,7%; motivos de incapacidade física, mental, doença permanente e que desistiram de procurar por não conseguir encontrar trabalho representam menos de 3,5% e 3% respectivamente (IDR, 2024).

Nesse contexto, os dados revelam ainda que: 29,61% da população pesquisada residia em Maricá há menos de 10 anos; que entre 2013 e 2017, em média, mais de 3 mil pessoas se mudaram para Maricá por ano e entre 2018 e 2020, em média 7,7 mil pessoas chegaram à cidade. Entre 2021 e 2022, em média 10 mil pessoas migraram para o município por ano.

O IDR ainda em seu processo de cruzamento de dados com relação às informações obtidas junto à população maricaense, inclui o recorte com relação ao segmento migrante internacional, e verifica, após analisar materiais como: o Relatório da Companhia de Saneamento de Maricá (SANEMAR), o Relatório do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), o Caderno do Índice de Participação dos Municípios (IPM)<sup>59</sup> e o Relatório sobre Analfabetismo, verificou que nenhum desses documentos possuíam informações sobre migração internacional para o município, mostrando que o percentual de pessoas

---

<sup>59</sup> “O IPM representa um índice percentual, pertencente a cada município, a ser aplicado em 25% do montante da arrecadação do ICMS. É esse índice que permite ao Estado entregar as quotas- partes dos municípios referentes as receitas do ICMS, conforme está previsto na legislação vigente.” Definição extraída do site da Secretaria de Fazenda do estado do Tocantins, disponível em: [http://www.sefaz2.to.gov.br/IPM/IPM\\_2007/ManualIPM2007.htm](http://www.sefaz2.to.gov.br/IPM/IPM_2007/ManualIPM2007.htm) Acesso em: 16, março, 2024.

estrangeiras que morava em Maricá no ano de 2022, chegava a apenas 0,28% da população municipal total, tendo sido encontrados, de acordo com o levantamento realizado pelo órgão, apenas 23 pessoas, segundo o Censo de Cidadania (2022).

Já com relação aos dados específicos sobre a migração haitiana no município de Maricá, o Trabalho de Conclusão de Curso de Luciane Vieira, de 2020, forneceu-nos algumas informações significativas, demonstrando a quantidade e perfil deste segmento populacional há época de sua pesquisa e que sofre um declínio considerável nos anos seguintes.

Inicialmente, a autora escreve que os dados coletados sobre o tema deram-se a partir do setor existente na cidade responsável pela elaboração das Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial. Vieira (2020) e a equipe do setor mencionado, verificaram que em meio ao elevado crescimento populacional vivido pela cidade, estava uma “população emergente, um número de imigrantes haitianos que já beira os 120 (...)” (p. 8) e que procurava o Governo Municipal “através do eixo de Igualdade Racial buscando auxílio para variadas questões, que vão desde suporte jurídico e legalização de documentos até subsídio para aprender a falar a língua portuguesa e assim, melhorar a comunicação para a conquista de um emprego digno” (p.9). Destacamos aqui, o número trazido pela autora de pessoas haitianas na cidade de Maricá, naquele período, que girava em torno de cento e vinte pessoas.

Houve a partir de então, um movimento por parte da gestão, com o objetivo de levantar as demandas deste segmento que chegava à cidade, iniciado ainda em 2017:

A partir destas observações, ainda em 2017, iniciam-se conversas e reuniões em busca de possíveis soluções para o caso. A equipe do setor de Igualdade Racial, até então composta por três (03) pessoas, apresentou a proposta de realizar visitas e aplicar um questionário na intenção de buscar entender quais as reais necessidades deste grupo, bem como as melhores formas de dar-lhes suporte. Durante as conversas nessas visitas, diversas falas apontavam para o sofrimento dos mesmos por questões raciais. Relatos de discrepância salarial e tratamentos dos colegas de trabalho, ou até mesmo o fato de ninguém querer sentar ao lado deles no transporte coletivo (Vieira, 2020, p. 9).

O levantamento realizado através do questionário, aplicado de casa em casa pela autora e equipe do setor de Igualdade Racial, foi o instrumento escolhido e utilizado para sistematizar as demandas da população haitiana que estava procurando Maricá para se estabelecer, ou até mesmo como rota para outros caminhos posteriores.

Foram respondidos 29 questionários, porém para este estudo consideraremos apenas 27, pois duas destas pessoas são brasileiras, do sexo feminino, casadas com haitianos e deste modo não entraram na pesquisa, pois a mesma fora aplicada em todos os que moravam nas residências visitadas. Os questionários e discussões se debruçaram sobre a seguinte pergunta: “Por que escolheu o Brasil?” (Vieira, 2020, p. 9).

A partir do questionário aplicado, foi possível compreender as principais motivações para o deslocamento do Haiti para a cidade de Maricá, bem como quais eram seus objetivos na cidade, o tipo de acesso que estavam tendo com relação às políticas e programas sociais tanto nacionais, como municipais, tendo sido possível a formação de um panorama daquela realidade.

(...) a maioria respondeu a essa pergunta dizendo ter visto o Brasil pela TV, ou que gostam do futebol brasileiro. Os haitianos que responderam sobre ver o país na TV sempre terminavam a fala se referindo ao futebol e às novelas brasileiras (...) (Vieira, 2020, p. 9- 10).

Através da conclusão da autora mencionada anteriormente, conseguimos perceber o quanto a questão cultural, no período de realização da pesquisa realizada por Viera (2020) foi apontada enquanto um fator significativo para a decisão da busca do Brasil enquanto país de destino, destacando-se o futebol e a novela brasileira. Já com relação às expectativas das haitianas e haitianos entrevistadas e entrevistados, a autora colheu as seguintes informações :

O Brasil é o que você esperava? Quase todos responderam gostar muito de morar em terras brasileiras, contudo alguns relataram vivências que os deixavam decepcionados com o país. *Ganho bem menos que os outros ajudantes na obra em que trabalho, eles ganham oitenta reais o dia e eu recebo cinquenta reais. Isso eu não acho certo. Não sentam do meu lado no ônibus porque eu sou estrangeiro. Aqui é muito difícil arrumar emprego. Pagam muito pouco para haitiano. A polícia me bateu e disse: cadê a droga, Preto?* (Vieira, 2020, p. 10) (fala de um dos entrevistados pela autora).

Através do levantamento de Vieira (2020) foi possível compreender o panorama do segmento que se encontrava na cidade de Maricá, do qual destacamos alguns pontos: foi possível perceber que a maioria das/dos haitianas/haitianos que responderam ao questionário aplicado, tinham entre 19 e 35 anos, o que torna possível inferimos que a população haitiana moradora da cidade de Maricá, em 2020, estava dentro da faixa etária em idade laboral ativa, bem como outras características: o idioma falado variava entre o inglês, o espanhol e o francês, mas predominava, segundo Vieira (2020), a “força doCréole haitiano” (p.10).

Dos entrevistados, apenas um deles respondeu ser dominicano, as profissões variavam, porém predominando as de pedreiro e professores de escolas primárias; o tempo de permanência foi apontado como predominantemente sendo mais de um ano e a permanência na cidade de Maricá, era de dois anos, aproximadamente; a adesão aos programas municipais e federais era baixa, apenas três pessoas responderam que tinham seu próprio negócio; apenas sete dos vinte e sete entrevistados trabalhavam formalmente; e numa perspectiva tanto de empregos formais quanto informais, predominavam as profissões como serviços gerais ou ajudantes de pedreiro. A respeito desse último dado, Vieira (2020) contabiliza que 40% atuavam em serviços gerais e 13,3% eram ajudantes de cozinha.

Por último, trazemos também os dados sistematizados pelo Comitê Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes, coordenado pela Secretariade Desenvolvimento Social e Direitos Humanos que consolidou os dados fornecidos pelas Secretarias de Assistência Social e Saúde relacionados à população migrante do Estado do Rio de Janeiro e os publicizou no início do presente ano, tendo Maricá apresentado um resultado de 269 (duzentos e sessenta e nove) pessoas migrantes, através dos dados da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e 549 (quinhentos e quarenta e nove), de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Dados esses referenciados pelos atendimentos realizados nos anos de 2021 a 2022.

A SMAS apontou que dentre o quantitativo existente, existem 34 (trinta e quatro) nacionalidades, dentre as quais destacam-se as seguintes: 17,2% advindos de Portugal, 14,5% advindos do Haiti e 9,5% da Venezuela. E a SMS apontou para 39 (trinta e nove) nacionalidades, destacando-se as seguintes nacionalidades: 43,1% provenientes de Portugal, 9,6% da Venezuela e 7,6% do Haiti.

Verificamos através desses dados que a população haitiana não é mais a predominante no município de Maricá, ainda que apresente um número maior verificado pelas SMAS (trinta e nove) e pela SMS (uma média de quarenta e duas pessoas) que contrastam com a realidade encontrada por Vieira (2020) no período de realização de sua pesquisa (2017 a 2020), onde constavam cento e vinte haitianos e haitianas na cidade, demonstrando a volatilidade dos dados como um todo, bem como a inconstância dos resultados a partir da metodologia e condições de realização da pesquisa. Foi possível observar também o quanto os dados

variaram de acordo com os anos analisados, bem como os órgãos/instituições que realizaram o levantamento.

Esses dados nos impulsionam também para a analisar as possíveis causas para a evasão da população haitiana da cidade, bem como tentar compreender quais têm sido as estratégias construídas para um novo caminho idealizado e quais têm sido as estratégias e desafios daqueles e daquelas que decidiram permanecer em Maricá.

Nesse sentido, iremos analisar agora o conteúdo das entrevistas realizadas junto a alguns haitianos e haitianas que ainda residem em Maricá, onde buscamos compreender os motivos dessa evasão, bem como as alternativas criadas com relação à manutenção da vida na cidade e ou busca de outros destinos e como e se o racismo brasileiro interfere nesse processo migratório haitiano.

### **6.2.1.**

#### **Maricá e o olhar sobre a migração haitiana**

Podemos perceber que as condições de trabalho vividas por São Marcos diferem substancialmente das condições prometidas pela empresa, inicialmente, quando esteve na fronteira, em Tabatinga (AM). O relato expressa condições degradantes de trabalho, além da violência física e psicológica sofrida.

Nesse quinto e último eixo informações sobre como conheceram a cidade de Maricá, surgiram as seguintes respostas:

Só pesquisei no Google mesmo para ver onde ficava e vi que tava perto de mares.  
 Aí falei que vou virar peixe. É porque eu não sabia se era cidade ou não. Falei, vou pra lá!  
 Se tá no Rio, faz calor e o comércio está bom, vou para lá.  
 Porque Rio, Rio eu mesmo já sabia que estava quente.  
 Não, falo quente tipo do ambiente (...) Quente que eu falo é no sentido... Igual eu falo uma palavra tem vários significados. O quente que eu falo é no sentido de bandido, coisa assim, de guerra (Gonaives).

A fala de Gonaives nos mostra que sua busca por Maricá também se deu pelo fato de sua pesquisa prévia ter indicado que Maricá não era “uma cidade quente”, no sentido da violência e das guerras. Observamos também o quanto a palavra “quente” empregada pelo entrevistado gerou dúvidas com relação a nossa interpretação, tendo sido inicialmente entendida por nós como estando relacionada à temperatura, depois à oferta de trabalho, tendo sido necessária a explicação do que realmente queria expressar.

Cabo Haitiano nos responde com relação a sua experiência de chegada em Maricá:

Eu sofro também porque quando eu vim aqui, aí a prefeitura não contrata a gente, pediu muitos documento que a gente não vai encontrar, porque imagina aí o governo, a prefeitura pensa que a gente é estrangeiro. Aí está pedindo o título brasileiro. Aí como que...o título é muito difícil para a gente. Como que a gente vai encontrar título para entrar no (...). E por um tempo, agora que eu tenho quase 3 meses, não estou trabalhando mais.

Cabo Hatiano nos pontua algumas questões que trazem visibilidade a um processo peculiar que é a solicitação de documentos que inviabilizam a empregabilidade do sujeito migrante, como o título de eleitor.

Sobre a evasão de Maricá, ele nos responde sobre sua percepção a respeito da evasão da população haitiana da cidade de Maricá, nos apresentando justificativas relacionadas à valorização ao dólar em relação ao real e a questão da proximidade de outros países ao Haiti. Porto Príncipe informa que a evasão da população haitiana de Maricá deu-se principalmente para os Estados Unidos e para o México, sendo a escolha pelo Brasil, como um local de passagem pela facilidade que os haitianos e haitianas possuem de retirada da documentação:

Então é assim em 2017, ou 18, ou 19, era mais, entendeu? Teve mais quantidade de haitiano é aqui, entendeu?

Então é nessa época, tinha essa quantidade de o aí de haitiano, porque eles chegaram, não tinha outro lugar e para ir justamente, entendeu?

É, eles chegaram aqui e teve, a maioria teve ou já teve um parente que estava aqui, entendeu? Às vezes que é amigo.

Sim, então tinha outros parentes, sim. Então teve outros parentes que estavam aqui. Então, é por isso que chegaram assim, mas quando vem ver a realidade, às vezes que o conseguir o trabalho, entendeu, aí não é todas as pessoas que tem essa responsabilidade de trabalhar com contra por conta própria, entendeu? Então eles foram tirar a documentação, como a que é um lugar que é mais fácil também. Maricá é mais fácil também para tirar a documentação. Eles vêm, tira a documentação e mete o pé e vai para Santa Catarina e para Porto Alegre, entendeu? Então eles estão de passagem, mas o resto aqui morava a 5, 6 anos, como vem por esse caminho para os Estados Unidos, entendeu? Por causa do dólar e também é mais fácil se acontecer alguma coisa lá no Haiti, é uma hora para ir para o Haiti de avião.

É mais fácil para ir do que aqui. É difícil pra você ir pro Haiti, quando você tá aqui, entendeu? Aconteceu alguma coisa? Você teve vontade? Você prefere assim. E é muito caro e não é uma coisa assim tão rápido assim. De hoje para amanhã, entendeu? Então, eles aproveitando o dólar, porque aqui a gente trabalha para receber reais, você chega no banco, faz a transferência, você compra dólar e paga uma taxa para enviar? O dólar pode estar é R\$ 5,00 aqui fora, mas quando você vai ver, você chega no banco pra pagar, você paga R\$ 6,00 de pouca, entendeu? Então, pra fazer essa transferência, não nesse sentido, eu não tô contra, entendeu? Mas eu não vou porque não sonhei, entendeu?

Sim, pode ser que é Deus me revelando, entendeu? Mas assim não, não sonhei de ir assim escolher aí para os EUA, entendeu? Justamente o Brasil Quando eu vi, eu tive a conversa, lembra que eu falei lá no início que eu vi o avião passando e eu disse um dia que eu vou viajar, então o primeiro viagem que eu fiz de avião é para vir para o Brasil, então era meu

sonho, mas eu não sonhei nem pensei para ir para os Estados Unidos, mesmo que meus é amigos, entendeu? A gente pensou que já vivemos na mesma casa aqui no Brasil, já está lá nos EUA, meu compadre já está lá nos Estados Unidos, mas eu não penso (Porto Príncipe).

São Marcos mostra-se bastante confortável com a entrevista e acrescenta que “A história dos estrangeiros aqui em Maricá é grande, porque tempo atrás tivemos haitiano.” Além dessas outras informações:

Só na “Charque” tinha 70 pessoas, só na “Charque”, quer dizer, quem que tem os parentes (...) quando descobriram, saiu foram.

Lá no Flamengo, lá do lado da padaria tem uma loja de material que vende no ferro, tem ferragem, já tive lá e tem haitiano também. Agora tem mais ou menos 10, 12 haitiano.

Agora todo mundo mudou, mas eu não.

Quando o pessoal é pago pra trabalhar, procura um salário maior para ter uma condição de viver aqui, pra ter um futuro melhor para poder ajudar os parentes. Tem alguma coisa que folha passar a mesma coisa de novo pra depois ir para os EUA, cruzando o país, igual o São Marcos, ele vai para o Paraguai, ele vai fazer esse ritmo também. Vai fazer nos Estados Unidos chegar no México clandestino. Tive um outro parceiro que estava aqui que fez a mesma caminhada também clandestina pra chegar nos EUA. Uma caminhada pra receber um salário melhor, uma vida melhor.

Tipo, eu, graças a Deus, só tenho a agradecer, porque a minha vida mudou crescendo daqui, porque eu já passei. Eu não queria passar a mesma coisa de novo. Pra sair daqui, tinha que ter o visto.

Com relação a sua chegada em Maricá, Cabo Haitiano responde que ao chegar na cidade não conhecia ninguém, somente a empresa que o contratou para ir para a cidade.

(...) Empresa que é, que trouxe a gente. A gente estava fazendo um serviço lá em Uberlândia, aí eu lembro, a gente estava no terreno grande a longe, aí depois acabava a obra. Lá a gente ficou quase um ano, 2 anos, aí depois veio na obra em Maricá, na favela, depois a gente foi a Cabo Frio. Depois a gente, O último trabalho que a gente ficou lá no condomínio, lá na frente do bombeiro, não sei se você conhece (...). Aí eu fiquei trabalhando lá e depois na empresa, pois que um é um grupo. É um grupo irmão, cunhado que foi fazer a empresa, depois que eu comecei a trabalhar, e aí eu fico, fico brigando entre nós (...). Brasil é um país que, como eu posso dizer, um país de migração, de migração, então, nesse sentido também como o Maricá está evoluindo bastante. Lembro quando eu cheguei aqui, era o mais falado só as nacionalidades. Haitiana, o Brasil era haitiano. É isso que era mais falado. Melhor aqui em Maricá, então, atualmente temos mais de de fora brasileira, mais de 10 nacionalidades. Entendeu?

### **6.2.2. Rede de apoio e envio de remessas ao Haiti**

Analisamos a partir das entrevistas realizadas também como é constituída a rede haitiana de apoio no processo migratório. Percebemos que a realidade de sair do Haiti, motivada pelas necessidades materiais de reprodução social, faz com que

as pessoas criem estratégias para construir possibilidades outras de renda e poderem apoiar economicamente umas às outras, estabelecendo para tanto, redes de apoio e contatos nos locais de destino.

Ele tava lá com a mãe dele... Ele estuda lá também mas a mãe dele foi lá para o Chile e também traz ele. Quando ele chega lá e ele tem um trabalho, ele começa a me ajudar lá no Haiti, pagar aluguel, mandar dinheiro cada mês para mim pra comprar comida.

(...) depois de 8 meses ele casa comigo com no papel lá no Haiti e ele... (...) Ele só manda a certidão de nascimento dele e um pastor faz casamento. E ele quer trazer eu lá no Chile, quando ele mandar dinheiro, fazer passaporte e comprar roupa para botar na mala. Ele faz tudo para mim porque minha mãe não tinha dinheiro pra fazer isso.

E quando tento deixar o Haiti, minha mãe sempre fala: Ah filha você vê tudo o que eu faço para você, você não me abandona não (...) - Gonaives se emociona durante a entrevista. Ela fala "Filha não me abandona não" e quando chegar lá no Chile, e também passava um ano e estudei costureira porque não tinha outra opção e quando eu chegar lá e tem uma pessoa que quer uma pessoa para ajudar a fazer roupa na pessoa que trabalha lá no na escola e eu vou lá e ajudar e passava nove dias trabalhando lá, primeiro trabalho lá.

(...) E quando eu recebi esse dinheiro eu mandei parte pra minha mãe (Gonaives).

Foi possível compreender que a rede de apoio é formada por aqueles que conseguem deslocar-se para outros países, e por sua vez, passam a ser o apoio dos que ficam. Para tanto, faz-se necessário desenvolver no novo local de destino uma atividade remunerada, a fim de que seja possível enviar a remessa para quem ficou no Haiti e ao mesmo tempo, manter-se no novo local de moradia. Sobre a dinâmica constituída pela população haitiana com relação às remessas enviadas de outros países ao Haiti, Magalhães; Baeninger (2016) a descrevem enquanto uma realidade, como sendo a fonte principal de entrada de recursos financeiros em muitos países da América Latina. Esta realidade, intensifica e justifica o contexto da busca por trabalho fora do país e a expressividade que essa procura possui em termos concretos para os países latino-americanos.

O envio das remessas, aparece então, como uma necessidade de grande relevância para as pessoas entrevistadas. No entanto, sua efetivação se dá a partir do trabalho que conseguem desenvolver e obter no Brasil e por isso, não conseguir manter e garantir esse apoio, gera naqueles que saíram do Haiti, e que foram entrevistados por nós, frustração.

Então, assim, eu não tô conseguindo ajudar na maneira que eu queria, certo, entendeu? Na maneira que eu queria, por enquanto, mas de uma ajuda, sim, sim, entendeu? Ajuda sim, mas na maneira que eu queria, que ajudasse, não tou conseguindo, porque tá tudo assim, tudo caro, entendeu? Sabem como é que é, entendeu?

Usa os 2 (*sobre o uso da moeda local e do dólar*). Os 2. Tem dólar gourde também. Sim, é o gourde que é que é moeda do Haiti, entendeu? Mas o dólar é mais vale (...).

Mas tudo isso que eu estava fazendo, não dá para sustentar minha mãe, eu e meus irmãos, entendeu? Então eu vou trabalhando, trabalhando, trabalhando (...) (Pétionville).

O contato regular com a família por telefone, demonstrou também que mesmo à distância a rede familiar permanece forte, demonstrando o quanto participam da vida uns dos outros, mesmo estando no Brasil há anos.

Falo sim com minha mãe, duas vezes em diário. Meu irmão mesmo é o dia todo. Exemplo, que meu irmão hoje ainda já me ligou 2 vezes. Hoje, meu primo toda hora. A gente não larga um ao outro e minha mãe também sempre, ela sabe, também tem uma ajuda para ela, para o trabalho. Às vezes uma vez por mês, duas vezes por mês. É uma grande diferença. A gente já sabe como é lá de lá e daqui. Então, continua o mesmo vínculo, a mesma, né? O mesmo amor, a mesma relação. Ele sabendo que você pode, eles podem contar com você, você com eles lá, todo mundo lá tá bem? Como é que o pessoal tá lá? (São Marcos).

A fala do entrevistado demonstra que a rede familiar e sua relação de mútuo cuidado permanecem. O apoio não se efetiva somente através do envio das remessas, mas também pelo acompanhamento e compartilhamento dos acontecimentos do cotidiano, tanto com o núcleo mãe e irmãos, como também estendendo-se para o primo.

No entanto, apareceu durante a entrevista a frustração pela dificuldade em apoiar a família que ainda vive no Haiti, através do trabalho realizado no Brasil, o que faz com que as pessoas pensem ou busquem outros lugares com melhores condições de salário. E no caso de São Marcos, especificamente, ainda que entenda que vive uma situação boa no Brasil, ao relatar que possui condições de ajudar sua família no Haiti e manter a sua família no Brasil, seu desejo de continuar se deslocando, permanece. Durante a entrevista, falou sobre sua vontade de ir para o Canadá, mas ao mesmo tempo avalia as condições da travessia e da documentação, o que o faz repensar sobre seu deslocamento efetivamente.

A relação familiar na constituição da rede expandida torna-se também uma base de apoio para o deslocamento em si, fazendo com que a escolha por um lugar se dê também através das pessoas que se deslocaram primeiro e que se tornam apoio para os/as demais.

### 6.3.

#### **O racismo e a população haitiana em Maricá**

Iniciamos a análise da relação do racismo vivenciado pelas pessoas entrevistadas, a partir da perspectiva trazida por Porto Príncipe ao compreender que o racismo que vive no Brasil é totalmente diferente do existente no Haiti e que alguns haitianos residentes no Brasil podem entender suas expressões da mesma

forma, mas ratifica em sua fala que não o são, apresentando diferenças específicas.

(...) eu posso dizer para você a diferença que tem. Exemplo, o racismo eu estou aprendendo aqui, mas se eu digo o racismo que eu estou aprendendo aqui, às vezes os haitianos não vão conseguir entender, vai dizer também que lá no Haiti tem racismo. Mas é completamente diferente (...) eu vim entender a diferença que tem entre o racismo e o preconceito, mas lá no Haiti existe o preconceito, o preconceito que existe lá no Haiti é preconceito de classe social. É classe social. As pessoas vai perguntar você “Você é filha de quem, seu pai é o que?” Entendeu? É isso. Para você conseguir algo, para você conseguir entrar num trabalho que você conseguiria dinheiro, você vai ter que ter padrinho, tem que ter padrinho, vai ter que ter padrinho lá dentro, entendeu? Então isso vai, vem, já vem um preconceito sobre isso, entendeu? Mas o racismo sobre a cor de pele eu estou aprendendo aqui (...)

Então eu sofri racismo no mercado assim, sempre penso que o preto está ali, se entra ali no mercado, eu não, o preto não tem dinheiro, o preto nunca trabalhou, entendeu? Sendo perseguido, mas eu fico assim atento pra ver, pra assim me atacando bem e pra gravar e pra falar e pra desabafar, pegar no flagra, entendeu? Ali no Evandro, mercado Grande Ouro ali, Ah, é, eu entro ali, irmão, irmã, vou te dizer, daqui a pouco eu vi um cara assim eles pra lá pra cá, daqui a pouco se eu estou aqui, vi lá, daqui a pouco eu estou aqui e já voltou aonde que eu estava sempre assim (Porto Príncipe).

Ela foi e falou “Não, já teve lá. Eu, meu marido é militar que teve lá no Haiti. Haiti é um país, não sei o que, que passo bastante fome, que não sei o quê”. Ela fala tudo isso, mas depois eu falei, eu não posso ficar calado porque eu vivo há 26 anos lá no Haiti. Eu não passei fome, entendeu? Pode ser difícil conseguir dinheiro, mas eu vivia a de plantação porque eu plantava essas coisas assim, entendeu? Então, quando ela fala assim: “Eu já vi esse” quando ela falou que “Meu marido é militar”, eu já vi o preconceito que tem. Lá vem o preconceito e o racismo. Lá dentro tudo isso.

(...) Então, na maneira que você fala dizendo Haiti não é isso, o Haiti não é naquela favela, seu marido estava lá na favela, foi para para dizer e resolver um negócio na favela”, mas sabe como que eles chegavam? Eles chegaram em igual 2 anos, 2 anos seguintes que eles entraram na favela do Rio de Janeiro chegando, entrou no matando. Não precisa nem saber. É assim que eles faziam lá no Haiti (...). Não me faz feliz porque me lembro de um menino que estava fazendo faculdade, Entendeu? E indo entre eles, brigando, brigando, recebeu o tiro. O menino recebeu, recebeu o tiro e estava vivo falando: “Não, não pode, não pode” deram um segundo tiro e mataram o menino. É eles que faziam isso, entendeu?

É saber, saber, não sei o que; Eu falei, o Haiti tem uma praia linda. Água Cristalina, mas você não fala isso. Eu tenho lugar lá no Haiti, se você chegar lá, você não vai querer sair, entendeu? Não é isso que você está dizendo que eu vivi há 26 anos lá, eu escolhi vir para o Brasil porque eu quero, entendeu?

Então a gente tem isso, entendeu? Assim, as pessoa vai, vem e vem, assim pensa que é o melhor porque eu sou preto, aí eu sei, eu sou preto e você quem, eu não vou assim, me abaixando por causa que eu sou preto. E eu estou muito grato e muito feliz de ser, e é por isso que eu hoje eu estou aqui no Brasil e lutando pela população brasileira preta (Porto Príncipe).

O segundo trecho destacado da fala de Porto Príncipe, é um recorte de sua narrativa sobre a situação vivenciada durante uma reunião de gestão, no Rio de Janeiro, onde presenciou a fala de uma profissional, identificada pelo entrevistado como sendo preconceituosa e racista, sobretudo com relação ao Haiti.

À toa à toa, ele andando de bicicleta na rua. Desceram (...) carteira. Não sei se eles estava com raiva ou cismaram o com ele, ou parecia com alguém que eles acham (...) aí é depois

porque eu falei que eu sofri racismo? Porque um dia meu amigo estava fazendo uma festa lá né (...) perto do cemitério. Aí saí na festa quase 10 horas da noite. Aí eu fui morar no Flamengo, aí eu fui pra minha casa no Flamengo. E uma polícia na patrulha, 2 policiais na viatura, me encontrou lá aí na frente do garimpendo, ele me parou, me pediu para parar, eu parei. E ele perguntou se eu uso droga, eu disse que não, que sou estrangeiro, não uso droga. Eu não falei nem arrogante com a polícia porque eu sou uma pessoa que eu tenho na minha família, polícia, que eu sei a regra da polícia, polícia está na rua, está fazendo o trabalho dele, ele merece o respeito. A polícia está no meio desse respeito também. Não tem como falar arrogante com a polícia, do jeito que eu estou falando com vocês. Primeiro, eu falei “Eu sou estrangeiro, não fumo nem cigarro” aí é só que ele escutou e falou “Ah, você é estrangeiro” aí eu falei “Sim, sou estrangeiro” aí me colocou na parede e começou a me golpear. Golpear dá muita dor. Aí quando me golpeava, que o aí tem um rapaz que trabalha nos direitos humanos, que é o Porto Príncipe, aí não sei se você conhece.

É, aí na mesma noite que eu fui lá e aí eu falei Porto Príncipe, aí conheceu aquele rapaz que estava fazendo aniversário lá.

E eu falei “Porto Príncipe, eu saí da festa de aniversário do Beto, aí a polícia (...) eu falei, não falei em algum arrogante, não falei nem nada, me perguntou se eu uso droga, eu falei, não, eu sou estrangeiro, não uso nem cigarro. A polícia escutou que eu sou estrangeiro, me botou na parede, me bota aqui. Pegaram a arma, bota na minha cabeça aí.”

Daí ele vai na delegacia, fazem tudo. O boletim de ocorrência e tudo, que eu fui em Niterói fazer tudo até aí, o pessoal lá na delegacia falou “Se você não falou algo...”, Aí eu falei que não falei nenhum em arrogante e disse “Se você quiser eu chamar ele para eu conversar com ele de um jeito normal.” Estava sozinho nessa noite, 10 horas da noite. Só que a pessoa da garagem viu o que estava acontecendo na rua. O policial está me batendo sem motivo.

Aí que foi no delegado, até não gostei, falei “Se você, se você realmente estava fazendo uma coisa errada, eu tenho que levar você até aqui, e matinarizar você deixar na rua, ele está errado.” Aí falei tudo que consegui (Cabo Haitiano).

Nas falas acima aparece primeiramente, a forma como o racismo no Brasil é apreendido pelo entrevistado enquanto sendo manifestado a partir da diferenciação da cor da pele, bem como colocado por Schwarcz (2012) e Oracy Nogueira (1998), ao explicarem que o racismo no Brasil diferencia-se de qualquer outro lugar no mundo, por manifestar-se de formas diferenciadas, estando a população mais retinta, mais propensa à um conjunto de vulnerabilidades.

Outra perspectiva observada no material que coletamos a partir das entrevistas realizadas, no âmbito do racismo, foi a compreensão de sua manifestação também no ambiente familiar de um dos entrevistados, a partir de uma realidade onde era o único migrante, dentre os demais membros brasileiros, fazendo com que compreendêssemos que o racismo trazido nas falas teve manifestação também nas relações íntimas construídas.

No caso de Cabo Haitiano, o racismo vivenciado não teve como base a relação inter-racial no ambiente familiar no contexto brasileiro problematizada por Schucman (2018) quando analisa o racismo presente nas famílias dentro desse contexto, mas no caso do entrevistado, o racismo que sofre é demonstrado enquanto agregado à xenofobia, pois embora o filho de sua ex companheira também fosse negro. Cabo Haitiano identifica e expressa o racismo que sofre,

construído a partir de uma dimensão de “poder” dentro da casa, quando o rapaz mencionado por ele, lhe ofende:

Entendeu? E também eu estava sofrendo preconceito com um filho grande dela, ela tem uma filho grande que lá é ficar aí me falando coisas que eu não gosto, está me chamando, chamando de macaco e coisa.

É o filho dela, e ela também, ela é também me chamou assim também porque um momento que eu estava a brincar com ela. Ela tem uma menina, a menina muito querida. Ele tem 2 porque outro é racista, porque ele tem um outro que é da mesma cor que é comigo, porque ele super bem comigo, aí sempre ele acha que brigou coisa aqui quanto tava a brincar, entendeu? (Cabo Haitiano).

No que tange ao trabalho e sua relação com o racismo brasileiro, a perspectiva do trabalho doméstico no Brasil é apresentada por Costa; Santos; Rodrigues (2022) como sendo uma herança servil, reconhecida ao longo da história das civilizações humanas em função do pouco reconhecimento social da própria natureza da atividade, além de ser considerado uma atribuição naturalizada à figura feminina.

As autoras ainda destacam que essa realidade ganha contornos específicos no Brasil, por conta de seu contexto histórico, analisando de forma crítica a presente realidade:

No Brasil, essa marca de servilismo e subalternidade se particulariza pelo fato de suas primeiras ocorrências terem se dado no contexto da escravidão tanto dos povos originários da América, mas, sobretudo, da população negra africana. Desde o pós-abolição, passando pelo período de formação do mercado de trabalho brasileiro, mesmo se ressignificando por meio de discursos e práticas, muitas heranças do servilismo do contexto escravista são mantidas. A problemática se complexifica, ao mesmo tempo em que é agravada, pelas profundas desigualdades, que marcam a realidade social e econômica do país (p. 263).

Diante dessa análise, dentre as falas que coletamos para o presente estudo, a única entrevistada do grupo foi quem nos trouxe um relato de quando ao chegar no Chile, ter recebido a oferta por parte de um agente federal atuando no serviço de migração, de empregada doméstica na casa de uma parente:

(...) Depois o outro problema também que o Chile tem, eles não dão documentação para estrangeiros. Eu fiquei lá 7 meses esperando documentação e quando chegar lá, dezembro, um dia eu vou lá na tipo igual Policial federal para assinar e tem um polícia que me recebeu e ele disse "você precisa trabalhar?", e eu respondi "Sim, estou precisando", e ele fala que tem uma tia, e que ela quer uma pessoa para fazer faxina em casa. E eu respondi: "Sim eu vou". E ele pega meu celular e quando cheguei lá em casa eu fiz uma oração para pedir a Deus pra tia me chamar. Quase 7 horas da noite a tia dele me chama e quando eu vou lá pra fazer entrevista, ela não me pagava, de verdade ela não me paga bem, só peguei esse trabalho pra ajudar minha mãe, porque ela precisa de ajuda.

E passava lá três anos e meio, mas ela não me tratava bem. Tava grávida, ela me fazia trabalhar muito (...) (Pétionville).

Pétionville também nos relata a experiência vivida por seu esposo que, embora não tenha sido identificada por ela especificamente como racismo, causou-lhe estranheza pela forma como ocorreu.

A única coisa que eu tava falando sobre isso, porque meu marido vendendo lá na frente faculdade. E um dia ele vai lá vender e vem a polícia e tira ele sem dar um aviso. E quando ele chegou aqui, falou “Ah, a pessoa que fala que tem que ter um, que tem que tem um protocolo, falar não”, e também só só ele que eles tiraram, também só ele... (...) E quando ele chegou aqui, eu falei "Não! Ele faz isso porque ele é Imigrante", mas depois fala com outra pessoa e me explica como funciona, foi uma iniciativa que a prefeitura de Maricá para não ficar todo mundo na frente da faculdade. Eu entendo. Mas antes eu falei isso (...) (Pétionville).

A experiência relatada nos remete à análise da relação entre racismo e xenofobia no Brasil, trazida por Faustino; Oliveira (2021) a partir dos estudos de Ambalavaner Sivanandan, ao demonstrarem que embora o racismo e a xenofobia apresentem particularidades do que diz respeito às suas manifestações, no Brasil, suas expressões adquirem peculiaridades pelo contexto histórico, político e social do Brasil, cuja construção social do conceito de raça, foi construída sob a necessidade europeia de manutenção de seus interesses econômicos, políticos e sociais (Quijano (2015), Moura (2014)).

Quanto às maneiras de lidar com o racismo brasileiro por parte da população haitiana em Maricá, apareceu a estratégia adotada de envolvimento com o movimento social negro da cidade.

Eu estou lutando e isso e essa Bandeira da UNEGRO para dizer para todos os nossos irmãos pretos, cabelo cacheado, entendeu? Que nós podemos, sim, isso que está acontecendo hoje no Brasil, tinha que acontecer há 20 anos, certeza absoluta que seria melhor. O trabalho que está sendo feito nas escolas, entendeu? Leva as palestras falando o que é que é o preto, como que é Brasil conseguir a liberdade de sair da escravidão, entendeu? Se isso para eles, há 20, 30 anos, com certeza seria bem melhor. Sim, educativo, isso aí das crianças, entendeu? Então, é por isso que eu me sinto grato e eu não estou me arrependendo de sair do Haiti para estar aqui no Brasil e fazendo esse belíssimo trabalho, dar um continuidade igual como nossos irmãos africanos tinham assim, trazido, entendeu? Foi trazido para sempre e escravizado aqui. Hoje, como nós, imigrantes, como pretos, e mesmo naqueles que nasceram, que são brasileiro, mas é preto, já está aí identificado. Já não tem, não tem poder. Entendeu? Mas sim, eles dão uma reviravolta para ver atrás. Eles vão entender qual é a importância de um preto no meio de 10.000 brancos. Eles vão entender. O único preto aqui no meio de 10.000 branco faz a diferença. É muita coisa. O que significa isso? É um ouro no meio, no meio das prata, entendeu? Um preto num meio de 10000 brancos é um ouro no meio das pratas, só isso que eu acho (Porto Príncipe).

Sobre os movimentos sociais, Duriguetto; Bazarello (2015) trazem que algumas análises debruçam-se sobre o fato de os movimentos se ligarem a lutas

tanto da esfera da produção quanto da reprodução, possibilitando a visualização da totalidade da dominação, sendo assim, o “potencial político das lutas dependeria da articulação com outras organizações da sociedade civil, estabelecendo alianças que lhes garantam vínculos de suas lutas pontuais com forças socio-políticas mais universalizantes” (p.134).

No entanto, a organização do Movimento Social Negro Unificado, possui peculiaridade quanto à sua constituição e organização, a partir das especificidades históricas de construção do racismo brasileiro. Neste sentido, com relação à constituição do Movimento Negro Unificado, Domingues (2007), nos fornece a seguinte definição:

No plano interno, o embrião do Movimento Negro Unificado foi a organização marxista, de orientação trotskista, Convergência Socialista. Ela foi a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro. Havia, na Convergência Socialista, um grupo de militantes negros que entendia que a luta anti-racista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista. Na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, só com a derrubada desse sistema e a consequente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo (p.112).

A inserção e envolvimento de Porto Príncipe na UNEGRO de Maricá é significativa, nesse sentido, ao demonstrar seu entendimento sobre como o racismo manifesta-se no Brasil, procurando desta forma, um movimento com uma base histórica de mobilização e combate ao racismo, de base marxista em sua constituição.

Por outro lado, surgiu também no material levantado nas entrevistas uma forma de vivência do racismo a partir do entendimento de que a intensidade de sua manifestação pode ser controlada a partir do comportamento que a vítima desempenha, ou até mesmo pela capacidade de ignorar suas expressões.

Não, porque me concentro em outras coisas. Pode ser que sim, mas nem conta deu, sabe? Sou um cara focado!  
 Você faz o que você quiser, não estou nem aí. Tô no meu objetivo e vou atrás. Se aconteceu aconteceu e eu nem sei (...). Não se dei conta não.  
 É o que eu falo: Quem procura acha! Se ando procurando algo que encontre racismo contra mim eu vou achar. É só você se concentrar no seu canto, no seu objetivo e ponto (...) (Gonaives).

Aí hoje em dia é um país que tem seu visto, tá melhor que o nosso país. Eu no Brasil, hoje em dia eu posso falar de boa. Eu nunca encontrei preconceito porque, ela sabe também, sou um cara com muito conhecimento. Sou um cara que conheço daqui também outras amizades. Aonde que eu passo, todo mundo me conhece. Aí por isso, nunca passei por isso (São Marcos).

Essas perspectivas são confrontadas pela realidade vivenciada por Cabo Haitiano, que mesmo sem estar “fazendo nada” sofre uma abordagem violenta da política em Maricá:

Para a análise do racismo sofrido por Cabo Haitiano, por parte da polícia de Maricá, tomamos a análise de Adorno (1996) em seus estudos sobre Racismo, Criminalidade e Justiça Penal, na busca por caracterizar e explicar as causas do acesso diferencial de brancos e negros ao sistema de Justiça criminal no Brasil, escrevendo que:

Em todos os estudos, há um consenso quanto aos efeitos provocados pelo efeito discriminatório das agências encarregadas de conter a criminalidade: a intimidação policial, as sanções punitivas e a maior severidade no tratamento dispensado àqueles que se encontram sob tutela e guarda nas prisões recaem preferencialmente sobre "os mais jovens, os mais pobres e os mais negros (p.284).

Jurema Werneck (2017) também destaca em entrevista para o *Le Monde Diplomatique Brasil*, sobre a atuação da polícia e o envolvimento com mortes de jovens negros, que:

O Estado do Rio e as autoridades competentes são responsáveis por essas milhares de mortes. Entre janeiro de 2005 e julho de 2017, mais de 10 mil pessoas foram mortas em operações policiais, de acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP). A maioria das vítimas são homens jovens e negros. Os jovens não estão morrendo de overdose e sim dos tiros que supostamente são dados para evitar que eles consumam essas mesmas drogas.

Essas pesquisas e dados demonstram a realidade vivenciada pelo Brasil no que tange à sua política de segurança pública, cujos alvos a serem perseguidos apresentam um perfil específico a ser procurado (Vergne, 2014). Nesse sentido, a violência sofrida por Cabo Haitiano demonstra não somente o tipo de abordagem com que os trabalhadores desta política atuam, mas também o racismo expresso, camuflado num discurso de segurança pública.

Há grande desigualdade entre brancos e negros no que diz respeito à distribuição da segurança. Esta desigualdade é explicitada pelas maiores taxas de vitimização da população negra. Pode-se tomar como referência a taxa de homicídios. Se, devido à situação de insegurança no país, a exposição da população como um todo quanto à possibilidade de morte violenta já é grande, ser negro corresponde a pertencer a uma população de risco: a cada três assassinatos, dois são de negros (Waiselfisz, 2011). No conjunto da população residente nos 226 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, calcula-se que a possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior em comparação com os brancos (PRVL, 2010) (Júnior; Lima, 2014, p. 21).

A xenofobia sofrida no local de trabalho também apareceu no material colhido, através das entrevistas:

Porque tudo aconteceu uma vez que eu estava aqui, o domingo assim. Eu estava trabalhando, ela estava em casa. Aí chega no maluco que deveria estar estressado de casa, com problema de mulher, de casamento, de família e queria tirar onda. Aí tinha 2 pessoas aqui também, as pessoas se afastaram e o pessoal ficou com medo. Aí eu que sou uma pessoa que também nunca levou nada por nada, ele falou comigo aí pra eu dar x e x. Ai não lembro, pá. Ele queria um cigarro. Aí ele falou "Então, olha só, vocês é estrangeiro, vocês haitiano, vocês haitiano vêm aqui, Maricá tirando onda, tirando a vaga de todos esse brasileiro. Imagina o quanto de Brasileiro teria o ponto que você tem?" Aí eu falei "Camarada, todo, cada um nasce na diferença, cada um tem sua sorte", que eu não tirei o trabalho de ninguém porque não tinha ninguém aqui quando eu cheguei (...) (São Marcos). Cada um tem seu gosto. Às vezes a pessoa fala, "Ah, você pode me ajudar a arrumar uma casa de aluguel. Você sabe onde que teve a cada lugar, onde você tem, você está alugar você morar num lugar, você tem cada lugar lá, você tem lugar na casa". Senhor, graças a Deus já tem 5 anos que não moro mais de aluguel. Aí eles falam assim "Olha só minha avó, eu sou criado e nascido na cidade. Eu não tenho nada." E aí como que eu digo? Porque o Sol nasce para todos nós, mas o problema é que a gente sabe como que a gente evoluiu nosso envolvimento, nosso dinheiro, como é a gente o que a gente faz com o seu dinheiro para crescer (São Marcos).

Então é muito, muito poucas, sabemos, que entende, entendeu? É, às vezes também. Os maricaenses, alguns dizem que é imigrante, então está passando fome. É por isso que está aqui, é refugiado porque está, entendeu? Porque não tem nada. É, vem, fugir, vem fugido, entendeu? Essas coisas assim não vai voltar mais para a terra deles, entendeu? Veio fugir mesmo nessas coisas assim, mas não é. Eles não conseguiram entender que o Brasil é um país migratório, porquê se os brancos e o preto os brasileiros têm oportunidade para falar, para estudar, para ser quem eles quiseram teve uma importação de um grupo de imigrantes, entendeu? Que vem a ser escravizado e perder a vida, entendeu? Correr o sangue para ter essa liberdade. Então eles teriam que entender isso e compreender, então, se estamos aqui, a gente não está aqui para atrapalhar, não está aqui para roubar o trabalho de ninguém. A gente vem para agregar, entendeu? (São Marcos).

Ribeiro (2020) destaca dentre as inúmeras causas para a manifestação da xenofobia:

(...) a ideia de ameaça ao emprego e à economia do cidadão, o sentimento de superioridade, a intolerância étnico-racial e religiosa, o acirramento do conceito de unidade nacional (nacionalismo exacerbado), o medo de perder seu status identitário, a falta de informação e formação intercultural, bem como a ausência de políticas integracionistas e de valorização da alteridade e da diversidade. É bom lembrar que a listade causas não se encerra com estes pontos (p.265).

A perspectiva de ameaça ao entrevistado por parte do brasileiro, evidencia a xenofobia praticada, mediante à situação de São Marcos "não poder ter um ponto de comércio em Maricá". O autor da violência praticada, expressa sua raiva por sentir-se ameaçado por uma pessoa que não é da mesma nacionalidade que a sua e que, portanto, "vem de fora".

São Marcos é visto, pelo violentador, como aquele que ultrapassa uma fronteira que de acordo com a fala colocada, não deveria ser atravessada. Sendo nesse sentido, considerado, não somente o rompimento da fronteira do Brasil, ao tratarmos do território nacional, mas também com relação à fronteira de ocupação no mercado de trabalho na cidade do brasileiro em questão. Essa manifestação xenofóbica expressa o que Di Cesare (2020) escreve sobre a dimensão das fronteiras, colocando-as não apenas como sendo políticas, mas trazendo que estas podem ter também funções e objetivos, podendo ser estes reais ou simbólicos, pertencendo ao diversificado alfabeto espacial da delimitação e da exclusão estabelecidos por aqueles e aquelas que vivem nos territórios.

O racismo brasileiro, é também considerado um recurso ideológico de manutenção de subordinação e poder (Moura, 2014) e no Brasil, apresenta características de um racismo cordial (Turra; Venturi, 1995). Pacheco (2011) identifica esse tipo de manifestação como uma das mais perversas formas de opressão social, sendo, pois, necessário desvendar sua várias nuances performáticas na sociedade brasileira, descrevendo-o como uma transição do "mito da democracia racial" ao "mito do racismo cordial", sendo que: “nas relações raciais no Brasil se divulga que o racismo é no mínimo anti-ético, e por isso vergonhoso expressá-lo, com isso, oficialmente ninguém é racista, mas na prática todos reconhecem que existe racismo no Brasil. As práticas racistas se manifestam, pois, nos momentos passionais, e nos espaços privados” (p. 140).

Nesse sentido, manifestações através de palavras traduzem esse racismo cordial brasileiro, travestido de brincadeiras, utilizadas em contexto jocoso repleta de trocadilhos e significados racistas implícitos, cuja expressão, por sua peculiaridade não consegue ser “traduzido” ou até mesmo identificado, muitas das vezes, pelos migrantes haitianos em questão nessa pesquisa:

Eu me sinto satisfeito, tem que dar o nome, eu me sinto satisfeito porque o negro, pelo nossa trajetória de vitória, que a gente temos, eu me valorizo muito quando me chamam de negão. Mas tem um outro exemplo, que ela ate fica com raiva “Ah, o negão..” Ah, meu amigo...

Não! Meu parceiro, no final não vou ficar branco não meu camarada, já eu sou negão mesmo, entendeu? Eu gosto muito, você não gosta, problema seu. Se quiser comprar, eu te vendo. Igual aquele nome, quando você fala pra pessoa vim “Qual o nome?”, eu falo "Minha querida, gostou? eu te vendo a fruta" Porque eu me satisfaço muito quando me chama de negão.

Eu tenho uma quitanda, uma loja de doce que eu fiz compra há tempo atrás. Quando é que eu fui fazer compra pra poder entregar, me perguntaram "qual o seu nome para botar na nota?" ai eu falei "Rapaz, o nome é difícil botar, pode por negão." Aí ele "Não, não, aqui no

Brasil é preconceito, racismo" aí eu falei "Camarada, racismo dependente da forma que você fala com a pessoa". Por mim, não é racismo, eu gosto do negão, porque eu não sou branquelo. Aí ele falou "Melhor assim, vou botar loirinha" (risos), aí me deu o apelido de loirinha (...). O nome gosto muito (São Marcos).

### **6.3.1. As diferenças entre Haiti e Brasil**

Sobre as diferenças que percebem entre o Haiti e o Brasil, a entrevistada e o entrevistado nos trouxeram algumas perspectivas que estão relacionadas às expectativas que tinham antes de chegar ao Brasil, munidos somente com as informações dos parentes que já viviam no país, juntamente com as pesquisas que fizeram sobre o mesmo, antes de virem. As percepções construídas também têm por base os desdobramentos de sua instalação no Brasil no que tange aos elementos: emprego, moradia, relacionamentos fraternos e amorosos.

Dentro desse panorama, obtivemos falas como: “(...) a diferença é grande para mim, é que é muito grande de todo trabalho, segurança e porque aqui eu já conquistei meu futuro todo. Estou só agradecimento. Até hoje não tem nada para falar mal” (São Marcos).

À essa fala, somamos outra, que também trouxe o trabalho como elemento significativo de diferença, onde aparece mais uma vez, a perspectiva da possibilidade do trabalho autônomo. Essa perspectiva corrobora com àquela que trouxemos anteriormente, onde essa modalidade de inserção laboral, denota não somente a construção de alternativas que sejam mais rápidas e viáveis para obtenção de renda no Brasil, mas também a familiaridade que possuem com esse tipo de trabalho.

No trabalho, o Brasil dá mais oportunidade para as pessoas conseguirem trabalho, entendeu? Para as pessoas é se devolver se quiser trabalhar por conta própria e tudo isso. Então o Brasil tem essa oportunidade (Porto Príncipe).

Atrelada às melhores oportunidades de trabalho presentes no Brasil, outro aspecto aparente nas falas foi com relação às conquistas materiais como outro elemento positivo do país, sendo comparada à realidade que estaria sendo vivida no Haiti.

Só falar bem. Hoje é aqui que eu conquisto. Vou ter uma casa lá na minha mãe no Haiti, mas tudo bem, está fechado.

Aí conquistando já tem uma renda, graças a Deus, certo? Porque se eu tava lá, eu não sei onde poderia estar. Qual lugar que eu poderia estar, não ia pensar que poderia ter uma casa que eu tenho lá hoje em dia e minha casa também. Aqui eu tenho no Brasil também.

Consegui fazer uma casa lá e aqui, e aqui estamos da primeira casa, graças a Deus (...).

Lá o que você tem que fazer? Só mesmo para pegar uma enxada, vai lá ajudar papai a capinar, papai vai dar uma pé de Manga, dá para papai pra dar um milho. Aí, papai vai falar pra você “vai lá, e aí você vai vender uma melancia pra ganhar uns 10 moedas” de lá que éo Gourde, 10 Gourde. Isso daqui às vezes não daria para fazer o que tinha que fazer, uma compra de casa, porque devo dar 10 em 10, vai ficar um mês, só guardando. Loucura.

A vida da nossa parente era uma vida de pobreza. A gente não queria viver a mesma vida dessa parente e corremos atrás de uma vida melhor. Sobreviver em um lugar melhor.

Então, no pensamento, eu pensava que seria bem melhor. Bem melhor. Mas essa vida aqui dá para agradecer. Dá para agradecer. Dá pra levar. A gente não pode falar “Ah, está 100%”, não está nesse nível. Mas está 70% pra cima. Mas agradeço que se for comparar onde que a gente veio, a gente estava na nota zero de lá (São Marcos).

As condições materiais de vida do entrevistado, são atribuídas ao seu trabalho no Brasil e às melhores condições de vida que conseguiu construir no país, o que o possibilita também apoiar sua família no Haiti, tendo construído uma casa para sua mãe que lá permanece. No entanto, ressalta que essas possibilidades seriam impossíveis no Haiti, pelas condições de vida e de trabalho restritas à agricultura e com baixa remuneração.

Outro aspecto relevante de diferença entre os países encontrado no material levantado, diz respeito à percepção sobre a diferença de relação entre pessoas brancas e pretas:

Entendeu? Eu estou aprendendo isso aqui, porque lá no Haiti vem um branco, a gente se reúne, senta, come junto, vê que é todo mundo é igual, entendeu? A gente vê isso, não tem porque se a pessoa tem mão, tem os olhos, tem pé, tem boca para falar, então tem direito, entendeu? Então é isso que a gente tem, mas é completamente diferente do Brasil (Porto Príncipe).

Morel (2017) descreve em sua obra o contexto histórico sobre a questão racial no Haiti, trazendo elementos que mostram como o país contou com diferenciações entre as pessoas pela tonalidade de pele, contando com cientistas, no final do século XVIII que legitimaram essa hierarquização, assim como o Brasil.

A diferenciação pela tonalidade de pele no Haiti, era percebida também por fatores de inserção social hierárquica, sendo as pessoas brancas e as identificadas como mulatas, à época, as que tinham o maior acesso aos estudos, sendo possível através da possibilidade de suas famílias constituída por europeus, os enviarem para estudar na França, construindo uma diferenciação racial, mas principalmente social entre a população.

Desta forma, foi possível inferir que a relação entre pessoas brancas e pretas não apresenta no Haiti, a expressão do racismo pela tonalidade de pele, como fator central, prevalecendo as diferenças, mas sim, pela inserção social das pessoas, tornando a diferença por tonalidade de pele uma questão de nenhuma ou pouca relevância no que diz respeito à manifestação do racismo na relação entre a população atualmente.

O acesso à educação, é portanto e mais uma vez, um elemento que surge nas falas enquanto uma questão de grande importância, quando comparada ao Haiti.

No caso, no Haiti, pra mim, no Haiti, a educação é mais, como fala... é mais fechado, tipo, os alunos não podem faltar aula e os alunos também têm responsabilidade para ganhar nota se não você vai ter que recomeçar de novo.

Até para estudar também, porque tem escola pública. Quando eu ouvi isso, as crianças podem ir para a escola, não precisa pagar, entendeu? A escola dá uniforme, dá tudo. Essas coisas eu falei "Ué, completamente diferente do Haiti", mas quando eu viro para o outro lado, na disciplina é completamente diferente, entendeu? Porque é a nossa, assim a escolado Haiti, eles têm uma disciplina que para mim, mesmo que a gente paga a escola, a gente paga, mas quando a gente sai formado lá dentro desse colégio, lá dentro dessa faculdade, você não é qualquer um. Você tem o lado ser humano. Em qualquer parte que você é formado, você tem essa sabedoria de ser humano, de se colocar no lugar do próximo, então é uma coisa que eu vi que é completamente diferente de um alguns brasileiros, entendeu? (...) (Porto Príncipe).

A diferenciação entre a educação no Haiti e no Brasil aparece sobre a análise de dois aspectos principais: o primeiro pelo fato da educação no Brasil não ser paga, fornecendo até mesmo os materiais e o uniforme, o que faz com que a mesma seja ressaltada positivamente nesse aspecto. Já a perspectiva negativa, diz respeito a como a educação é efetivada no Brasil, aparecendo como debilitada no que tange à formação “humana” em seu processo. A expressão usada com relação ao término dos estudos no Haiti: “você não é qualquer um” está relacionada a essa dimensão, na perspectiva do entrevistado.

Na fala trazida, é destacada a relação desse tipo de formação como sendo atribuída à disciplina. O respeito e o “colocar-se no lugar do outro”, somada à rigidez de manutenção dos pontos que precisam ser mantidos na escola, aparecem como elementos de destaque com relação à educação haitiana e sua ausência, como pontos criticados com relação à educação no Brasil.

Outro aspecto relacionado à educação haitiana, foi a perspectiva trazida com relação a sua efetivação dar-se de maneira coletiva, incluindo toda a comunidade haitiana ser considerada enquanto atora nesse processo, sendo compreendido que toda ela é responsável e tem permissão por parte dos pais das crianças para

ensinar sobre valores certos e errados, como o ato de roubar, por exemplo. Porto Príncipe coloca na entrevista o quanto a educação no Haiti é, portanto, efetivada junto às crianças, acrescentando que não são somente os pais que podem ensinar o que é socialmente considerado certo e errado, mas qualquer adulto que esteja perto da criança e a veja tomando qualquer atitude que considere errada, sendo permitido a esse adulto, sua “correção” por parte de seus pais/responsáveis.

Então isso é completamente diferente de brasileiro. É diferente, às vezes, o que a pessoa pensa que só você que pode criar seu filho, mas tenho certeza, se eu dou um tapa mesmo que não é meu filho, eu vou dar um tapa e só tapa que se essa criança estava fazendo uma coisa errada, eu sei que não vai ser bom para ele ir amanhã eu dei um tapa para parar de fazer, quando ele está sozinho num lugar, ele vai ver, poderia fazer, mas vai ter uma lembrança dizendo "eu lembrei que um menino, um cara me deu uma tapa porque eu estava fazendo uma coisa errada, não, isso eu não posso só tocar" (Porto Príncipe).

Ainda com relação à coletividade, outra diferença que surgiu durante as entrevistas foi a vivência no Haiti, colocada como sendo diferente com relação ao Brasil:

Também as pessoas, o povo do Haiti sempre queria ajudar. Entendeu? eu vim aqui e tudo, brasileiro, sempre estava pensando e que ficou, eu não sei porque a vezes que eu fiz um acordo com brasileiro, brasileiro ficou “Ai porque nunca vi” porque quando se trabalha na obra, eu vou lá, eu vou lá comprar, comprar refrigerante para todo o mundo, para todo o mundo. Eu falei, “Ah, Cabo Haitiano, você faz isso porque você é babaca” que isso também. Eu falei, “Então ficou como? As pessoas não divide com outras?” (Cabo Haitiano).

A noção de compartilhamento construídas no Haiti foi confrontada na vivência da relação de trabalho no Brasil. O sentido de coletividade trazido pelo entrevistado, quando exercido no ambiente de trabalho, foi interpretada como algo ruim. O sentido da sociabilidade do trabalho na perspectiva brasileira aparece como sendo construído a partir da relação de competição e não de compartilhamento/troca. A estranheza expressa pelo entrevistado, demonstra que a vivência das relações sociais estabelecidas no Brasil, estiveram pautadas, de acordo com a experiência vivida, confrontam com as relações que eram vivenciadas no Haiti.

### **6.3.2. O trabalho em Maricá**

O passado escravista e colonial brasileiro, imprimem ao país uma sociabilidade pautada em determinações racistas que conformam, na perspectiva

capitalista, como uma de suas consequências, a divisão racial do trabalho, mantido no período pós-abolição de 1888, de transição do trabalho escravo para o livre, promovendo um processo de vulnerabilização da população negra recém-liberta, tendo sido empurrada para as favelas (Menezes, 2010), no mesmo momento histórico de tentativa de efetivação do projeto de embranquecimento do país (Gomes, 1995).

O racismo estrutural no emergente mercado de trabalho assalariado brasileiro determinou a constituição da divisão racial do trabalho, que se desenvolveu mediando a exclusão dessa população dos postos de trabalho formais, assim como também alocou essa população no desemprego e na desocupação, e aquelas(es) que eram inseridas(os) no mercado de trabalho assalariado ocupavam postos de trabalho de subsistência, precarizados, subalternizados, com baixa ou nenhuma remuneração (Alves, 2022, p.216).

Através desse entendimento a respeito da precarização das relações de trabalho, diante do contexto racista brasileiro, foi possível compreender que esse processo atravessa também a migração haitiana na cidade de Maricá, ao verificarmos que a reprodução dessas relações deram-se a partir do entendimento de inferiorização das pessoas migrantes nos postos de trabalho. Nesse sentido, os relatos sobre a forma de inserção laboral inicial na cidade de Maricá são formas de demonstração desse processo:

Eles foram lá, Amazonas dá uma de mentiroso para os estrangeiro. Uma mentira (...) mentiram o salário.

Tudo que você quer sabe que tem um compromisso, tem uma gruta dos parentes para ajudar, uma oportunidade. Você vai fazer o que? Vai arrumar a sua mala e vem pra Maricá. Assim que chegamos. Aí, assim que a gente chegou, pra você ganhar 1.000 BRL, o salário mínimo tomando carteira era de 660 e poucos. Trabalhamos exemplo de 7 da noite, tava 23h tá trabalhando para tentar tirar 800,00 até mil reais, na época. Aí você vira uma escravidão. Ai o alojamento, eles foram assim lá na próxima (...) (São Marcos).

Porque a gente trabalha muito, recebe pouco.

E que eu fui, brasileiro ficou bravo comigo, ai eu falei "Não, eu sou estrangeiro, porque aqui não tem ninguém para me dar um prato de comida. Se eu trabalhar com um cara, eu tenho que demonstrar meu trabalho, pra eu ficar firme" (Cabo Haitiano).

Outro ponto a ser acrescido na dimensão da inserção no trabalho, na cidade de Maricá, diz respeito à dificuldade para obtenção do título de eleitor como pré requisito, expressando mais uma vez, a barreira da documentação:

Os estrangeiros trabalhavam na prefeitura aí hoje não tá tendo porque está pedindo visto e título de eleitor. O título, está pedindo o título. Se não tiver título, não vai trabalhar na prefeitura, os estrangeiros, porque desse seu lado igual aquele dia que eu fui na polícia federal mesmo, eu mesmo fui lá, tinha uma dúvida, porque os estrangeiro não está podendo

trabalhar num lugar ali na prefeitura de Maricá, porque os estrangeiros não está podendo fazer uma faculdade, porque tem quer título de eleitor, aí a próprio polícia federal, informava os estrangeiros. Não tenho nada a ver com esse desconto, não envolvendo os principais, porque os estrangeiros vieram para Conquista para uma vida melhor porque estavam numa situação bem pior (...) (São Marcos).

Em outro sentido, a retirada da carteira de trabalho aparece como prioridade para inserção no mercado de trabalho, tendo saído o primeiro movimento que Porto Príncipe faz com seu tio.

Então eu fui me adaptando. Uma semana meu tio foi comigo lá no Ministério do trabalho, lá no Rio de Janeiro, para tirar a carteira de trabalho, mas quando chegamos eles dizem que teria que agendar. Então meu tio perdeu um dia de trabalho, ele já teve que perder mais 2 dias para ir em São Paulo me buscar. Entendeu?

Então agora vem pra perder um dia, esse dia que ele perdeu vai ser descontado 2. Quando ele falou “Porto Príncipe, ó eu não posso ir com você, entendeu? Eu não posso ir com você mas você vai ter que tomar ônibus, entendeu? Para ir lá no ponto, quando você ver o ônibus marcando castelo e você vai parar esse ônibus. E para falar o motorista, você vai pro Ministério do Trabalho”, mas eu não falava nada, quase eu falava assim “Ministério de Trabarro”, é isso, assim, porque eu falo um pouco espanhol, entendeu? Então quando eu parei o ônibus, eu falei. “*Chofer, Yo voy a Ministério do trabalho*”. Então ele. Ele faz assim para mim.

É isso. Então eu fui graças a Deus, quando eu cheguei lá no Ministério do trabalho. É um trabalho que precisa ser feito em todos os órgão públicos que existem no Brasil geral. Tem que ter pessoa de 3, 4 dialetos, entendeu? Que está ali nesse local para que quando as pessoas chegarem não ter essa dificuldade. Eu entrei no Ministério do de Trabalho e “Como posso te ajudar?”, “*Comment puis-je t'aider*”, e falando assim pra mim, quando eu fui falar “*Comment puis-je t'aider*” já respondi porque é francês.

Não. A pessoa fala francês, na mesma hora fui atendido, tudo tranquilo, me deu dizendo que amanhã você vai vim, tal tal tal, entendeu essas coisas todas, então foi até bacana (...).

E como mais um item relevante apareceu a ratificação com relação à necessidade de inserção em alguma atividade de trabalho, para manutenção das necessidades materiais de vida, sendo o trabalho informal uma das alternativas encontradas: “Trabalho (...). Isso tem muito tempo. Aqui no Brasil, eu vou na pista, eu estou duro por causa do dinheiro, eu vou lá, vou pôr um papel de bala para vender.”

### 6.3.3.

#### A integração em Maricá

A análise com relação à integração do grupo entrevistado aos serviços oferecidos pela cidade de Maricá teve por base a discussão a respeito da abordagem crítica com relação ao processo de integração, pautada nos estudos de Moreira (2014) que busca problematizar o termo, ao destacar as diferentes abordagens existentes sobre o tema, escrevendo a respeito na integração local dos

refugiados no Brasil. A autora confronta a dimensão funcionalista da integração, definindo-a sob sua perspectiva, sugerindo que os refugiados:

(...) devem ser integrados aos programas ou políticas de integração existentes no país receptor. Espera-se que eles se conformem de uma determinada maneira prescrita. Tal expectativa pode colocar em risco as possibilidades em termos de escolha, empoderamento e do próprio desenvolvimento dos refugiados, os quais não possuem voz no processo que determina seu bem-estar e suas oportunidades de vida. Além disso, as condições para a integração dos refugiados também pressupõem uma sociedade receptora de fato acolhedora e receptiva – o que nem sempre se verifica na realidade (p.90).

A autora propõe desta forma, uma perspectiva sobre o debate da integração, entendendo-a como: um termo abrangente, abarcando um conjunto de processos em múltiplas esferas, cada qual possuindo seu próprio modo de operação e significado, desenrolando-se em temporalidades e trajetórias que lhes são peculiares e produzindo resultados variáveis (Ibidem, 2020, p. 90). Nessa esteira, buscamos analisar a integração da entrevistada e do entrevistado mediante suas colocações, percepções e vivências, diante do contexto histórico, social, político e econômico da cidade de Maricá, entendendo o processo integrativo, a partir dessas particularidades, analisando a integração aos serviços de Maricá, em suas dimensões dialética, multidimensional e multiprocessual (Moreira, 2020).

Foi possível verificar, com relação ao uso dos serviços de saúde na cidade que a o grupo entrevistado recorre aos serviços a partir de suas necessidades de saúde, bem como das concepções que possuem acerca do cuidado em saúde, a partir da realidade vivenciada no Haiti, onde o próprio Ministério da Saúde definiu o sistema de saúde existente como contendo “grandes problemas de organização, funcionalidade e gestão, tanto no micro quanto no macro, resultando em uma prestação fragmentada de serviços de saúde, muito acessíveis, mas com pouco controle de qualidade” (Ministério da Saúde Pública e População- MSPP, 2010, p. 37).

Nesse sentido, a concepção com relação ao uso dos serviços de saúde, como os dos demais, devem ser analisados sob essa perspectiva de abordagem, compreendendo as especificidades do sujeito que fala.

(...) Graças a Deus eu nunca usei a saúde, só leva a minha filha para tomar vacina. Não posso falar nada (Pétionville).

Acesso, mas eu vou dizer para você a dificuldade. Tem 2 anos, e seguinte que eu vou lá no CRAS, eu sinto dor no abdômen. A médica pediu pra me fazer os exames, foi Através de

um menino da Secretaria de Direitos Humanos me encaminha, faz tudo rápido, direitinho, tudo tranquilo. A minha dificuldade é quando esse médico vê os resultados para dizer o que eu tenho, o que é que pode fazer, entendeu? não consigo. Não consegui marcar as vezes que eu chego dizendo que não que ele férias, entendeu? Quando eu votei." Não deixa comigo, ela não tá," entendeu? Passou. Passou o tempo eu desisti quando eu sente dor de novo eu votei, peguei, fiz a mesma coisa, entendeu? Não é todo mundo que conseguir, esse é o encaminhamento para ir fazer os exames, entendeu? Para fazer os exames, sim, mas exames eu estou com eles, os exame pronto só para ver, não estou conseguindo.

É sim, começamos a fazer pelo posto de saúde, o posto de saúde me dá encaminhamento. O menino também pegou lá dentro de direitos humanos, ele pegou, ele já fez agendamento, entendeu? No hospital Che Guevara, entendeu? Naquele posto também que em frente do hospital, no Laboratório, fiz.

Dificuldade. Eu tenho acesso, mas tenho dificuldade para ter um atendimento definitivo, entendeu? (Porto Príncipe).

Então, na verdade, eu não posso falar da área de saúde para criticar (...). Então eu tive um posto lá que eu tinha consulta, então todo sempre que eu vou atrás, às vezes tem alguma pessoa que fica a 2, 3 meses pra ficar na fila espera marcar consulta, eu só chegava na Cleide pra marcar consulta. Marcava pra mim. Aí às vezes eu precisava de médico, "Ah, amanhã tem médico, só me procurar."

Mas depois a última vez que eu fui até hoje, na última vez que eu fui um exame, a gente lá, eu ligo, meu parceiro ou meu amigo e fala "Vem aqui, vem aqui agora." Aí tentar chegar lá 4h30, aí eu vou pegar uma ficha lá dentro para você hospital mesmo. Vou pedir um médico pra te examinar e vai lá fazer o exame de tomografia. Eu fiz o exame escondido, escondido (São Marcos).

Foi possível perceber que a utilização dos serviços de saúde na cidade, deu-se sem barreiras com relação à vacinação da criança. Porém a realização de exames e consultas no serviço público contou com a rede de contatos na cidade para serem efetivados, o que pode ser verificado como um condicionante para suas realizações junto aos usuários.

No que tange à perspectiva com relação aos serviços socioassistenciais tanto de âmbito federal, quanto municipal. Nenhuma pessoa entrevistada possui acesso ao Programa de Amparo ao Trabalhador (PAT) e três possuem acesso à Moeda Social Mumbuca, que são programas gerenciados pela prefeitura de Maricá e não sendo apresentado nenhum acesso aos programas de governo federal.

Maricá por ser considerada nos últimos anos uma cidade em ascensão pela arrecadação que tem recebido dos *royalties* de petróleo, oferece à sua população uma gama diversificada de serviços e programas sociais públicos (Ribeiro; Nova; Roboredo, 2021). No entanto, as falas levantadas demonstram a seguir que a utilização desses serviços e a integração à cidade de forma abrangente, incluindo a relação com os serviços oferecidos, faz parte da relação que as pessoas entrevistadas conseguem estabelecer com alguns representantes na cidade.

Essa perspectiva levantada, nos conduz a uma limitação de acesso aos serviços oferecidos por parte de quem não consegue estabelecer vínculos na

cidade, demonstrando o quanto esses serviços podem estar em alguma instância, condicionados a essa particularidade, ferindo as condicionalidades de acesso estabelecidas pelos próprios programas, ou por outro lado, ainda que configurem a inclusão aos mesmos, a partir de condicionalidades específicas, como é o caso da população migrante.

Então, eu tenho Mumbuca esse Mumbuca eu consegui.

Eu tive uma primeira reunião com eles, e ele perguntou: "Vocês têm CadÚnico?" Então, pouquíssimos haitiano nesse grupo que tinha, não. Ele falou, então, quem que tem CadÚnico já deixou para tal pessoa e vai e vai conseguir. E não tinha esse tempo que eles estão dizendo, a gente tem que ter 5 anos, entendeu? Eu estou conseguindo 7 anos agora, Entendeu? Mas quando eles querem fazer, eles fazem, entendeu? Então eu tenho Mumbuca, eu uso vermelhinho, eu tenho cartão também cartão de Mumbuca, das vans, eu tenho. Eu tenho isso porque eu estou aqui, eu estou pagando aluguel, entendeu? Eu estou pagando luz, então eu estou comprando da cidade, então o se tem essa oportunidade, então eu vou aproveitar, entendeu? (Porto Príncipe).

Eu fui semana passada. Eu estava a tempo muito tempo eu fazia, que pedi a cartão de Mumbuca porque eu não conseguia, porque eu fui no mês passado, daí consegui fazer para mim (Cabo Haitiano).

Já com relação à integração aos serviços de cultura oferecidos na cidade, uma questão relevante sobre o tema foi a utilização dos serviços, a partir da integração ao Movimento social Negro de Maricá, facilitando o acesso às informações a respeito do que a cidade oferece nesse âmbito.

Com relação à educação, a exigência de documentos como o título de eleitor, restringe a integração dos migrantes aos programas oferecidos pela cidade de Maricá, como o Passaporte Universitário, dificultando a inserção no programa. Nesse sentido, foi possível compreender que as determinações burocráticas documentais tornam-se nesta área uma barreira.

#### **6.4. Concepções acerca do Haiti**

A migração haitiana é um processo constituído historicamente que atravessa de forma particular as vidas da população haitiana (Fernandes; Faria, 2016). Ao conversarmos sobre as principais dificuldades encontradas no país que fizeram com que a entrevistada e os entrevistados precisassem vir para o Brasil, o primeiro ponto que apareceu nesse sentido foi a questão relacionada à educação.

A primeira necessidade, eu terminei desde 2016, não tinha a oportunidade para ir, não na faculdade pública, mas não faz uma inscrição que é uma faculdade pública, mas o ponto que as pessoas precisam, mas não dá nesse ponto não. E por isso que eu fiquei fora. Mas desde esse momento não consegui ir à faculdade (Pétionville).

Educação pública que tem, tem uma nota pra você fazer, é obrigação de nota pra fazer. Você paga o mínimo, menos, mas tem uma obrigação de nota. (...) Se você não faz essa nota, eles te mandam embora da escola (Porto Príncipe).  
É um dinheiro que gastamos e nem sabe quais os dias que as pessoas vão, como fala? Vai ter de volta. Passava quatorze anos na escola (...) (Pétionville).

O sistema educacional haitiano, segundo Joint (2008) é marcado pela separação das classes sociais, imprimindo à sua procura, desde o início do sistema educacional no país, somente pelas classes abastadas, mantendo o objetivo “de formar as elites separadas das massas ou das classes populares pobres” (p.184).

Podemos considerar, nesse sentido, o quanto o processo educativo haitiano foi constituindo-se enquanto um reflexo histórico de como as relações sociais foram estabelecendo-se no país, onde o acesso à educação foi sendo construído a partir das diferenciações de classe, sofrendo um processo de alterações por conta da multiplicação das escolas e da falta de controle do Estado, “um processo de privatização e de desregramento do sistema educacional do Haiti: 83% das escolas do país são privadas e somente 17% são públicas” (*Idem*, 2008, p.184).

Quando Pétionville nos coloca que não conseguiu pontuação necessária para entrar na faculdade pública, podemos compreender que existe uma exigência com relação à pontuação para a inserção na mesma e que não foi alcançado por ela, fazendo com que Pétionville precisasse repensar seu futuro, uma vez que a educação deixou de ser um projeto viável.

As desigualdades sócio-educacionais manifestam-se na separação das classes sociais nas escolas. Até o início dos anos 1980, os três estabelecimentos que estudamos recrutavam principalmente classes elevadas e camadas superiores das classes médias. Por outro lado, os dois sistemas de escolarização (público/ privado) que existem no Haiti distinguem-se pelos recrutamentos sociais diferentes (Joint, 2008, p.187).

Outro ponto que destacamos nas falas, sobre a perspectiva apreendida com relação ao Haiti, foram os elementos relacionados ao processo educativo das crianças haitianas:

Então, o que é que está acontecendo nas escolas no Brasil e que vive os alunos, matando um professor. O professor também faz uma coisa errada contra os alunos, essa coisa toda. Então, lá no Haiti, é completamente diferente. Completamente diferente.  
Porque meu pai diz assim pra mim "Porto Príncipe, eu mando pra você pra ir pra escola, pra que amanhã você pode ser qualquer coisa que você quiser na sua vida."  
É disciplina, entendeu? Sim de disciplina, sim. Então, "se o professor está ali é, é para te ensinar, entendeu? Como eu não faço besteira para você, você nunca me vê bater em sua mãe, entendeu? Essas coisas eu não, não fala desculpa a palavra, falo palavrão para você. O professor fala palavrão, não responde, não vai falar palavrão para ele, volta para casa e quando chegar em casa, explica para o papai, papai vai lá, vai lá na direção, o papai não vai encarar o professor, não na rua, não sei o que não, não tem isso, vai na direção, à direção,

vai chamar o professor e para dar uma cacetada, entendeu? E depois chamar o pai junto com o professor, a direção, esse professor vai explicar o pra pedir perdão. Então quando o pai chega em casa vai falar pro filho, então acontecer, está tudo tranquilo, então essa disciplina é completamente diferente do que no Brasil (Porto Príncipe).

Podemos perceber com a fala de Porto Príncipe com relação à falta de “disciplina” que percebe no Brasil com relação ao Haiti. Sua colocação, nos traz um elemento novo, adicionado ao contexto de construção histórica da educação pautado em classes sociais e o avanço da privatização da educação, que é a característica dessa educação estar pautada na importância do respeito à figura de autoridade que é o/a professor/a, diferente do que é percebido no Brasil, quando coloca por telefone em uma das conversas com a pesquisadora sobre a educação brasileira que: “Aqui os alunos xingam e até batem no professor!” Para Porto Príncipe, a partir de sua perspectiva sociocultural no âmbito da educação, essa é uma postura inadmissível e extremamente desrespeitosa e que converge com a percepção brasileira, ainda que controversamente existente.

A impossibilidade de sua inserção na faculdade pública, demonstra que sem essa alternativa, as demais perspectivas de inserção no Haiti, tornaram-se inviáveis. Nesse sentido, a questão do trabalho aparece como a segunda dificuldade enfrentada no Haiti trazida pelas pessoas entrevistadas.

Então a questão do emprego é complicada. O maior emprego que tem lá é a agricultura. Ajuda os parentes para as agricultura e você não tem um retorno, e a sua agricultura os nossos parentes que fazem pra por comida pra gente dentro de casa. Então aqui no Brasil já foram 12 anos (São Marcos).

A agricultura tem no Haiti um grande peso e importância. Bezerra (2016) em seus estudos traz elementos importantes dessa atividade, descrevendo como o modo de vida do camponês haitiano sofre grandes impactos a partir dos interesses imperialistas para a agricultura, mostrando o quanto as demandas advindas de outros países impactaram o setor no país, a partir da década de 1970. A autora também explora a maneira como são distribuídas as terras da “família” de pouquíssimas pessoas que controlam o essencial da economia nacional, os grandons-burgueses, distribuindo-as em centenas de pequenas parcelas nas quais trabalham os camponeses em locação ou como meeiros.

Charles et al (2023) ao analisarem as características ambientais e as implicações da produção agrícola no Departamento Oeste da República do Haiti, afirmam que a agricultura é um dos principais setores econômicos, sendo que no

Departamento Oeste, mais da metade da população vive em áreas rurais e usa a agricultura como principal fonte de subsistência (p.159). A partir desses dados, podemos compreender o quanto a agricultura é central na economia do Haiti, tornando-se, assim, a principal empregadora das pessoas no país. Porém, as terras são dominadas por um grupo de burgueses. Acrescentando esses dados à impossibilidade de continuidade nos estudos, a população haitiana vê-se impelida a procurar melhores condições de vida e trabalho em outros lugares.

Outra dimensão que apareceu nas falas, foi a análise do país incluindo os últimos acontecimentos envolvendo a presidência e sua gestão no Haiti, bem como a afirmativa de que o país não precisa de ajuda externa, mas a compreensão de que se faz necessária uma conjuntura favorável para a efetivação de um governo que possa melhorar as condições de vida do povo haitiano, incluindo a reflexão a respeito de todas as forças que atravessam a presidência, bem como a necessidade de uma renovação total do governo, demonstrando a “força” que o governo haitiano possui e por isso, a necessidade da existência de um grupo que realmente possa governar segundo a vontade do povo. Quando Gonaives expressa que: “Nem as catástrofes naturais são suficientes para uma renovação do governo”, deixa explícita sua opinião de que nem se fosse extinto o “palácio”, issoseria possível.

Haiti não precisa de ajuda de nenhum país.

É esquema, vai fazer isso. Onde está o presidente? O único presidente que quando eu tive razão, que eu vi que esse cara não tinha medo de abrir a boca, cadê? Sumiu?

É o único presidente que eu, quando já tinha razão, que eu escutei que não tinha medo de abrir a boca. O único que falava o que tinha que falar.

Mas não adianta o presidente estar com boas ideias ou não, se não ou no entorno dele não... Para o palácio do Haiti mudar tem que abrir um buracão mesmo para embutir tudo mesmo. Essa é a minha solução. Terremoto não vai adiantar nada, porque quem morre é o povo que não sabe nada, não tem nada que ver. O Palácio está aí em pé, ninguém sabe a que diabo que fica esse negócio em pé aí.

É um buracão mesmo, que tem que abrir cheio de fogo e puff (Barulho de explosão). Porque eleições podem fazer o que você quiser, mas quem manda somos nós. O presidente é fulano e não está bom. Vamos escolher esse presidente Puff, quem eu posso escolher? Eu posso dirigir (...).

É o parlamento ou esse negócio que escolhe os presidentes? Não é o Palácio, se não as organizações que arrumam eleições, que contam os votos. Aí que está o bagulho, que são as mesmas pessoa.

Uma República, mas uma República dirigida segundo o seu ponto de vista, o meu ponto de vista, a gente faz um grupo e mandamos "fulano, sabem nada. Senta aí, você é presidente" (Gonaives).

Gonaives traz sua opinião a respeito não somente com relação ao assassinato do ex presidente Jovenel Moïse, mas também expressa sua opinião

sobre a maneira como o país é governado, ressaltando sua sugestão de que seria necessária a retirada de todos que ocupam o poder no Haiti e a realização de sua troca por um grupo que governasse de acordo com a vontade do povo que, de acordo com o entrevistado, essas pessoas seriam quem decidiriam sobre quem deveria ser o presidente e portanto, a pessoa responsável pela tomada de decisões no país.

Entendemos que a perspectiva de Gonaives coaduna com a do autor Casimir (2023) ao compreenderem que a construção de outra conjuntura para o Haiti, será desenvolvida a partir do próprio povo haitiano e não de interferências externas. Gonaives também expressa que o referido assassinato do presidente Jovenel Moïse<sup>60</sup> deu-se pela influência externa, motivada pelos interesses de outros países no Haiti, em um momento onde melhorias para o país estavam sendo realizadas.

O contexto externo de relações que geram a depreciação do governo haitiano foi apontado também como causa pelo entrevistado. A relação do Haiti com os Estados Unidos é percebida a partir da perspectiva da permissão que o Haiti dá aos Estados Unidos para explorá-lo. Essa exploração aparece sendo percebida como única no mundo, pelo fato do Haiti possuir um grupo que manda no país, mas que atua contra o país. Essa relação é apontada, no entanto, como sendo diferente da estabelecida nos Estados Unidos, onde o grupo que o governa favorece a vontade do país, a vontade capitalista.

(...) mas o que o que eu falo que os Estados Unidos é diferente é que os Estados Unidos é comandado por um grupo de capitalistas. É outra coisa, os capitalistas gerando dinheiro, gerando emprego, é outra coisa. E o que você fala também que eles comandam Haiti, é porque Haiti dá para eles comandar neles.

(...) Ninguém pode entrar aí, se não abro a porta. O que eles podem fazer no Haiti, não podem fazer em lugar nenhum. Quem foi que deu autorização? São esse mesmo grupo de pagamento que tem negócio negro, negócio preto com os Estados Unidos.

Porque não vão lá na China? Porque Haiti? Porque não vem aqui no Brasil?

Vamos lá. Matar um presidente em país nenhum acontece isso. Qual o mais presidente nesse ciclo que é matado assim?

É porque eles têm um negócio preto com os Estados Unidos e abrem a porta e vão e entram. Se não fosse assim, não seria nada disso.

(...) É isso que acontece. É aí que está a diferença entre a governação de Estados Unidos, Haiti, Estados Unidos. Sim. Tem um grupo que manda, o presidente não manda sozinho, mas esse grupo é um grupo consciente, é um grupo que oferece. É um grupo capitalista, com o grupo que tem o grupo dos mercados, a associação dos mercados, associação das

---

<sup>60</sup> Em outubro de 2023 o ex-senador haitiano John Joel Joseph e um grupo de 20 suspeitos colombianos e outras pessoas com dupla nacionalidade haitiano-americana participaram da conspiração que levou ao assassinato do então presidente. Dados da reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/20/assassinato-jovenel-moise-principal-suspeito-e-presno-apos-2-anos.ghtml> Acesso em: 28, março de 2024.

luzes, de tudo, tem um grupo, uma associação de capitalista, que eles investem dinheiro no país (...) (Gonaives).

O entendimento colocado de diferença entre o Haiti e os Estados Unidos é que o primeiro não sai de sua condição de subalternidade por não possuir um contexto como os Estados Unidos, onde existe uma realidade de investimento na economia do país, num contexto capitalista. Sendo assim, o olhar do entrevistado sobre a relação entre os dois países analisados por ele, dá-se a partir da autorização que o Haiti dá aos Estados Unidos de entrarem no país e depreciá-lo, deixando-o vulnerável ao ponto que incluem o assassinato de seu presidente. Esse contexto não é o encontrado no Haiti, uma vez que, diferente dos EUA, de acordo com Gonaives, não conta com os investimentos capitalistas, juntamente com a existência de um governo que o favoreçam nesse sentido. O olhar de Gonaives, portanto, não apontou elementos que corrobore para o entendimento de que a depreciação do Haiti esteja relacionada à sua inserção no contexto imperialista mundial e que determinam sua miséria atual (Castor, 2008).

Já com relação ao ponto de vista sobre o contexto de instabilidade atual do Haiti, aparecem os seguintes elementos apontados por São Marcos:

(...) Um país está correndo uma lista, quer dizer, ainda há guerra civil, bandido no país, o bandido que tá mandando no país, o país está sem presidente.

Sem presidente e ninguém tem sossego. Normalmente minha mãe não está aqui na casa dela, saiu de casa, foi morar em outro lugar. Fiquei mais seguro. Que o bandido manda no país (...).

(...) eles não é assalto de pegar suas coisas, eles te assaltam para todo o lugar, amarram você dentro de um quarto aí você vai dar o número telefone de um parente para ligar e fazer um depósito em dinheiro para liberar. É um país que está em grande risco. Poderia estar aqui dentro da sua casa. Aí liga-se, sabemos a sua condição, vai lá, vai toda de casa, te amarrar e liga para os parentes, liga pra sua mãe, para o seu pai, e faz o seguinte, se não mandarem o dinheiro, vai te matar.

Eles matam, eles matam (...). E outra que quando eles matam, eles não mata com bala, vamos dizer assim. Eles matam com fogo. Bota fogo no corpo. Bota fogo dentro, você irá botar, jogar gasolina, botar pneu, é uma grande chateação.

Briga entre outros, se sabe que você envolvido (...) é uma problemática. Se sabe que você se envolve com esse fulano, você conversa com o policial direto. É uma problemática, você não poderia parar nem mal, tem que ficar no seu lugar, simpatia no seu lugar, é complicado (São Marcos).

A situação atual do país, segundo Garbers (2024)<sup>61</sup> afirma também a situação calamitosa em que vive o Haiti. No entanto, o estudioso ressalta a importância de olharmos para o Haiti para além da perspectiva midiática que

---

<sup>61</sup> Entrevista concedida na Tv Diálogos do Sul, por Neno Garbers, que pesquisa o Haiti desde 2009, onde mora desde 2012; ao jornalista Paulo Cannabrava Filho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GzuGYjQMCpg> Acesso em: 28, março, 2024.

aponta conflitos no país gerados por gangues, construindo sozinha o cenário de instabilidade e violência instaurados. Mas destaca a construção histórica sobre a qual está alicerçada a violência no país, sendo produzida por diversos elementos, sendo dentre eles, a depreciação econômica e política implantada por países imperialistas como os Estados Unidos e a França, tanto no que diz respeito ao pagamento da dívida ao segundo país, como das incursões de tentativa de “estabilização” no Haiti, pelo primeiro.

A instabilidade no Haiti, deve ser compreendida então, tanto a partir desse contexto histórico de cooptações internas (Casimir, 2012), quanto da realidade imperialista de exploração do país (Seguy, 2014).

Quando ocorre a pergunta, na direção contrária à sua depreciação, relacionando a especificidade do Haiti ter sido o primeiro país a alcançar uma revolução pelas mãos de sua própria população negra, aparece nas respostas a reafirmação, enquanto haitiano, do empreendimento revolucionário realizado historicamente: “É o primeiro negro que conseguiu sua independência. Que ajudou outros países a serem independentes também” (Cabo Haitiano).

A vontade explícita de retornar ao Haiti apareceu somente em uma das falas, demonstrada através da condicionalidade em cima da possibilidade na construção de uma conjuntura mais estável:

Eu se meu país organizar para ficar bom, eu vou lá no meu país tranquilo. Volta para lá. Volta de olho fechado.

O olho fechado, porque eu tenho minha profissão, entendeu? Eu tenho como me virar lá? Eu tenho minha mãe muito conhecida lá. Se o meu projeto lá, se eu conseguir fazer, até na minha mãe, eu consegui fazer, dá o cidadão comer, plantar tudo, tomate, arroz, eu consigo viver no meu país tranquilo(...). Vou estar voltando para o meu país de olhos fechados (...) (Cabo Haitiano).

A vontade de retornar ao Haiti, no caso de Cabo Haitiano, vem acompanhada da condição de melhoria do mesmo, uma vez que lá, segundo o entrevistado, consegue plantar, colher e viver bem, além de conseguir “viver tranquilo”. No entanto, Cabo Haitiano não nos traz o motivo pelo qual precisou deixar o Haiti, sendo o único a não fazê-lo, bem como o único a resgatar os pontos positivos do país e a possibilidade, em condições outras, de seu retorno.

#### **6.4.1. MINUSTAH no Haiti**

Porto Príncipe trouxe também sua opinião sobre como a MINUSTAH (Gomes, 2012), no Haiti, o influenciou com relação à imagem que tinha sobre o Brasil.

Então, eu não cheguei a falar, mas eu vi através de televisão, entendeu? E às vezes também me ver passando na rua, vai para pegar alguém, essas coisas assim, entendeu? Com a arma dele, entendeu? Lá, lá dentro do carro blindado, eu vi, entendeu? Vi isso aí, entendeu? Lá dentro do carro blindado e com arma apontado e passando. O trailer, 5 ou 6 passando quando vai para onde no bairro que é aonde eu morava, eles passaram passando assim, entendeu? Mas não chegou a falar. Não tenho relação nenhuma com eles, entendeu? (Porto Príncipe).

O entrevistado nesse trecho descreve-nos como era sua relação com os soldados da Missão. Uma relação distante, em que eram vistos somente como aqueles que andavam em carros blindados com armas apontadas. Não há interação do entrevistado haitiano com os soldados, nem tampouco admiração. Porto Príncipe também não fala a respeito da influência que a Missão possa ter tido com relação a sua visão sobre o Brasil.

No entanto, Pétionville nos traz outra perspectiva sobre a Missão. A única mulher entrevistada ao falar sobre sua percepção sobre a MINUSTAH no Haiti, nos fala sobre o medo que sentia dos soldados que a compunham:

Eu ouvi mais falar. Mas antes, quando vi uma pessoa branca. Eu sempre tinha medo de ficar num lugar... como assim?

Isso (*encostado*), porque tem uma coisa que se chama Ofelina na minha rua onde eu morava, uma associação que pega as crianças, os pais que não tem, não tem dinheiro pra ajudar as crianças. E quando eu chegar lá, as pessoas branco, americano e francês. Eu sempre ficava com medo (...).

Não, porque não sei, por conta da minha cor, não sei, eu tinha medo (Pétionville).

Pétionville justifica seu medo das pessoas brancas no Haiti (os soldados) por entender que sua pele preta, sob o olhar das pessoas brancas, era um motivo dessas pessoas poderem lhe fazer mal. Ela não aprofunda sobre o que exatamente tinha medo, mas sua expressão de incômodo sobre o assunto, durante a entrevista, nos permitiu compreender que a relação entre as pessoas brancas que estavam no Haiti atuando na Missão e Pétionville não era amistosa.

A intervenção norte-americana no Haiti, iniciada em 2004, para administrar a precariedade como norma de vida para a grande maioria da população haitiana (SEGUY, 2014) e que se estendeu por treze anos no país, deixando um legado de construções institucionais, mas também de violências (Soprani, 2018) é

demonstrada pelas falas analisadas que a relação da MINUSTAH com o entrevistado e com a entrevistada, foi distante e pautada no medo.

#### 6.4.2. O vodu e suas manifestações no Haiti

Segundo C.L.R James (2010) a palavra vodu é uma “palavra de origem duvidosa, provavelmente daomeana, que designaria as boas e as maléficas divindades. O vodu é um sincretismo religioso similar ao candomblé no Brasil” (p.91).

As manifestações do vodu foram apresentadas nas falas dos entrevistados e da entrevistada contemplando visões sobre suas expressões enquanto possibilidades de manipulação de acontecimentos nas vidas das pessoas. O vodu não foi expressa enquanto uma religião, mas sim como prática realizada para prejudicar e impossibilitar feitos uns dos outros.

Percebemos também que o vodu é interpretado como uma das justificativas para a depreciação do país no que diz respeito à relação entre as pessoas, como realizado para impedimento de se alcançar melhores condições materiais de vida, bem como da impossibilidade da população construir coletivamente outras alternativas para o país.

Posso estar no nível que estou me superando e olho para trás, vejo o Haiti. Já vejo onde posso sacar dinheiro e ajudar. Mas não posso fazer isso (...).

Exemplo, eu tive uma ideia. Lá tem muitas minas de sal. Haiti não precisa exportar sal para lugar nenhum, a gente faz sal.

É, a terra mesmo, produz sal perto do mar. Você não precisa fazer nada que só você fazer aquele buraco e plantar o sal ou sal incha. Lá tem uma fortuna. Eu poderia me superar aqui e falar "Eu vou lá, compro um terreno perto do mar" e faço 3 buracão de sal e aí dou trabalho pra menos de pessoa. Exporto o sal daí mesmo, mas não posso fazer isso. Ela mesma me fala "você não pode fazer isso" (*com relação à esposa*).

Porque vem algum doido. Desculpe a palavra. "Junior, empresário, fazendo sal, botando sal. Que lá ano passado, a mãe dele estava me pedindo dinheiro para comprar arroz?" Aí vai no Vodu e faz uma coisa, e desespera tudo.

É que vão lá. Uma pessoa que tipo assim eu me criei com essa pessoa. Essa pessoa conhece minha história, as necessidades que eu passei, certo? Essa pessoa nunca vai deixar você subir de nível para chegar no nível para essa pessoa ver que você está ajudando. Vai te lembrar o que aconteceu, você não era ninguém, você não era isso, você não era isso. Sua mãe era aquilo. E vai lá e faz uma bagunça no vodu, e você some ou morre.

Porque aí dá ruim. Exemplo, ela cresceu em um município, ela poderia ir tipo, amanhã e faz uma casa para a mãe dela na mesma rua. Não pode, não vai viver para desfrutar essa casa. Não vai. Eles mesmo que fazem. Porque a mesma pessoa mesmo que tem isso na alma.

O mesmo que acontece com a mãe dela, que a mãe dela tem uma irmã mais velha. Cada vez que essa irmã velha via a mãe dela fica "Ah, porque sua sua filha não tirou daqui, porque sua filha não mandou pegar você?" É uma psicologia.

Mas vai lá e compra uma casa e coloca a mãe. "Um mas Pentonville está comprando casa?" É isso, então daí a pessoa só vai encher a cabeça e aí começa o problema. Isso é uma como eu digo "Ah, minhas filhas não chegaram a nada e sua filha está" e aí começa. E aí começa tudo, a pessoa não tem dinheiro para comer, mas tem dinheiro para fazer o mal (Gonaives).

Morel (2017) ao trazer os estudos de Carolyn Fick destaca o vodu como tendo sido "um dos principais motores de motivação e coesão que impulsionou o protagonismo dos trabalhadores escravizados, constituindo-se para estes num dos raros espaços de autonomia" (p.90). Tendo em vista essa definição, o vodu pode ser considerado, portanto, também como uma expressão de construção de autonomia e impulsionamento para a luta.

No entanto, outro aspecto que aparece nas falas levantadas sobre o vodu no Haiti, pelos entrevistados, foi seu entendimento numa dimensão contrária a essa perspectiva, aparecendo como sendo entendido enquanto motivador de rivalidade entre a população haitiana, existindo para tanto, uma distinção entre o "vodu bom" e o "vodu mal", onde podemos analisar que a construção da relação entre as pessoas, tem na vivência da cultura vodu uma significativa influência.

No tempo de não vai conseguir. Se o cara não tentar derrubar, roubar, quebrar as portas da noite, ele vai botar fogo. Ou tentam me matar com macumba. É um país que você não cresce. Quem tem condição não vai ficar para crescer, vai crescer de outro lugar. Outropáís, porque até uma casa você está fazendo você.

É o vodu, eles foram macumba fazendo o força, o vodu. É o tipo, não é o vodu certo que eles fazem, é fazer uma macumba mesmo. O sacrifício para tentar te matar.

O vodu é um ritmo, é uma cerimônia. Vodu, não faz mal. É um vodu que, por exemplo, que vocês foram fazer algumas coisas. Esse é o tipo de vodu que é um tipo de agradecer, né? Mas não é... É uma doideira, rapaz. É uma história grave.

Quase todos os tipos. Lá não tem, ele vai procurar uma casa, um pai do Santo, aqueles mais antigo, não vai aonde que pessoa conhece, exemplo, é daqui, estamos em Maricá. Ele vai lá próximo ao grande Rio do Sul, uma distanciada da casa dele, para saber que está acontecendo, porque que morreu fulano, ele não vai fazer delegacia. Se o caso o cara acender a vela (...). Isso, pra saber como morreu, vai explicar como fulano morreu. Vai tirar uma caixa que parece aqueles negócios de figurinha, esqueci o nome (...).

Em todos, vai bater e cada um daqui tem uma definição pra eles, pra ver que você tem e vai explicar. Então nesse caso ele vai explicar a fulano morreu por x e fez x errado.

Aí o cara vai fazer o quê de lá? Ele vai tentar puxar o sombra, vai falar é fulano que matou ele, vai puxar esse daqui é fulano. Aí, se o cara quiser, ele vai matar pelo outro lado, pode matar-se todo lugar. Exemplo, vai puxar um espelho, vai ver o pessoal logo daqui, esse aqui que quer matar fulano.

Ele diz, então essa maldade vai ficar andando, poderia ser inocente, não pode ser inocente porque se puxou, vai puxando a casa de macumba e poderia puxar uma faca e fez esfaquear o fulano. E vai matar o outro também (...).

Como que está o cemitério lá na minha terra é todo horário. Mexem nos corpos, mexem a noite, se eu quiser, eu vou lá fazer uma conta, faz uma besteira. 1, 2 da manhã, aonde que você vive depois que (...). Essa sombra é nossa sombra. Aí você tem uma sombra. Nossa Terra, Haiti. O cara espera 18 da noite, olha no cemitério, pega a sua sombra. É uma grande sacanagem. Ele tem a nossa sombra. Ela botou pra andar de novo (...).

Porque tem lá é o seu nome, dos seus pais. Assim eles têm uma cultura grande é uma cultura. Sobre isso, eles não ouviram que é melhor eles estarem vindo do lado, que é pior a

tentar fazer maldade para derrubar essa sombra. Eles pedem, eles podem levar, usar para fazer uma mal com outra.

E a cabeça do morto, e às vezes que ela chega lá, ele desapontado, eles pegam a cabeça para usar para fazer macumba, caindo na casa do Santo, se vocês foram lá, tem mais uns 3, 4 cabeças no canto. Aí quando você for olhar para fazer um remédio, eles pegam essa própria cabeça para raspar e fazer remédio para tratar um com o outro. Então nesse caso aqui no Brasil, você tiver dor, ele vai para o hospital. Lá não, eles tem essa cultura primeiro, e depois vai falar "Ah, eu vou ver se eu posso levar fulano, lá no Haiti para o hospital", e vai fazer besteira de macumba, é um gasto, um investimento que não tem retorno. Mas às vezes dá certo porque eles acreditam no que estão fazendo (São Marcos).

O vodu quem sabe usar, usa do jeito que ele quer. Também tem isso até na escola. Você pode ser uma aluna muito "sobressalente" (*no sentido de que se sobressai*) e eu sou uma aluna ruim e te peço o seu caderno emprestado pra fazer uma tarefa, aí sai uma doença para você. É assim!

Eles vão lá e fazem o que sabem fazer e aí você sabe... Então em todos os aspectos tem que ter cuidado. Você não conhece a pessoa é melhor ficar quieto (Gonaives).

São Marcos expressa que, segundo sua visão, determinados rituais religiosos podem impedir que as pessoas avancem em seus projetos de deslocamento e traz a "macumba", como causadora desse processo. Aqui podemos perceber o quanto para o entrevistado, o vodu pode ter interferência até mesmo sobre o tempo que cada pessoa permanece em determinado lugar, como vemos a seguir:

Então, pois é que eu te falo porque a gente não consegue crescer quando esse negócio, não só de bandido, a macumba, esse tipo de sacrifício, onde é que você vir, não sei que você vai ver, você poderia ver a cultura deles lá do sacrifício de macumba, onde que você vai ficar, o cara morreu, cortar, pegar um lugar, desossando, desossando, pegar o osso (...).

(...) nosso corpo tem um tem um líquido, não é? Quando a gente morre o líquido. Esse líquido, eles pegam esse líquido, bota na garrafa e tipo ele faz o sacrifício para ficar mais que o outro, e mistura a cidade com muito bicho e junto ele faz um líquido para tentar matar, entendeu? Às vezes eles botam um negócio aqui no chão, você atravessa, seu pé começa a inchar. Então, nesta coisa que o país está, ninguém quer ficar (São Marcos).

O rito vodu também aparece nas falas associado à independência do país, sendo enaltecido nessa perspectiva pela importância da cerimônia realizada que inspirou o movimento de independência do Haiti. Bem como quando vista sob o olhar de enaltecimento do misticismo em torno de parentes próximos. Tomamos para a compreensão sobre essa perspectiva relacionada ao vodu, os escritos de Morel (2017) ao destacar os estudos de C. Fick:

(...) a Revolução Haitiana não se caracterizou apenas por seu caráter moderno-contemporâneo no sentido da civilização ocidental e da modernidade política: as tradicionais culturas de origem africana, com predomínio das originárias do Golfo de Benin, foram elementos fundamentais na luta revolucionária (p. 90-91).

A influência do vodu neste sentido, vai para além do olhar sobre ele a partir somente de uma manifestação religiosa ou cultural entre as pessoas no Haiti, mas

compreendê-lo, significa também identificá-lo a partir da perspectiva de contribuição e impulsionamento de sua população. também que contribuiu e impulsionou sua população. Segundo Verger (2000) o vodu proporciona para a população haitiana a vivência de um sentimento de orgulho em relação às suas referências espirituais de poder, recorrendo, portanto, ao ritual ou à elementos relacionados ao vodu, como forma de amparo para suportar as agrurasvivenciadas.

Eles extraem esse sentimento de orgulho da fé real que conservaram em relação ao poder de seus Orixás e *Vodum*, que, para eles, nos momentos penosos, são o amparo mais seguro contra a angústia e as humilhações e que, nos momentos de alegria, lhes proporcionam o sentimento exaltado do gênio de sua própria raça (Verger, 2000, p. 24).

Nesse sentido, seguem aqui as falas que foram levantadas na pesquisa e que ilustram as afirmações do autor:

(...) porque um país que pelo jeito que ele foi na independência que ele foi, ele continua nesse mesmo ritmo, a ritmo de vodu, ritmo de macumba, ritmo de besteira, mas eu não podia falar aqui que vai errar sempre. Tem lado que eu confio, tem lado que eu não confio (São Marcos).

(...) O vudu quando eu falo de vodu, eles dizem que vodu é uma coisa ruim. Aí pra mim, não vou dizer que eu vudu é uma coisa ruim, porque eu sei como que a gente se libertou da escravidão através do vodu. Através do vodu que a gente se libertou da escravidão. Pode ser que tem algumas pessoas que usam o vodu para fazer mal, Entendeu? Mas vodu mesmo da raiz é uma força é uma energia para a nossa população.

Cada vez que eu abri meu telefone abrir o Kwai abrir o Facebook, eu começo a ver as minhas negritas, começar, cantar dançando e toca, toca o ritmo do vodu. Daquela revolução, revolução que teve lá, aquela cerimônia.

Reproduzir, reproduzir. É isso aí, entendeu? Então, assim, cada vez que eu ouvi isso, eu me sinto outra pessoa, eu isso atrai para mim uma força. Ontem eu estava conversando com minha mãe e com o meu irmão. Meu irmão não estava se sentindo bem, está lá na República Dominicana, mas depois que eu terminei de conversar, estava se sentindo tão baixo, mas eu entrei no Facebook porque eu tenho um cara que é um diretor do vodu na cidade que eu saio, e eu sigo ele (Porto Príncipe).

### **6.4.3. Sugestões de melhorias para Maricá**

Retomando a concepção da integração proposta por Moreira (2014), findamos nossas análises entendendo que a efetiva integração necessita da inclusão das perspectivas trazidas pelos migrantes, a partir de seus olhares diante da realidade que encontram e da dinâmica vivenciada no território escolhido. Diante disso, buscamos trazer as sugestões do grupo entrevistado, com relação a

possíveis melhorias na cidade de Maricá, onde foram trazidas dimensões tanto no âmbito municipal como também federal.

Ah! O problema que o haitiano tem aqui no Brasil é por causa da família que nós temos aqui no Haiti, que não conseguimos trazer aqui.

Se o presidente puder ajudar nós trazer a familiar aqui, será uma benção. Porque eu torço, eu torço muita saudade da minha mãe. Porque quando ela me mandou uma foto, eu vi como ela emagreceu, eu fiquei muito triste (...).

Por exemplo, minha mãe tem 63 anos. Ela mora lá na cidade que não é Porto Príncipe. Toda documentação que tem que fazer, tem que ir lá no Porto Príncipe.

E é perigoso. Todo dia os bandidos matam pessoas (...). Como eu tenho a coragem para mandar ela ir lá na embaixada do Brasil pra ela tirar essa documentação? Não tem condição. (Pétionville).

De acordo com Di Cesare (2020), a migração força o Estado a se repensar, confrontando as barreiras e limites impostos por ele. A questão da documentação, enquanto aparato jurídico-burocrático de exigência para entrada e saída de territórios, necessita de um contexto material e social viável para seu cumprimento. O caso específico do Haiti que vive uma crise pungente, conforme Garbers (2024) descreve, demonstra o poder exercido pelo Estado-nação, de construir normas e leis que viabilizam ou não os processos migratórios e que no caso do Haiti, desconsidera a conjuntura vivenciada pelo país.

Por outro lado, a fala carregada de traços xenofóbicos encontrada no discurso do próprio migrante haitiano entrevistado, nos remete mais uma vez à dimensão exposta por Baeninger (2016) da diferenciação socialmente construída com relação àqueles que estão “nós” e os “outros” estabelecido política, econômica e socialmente, entre fronteiras.

O negativo é que tá complicando a situação aqui.

Não, com ônibus de graça estão vindo muitas pessoas que não deveriam estar aqui, aqui. É porque você tá fazendo uma mistura de população. Então aí vai complicar a situação. Não vai ser como aqueles Maricá tranquilo como eu escutei muitas pessoas falar. Porque está misturando tudo. Então daqui a dois, três anos, vai ser outra Maricá. E o bom é a educação, acho bom. Exemplo da minha filha aí (Gonaives).

Sendo assim, a ameaça desse “estrangeiro” que vem de fora fica evidenciada na fala ilustrada, pensada a partir dessa realidade, como estando atrelada ao aumento da violência. Retomamos para essa questão, o pensamento de Balibar (2021) ao escrever sobre a relação entre racismo e nacionalismo, destacando como o racismo pode ser considerado um suplemento de nacionalismo, ou ainda, um suplemento interno a ele, onde ambos encontram-se entrelaçados na construção de barreiras construídas para a dinâmica de manutenção da lógica capitalista que cria o Estado de acordo com esses interesses.

O discurso contrário à vinda de pessoas de outros territórios contrasta dessa forma à uma perspectiva integrativa, numa dimensão ampla, ao desconsiderar as particularidades e motivações para a migração, enquanto consequências estruturais da sociedade, não somente em âmbito internacional, mas também regional, como é o caso de Maricá, nos últimos anos (Ribeiro; Nova; Roboredo, 2021).

As sugestões de melhorias apontadas pelo grupo para Maricá, deram-se, sobretudo, com relação à possibilidade da oferta maior de emprego, como necessidade primeira do grupo:

Só aqui em Maricá. Então seria ótimo. Tem uma com um galpão, exemplo, um CRAS pode ser um CRAS para atender os imigrantes agora para exercer a cultura, queria um galpão ali você chegou ali e vê. O Galpão dos imigrantes, entendeu? Mas tem sido que vai sair. Então você entra ali, você vai ver, ó, Haitiano, venezuelano, cubano, entendeu? Siciliano, então você vai ver todas as barraquinhas que tem a cultura, entendeu? Trazendo as imagens, roupa, gastronomia, tudo lá dentro desse galpão. Isso é minha boa vontade. E para que isso aconteça em Maricá, eu sei que é difícil, mas impossível, não é, não é não. Então a minha boa vontade, quando esse sonho for realizado, eu diria assim, a deus, e a todos os meus ancestrais que eu não tenho visto maior gratidão, entendeu?

Então, a minha sugestão para melhorar isso a vida, eu acredito que, mesmo que agora está pouquíssimo, mas vai vim mais pessoa imediatamente que dá a oportunidade que conseguir entrar. Eu tenho certeza que Maricá vai ter mais. Então, quando essas pessoas vão chegar, aonde querem ficar? O trabalho, qual é o trabalho para eles? Então é nesse sentido. Eu sempre penso que a gente já está aqui, poderia fazer algo para quando chegar alguém, mesmo sem dinheiro? Pergunta a pessoa chega, precisa só saber falar, mas se a pessoa conseguir entender o português e chegar, mas já chegaram com uma profissão, sabe fazer alguma coisa? A gente que já está aqui dá a oportunidade, entendeu, dizendo. Então a gente tem isso, você vai comprar, é para fazer no seu que você já sabe fazer. Seria muito ótimo para essa pessoa, não chega e fica, fica parado, não sabe o que que faz, entendeu? Às vezes dá uma tristeza, eu já chorei, entendeu? Vi as pessoas chegarem que não tem o que quer fazer e não saber desenvolver assim, numa coisa própria, entendeu? Então não está conseguindo por causa da dificuldade do português, entendeu? Então seria bom porque a gente tem um CRAS que vai atender e justamente, mesmo que por 6 meses, entendeu que vai conseguir isso, dar oportunidade. E se a pessoa chegar naquele CRAS, vai aprender algo e sair formado, ir para conseguir trabalho, entendeu?

Profissional, sim, é isso aí. Então alguma coisa sim para o mercado do trabalho, se não quiser também ir para o mercado do trabalho, mas vai fazer alguma coisa, ser autônomo, entendeu? Então seria belíssimo. E seria bom para Maricá. Não é só para imigrantes, entendeu? Isso daria mais visto. Entendeu? (Porto Príncipe).

Exemplo, o próprio município poderia tentar dar uma boa ajuda. Alguns deles que em foram para outra cidade, para outro país, porque não estão conseguindo trabalhar aqui em Maricá. Por conta desse negócio de título de eleitor (...).

Uma grande dificuldade, porque tem que arrumar conhecimento tem que procurar o tipo de vereador. Alguém que conheça, até você procurar essa pessoa de conhecimento, você tem título? Você tem definido o lugar que tem? Para saber se você vota na cidade.

Conseguir um trabalho, e eu estava comentando com outro que é africano e já que às vezes eu (...), a minha sugestão que eu poderia fazer que eu poderia fazer que eu acho que seria ser melhor todo mundo se unindo fazendo uma carta pedindo à prefeitura.

Pelos estrangeiros e o certo que deveria abrir uma cota de emprego cada ano, 6% no estrangeiro. poderia ser 6 estrangeiro, não poderia ser todos haitiano, podem ser 2 de ganense, 2 venezuelanos, 2 de outro país. Cada um deles fica 6 cada, esse ou 6 fica um ano trabalhando. Depois de um ano tirado, emitido, botar um outro a 6 do estrangeiro também,

porque tudo dele vai conquistar um mais emprego para a própria prefeitura, para dentro. Não precisa pedir esse documento porque não é necessário.

Não é, pra isso tem a carteira de trabalho, temos o documento com foto, CPF. Temos tudo, não precisa exigir. E outro caso que também poderia colocar aqui dentro é abriu uma firma, tipo uma firma com os imigrantes. Aí tem essa firma, os imigrantes, porque cada um faz alguma coisa. "Ah, eu fiz uma parte do metrô", "Faz parte do soldador", "pedreiro", então essa firma será muito grande, entendeu? Porque a prefeitura vai saber "Ah, tem uma firma com tem 6 funcionários."

Tem 8 funcionários, nesse caso, a prefeitura, eu não poderia chegar, certo? Como vendedor não vale a pena, é meu ponto.

Mas eu acho que seria legal, entendeu? Porque tem muita firma, não tem aqui, mas tá cheia de firma. Para mim seria uma felicidade uma firma dos imigrantes aqui da cidade. A prefeitura apoia x imigrante ou uma firma de Imigrante, e recebeu uns 15 funcionario, representa tudo isso. Aí poderá ser faz um rotina, cada vez tira um, bota outro.

(...) Aí tem muita dificuldade, não consegue, não vai, conseguir porque tem 4 anos, tipo eu (...) na prefeitura 2012, até hoje se precisar, conquista, mas e meus amigos?

Porque eu sempre comento com Arte Bonita, comenta com Arte Bonita, tem que comentar com outro eu também. Mas seria o ideal.

Uma firma dos imigrantes. Pode demorar, mas aí poderia acontecer. A gente não sabe. O pedido já tá na mão deles (São Marcos).

A principal causa com relação à evasão de Maricá aparece como sendo a dificuldade de se conseguir emprego, estando atrelada à impossibilidade de não terem como tirar o título de eleitor de imediato no Brasil. Essa condição teria sido imposta enquanto necessária para que fosse viabilizada à população haitiana sua integração ao mercado formal de trabalho. Por isso, a alternativa construída, foi a saída do país e a busca por uma nova rota de destino.

Consideramos a realidade da necessidade da retirada do título de eleitor como sendo algo particular da cidade de Maricá. Compreendemos que existe na cidade, uma dinâmica de reduto eleitoral e levantamento de votos, cujo processo de integração tem por base, muitas das vezes, como apontado em outras falas, a construção de relações com representantes políticos na cidade. Tendo em vista a necessidade premente de trabalho por parte da população migrante, o tempo de construção dessas relações e/ou as possibilidades que surgiram a partir dela, não foram suficientemente satisfatórias para que o grupo se mantivesse no território.

Outro aspecto abordado foi a cultura maricaense e as ações que poderiam ser desenvolvidas na cidade para uma maior integração dos migrantes com a população do município, tendo sido apontados a criação de recursos como acriação de uma estação de rádio da população migrante, como a existente na cidade de São Paulo, juntamente com a construção de um galpão onde os migrantes poderiam expressar sua cultura.

## 7

### Considerações finais

Pa gen kouri ki pá gen bouke! (Não há corrida que não seja cansada!  
*Tradução livre*).

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a sociabilidade e os processos de mobilização haitiana, em Maricá, frente ao racismo brasileiro.

Para tanto, procurei apresentar os temas referentes ao racismo como estrutura de dominação e exploração capitalista mundial, sobretudo na América Latina, conformando a governança da mobilidade contemporânea, aprofundando o debate a partir da realidade haitiana em seu deslocamento para a cidade de Maricá, RJ.

Através do presente estudo pude levantar e analisar diversos elementos relacionados à realidade haitiana no Brasil e especificamente, em Maricá, levantando particularidades vividas, entraves e possibilidades para um processo migratório vivenciado pelo Haiti, diante de tantas questões que violam sua história e seu território e identificar que o Brasil, ao mesmo tempo que se destaca na construção jurídica para recepção da população haitiana até os dias de hoje, o faz diante de uma estrutura racista de relações institucionais e interpessoais ainda, mantendo um jogo estabelecido entre o cenário político administrativo que integra os interesses capitalistas das construções burocráticas do Estado, juntamente em um contexto racista que ainda violenta e expulsa, ainda mais diante de um contexto onde a temática aqui abordada sobre migração, racismo e xenofobia ganhou uma conotação específica diante da ascensão do fascismo no Brasil, no período em que o estudo ocorreu.

Migrar, portanto, apresenta-se como uma das expressões do capitalismo, sendo uma forma de resistir ao processo normativo do Estado-nação, ao confrontarem o direito estabelecido aos nacionais, precisando sempre, a partir do momento que migram, adequarem-se às normas estabelecidas, na condição de migrante.

Ainda que a necessidade premente seja a de deslocamento pela sobrevivência, e por isso, pela busca de melhores condições materiais de vida, sair

do lugar de origem em busca disso, pelo fato do lugar onde se encontrava, não lhe oferecer condições adequadas de vida, é considerado por mim, também como uma forma de resistência. Resistir para viver, planejando outra possibilidade, outro caminho, mas expressão sobretudo, da necessidade da busca por outros lugares e meios de inserção na dinâmica capitalista, principalmente pelas necessidades materiais de vida.

Percebi que o deslocamento humano é assim, condicionado pelas oportunidades que surgem no decorrer do caminho percorrido pela pessoa migrante e por suas ideias pessoais e coletivas. Nessa esteira, a migração haitiana para Maricá, teve como principais pontos estimulantes, a rede de pessoas e contatos já instalada no local, a abertura de empresas com grande necessidade de trabalhadores braçais, e, portanto, de migrantes, ou até mesmo a possibilidade em empreender e construir uma atuação autônoma como possibilidades facilitadoras da migração e da instalação ou abandono de um lugar por outro.

Nesse sentido, as condições de vida e de trabalho dos entrevistados e da entrevistada, foram analisadas tendo em vista a lógica imperialista de reprodução social, cuja consequência para as classes subalternizadas expressa-se também pela procura por melhores condições de vida e conseqüentemente, por trabalho, em lugares diferentes dos de seu de origem, o deslocamento humano.

Pude compreender assim, que ainda que percebam o Brasil e a cidade de Maricá como possibilidade de ampliação das possibilidades de trabalho, tendo o parâmetro o Haiti como parâmetro, mantêm-se as condições informais, subjugadas às condicionalidades de conseguirem vender seus produtos e/ou serviços, aparecendo apenas uma inserção, dentre as pessoas entrevistadas, na condição formal de trabalho.

A compreensão dos entrevistados e da entrevistada com relação à possibilidade de encontrar trabalho no Brasil é o de uma realidade fácil e abundante nesse sentido. Essa análise a respeito das inúmeras oportunidades de emprego no país, pode estar referenciada com as condições de trabalho no Haiti onde a grande maioria empregada trabalha nas plantações agrícolas, num contexto de grande instabilidade política e social, sendo o Haiti apontado por quatro deles, como um país muito difícil para trabalhar, chegando a ser enfatizado como inexistente, em algumas falas. Essa visão, torna o trabalho no Brasil uma possibilidade de garantia do sustento da família no Brasil, mas não o suficiente

para o envio das remessas para a família de origem, sendo esse, o motivo que apareceu em duas entrevistas como fator de emigração do Brasil.

A liberdade de poder trabalhar, ainda que de maneira informal, sem ter sua mercadoria roubada, ou podendo organizar-se de forma autônoma, empregados e empregada de carteira assinada, utilizando até mesmo suas casas como locais de trabalho, foram pontos considerados que caracterizavam a migração como bem-sucedida, uma vez que suas realidades hoje no Brasil, comparadas ao que vivenciavam no Haiti, são exponencialmente melhores, segundo suas visões.

Nesse sentido, percebo que a influência imperialista norte-americana no Haiti, está presente nessas perspectivas, auxiliando na manutenção de uma lógica “empreendedora” de trabalho, mas ao mesmo tempo, inconstante e individualizada, apartando a pessoa dos direitos trabalhistas, mas ao mesmo tempo, alimentando a ideia de uma atuação autônoma, onde o dinheiro e o tempo podem ser ordenados com mais facilidade.

No entanto, ao mesmo tempo em que Maricá aparece como uma cidade promissora no planejamento inicial do deslocamento, por parte dos entrevistados e da entrevistada, aparece também a necessidade do abandono desse território por conta da vivência da violência policial sofrida por um dos entrevistados, além da experiência dentro da família brasileira onde conviveu, através de xingamentos racistas, demonstrando que o racismo e a xenofobia (Faustino; Oliveira, 2021) constituíram-se também como realidades presentes e que interferem no deslocamento haitiano, estando presentes também em Maricá.

A xenofobia apareceu não somente com relação à vivência dos entrevistados e da entrevistada no Brasil, mas também expressa a partir da compreensão de um deles, pelo oferecimento do Programa Tarifa Zero, que consiste na gratuidade dos transportes dentro da cidade, e atrairia pessoas de outras cidades, afetando a característica pacífica da cidade. No entanto, a inserção no Programa Bolsa Família, no que diz respeito à utilização de programa social a nível nacional, foi uma realidade mencionada, contrário ao acesso de alguns dos programas sociais existentes na cidade de Maricá, geridos pelo município, pela impossibilidade do cumprimento das condicionalidades, como tempo de moradia na cidade e apresentação de alguma documentação.

Desta forma, a xenofobia apareceu como uma expressão enraizada e expressa tanto na população maricaense, como também nos migrantes. Um

processo reproduzido, a partir das condições sociais e materiais vivenciadas, transformando sua compreensão e expressão a partir das experiências coletivas e individuais.

Desta forma, a reprodução da vida na cidade, apresentou grandes desafios seja a dinâmica do território organizar-se a partir de uma lógica de reduto eleitoral que influencia na forma como o acesso aos serviços e às informações se dão, dificultando a busca por emprego por parte das pessoas que não se adaptam a essa dinâmica, ou do racismo como construtor das relações institucionais, demonstrada a partir da violência infligida pelo Estado, ou no dia a dia nas relações familiares e nos estabelecimentos da cidade.

Essa forma de atuação do Estado demonstra o que foi discutido ao longo da pesquisa no que tange à forma de dominação e expansão capitalista em seu processo imperialista, onde o uso da violência é empreendida tanto no âmbito físico, quanto simbólico enquanto estratégia para acúmulo de riquezas, garantindo sua lógica de reprodução.

Nesse sentido, o racismo aparece de diferentes formas de vivências e compreensões acerca delas, demonstrando o quanto as estruturas racistas e xenofóbicas brasileiras são sim sentidas, mas também contornadas, seja através de respostas através de brincadeiras por parte dos migrantes, a ampliação da rede de contato, a estratégia de ignorar fatos que entendam como racistas, a inserção em espaços de mobilização social para o seu combate, ou até mesmo o abandono da cidade por outro país.

Observei assim, a vivência haitiana na cidade de Maricá, nessa perspectiva, demonstrada, portanto, enquanto estratégia apontada muito mais num sentido de enquadramento e moldagem dessas pessoas e dessas vidas ao *modus operandi* racista e capitalista brasileiro, sem prescindir, concomitantemente de ações de resistência, constituindo-se, portanto, a necessidade de análise desse contexto através de uma perspectiva da totalidade social, compreendendo-a como aponta Marx (1978, p. 116), como “síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso”.

A compreensão do racismo, por sua vez, que estrutura as relações sociais, onde sua manutenção e aprofundamento garantem mais uma forma de delimitação de processos da sociabilidade capitalista, aparecendo na pesquisa em três das cinco entrevistas como um fator de menor importância, ainda que não tenha sido

negado, tendo sido a possibilidade de trabalhar e manter a família, apontados como fatores mais relevantes, quando comparados à vivência do racismo em Maricá. A realidade de sua expressão, porém, não é negada, apenas ficou diluída a partir da importância que dão à possibilidade de terem tranquilidade para trabalhar e viver.

Desta forma o racismo e de suas formas de expressão, apareceram conformando a maneira de viver e de se relacionar dos entrevistados e da entrevistada. O silêncio e a descrição nas relações com outras pessoas fora do núcleo familiar, aparecem também como estratégias necessárias para a manutenção no local de moradia de forma pacífica e de obtenção de sucesso em objetivos particulares. Compreendemos essas estratégias também como formas de expressão do racismo existente que podem ser analisadas não como formas de resistir a ele, mas como possibilidade de atravessá-lo amenizando seus impactos.

Um dos fatos que demonstram essa realidade na pesquisa foi também o oferecimento de trabalho doméstico para a mulher haitiana entrevistada, onde teve um tratamento desrespeitoso durante sua realização, bem como a inserção em outros trabalhos precarizados, com a finalidade do envio das remessas à família que se manteve no Haiti, também como expressões do racismo brasileiro, sendo descritos pelas falas da entrevistada, dimensionados no contexto brasileiro.

O racismo institucional também pôde ser visto na pesquisa, apresentado a partir da expressão do medo dos militares brasileiros da MINUSTAH, por parte da entrevistada, que por conta da cor de sua pele, temia que lhe fizessem algum mal, o que corrobora com o medo generalizado por conta da violência e dos estupros identificados por parte dos militares, bem como a identificação por parte de um dos entrevistados da atuação racista e violenta também por parte dos militares da MINUSTAH no Haiti pelo uso indevido das armas no país, quando comparadas com o uso indiscriminado delas, causando mortes, nas favelas do Rio de Janeiro.

A comparação da atuação do Estado, representado pelos militares em missão no Haiti, confirmaram a perspectiva de atuação violenta, misógina e racista por parte dos soldados, tendo sido comparadas com a mesma abordagem realizada nas favelas até os dias de hoje.

Maricá não foi durante a pesquisa enaltecida pela oferta de políticas sociais que a diferenciam das demais do estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Porém, os serviços de educação apareceram como destaque na qualidade com relação ao

Haiti, cujo sistema educacional foi apontado com inúmeras falhas, mostrando-se como de qualidade somente àqueles e aquelas que pudessem pagar por ele. No entanto, a concepção sobre o processo de educação apresentou diferenças com relação ao método de aprendizagem e da relação professor/a aluno/a. Algumas falas mostraram-se enfáticas com relação a forma como a educação brasileira é frágil na construção do respeito às hierarquias, segundo os mesmos e a mesma.

Ainda sob a perspectiva da sociabilidade, existiu nas falas uma descrença com relação ao Haiti enquanto sendo um país onde não existe ajuda mútua e ao mesmo tempo, e tampouco, senso de coletividade. No entanto, o cuidado e a formação das crianças apareceram como o sendo. O que demonstra traços de coletividade em outras esferas, que não a de organização política com força para alterações no cenário político geral, mas com força na condição de unidade familiar, onde todos e todas são responsáveis pela formação das crianças.

Essa perspectiva pode demonstrar o quanto a esfera política para além da familiar, representa a incredulidade na mudança do cenário do Haiti, frente aos ataques internos e externos pelos quais o país passa e que hoje, é percebido por eles e por ela, como sendo de ordem incontornáveis.

Foi apresentado nesse sentido, um descrédito com relação ao possível processo de estabilização do país, tendo sido apontados justificativas como a falta de força para ajudar o país por parte de sua população, contraposta a enorme vontade do alcance de objetivos pessoais, somada à percepção da “maldição” existente no país, estando essa justificativa atrelada à perspectiva religiosa ecultural desenvolvida, através realização de “amaldiçoamentos” e “feitiços mútuos”, transformando e mantendo o caos no país.

Encontramos uma perspectiva peculiar com relação à diferenciação entre o “vodu certo” e a “macumba para matar”, explicitando o entendimento do vodu enquanto uma atividade cultural e bem aceita pela população haitiana, já a “macumba para matar”, como rituais usados num ciclo contínuo para a realização de morte e vingança, demonstrando a cosmovisão e organização de mundo apresentada. A realidade do vodu colocada como uma realidade que determina também o deslocamento haitiano. A interferência mútua que as pessoas têm sobre as outras, podendo determinar suas escolhas, como tempo de permanência em algum lugar ou não e construção de estratégias para se defender.

Embora a escolha pela cidade de Maricá trouxesse especificidades com relação à escolha de seu território seja ela pela geografia do lugar, pela ideia que se tinha do Rio de Janeiro com as praias e o futebol, ou ainda pela oferta de emprego oferecida na cidade, quando dois dos entrevistados estavam na fronteira com o Brasil, ao norte, sobre o processo de permanência na cidade, prevaleceu a justificativa da expectativa de conseguirem enviar regularmente as remessas de dinheiro para suas famílias no Haiti, o que não tem sido possível, trazendo assim, um sentimento de frustração com relação à eficácia da emigração e da mobilização de suas famílias para que chegassem ao Brasil, e sobretudo, à Maricá.

Nesse sentido, a oferta e possibilidade de trabalho no Brasil foi vista como mais abundante, porém, ainda insuficiente para conseguir proporcionar contribuições materiais suficientes aos que ficaram no Haiti, acrescida à dificuldade de trazê-los para o Brasil, demonstrando que embora haja uma identificação com a cultura brasileira, o contexto racista do país, interfere sobremaneira na vida da população haitiana que buscam Maricá como local de destino.

A questão da documentação como um entrave para entrada e saída de países, bem como a desinformação das pessoas migrantes com relação aos procedimentos burocráticos para obtenção deles, demonstra o quanto o Estado ainda é o regulador dessas relações e das fronteiras (Balibar; Wallerstein (2021); Di Cesare (2020)), onde suas normas e leis garantem ou restringem o acesso das pessoas a outros territórios, o que nos possibilitou compreender que o avanço burocrático no Brasil, pode não significar diretamente a facilitação das ações previstas em lei em sua operacionalização, pelos inúmeros fatores que podem estar envolvidos na distância e a realidade concreta das relações sociais.

Embora a migração haitiana apareça como uma realidade na vida das pessoas entrevistadas, o reconhecimento do Haiti enquanto um país forte que realizou a revolução e ajudou outros países na mesma tentativa, bem como o orgulho de ser negro e ser haitiano e a reflexão de que essa atuação inédita no mundo, possa ter causado “ciúmes” e “inveja” em outros países, contribuindo para o cenário caótico no qual se encontra hoje, demonstra o quanto é complexa a realidade haitiana. Da mesma forma que a análise dos processos migratórios oriundos do país para o Brasil, devem ser lidos considerando-se a amplitude dos fatos e do contexto histórico, político, social e econômico do Haiti.

Bem como foi construído um panorama apontando caminhos de como Maricá pode olhar de forma mais abrangente para seu crescimento junto ao segmento migrante, entendendo que o racismo precisa continuar ser encarado enquanto uma realidade que estrutura as vidas brasileiras e que como pudemos analisar, também as haitianas.

## 8

### Referências bibliográficas

113. **Revolução Haitiana: a revolução de escravizados que abalou o mundo.** Entrevistada: Betânia Pereira. Entrevistador: Luís Rodrigues. Leitura ObrihaHISTÓRIA, 17, out, 2022. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/17j1rT6xJjVSnsiWfQHn7s?si=nLrGPRjYSAqysC91GnpPZw>. Acesso em: 22, jan, 2024.

ADORNO, Sérgio. Racismo, **Criminalidade Violenta e Justiça Penal: Réus Brancos e Negros em Perspectiva Comparativa.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 18, p. 283-300, 1996.

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas.** Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p.

ALEXANDRE, Victor Vilmar. **O CARIBE ENTRE LEIS E FRONTEIRAS ÉTNICAS: A ESCRAVIDÃO DE INDÍGENAS E AFRICANOS NA ILHA DE ESPANHOLA, 1492-1551.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2022.

ALMEIDA, Magali S. **Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo.** Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, v.12, n. 43, pp. 131- 154, 2014, 2015.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

ALVES, Leonardo Dias. **A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural.** Revista Katálysis, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 212-221, maio-ago. 2022

ANDRÉ, Maria da Consolação. **O ser negro: um estudo sobre a construção de subjetividades em afro-descendentes**. Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia. Brasília. 2007.

ANDREWS, George Reid. **Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano**. Estudos Avançados, vol. 11, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011, 1 ed., 175p.

ANUNCIACÃO. Clodoaldo Silva. **A necessidade de reestruturar as agendas dos Ministérios Estaduais para dar efetividade à nova Lei da Migração**. In: BAENINGER, Rosna et al (orgs.). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).

ARTIGA, Rodolfo Raja Gabaglia. **O BRASIL E A INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA NO HAITI, MINUSTAH (2004-2011)**. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia / Núcleo de Estudos Internacionais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/disserta%C3%A7%C3%B5es/2012/RODOLFO%20RAJA%20GABAGLIA%20ARTIAGA.pdf> Acesso em: 15, fev, 2024.

ASSIS, Gláucia de Oliveira et al. **Nova Lei de Migração no Brasil: avanços e desafios**. In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). Migração Sul-Sul. Campinas: NEPO; Unicamp, 2018. pp.420-433

ASSIS, Jussara Francisca. **Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 547-565, set./dez. 2018 Disponível em: 547 <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.159>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BAENINGER, Rosana. **Contribuições da academia para o Pacto Global da migração: o olhar do sul**. In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). Migração Sul-Sul. Campinas: NEPO; Unicamp, p. 17-22. 2018.

BAENINGER, Rosana. **Migração Transnacional: elementos teóricos para o debate**. In: BAENINGER, Rosana et al (org). Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

\_\_\_\_\_; PERES, Roberta. **Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil**. Rev. Brasileira de Estudos de População. Vv.34, n.1, p.119-143, 2017

BALIBAR, Étienne. **Racismo e Nacionalismo**. In: Raça, nação, classe: as identidades ambíguas, 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2021.

\_\_\_\_\_ ; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação, classe: as identidades ambíguas**, 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2021.

BAPTISTA, José Renato de Carvalho. **O Haiti e os discursos de construção nacional: uma nação constituída no dilema entre a “A França Negra” e “A África Americana”**. Museu Nacional. Rio de Janeiro, S/D. Disponível em: file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Documentos-%20Altineia/ler-constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20nacionalidade%20haitiana.pdf. Acesso em: 22, jan, 2024.

BARICHELLO, Stefania Eugenia; ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso. **Aspectos históricos da evolução e do reconhecimento internacional do status de refugiado**. RevistaUniversitas Relações Internacionais, Brasília: v. 12, n. 2, p. 63-76, jul./dez. 2014

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**, 8.ed. São Paulo, Cortez, 2010.

BATCHAUER, Emily Camila. **Saída do Brasil do Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular: reações da sociedade civil organizada**. Anais do VI Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Imperialismo, neofascismo e socialismo no século 21”. Grupo de Estudos de Política da América Latina. 2021. Disponível em: <[https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais\\_vi\\_simposio/artigos\\_vi\\_simposio/GT8\\_imperialismo/v2\\_emily\\_G8.pdf](https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_vi_simposio/artigos_vi_simposio/GT8_imperialismo/v2_emily_G8.pdf)> Acesso em: 27, fev, 2024.

BECKER, H., **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 25-58.

BERNARD, Joseph jr. **Histoire de la colonie allemande d’Haïti**. Port-au-Prince: Henri Deschamps, 2011.

BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. 406p, 1976.

BEZERRA, Livia Morena Brantes. Cooperação Internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 19, nº. 34 – Dossiê. pp. 107-118, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/4980-Texto%20do%20Artigo-19478-19453-10-20180105.pdf Acesso em: 09, fev, 2014.

BITTENCOURT, Luciana Gonzaga. **Programa Cultura de Direitos: a cultura como instrumento de inclusão social, cidadania e promoção do desenvolvimento no município de Maricá**. In: Estudos maricaenses: o município de Maricá em debate. Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR) 1ª ed. Maricá, RJ. Ed. Instituto Darcy Ribeiro

BORBA, Janine; MOREIRA, Julia Bertino. **O processo de integração local de haitianos em Santo André a partir da perspectiva dos migrantes**. In: BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES, Duval; SILVA, Sidney Antonio da; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CASTRO, Maria da Consolação G.; CAMARGO, Marília Pimentel. (Org.). Migrações Sul-Sul. 1aed.Campinas: Nepo-Unicamp, 2018, v. 1, p. 463-478

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

BRANDÃO, Carlos Eurico Alencastro Teixeira. **As principais contribuições das Forças de Paz do Brasil no HAITI para a evolução do EXÉRCITO BRASILEIRO e aumento da projeção internacional brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2018

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**. Art. 121, §6,7. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)

BRASIL. **Decreto nº 4247, de 6 de janeiro de 1921. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional**. Legislação Informatizada. Disponível em: Acesso em: 22/08/2019.

BRASIL. **Lei n. 9.474 de 22 de julho de 1997** (Lei Nacional sobre Refugiados)

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília: MS; 2007

BRASIL. **Portaria nº 152, de 27 de março de 2020**. Diário Oficial da União, Brasília, 27 mar. 2020h, Seção 1-Extra, p. 1.

BRASIL. **Portaria nº 125, de 19 de março de 2020**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 mar. 2020d, Seção 1-Extra, p. 1.

BRASIL. **Portaria nº 126, de 19 de março de 2020**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 mar. 2020e, Seção 1-Extra, p. 1

BRASIL. **Portaria nº 47, de 26 de março de 2020**. Diário Oficial da União, Brasília, 26 mar. 2020g, Seção 1-Extra, p. 1

BRASIL. **Portaria nº 652, de 25 de janeiro de 2021**. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jan. 2021a, Seção 1, p. 10

BRASIL. **Senado Federal. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 4247, de 6 de janeiro de 1921**. *Regula a entrada de estrangeiros no território nacional*. Legislação Informatizada. Disponível em: Acesso em: 22/08/2019.

BRASIL. Decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907. **Define providências sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional**. Rio de Janeiro, RJ, Jan 1907.]

BRASIL. República Federativa. **Estatuto do Estrangeiro**. Lei 6815 de 1980. Brasília, DF, 1980.

BRASIL. **Lei n. 9.474 de 22 de julho de 1997** (Lei Nacional sobre Refugiados).

BRASIL. Senado Federal. **Lei 13.445, de 24 de maio de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília: MS, 2007.

BRUM, Nilton Cezar Martins. **Contando a História de Maricá**. Smart Printer, 2016.

BRUMES, Karla Rosário; SILVA, Márcia da. **A migração sob diversos contextos**. Bol. geogr., Maringá, v. 29, n. 1, p. 123-133, 2011

BRZOZOWSKI, Jan. **Migração internacional e desenvolvimento econômico**. Estud. Av., São Paulo, v. 26, n. 75, pág. 137-156, agosto de 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142012000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 24 de abril de 2021.

BRUM, Nilton Cezar Martins. **Contando a História de Maricá**. Smart Printer, 2016.

BRUMES, Karla Rosário; SILVA, Márcia da. **A migração sob diversos contextos**. Bol. geogr., Maringá, v. 29, n. 1, p. 123-133, 2011

BRZOZOWSKI, Jan. *Migração internacional e desenvolvimento econômico*. Estud. Av., São Paulo, v. 26, n. 75, pág. 137-156, agosto de 2012. Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142012000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 24 de abril de 2021.

BUCK- MORSS. Hegel e o Haiti. Tradução de Sebastião Nascimento. *Novos Estudos* 90. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/migra/OneDrive/C%3%81rea%20de%20Trabalho/Documentos-%20Altineia/Hegel%20e%20Haiti.pdf>. Acesso em: 22, jan, 2024.

BUENO, Fábio Marvulle; TRASPADINI, Roberta. **Lenin e a interpretação do imperialismo nos séculos XX e XXI**. In: Ver. REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino Americanos, 2014. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2708>. Acesso em; 18, mar, 2023.

CALLINICOS, Alex. **Capitalismo e racismo**. São Paulo: Zahar, 2000.

CÂMARA; Átila Rabelo Tavares da; DUTRA, Delia; CAVALCANTI, Leonardo. **Movimentos migratórios e espaços de fronteira. O caso da fronteira Sul entre Brasil e Uruguai**. In: BAENINGER, Rosna et al (orgs.). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).

CAMPOS, Andreino, **Do Quilombo à Favela. A produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

CANO, Wilson. **Notas sobre o Imperialismo hoje**. Revista Crítica Marxista, São Paulo: Brasiliense, v.1, n.3, 1996.

CARDOSO, Adalberto. **Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social**. Novos estud. – CEBRAP, São Paulo, n. 80, p. 71-88, Mar. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002008000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 Abr. 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2003

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Cidadão do Mundo: o Brasil diante do holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948)**. São Paulo: Ed. Perspectiva Fapesp. 2010.

CASIMIR, Jean. **O Haiti e suas elites: o interminável diálogo de surdos**. Universitas: Relações Internacionais, v. 10, n. 2, p. 1-22, jul./dez., 2012.

CASTOR, Suzy. **"O Haiti deve ser um país soberano", entrevista com a historiadora Suzy Castor.** [Entrevista concedida a BMartín Granovsky] Instituto Humanitas Unisinos. Unisinos, São Leopoldo. p.12, junho, 2015. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/170-noticias-2014/532820-o-haiti-deve-ser-um-pais-soberano-entrevista-com-a-historiadora-suzy-castor#> Acesso em: 09, fev, 2024.

\_\_\_\_\_. **A Transição Haitiana: entre os perigos e a esperança**. In: SADER, E. (Coord.). Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano. São Paulo: Expressão Popular; Buenos Aires: CLACSO, 2008. v. 2, p. 11-24. (Coleção Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano).

CARVALHO, Monique Rodrigues. **A aldeia Ka'Aguy Hovy Porã entre prefeitura, multinacional e população local: o processo de territorialização Guarani Mbya na cidade de Maricá**. In: Estudos maricaenses: o município de Maricá em debate. Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR) 1ª ed. Maricá, RJ. Ed. Instituto Darcy Ribeiro, 2021.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T. MACEDO, M., **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de

Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020

CERVO, Amado Luiz. **Globalização, Integração E Estado Nacional No Mundo Contemporâneo**. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais. Meridiano 47. 2007. Disponível em: [http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/10076/1/ARTIGO\\_GlobalizacaoIntegracaoEstadoNacional.pdf](http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/10076/1/ARTIGO_GlobalizacaoIntegracaoEstadoNacional.pdf) Acesso em: 03, jan, 2023.

CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHARLES, Ralph *et al.* **Análise das características ambientais e implicações da produção agrícola no Departamento Oeste da República do Haiti**. *Rev. Geografares do Programa de Pós Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da UFES*. V. 3, n. 37. Julho- dez, 2023.

CHESNAIS, François. **A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século**. Economia e Sociedade, Campinas, 1995.

\_\_\_\_\_ **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COIMBRA, Rodrigo; AVELINE, Ricardo Strauch. **Desafios à humanização do direito internacional e os direitos dos trabalhadores migrantes**. *Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte*, n. 81, pp. 449-466, jul./dez,2022

COLOMBINI, Iderley. *Caio Prado Júnior. O “sentido da colonização” e seus desdobramentos teóricos*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 52, 2019.

COSTA, Maria Ivanúcia Lopes da Costa. **Discurso e relações de poder: uma análise da rotina produtiva do jornal de fato**. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pau de Ferros -RN, 2013.

COTA, Isabella. **Venezuela chega às eleições regionais como o país mais pobre da América Latina**. *El País*. Cidade do México, 19 de novembro 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-11-19/venezuela-chega-as-eleicoes-regionais-como-o-pais-mais-pobre-da-america-latina.html> Acesso em 12, abr, 2024.

COLOMBINI, Iderley. *Caio Prado Júnior. O “sentido da colonização” e seus desdobramentos teóricos*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 52, 2019.

CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Comissão de Direitos Humanos. OAB-SP. E-Book **SOBRE ACOLHIDA NO BRASIL DE PESSOAS VINDAS DO HAITI**. Jornal da Advocacia, 2023. Disponível em: <https://jornaldaadvocacia.oabsp.org.br/wp-content/uploads/2023/07/OAB-SP-ebook-comissao-DH-haiti-AF.pdf> Acesso em: 10, abr, 2024

COSTA, Maria Ivanúcia Lopes da Costa. *Discurso e relações de poder: uma análise da rotina produtiva do jornal de fato*. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pau de Ferros -RN, 2013.

COSTA, Francilene Soares de Medeiros; SANTOS, Cleice Santos; RODRIGUES, Maria Elizabeth Tereza Moraes. **Racismo, colonialidade do poder e trabalho doméstico remunerado no Brasil**. Rev. Katál., Florianópolis, v.25, n. 2, p. 262-271, 2022.

COSTA, Pe. G. A. **Haitianos em Manaus: dois anos de imigração – e agora!** Travessia – Revista do Migrante, ano XXV, n. 70, p. 91-97, 2012.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios**. Rondônia, Dissertação (Mestrado em História e Estudo Culturais) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2014.

DEBIEN, Gabriel. *Le marronage aux Antilles françaises au XVIIIe siècle*. Caribbean Studies, v. 6, n. 3, p. 3-43, 1966.

DEMÉTRIO, Natalia Belmonte; BAENINGER, Rosana; DOMENICONI, Joice de Oliveira Santos. **Imigração haitiana no Brasil: questão humanitária e reunião familiar**. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM) REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Dossiê: “Diásporas y movilidades negras en las Américas”. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/BXs4sXDDBr4MkNQCwtNKc4m/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05, abr, 2024.

DEVULSKY, Alessandra. **Estado, racismo e materialismo**. Margem esquerda, São Paulo: Boitempo, v. 27, 2. sem. 2016, p. 25-30.

DI CESARE, Donatella. **Estrangeiros Residentes: Uma Filosofia da Migração**. Belo Horizonte: Ed. Âyiné, 2020.

DIEME, K. **O Haiti e suas migrações**. Tematicas, Campinas, SP, v. 25, n. 49, p. 17–48, 2017. DOI: 10.20396/tematicas.v25i49/50.11127. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11127>. Acesso em: 09, fev, 2024.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo, Contexto, 2007, p. 9-19 e 87-121.

DORN, A. Walter; PAUK, Robert. **O CAPACETE AZUL E A FOLHA DE BORDO: AS CONTRIBUIÇÕES DO CANADÁ PARA AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU**. In: O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação. Kai Michael Kenkel, Rodrigo Fracalossi de Moraes (orgs) Brasília: Ipea, 2012. 323 p. Disponível em: [file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Livro\\_O%20Brasil%20e%20as%20opera%C3%A7%C3%B5es%20de%20paz%20em%20um%20mundo%20globalizado\\_entre%20a%20tradi%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20inova%C3%A7%C3%A3o%20\(\).pdf](file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Livro_O%20Brasil%20e%20as%20opera%C3%A7%C3%B5es%20de%20paz%20em%20um%20mundo%20globalizado_entre%20a%20tradi%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20inova%C3%A7%C3%A3o%20().pdf) Acesso em: 15, fev, 2024.

DOMENICONI, Jóice. Migração internacional qualificada no século XXI- a circulação de trabalhadores do conhecimento desde uma perspectiva Sul-Sul. In: BAENINGER, Rosna et al (orgs.). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo (UFF), vol. 23, 2007.

DOTY, Roxanne Lynn. **Why is people’s movement restricted?** In: J. Edkins and M. Zehfuss (Eds.). *Global Politics: A New Introduction*. Second Edition London: Routledge, 2014, pp.200-219.

DRUCK, Maria da Graça. **Globalização e reestruturação produtiva: o Fordismo e/ou Japonismo**. Revista de Economia Política, vol. 19, nº 2 (74), pp. 271-290, abril-junho/1999.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. **A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na**

**América Latina.** V Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, UNICAMP, 2007. Disponível em: Acesso em: 26 ago 2021.

DURAND, Jorge. **Haity y la Salida Migratória.** In: Periódico LaJornada, 2010. Disponível em <http://www.jornada.unam.mx/2010/01/31/opinion/010a1pol>. Acesso em: 09, fev, 2023.

DURIGUETTO, M. L. **Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social.** Serviço Social e Sociedade, nº128, 2017.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BAZARELLO, Raphael Dutra. **Movimentos sociais e Serviço social: termos do debate.** *Temporalis*, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun, 2015.

FAERSTEIN, Eduardo; TRAJMAN, Anete. **Por que o Brasil deve retornar ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular.** Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/artigo-por-que-o-brasil-deve-retornar-ao-pacto-global-para-migracao-segura-ordenada-e-regular>. Acesso em:24. Abr. 2021.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** *Tradução de Renato de Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.*

FARIA, Andressa Vírginia de. **A Diáspora Haitiana para o Brasil: o novo fluxo migratório (2010-2012).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2012. Disponível em: [https://bib.pucminas.br/teses/TratInfEspacial\\_FariaAV\\_1.pdf](https://bib.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_FariaAV_1.pdf). Acesso em: 15, fev, 2014.

FAUSTINO, Deivison Mendes; OLIVEIRA, Leila Maria de. **Xeno-racismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil.** *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v. 29, n. 63, p. 193-210, 2021.

FERNANDES, Duval; MILESI, Rosita; FARIAS, Andressa. **Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório.** Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2014. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/migracao-haitiana/do-haiti-para-o-brasil-o-novo-fluxo-migratorio/>. Acesso em: 08, dez,2021.

FERNANDES, Duval (Coord.). Projeto “**Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral**”. Belo Horizonte: TEM/IOM-OIM/PUC Minas/GEDEP, 2014.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de Faria. **A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil**. In: BAENINGER, R. et al. (org.). *Imigração haitiana no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 45-64.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, Dominus/Edusp, vol. 2, 1965.

\_\_\_\_\_. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do livro. 1972.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4 ed. rev. São Paulo: Editora Globo, 2009.

FERNANDES, Duval (Coord.); CASTRO, Maria da Consolação G. de. Projeto “**Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral**”. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://oestrangeiro.org/estudos-sobre-a-migracao-haitiana-ao-brasil-e-o-dialogo-bilateral/> Acesso em: 07, junho, 2024.

FERNANDES, Márcia. **A organização da unidade africana como expressão do projeto político continental no pós-independência: disputa e reivindicações**. *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana* Ano IX. N°XVII, agosto. 2016. Disponível em:

<file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/P%C3%B3s%20Servi%C3%A7o%20Social%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o/119063-Texto%20do%20artigo-220303-1-10-20160815.pdf> Acesso em: 27, fev, 2024.

FERREIRA, Gracyelle Costa. **Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros**. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2020.

FERRER, W. M. H. **A ORIGEM DO PROCESSO DE MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO**. *Argumentum*(UNIMAR), v. 01, p. 19-26, 2001.

FIN, Maria Bernadete. **A HIERARQUIZAÇÃO DE NACIONALIDADES NO SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO: MOVIMENTO MIGRATÓRIO ENTRE SALSUL E NORTE-SUL**.

In: BAENINGER, Rosna et al (orgs.). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).

FORTES, Virgínia. **O capital-imperialismo, cosmopolitismo e lutas de classes**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300224544\\_ARQUIVO\\_VF-ANPUH-SP2011-Capital-imperialismoelutadeclases.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300224544_ARQUIVO_VF-ANPUH-SP2011-Capital-imperialismoelutadeclases.pdf)

FREIRE, Thauany V. B. P. **RACIALIDADE NOS APARATOS DE CONTROLE DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS**. Anais do XIV ENANPEGE. 2021. Disponível em: <[https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV1](https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV1)

FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago. **2016; o ano do golpe**. Rio de Janeiro. Oficina Raquel, 144p.54\_MD1\_SA115\_ID158001112021121407.pdf> Acesso em: 03, mar, 2024.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**, Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo. Editora Nacional, 1987.

GAFFIELD, Julia. **Complexities of Imagining Haiti: A Study of National Constitutions, 1801-1807**. Journal of Social History. Vol. 41, No. 1, pp. 81-103, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2020, pp.18-19

\_\_\_\_\_. **Os pecados do Haiti**. Correio da cidadania, Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <https://cebes.org.br/os-pecados-do-haiti/4098/> Acesso em: 06, junho, 2024.

GARCIA, Ivan Simões; MOREIRA, Eduardo Ribeiro. **A categoria Trabalho em Lukács segundo a Dialética Marxista**. In: Revista Direito e Práxis, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/47652>. Acesso em: 19,mar. 2023.

GASPAR, Ricardo Carlos. **O avanço da internacionalização no capitalismo contemporâneo: um ensaio de interpretação crítica da globalização**. PESQUISA & DEBATE, SP, volume 10, número 2 (16), 55-87,

1999. Disponível em:  
[file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Documentos-%20Altineia/11919-Texto%20do%20artigo-28565-1-10-20121004%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Documentos-%20Altineia/11919-Texto%20do%20artigo-28565-1-10-20121004%20(1).pdf)  
 Acesso em: 03, jan, 2023.

GIESBRECHT, Daniel Florence. ***RACISMO E XENOFOBIA CONTRA IMIGRANTES JAPONESES – O PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO***. Biblos. Número 9, 3.<sup>a</sup> Série pp. 447-468, 2023. Disponível em:  
[https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/111107/1/13043-Texto\\_do\\_Artigo-60839-1-10-20231220.pdf](https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/111107/1/13043-Texto_do_Artigo-60839-1-10-20231220.pdf) Acesso em: 03, jan, 2023.

GLENY, Terezinha Duro Guimarães, LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; DE PAULA, Marlúbia Corrêa. **Teorias da Análise do Discurso: contribuições de Michel Pêcheux e Teun van Dijk à pesquisa social**. Alexa Cultural, São Paulo. Manaus, 2022

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte. Ed Mazza, 1995

GOMES, Thalles. **Notas sobre a questão agrária haitiana**. Rev. Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 103-126, jul./dez. 2012.

GONÇALVES, Paulo César. **Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo**. São Paulo: Alameda. 2012.

\_\_\_\_\_ **Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista**. Almanack, Guarulhos, n. 17, p. 307-361, Dec. 2017. Disponível em:  
 <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-46332017000300307&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332017000300307&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 Abr. 2021

GONÇALVES, Paulo César. **Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo**. São Paulo: Alameda. 2012.

\_\_\_\_\_. **Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista**. Almanack, Guarulhos, n. 17, p. 307-361, Dec. 2017. Disponível em:  
 <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-46332017000300307&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332017000300307&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 Abr. 2021

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural da Amefrinanidade.** In: Gonzalez, Lélia. Primavera para rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana; Editora Filhos da África, 2018. p. 321-334.

GOODMAN, L. **Snowball Sampling.** In: Annals of Mathematical Statistics, 32:148-170, 1961.

GORENDER, Jacob. **O épico e o trágico na história do Haiti.** Estudos Avançados, 18 (50), 2004

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo. Ed. Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016. 632 p

GOUVÊA, Marina Machado. **Gênese e estrutura de “Imperialismo, fase superior do capitalismo, de Lênin.** Rev. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 12, n. 2, p. 21-34, out. 2020.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural da Amefrinanidade.* In: Gonzalez, Lélia. Primavera para rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana; Editora Filhos da África, 2018. p. 321-334.

GOUVÊA, Marina Machado. *Gênese e estrutura de “Imperialismo, fase superior do capitalismo, de Lênin.* Rev. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 12, n. 2, p. 21-34, out. 2020.

GRONDIN, M. Haiti: cultura, poder e desenvolvimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GUIMARÃES, Fernanda da Silva. **ENSINO DE HISTÓRIA E ENFRENTAMENTO AO RACISMO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SEBASTIÃO DE ABREU (2020-2021):**

**Desconstruindo os mitos da democracia racial e do racismo reverso.** Programa do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN. 2022.

HALLWARD, Peter. **Opção zero no Haiti.** In: SADER, Emir (Org.). Contragolpes. Tradução de New Left Review. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 219-242.

HANDERSON, Joseph. *Diáspora: As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa.* Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal de Rio de Janeiro, 2015.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2004

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal. 1979.

HENRIQUES, Cibele da Silva; KRENZINGER, Miriam. **O Serviço Social e a importância do “agir investigativo” na prática profissional: subsídios marxianos**. In: Trabalho social: estudos sobre a prática e exercício profissional do assistente social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social. Coordenação de Estágio e Extensão, Vol. 1 (2012). Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

HELION PÓVOA NETO: **DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS ACOMPANHAM A HISTÓRIA DA HUMANIDADE** [ENTREVISTA CONCEDIDA A] Mariana Hafiz Com Ciência. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. \_comciência dossiê refugiados. Entrevista, \_ Dossiê 216, 9 Abri, 2020. Disponível em: <https://www.comciencia.br/helion-povoa-neto-deslocamentos-populacionais-acompanham-a-historia-da-humanidade/> Acesso em: 05, abri, 2024

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: Ipea. 2001. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital, 1848-1875**. Tradução Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996.

HURBON, Laënnec. **Comprender Haïti**. Essai sur l'État, la nation, la culture. Paris: Karthala, 1987

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Otavio. **Globalização e Imperialismo**. Revista Crítica Marxista, São Paulo: Brasiliense, v.1, n.3, 1996.

IANNI, Otavio. **Globalização: novo paradigma das ciências sociais**. Estudos Avançados, 8(21), 147-163, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9666>. Acesso em: 13, dez, 2023.

IBGE, **Agência de Notícias do IBGE**, Portal do Governo Brasileiro. Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres caiu para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. Ed. Estatísticas Sociais, 2020.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao> Acesso em 28, jan, 2021.

IBGE, **Agência de Notícias do IBGE**, Portal do Governo Brasileiro.

Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. Ed. Estatísticas Sociais, 2020.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>. Acesso em 28, jan, 2021.

ICMPD – International Center for Migration Policy Development. MT Brasil – migrações transfronteiriças. Viena, 2015.

IGNAZI, Piero. **The intellectual basis of right-wing anti-partyism.**

European Journal of Political Research, v. 29, n. 3, p. 279-296, 1996.

IOTTI, Luiza (Org.). **Imigração e colonização: legislação de 1747- 1915.**

Porto Alegre; Caxias do Sul: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Educ. 2001.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos.** São Paulo, Boitempo, 2010.

JESUS, Alex Dias de; GOETTERT, Jones Dari. **A DINÂMICA DAS FRONTEIRAS E A MIGRAÇÃO HAITIANA CONTEMPORÂNEA.** Rev Geosul, Florianópolis, v. 35, n. 75, p. 280-299, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/administrador,+67995%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/administrador,+67995%20(1).pdf) Acesso em: 09, fev, 2024.

JOINT, Louis Auguste. **Sistema educacional e desigualdades sociais no Haiti: o caso das escolas católicas.** Rev. Pro-Posições, v. 19, n. 2, 2008.

JOSEPH, Handerson. **La negrización de las migraciones. In: (Trans)Fronteriza: movilidades y diásporas negras en las Américas.** MIRANDA *et al.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO. 2021.

\_\_\_\_\_. **A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório** In: CAVALCANTI, Leonardo; TONHATI, Tânia; DUTRA, Delia;

JÚNIOR, Almir de Oliveira; LIMA, Verônica Couto de Araújo. **Segurança pública e racismo institucional**. Repositório do Conhecimento do IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI), n. 4, out., 2014. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5931/1/BAPI\\_n04\\_p21-26\\_RD\\_Seguranca-publica-racismo\\_Diest\\_2013-out.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5931/1/BAPI_n04_p21-26_RD_Seguranca-publica-racismo_Diest_2013-out.pdf) Acesso em: 05, abr, 2024.

KERN, Gustavo da Silva. **“Educar é eugenizar”**: racismo, eugenia, e educação no Brasil (1870- 1940). Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 208.2016.

KLEIN, Herbert. **Migração internacional na história das Américas**. In: Fausto, Boris (Org.). Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp. p.13-31. 2000.

KOGA, Dirce; SANT´ANA; MARTINELLI, Maria Lúcia. Questão étnico-racial: desigualdades, lutas e resistências. In: Rev Serviço Social e Sociedade. Questão étnico- racial e Serviço Social. Ed. Cortez. 2018

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi F. **O trabalho escravo no história do país**. In: Ver. Historianet. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=4>> Acesso em: 20 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Teorizações eugenistas no Brasil: melhoramento racial, eutecnia e educação**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Biopoder, biopolítica e o discurso eugenista produzido no Brasil**. In: XXVIII Simpósio Nacional de História- Lugares dos historiadores: velhos e novos caminhos. Florianópolis. 2015. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945024\\_52064356148b909f53b98092ac091b54.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945024_52064356148b909f53b98092ac091b54.pdf) Acesso em: 22,fev,2024.

LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo e BARBOSA, Francisco de Assis. **Jacobina Rui Barbosa e a queima dos arquivos Brasília**, Ministério da Justiça: Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.

- LESSA, Sergio. **A centralidade ontológica do trabalho em Lukacs**. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 52. São Paulo: Cortez, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, **Tristes Trópicos**, São Paulo, Companhia das Letras, 1996
- LEVY, Maria Stella Ferreira. **O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)**. Rev. Saúde públ., S. Paulo, 8(supl.):49-90, 1974.
- LIMA, João Brígido Bezerra [et al]. **Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)**. Brasília: Ipea, 2017.
- LIMA, Maria Regina Soares. **A dialética da política externa de Lula 3.0**. EBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, (5), 79–95. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/104> Acesso em: 10, abr, 2024.
- LINTON, R. **Estudio del hombre**. México, Fondo de Cultura Económica, 1942, p. 69. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/gSZkx3b5kCrf8TkWjGRxmfX/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03, jan, 2023.
- LÔBO, Jade Alcântara. **Para além da imigração haitiana: racismo e patriarcado como sistema internacional**. 1. Ed. Curitiba. Ed Appris, 2020.
- LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: Uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LUCCOCKO, JOHH. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Livaria Itatiaia Editora, 1975.
- LUCE, Mathias S. **A Teoria do Sub Imperialismo em Ruy Mauro Marini: Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2011.
- LUCE, Mathias S. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003 – 2007)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Porto Alegre, 2007.

LUCE, Mathias. **O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente.** Crítica Marxista, Campinas, n.36, p.129-142, 2013.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013

LUZ, Gerlândia da. **A revolta Balaiada no Maranhão.** Universidade Federal do Maranhão., 2016

MAFESOLI, M. (2001). **Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas.** Rio de Janeiro: Recorde.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **MIGRAÇÃO DE DEPENDÊNCIA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL.** In: Migrações Sul-Sul. Rosana Baeninger; Lúcia Machado Bógus; Júlia Bertino Moreira; Luís Renato Vedovato; Duval Fernandes; Marta Rovey de Souza; Cláudia Siqueira Baltar; Roberta Guimarães Peres; Tatiana Chang Waldman; Luís Felipe Aires Magalhães (Orgs). – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição). p. 368- 382).

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires, BAENINGER, Rosana. **Imigração Haitiana no Brasil e Remessas para o Haiti.** In: BAENINGER, Rosana et al (org). Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. **MIGRAÇÃO DE DEPENDÊNCIA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL.** In: Migrações transnacionais no Estado de Santa Catarina [recurso eletrônico] / Angelo Ricardo Christoffoli...[et al.]; organizador Rafael Padilha dos Santos. - Dados eletrônicos. - Itajaí: UNIVALI, 2017. Disponível em: <https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/ecjs/E-book%202017%20MIGRA%C3%87%C3%95ES%20TRANSNACIONAIS%20NO%20ESTADO%20DE%20SANTA%20CATARINA.pdf> Acesso em: 25, fev, 2024.

MAIA, K. S., ZAMORA, M. H. **O Brasil e a Lógica Racial: Do branqueamento à produção de subjetividade do racismo.** Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 265-286, s/d, 2018. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-56652018000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-56652018000200005&lng=pt&nrm=iso) Acesso em 20 nov. 2021.

MAMED, Letícia Helena. **Haitianos no Brasil: a experiência da etnografia multisituada para investigação de itinerários migratórios elaborais sul-sul**. In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). Migração Sul-Sul. Campinas: NEPO; Unicamp, 2018. pp.420-433.

MARGARIDO, Alfredo. **A Revolução Congoleza**. Revoluções. São Paulo: Editora Três, 1974. pp. 711-725.

MARTINS, Kevin Campos; NOGUEIRA, Leonardo Amora; ABUCHACRA, Rodrigo Coutinho; Carvalho, Carla Regira; MAROTTA, Humberto. **Cidades sustentáveis frente às mudanças globais: um resgate da expansão urbana de Maricá para pensar o futuro**. In: Estudos maricaenses: o município de Maricá em debate. Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR) 1ª ed. Maricá, RJ. Ed. Instituto Darcy Ribeiro, p. 107-132, 2021.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. **Um estudo de caso sobre a evolução da decisão pelo uso da força durante a primeira operação de manutenção de paz das Nações Unidas no Haiti (1993-1996)**. Coleção Meira Mattos. Revista das ciências militares. Rio de Janeiro. N.22. 2012. Disponível em: <https://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/28/55> Acesso em: 09, fev, 2023.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Marco Zero, 1992.

\_\_\_\_\_. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000. 295p

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 2ª ed. Florianópolis: Ed. Insular/IELA, 2012.

MARQUES, Rosa Maria. **Globalização e Estados nacionais**. Crítica Marxista, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.136-139. Insular, 2012. 272p.

MARTINE, G. **A globalização inacabada: as migrações internacionais e pobreza no século 21**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, SP, v.19, n.3, p. 3-22, 2005.

MARTINS, Isis do Mar Marques. **Agiotas da mobilidade e migração haitiana: um debate sobre agenciadores em processos migratórios no/ao Brasil e políticas estatais de fronteira**. In: TRAVESSIA - Revista do Migrante - Ano XXXIII, Nº 88 - Janeiro - Junho. 2020

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção de capital. Tradução Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1984.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, volume I. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**. In:\_\_\_\_\_. Manuscritos econômico -filosóficos e outros textos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. **El Capital** (Tomo I. México: Siglo XXI, 1976 [1867]), p.638.

\_\_\_\_\_. ENGELS, Frederich. **A Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Teorias da mais-valia**. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Civilização brasileira, 1980

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo, Boitempo, 2013.

MASSEY, Doreen. **Filosofia e política da espacialidade: algum as considerações**. In: Geographia. Niterói-RJ: Ano VI, n. 12, 2004.

MATHIAS, Suzeley Kalil M; ZAGUE, Jose Augusto; SANTOS. **A política militar brasileira no governo Dilma Rousseff: o discurso e a ação**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 25, nº 1, jan.-abr., p. 136-168, 2019.

MATTEI, Lauro; MAGALHÃES, Luis Felipe. **A Política econômica durante o Governo Lula (2003-2010): cenários, resultados e perspectivas**. In: PAULA, Marilene (Org.). Nunca antes na história desse país? Um balanço das políticas do Governo Lula. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Böll, 2011.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998

MAY, T. **Pesquisa social. Questões, métodos e processos**. 2001. Porto Alegre, Artemed

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria; SIMON, Renel. **Sonhos que mobilizam o imigrante haitiano**. Editora da Univates, 2015.

MENDES, J. S. R.; MENEZES, F. B. B. de. **Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: “perigo estrangeiro” e retorno à ideologia de segurança nacional.** Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades, n. 247, mai./ago., p. 302-321. Salvador – BA, 2019.

MENDES, José Sacchetta Ramos; MENEZES, Fábio Bensabath Bezerra de. **Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: “perigo estrangeiro” e retorno à ideologia de segurança nacional.** Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades. Salvador, n. 247, mai./ago., p. 302-321, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/angelamc,+3+Jos os%C3%A9+Aurivaldo+Sacchetta+Ramos+Mendes\_Pol%C3%ADtica+Migrat%C3%B3ria%20(1).pdf Acesso em: 13, nov, 2023.

MENEZES, Franciane Cristina. **Repensando a funcionalidade do Racismo no Brasil contemporâneo.** In Rev. Libertas on line, V. 13, n. 1, 2013. Disponível em <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18255/9496>> Acessado em: 09, dez, 2021.

MENDES, J. S. R.; MENEZES, F. B. B. de. **Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: “perigo estrangeiro” e retorno à ideologia de segurança nacional.** Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades, n. 247, mai./ago., p. 302-321. Salvador – BA, 2019.

MIGLIOLI, Jorge. **Globalização: uma nova fase do capitalismo?.** Crítica Marxista, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.140-142.

MILESI, Rosita. **Brasil e os desafios da lei de migrações.** 18 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/505828-entrevista-especial-com-rosita-milesi>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

MILLS, C.W., **A imaginação sociológica,** Rio: Zahar editoras, 1965

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social.** In: \_\_\_\_\_ (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 1992.

\_\_\_\_\_. **O desafio da pesquisa social.** In: MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. REV. BR AS. ESTUD. URBANOS REG. (Online), RECIFE, V.18, N.3, p.363-377, SET.-DEZ. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/iDAsoR>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

MONTINARD-Leger, Mélanie, Veronique. **Pran wout la: dinâmicas da mobilidade e das redes haitianas**. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2019. 346p

MOREIRA, Julia Bertino. **Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local**. REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 22, n. 43, p. 85-98, dez. 2014.

MOREIRA, R. **Sociabilidade e espaço: as formas de organização geográfica das sociedades na era da terceira revolução industrial – um estudo de tendências**. *Revista do IEEE América Latina*, São Paulo, USP, v. 1, n. 2, p. 93-108, 2005.

MONACÉ, Jhon Kelly; RODRIGUES, Waldecy; OLIVEIRA, Nilton Marques de. **A França colonial, Santo Domingo e Haiti (1630 – 1843) Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 16, n. 31, 75-96, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/MEC/guguerreiro,+Jhon++Waldecy++Nilton++Port..pdf>. Acesso em: 22, jan, 2024.

MONTINARD, Melanie Véronique Léger. **Pran wout la: Dinâmicas da mobilidade e das redes haitianas**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2 ed, São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

\_\_\_\_\_. **Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo**. Revista Afro Ásia, Salvador, n. 14, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1448/showToc> Acesso em: 19, mar, 2023.

\_\_\_\_\_. **O Racismo como arma ideológica de dominação**. Revista Princípios, São Paulo, n. 34, 1994.

MOURA, Gabriele Rodrigues de; COSTA, Karine Lima da; PRESTES, Roberta Ribeiro. **A reforma urbana do Rio de Janeiro nas crônicas de João do Rio e Lima Barreto.** Revista Historiador, n. 5, dez. 2012. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/125/1/%5bTT002%5d%20A%20reforma%20urbana%20no%20Rio%20de%20Janeiro%20nas%20cr%3%b4nicas%20de%20Jo%3%a3o%20do%20Rio%20e%20Lima%20OBarreto.pdf/> Acesso em: 12 set 2021

MOREIRA, Julia Bertino. **Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local.** REMHU - Rev. Interdisciplinar Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 85-98, 2014.

MOREIRA, R. **Sociabilidade e espaço: as formas de organização geográfica das sociedades na era da terceira revolução industrial – um estudo de tendências.** Revista do IEEE América Latina, São Paulo, USP, v. 1, n. 2, p. 93-108, 2005.

MOREL, Marco. **A Revolução do Haiti e o Brasil: o que não deve ser dito.** 1 ed. Jundiaí, SP. Ed. Paco, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do Negro Brasileiro: o processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Alison Reis do. **A ONU e as intervenções armadas intraestatais: o caso do Haiti.** Universidade de Relações Internacionais de Brasília Brasília, v. 7, n. 2, p. 57-87, jul. 2009

NETO, Héllion Povoá. **Deslocamentos populacionais acompanham a história da humanidade.** In: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Boletim IPPUR: Direção Colegiada IPPUR: Orlando Alves dos Santos Júnior, Boletim n. 16, 2020.

NEZZI, Ana Paula; OMO, Paola Pagote Dall; FONTANA. Odisséia Aparecida Paludo. **A aplicação do princípio da dignidade humana para a reunião familiar de imigrantes haitianos no Brasil por meio da Portaria Interministerial MJSP/MRE N. 38, DE 10 de abril de 2023.** XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BUENOS AIRES – ARGENTINA. Direitos Humanos, Democracia e Movimentos Sociais II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI Coordenadores: Rogerio Luiz Nery Da Silva; Rosane Teresinha Porto; Thais Janaina Wenczenovicz. – Florianópolis: CONPEDI, 2023. Disponível em:

<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/w7dsqk3y/7iu1r8fn/w08H8LGmxCmEbTH9.pdf> Acesso em: 11, abr, 2024.

NOGUEIRA, O. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1998.

NOVAIS, Alan. Estudos maricaenses: o município de Maricá em debate. Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR) 1ª ed. Maricá, RJ. Ed. Instituto Darcy Ribeiro, 2021.

OBMIGRA. **Ações do conselho nacional de imigração (CNIG): políticas públicas para migração** – 2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em: [http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4CD725BD014CE13452222F85/Acoes\\_do\\_Conselho\\_Nacional\\_de\\_Imigracao\\_2014.pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4CD725BD014CE13452222F85/Acoes_do_Conselho_Nacional_de_Imigracao_2014.pdf) Acesso em: 24, fev, 2024.

OIM, (2017), **Diagnóstico regional sobre migración haitiana, Oficina Regional de la OIM para América del Sur**. URL: Disponível em: [https://publications.iom.int/system/files/pdf/diagnostico\\_regional\\_sobre\\_migracion\\_haitiana.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/diagnostico_regional_sobre_migracion_haitiana.pdf) Acesso em: 15, fev, 2024.

OLIVEIRA, Anderson J.M. **Santos pardos e pretos na América portuguesa: catolicismo, escravidão, mestiçagem e hierarquias de cor**. Stud. His., H. Mod., Salamanca, Espanha, v. 38, n.1, p. 65-93, 2016.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. **Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças**. R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.1, p.171-179, jan./abr. 2017

OLIVEIRA, Bruno Ribeiro. **Insurgência Mau Mau: Resistência armada no Quênia., 1952- 1960**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História. Porto Alegre, p.68, 2015.

OLIVEIRA, Denílson Araújo de. **Colonialidade, biopolítica e racismo: uma análise das políticas urbanas na cidade do Rio de Janeiro**. In: Cruz & Oliveira, D. A. (Orgs.). Geografia e giro decolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

OLIVEIRA; Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. **Motivos para migração no brasil e retorno ao nordeste padrões etários, por sexo e origem/destino**. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005

OLIVEIRA, Marcio de (org.). **A imigração haitiana no Brasil: Características Sócio-Demográficas e laborais na região sul e no Distrito Federal**: OBMIGRA, 2016.

OLIVEIRA, M. F. **A teoria do desenvolvimento e a problemática da urbanização na América Latina: uma primeira aproximação**. *Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais*, 16(2), 167, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2014v16n2p167> Acesso em: 15, fev, 2024.

OLIVEIRA, Reinaldo José de; OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências da Saúde, Brasil). **Origens da segregação racial no Brasil / Orígenes de la segregación racial en Brasil** In Fernández Domingo, Enrique; Venegas Valdebenito, Hernán (dirs.) *La transformation de l'espace urbain en Amérique Latine (1870-1930): discours et pratiques de pouvoir Cahiers (Les) ALHIM*, 2015 no. 29

OSORIO, Jaime. **Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente**. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 17, n.34, jul./dez. 2017, p.25-51.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo, Estado e relações internacionais**. São Paulo. Ideias & Letras, 2018.

\_\_\_\_\_. **O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

ORTEGAL, Leonardo. **Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora**. In: *Rev Serviço Social e Sociedade. Questão étnico-racial e Serviço Social*. Ed. Cortez. 2018

PABLITO, Marcello; SANTOS, Cristina. Haiti. **A nova ofensiva imperialista no Haiti e o apoio do governo Lula-Alckmin. Movimento Revolucionário de Trabalhadores, o MRT**. 2023. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/A-nova-ofensiva-imperialista-e-o-apoio-do-governo-Lula-Alckmin> Acesso em: 10, abr, 2024.

PACHECO, Lwdmila Constant. **Racismo Cordial: Manifestação da Discriminação Racial à Brasileira – o domínio público e o privado**. Apresentação oral em GT. 16º Encontro Nacional da Associação Nacional de Psicologia Social (ABRAPSO). Universidade Federal de Pernambuco, 2011. Disponível em: <https://www.encontro2011.abrapso.org.br/trabalho/view?q=YToyOntzOjY6InBhc mFtcyI7czoZnjoIYToxOntzOjExOiJJRF9UUKFCQUxITyI7czo0OiIzMDY1Ij9Ijt>

zOjE6ImgiO3M6MzI6ImY1MWI5ZWE3N2Y1ZDZiZmEyMTliODcwNGE4NjFiNWNIj9 Acesso: abr, 2024.

PADILHA, Leticia et al (Orgs.) **Brasil e Haiti: Racismo, Ciência, lutas históricas e dramas atuais** [recurso eletrônico], Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1nFySjjKZwfqJhNQbUpjp2mvUn\\_uYhQO1/view](https://drive.google.com/file/d/1nFySjjKZwfqJhNQbUpjp2mvUn_uYhQO1/view) Acesso em: 04, junho, 2024.

PAIVA, Ariane Rego de; GONÇALVES. Ana Gabriela de Paiva. **Declaração de Cartagena e os desafios para os Direitos Humanos de pessoas refugiadas na América Latina**. Revista *Ágora*. v. 33, n. 2. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/37953/25497>> Acesso em: 24, fev, 2024.

PAIXÃO, M. et al. (Org.). **Relatório anual das desigualdades raciais. 2009-2010. Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça**. Rio de Janeiro: Garamond. 2010. Disponível em: <[http://www.laeser.ie.ufrj.br/PT/relatorios%20pdf/Relat%C3%B3rio\\_2009-2010.pdf](http://www.laeser.ie.ufrj.br/PT/relatorios%20pdf/Relat%C3%B3rio_2009-2010.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2014.

PAULA, Leonardo Dias de. **MINUSTAH: Treze anos de presença internacional no Haiti. Série Conflitos Internacionais**. V. 4, n. 5, 2017. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/minustah-treze-anos-de-presenca-internacional-no-haiti.pdf> Acesso em: 06, junho, 2024.

PEREIRA, Amanda Souza do Nascimento; SIQUEIRA, Diego Zeidan Cardoso; SENRA, Lorena Thevénard; COSTA, Nathan Melo. **AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ**. In: Artigo publicado em: Mercado de trabalho: conjuntura e análise: n. 70, set. 2020. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Maricá, RJ. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10420>. Acesso em: 15, março, 2024.

PEREIRA, Ellen Caroline; SAMPAIO, Simone Sobral. **A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira**. In: Rev Serviço Social e Sociedade. Questão étnico- racial e Serviço Social. Ed. Cortez. 2018

PEREIRA, José Carlos. **Buscando outros nortes na convergência para o sul.** In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). Migração Sul-Sul. Campinas: NEPO; Unicamp, 2018. pp.420-433.

PIMENTA, Everton Fernando; GONÇALVES, Leandro Pereira (orgs). **Ação integralista brasileira em Minas Gerais ESTUDOS E HISTORIOGRAFIA.** Juiz de Fora, MG. Ed. UFJF, 2021.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil.** 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 26.

PINTO, Simone Rodrigues. **Haiti: Aspectos Sócio-históricos Internos e Emigração.** *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas.* V.13 N.3, 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/MEC/paulo,+13.++Haiti++Aspectos+Socio-Hist%C3%B3ricos+Internos+e+Emigra%C3%A7%C3%A3o%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/MEC/paulo,+13.++Haiti++Aspectos+Socio-Hist%C3%B3ricos+Internos+e+Emigra%C3%A7%C3%A3o%20(2).pdf). Acesso em: 22, jan, 2024.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época/** Karl Polanyi, 2. ed.- Rio de Janeiro, Compus, 2000

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1961

QUIJANO, Anibal. **“Dependencia, cambio social y urbanización em Latinoamérica.** Buenos Aires: CLACSO. In: Quijano, Anibal. Cuestiones y Horizontes: de la dependencia histórico-estrutural a la colonialidad/descolonialidad del saber. Buenos Aires, CLACSO, 2014 (1968), pp.75-124.

\_\_\_\_\_. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

\_\_\_\_\_. **“La nueva heterogeneidad estructural de América Latina”** em Sonntag, Heinz (ed.) Nuevos temas, nuevos contenidos (Caracas: UNESCO/Nueva Sociedad), 1988ª.

QUINTAS, Diana. **A imigração nos primeiros 100 dias de governo Lula.** In: Blog MigraMundo. 2023. Disponível em: <https://migramundo.com/a-imigracao-nos-primeiros-100-dias-de-governo-lula/> Acesso em: 27, fev, 2024.

RESSTEL, CCFP. **Fenômeno migratório**. In: Desamparo psíquico nos filhos de dekasseguis no retorno ao Brasil [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 35- 52.

REZNIK, Luís; COSTA, Juliana Carolina Oliveira. **Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2019, vol.26, n.1, pp.15-32.

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores**. Ver. *História* (São Paulo) v.33, n.1, p. 234-253, jan./jun. 2014

RIBEIRO, Marcelo Gomes; NOVA, Vitor Vieira Fonseca Boa;ROBOREDO, Igor Ribeiro. **Dependência ou autonomia fiscal-financeira? Análise das transferências dos royalties do petróleo para o município de Maricá**. In: Estudos maricaenses: o município de Maricá em debate. Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR) 1ª ed. Maricá, RJ. Ed. Instituto Darcy Ribeiro, p. 31-50, 2021.

RIBEIRO, Jocenilson; **"Xenofobia e Discurso de Ódio ao Estrangeiro no Espaço de Enunciação da Tríplice Fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai)"**, p. 263 -292. In: *Processos Psicossociais de Exclusão Social*. São Paulo: Blucher, 2020.

ROSA, Marcelo C. (2014). **Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente**. Porto Alegre: Civitas, v. 14,n.1, p. 43-65.

ROSSA, Lya Amanda Rossa; MENEZES, Marilda A. **Entre migrações e refúgio: migrações Sul-Sul e as novas tipologias migratórias**. In: BAENINGER, Rosna et al (orgs.). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).

ROSSI, Leonardo Bortolozzo. **AS POLÍTICAS DA VIDA: O VISTO HUMANITÁRIO E A NOVA RAZÃO GOVERNAMENTAL**. Caderno de Relações Internacionais. Vol. 13, Nº24, 2022.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História econômica geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. *Front Cover*. Fernanda Sánchez. Argos, Editora Universitária, 2003.

SANTOS, Gyne Gessyka Pereira; SALES, Sandra Regina. **A Mulher Negra Brasileira, Miscigenação e o Estupro Colonial: O mito da democracia racial e o reforço de estereótipos racistas e sexistas.** Caderno Espaço Feminino. Uberlândia, MG. v.31. n.1. 2018

SANTOS, Cleusa. **Xenofobia.** Brasília: CFESS, 2016. (Caderno 5). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno05-Xenofobia-Site.pdf>. Acesso em: 03, jan, 2023.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças do. **DESCOLONIZANDO OS ESTUDOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL: o constitucionalismo haitiano de 1801 a 1816.** *REVISTA SOBRE ACESSO À JUSTIÇA E DIREITOS NAS AMÉRICAS.* Brasília, v.6, n.2, ago./dez. 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/MEC/3-+45826-DESCOLONIZANDO+OS+ESTUDOS+DO+DIREITO+CONSTITUCIONAL-+O+CONSTITUCIONALISMO+HAITIANO+DE+1801+A+1816%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/MEC/3-+45826-DESCOLONIZANDO+OS+ESTUDOS+DO+DIREITO+CONSTITUCIONAL-+O+CONSTITUCIONALISMO+HAITIANO+DE+1801+A+1816%20(1).pdf). Acesso em: 22, jan,2024.

SARTORETTO, Laura. **AMPLIAÇÃO DA DEFINIÇÃO DE REFUGIADO NO BRASIL E SUA INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA.** In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). *Migração Sul-Sul.* Campinas: NEPO; Unicamp, 2018. pp.420-433

SASSEN, S. **Três migrações emergentes: uma mudança histórica.** *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 13, n. 23, p. 29-42, 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor.** Salvador: EDUFBA, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiçado.** *Cienc. Culto.* São Paulo, v. 64, n. 1, pág. 48-55, janeiro de 2012. Disponível em [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252012000100018&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000100018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 24 de abril de 2021.

\_\_\_\_\_. **Raça como negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil.** Brasil afro-brasileiro. Tradução. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

Schwarcz, L. M. e Gomes, F. (orgs.). (2018). **Dicionário da escravidão e liberdade.** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti: dilemas e fracassos internacionais**. Ijuí:Ed. Unijuí, Coleção relações internacionais e globalização, 47, 464 p. 2014.

SEGUY, Franck. **Racismo e desumanização no Haiti**. Revista de Educação Educere et Educare. Vol 10. N. 20, Jul/dez, 2015, p. 521- 536.

\_\_\_\_\_. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Campinas, 2014. 399 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SEMEGHINI, M. I. C. **TRABALHO E SOCIABILIDADE NA ONTOLOGIA DE GEORG LUKÁCS**. Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação, [S. l.], v. 2, n. 3, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/576>. Acesso em: 19 mar. 2023.

SERRA, Caio Cesar; AMORIM, Diana Araujo de; NAKANO, Juliana Mary Yamanaka; ALMEIDA, Vitor Bastos Freitas de. **O novo coronavírus e as migrações no Brasil: a instrumentalização da pandemia para a implementação de uma política discriminatória e utilitarista de controle de fronteiras no país**. TRAVESSIA - Revista do Migrante - Ano XXXIV, Nº 91 - Maio - Agosto. 2021

SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil 3**, República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SEYFERTH, Giralda. **Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político**. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. 26ª Reunião Brasileiro de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil. Disponível em: [http://www.imigracaohistorica.info/uploads/1/3/0/0/130078887/seyferth\\_giralda.\\_imigrantes\\_estrangeiros\\_a\\_trajet%C3%B3ria\\_de\\_uma\\_categoria\\_inc%C3%B4moda\\_no\\_campo\\_pol%C3%ADtico.pdf](http://www.imigracaohistorica.info/uploads/1/3/0/0/130078887/seyferth_giralda._imigrantes_estrangeiros_a_trajet%C3%B3ria_de_uma_categoria_inc%C3%B4moda_no_campo_pol%C3%ADtico.pdf) Acesso em: 06, junho, 2024.

SILVA. Ana Paula Procópio da. **O CONTRÁRIO DE “CASA GRANDE” NÃO É SENZALA. É QUILOMBO! A CATEGORIA PRÁXIS NEGRA NO PENSAMENTO SOCIAL DE CLÓVIS MOURA**. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 293p. 2017.

SILVA, Camila Rodrigues da. **Migração de venezuelanos para São Paulo: reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa.** In: BAENINGER, Rosna et al (orgs.). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).

SILVA, Filipe Rezende; LIMA, Cassio Francisco; FERNANDES, Duval Magalhães. **Um panorama geral dos imigrantes: haitianos, congolezes, senegaleses e ganeses.** In: BAENINGER, Rosana et al (orgs.). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).

SILVA, João Carlos Jarochinski. **Uma política migratória reativa e inadequada- a migração venezuelana para o Brasil e a Resolução N. 126 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg).** In: BAENINGER, Rosna et al (orgs.). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).

SILVA, Leda Maria Messias da; LIMA, Sarah Somensi. **Imigração Haitiana no Brasil: os Motivos da Onda Migratória, as Propostas para a Inclusão dos Imigrantes e a sua Proteção à Dignidade Humana.** Ver. Direito, Estado e Sociedade, n. 48, p. 167- 195, 2016.

SILVA, Letícia Bolzon; MERCHER, Leonardo. **Tratamento do Imigrante Haitiano no Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Relações Internacionais. Escola de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança Centro Universitário Internacional Uninter. Curitiba, 2018.

SILVA, Sidney Antonio da. **A imigração haitiana e os paradoxos do visto humanitário.** In: BAENINGER, R. et al. (org.). Imigração haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 207 - 228

SILVA, S. A. **Brazil, a new eldorado for immigrants?** The case of haitians and the

SILVA, Wilson Honório da. **O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade.** São Paulo: Sundermann, 2016

SMITH, John. **Imperialismo no século XXI.** In: Fernandes, Luiz Eduardo (org); SAVELLA, Fernando; GALVÃO, Konrado Leite. ORLANDIN, L'igia. (tradutores). Introdução ao imperialismo tardio. Recife, Ruptura, 2022, 312p.

SOETHE, PA., org. MARTINESCHEN, D., et al., transl. KOHLHEPP, G. **IV. A expansão do cultivo de café como fator de conformação da paisagem e**

**da estrutura social agrárias do norte do Paraná.** In: Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café [online]. Maringá: Eduem, 2014, pp. 81-117. ISBN 978-85-7628-655-4. Available from SciELO Books.

SOPRANI, Carolina. **Abuso e exploração sexual nas operações de paz da ONU. Série Conflitos Internacionais.** Observatório de Conflitos Internacionais. Universidade Estadual Paulista (UNESP).V. 5. N.6, 2018. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-5-n.-6-dez.-2018---abuso-e-exploracao-sexual-nas-operacoes-de-paz-da-onu.pdf> Acesso em: 16, fev, 2024.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Florestan Fernandes e o debate sobre a dependência na América Latina.** Rev. Rebelo, V. 7, N. 3, set/nov, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Regulariza%C3%A7%C3%B5es%20de%20ponto/3936-Texto%20do%20artigo-13354-1-10-20200228.pdf> Acesso em: 05, abr, 2024.

SOUZA, Danilo Ferreira de; Gimenes, Raphael Paulino. **Fetichismo e reificação: a pertinência da teoria marxiana para a compreensão do processo de globalização.** Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH Departamento de Sociologia Laboratório Didático - USP ensina Sociologia, 2014. Disponível em: [https://ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/Danilo\\_Raphael\\_texto.pdf](https://ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/Danilo_Raphael_texto.pdf). Acesso em: 03, jan, 2014.

SOUZA, Elizabeth Maria Feitosa da Rocha de; VIÉGAS, Vandrê Soares. **Perspectivas para Maricá em 2030: modelo da expansão urbana utilizando autômatos celulares.** In: Estudos maricaenses: o município de Maricá em debate. Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR) 1ª ed. Maricá, RJ. Ed. Instituto Darcy Ribeiro, p. 133-154, 2021.

TEIXEIRA, Fernando Amorim; FEIJO, Carmem; BATEMAN, Milford. **Como construir um arcabouço institucional eficiente para gestão de recursos finitos: recomendações para o desenvolvimento econômico de Maricá.** In: Estudos maricaenses: o município de Maricá em debate. Instituto Municipal de

Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR) 1ª ed. Maricá, RJ. Ed. Instituto Darcy Ribeiro, p. 11-30, 2021.

TOMICH, Dale. *Pensando o "impensável": Victor Schoelcher e o Haiti*. Revista Mana, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, abr 2009.

TOSTES, Ana Paula. **Associativismos de extrema direita na era pós 11 de setembro. Dossiê: Ecos do 11/09** – Dez anos depois. 2011. Disponível em: file:///C:/Users/migra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Documentos-%20Altineia/mediacoes,+Gerente+da+revista,+11112-42776-1-CE.pdf Acesso em: 03, jan, 2023.

TROTSKY, L. **O imperialismo e a crise da economia mundial: textos sobre a crise de 1929**. 1ª edição. São Paulo. Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann. 2008b

\_\_\_\_\_. **Stalin, o grande organizador de derrotas: a III Internacional depois de Lenin**. 1ª edição. São Paulo. Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann. 2010a.

TURRA, Cleusa e VENTURI, Gustavo. (Orgs.). **Racismo cordial. A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Ática/Folha de São Paulo/Data Folha, 1995.

UEBEL, R. R. G. **Análise do perfil socioespacial das migrações internacionais para o Rio Grande do Sul no início do século XXI: redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa**. 2015. 248f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117357/000967373.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 10, fev, 2024.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro, Expressão popular, 2ª. Edição, 2011.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima e YUJIRA, Veronica Quispe. **Saúde de migrantes e refugiados**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. Acesso em: 30 jun. 2023. 2019

VERAS, Nathália Santos. **“FECHAMENTO DAS FRONTEIRAS” NA PANDEMIA DE COVID-19: O QUE A PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 652/2021 QUER DIZER SOBRE A MIGRAÇÃO VENEZUELANA**. Revista Defensoria Pública. União Brasília, DF n.19 p. 1-285 Jan./Jun. 2023.

VIANA, F. de O. (1956). **Evolução do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio. (original publicado em 1923).

VIANA, Nildo. **Capitalismo e Racismo**. Rev. Informe e Crítica, 2014. Disponível em: <<http://informecritica.blogspot.com.br/2014/12/capitalismo-e-racismo.html>> Acesso em: 26 set. 2015.

VIEIRA, Luciane. **Imigração haitiana e igualdade racial: experiências de um município do estado do Rio de Janeiro**. Programa de Pós Graduação com ênfase em Saúde e Assistência Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

VEDOVATO, Luis Renato; ASSIS, Ana Elisa Spaoloni Queiroz. **OS VETOS À NOVA LEI DE MIGRAÇÃO BRASILEIRA. A INTERPRETAÇÃO COMO UM PASSO NECESSÁRIO**. In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). Migração Sul-Sul. Campinas: NEPO; Unicamp, 2018. pp.420-433.

VENDRAMINI, Célia Regina. **A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético**. Ver. Katálisis, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-260, maio/ago. 2018.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima e YUJIRA, Veronica Quispe. **Saúde de migrantes e refugiados**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. Acesso em: 30 jun. 2023. 2019

VERGER. **Notas sobre o culto aos orixás e Voduns na Bahia de todos os santos, no Brasil, e na Antiga Costa dos escravos, na África**. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

VERGNE, Celso de Moraes. **A TRAMA DA BESTA: a construção cotidiana do genocídio do negro no Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em em Psicologia da PUC-Rio. Rio de Janeiro. 124p. 2014.

VERENHITACH, Gabriela Daou. **A MINUSTAH e a política externa brasileira: motivações e consequências**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em integração Latino-Americana. Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9701/GABRIELADAOUVERENHITACH.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 15, fev, 2024

VIANA, F. de Oliveira (1956). **Evolução do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: José WALTENBERG; Fábio Domingues. **Alcances e limites das ações de combate à pobreza da prefeitura de Maricá em resposta à crise de Covid-19**. In: Estudos maricaenses: o município de Maricá em debate. Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR) 1ª ed. Maricá, RJ. Ed. Instituto Darcy Ribeiro Olympio. (original publicado em 1923).

WALLERSTEIN, Immanuel. **As tensões ideológicas do capitalismo: universalismo versus racismo e sexismo**. In: BALIBAR, Étienne; Wallerstein Immanuel. *Raça, nação, classe: as identidades ambíguas*, 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2021.

WALTENBERG, Fábio Domingues. **Alcances e limites das ações de combate à pobreza da prefeitura de Maricá em resposta à crise da Covid-19**. In: **Estudos maricaenses: o município de Maricá em debate**. Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR) 1ª ed. Maricá, RJ. Ed. Instituto Darcy Ribeiro, p. 69-90, 2021.

WENCZENOVICZ, Thaís; SIQUEIRA, Rodrigo. **Colonialidade, mulher indígena e Violência: Reflexões Contemporâneas**, Revista de Movimentos Sociais e Conflitos, Brasília, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2017. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistamovimentosociais/article/view/1809/pdf>. Acesso em: 09, abr, 2024.

WENDEN, C. W. **As novas migrações: por que mais pessoas do que nunca estão em circulação e para onde elas estão indo?** SUR Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, SP, v. 13, n. 23, p. 17-28, 2016. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/as-novasmigracoes/>>. Acesso em: 16 Jul. 2016.

WERNECK, Jurema. **“A atuação das forças de segurança do Rio é marcada pelo caráter repressivo e pela criminalização da juventude negra”, diz Jurema Werneck. [Entrevista concedida a] Nadine Nascimento**. Le Monde Diplomatique Brasil. Out, 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-atuacao-das-forcas-de-seguranca-do-rio-e-marcada-pelo-carater-repressivo-e-pela-criminalizacao-da-juventude-negra-diz-jurema-werneck/> Acesso em: 05, abr, 2024.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da**

**Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07–17, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>. Acesso em: 23 maio. 2024.

WISE, Raúl Delgado. **Rumo a uma visão contra-hegemônica da relação dialética entre migração e desenvolvimento**. In: MEDINA, Tahina Ojeda; VILLAMAR, María del Carmen Villareal (Org.). *Pensamento crítico latino-americano sobre desenvolvimento*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, IUDC-UCM, FAPERJ, 2021

ZERON, Laurent de Saes et Carlos. **OS AMIGOS DOS NEGROS, O HAITI E O BRASIL**. Universidade de São Paulo. 2018. Disponível em: <https://heritage.bnf.fr/france-bresil/pt-br/amigos-dos-negros-artigo>. Acesso em: 22, jan, 2024.

## 9

### Anexos

#### 9.1.

#### Anexo A- ROTEIRO DE ENTREVISTA A

1. Quais eram as principais dificuldades enfrentadas no Haiti, no momento de sua decisão de vir para o Brasil?
2. O que a/o motivava vir para o Brasil?
3. Se possível, você poderia falar um pouco sobre as principais dificuldades encontradas durante a travessia?
4. De que forma você considera que sua vinda e permanência aqui tem possibilitado auxiliar sua família?
5. Quais são as principais diferenças que você percebe entre o Brasil e o Haiti?
6. Você poderia comentar sobre o que imaginava que seria a vida aqui e que, em sua perspectiva, foi diferente?
7. Nas suas experiências no Brasil, você percebe que alguma delas teve/tem a ver com o fato de você ser migrante ou você acha que a cor da pele tem alguma importância aqui?
8. Como conheceu a cidade de Maricá?
9. Por que decidiu morar aqui?
10. Como é sua relação com as/os outras/os haitianas/os aqui na cidade?
11. Quais são as principais vantagens e desvantagens de viver aqui, sendo uma haitiana/haitiano?
12. Como você percebe que os maricaenses compreendem o que é o processo de migração e especificamente, sobre a haitiana?
13. Quais são os principais serviços acessados por você aqui na cidade (educação, lazer, saúde etc)?
14. O que você proporia como melhoria para as/os haitianas/os que vivem em Maricá?

### 9.1.1.

#### **Anexo B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TRABALHO DE CAMPO**

Para efetivação da pesquisa proposta está prevista a participação da pesquisadora em reuniões promovidas pela comunidade de haitiana na cidade de Maricá. O projeto de pesquisa tem por título: Racismo e migração: vidas haitianas inter cruzadas pela realidade brasileira, conduzida por Camila Rodrigues Estrela, orientada pela Professora Doutora Ariane Rego de Paiva, no Curso de Doutorado em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

O mesmo tem como objetivo compreender como o racismo atravessa o processo de sociabilidade das haitianas e haitianos residentes na cidade de Maricá.

Este termo visa o consentimento da participação da pesquisadora nos espaços indicados pelas lideranças haitianas na cidade.

O aceite com relação a essa participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode se recusar a responder qualquer pergunta ou desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não terá nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição que fornecerá os dados. As informações serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Haverá, portanto, a salvaguarda da confidencialidade, anonimato, sigilo e privacidade. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas durante as reuniões, onde a pesquisadora utilizará os dados obtidos através de sua observação e posteriormente utilizadas como dados. A pesquisadora irá deslocar-se até os locais das reuniões, não gerando nenhum custo para as envolvidas e envolvidos.

Os dados serão divulgados na tese e em futuras publicações relacionadas à pesquisa. Os dados e informações pessoais que permitam a identificação da/do participante não serão publicados e divulgados. Os dados coletados na pesquisa serão mantidos em arquivo, físico ou digital sob guarda e responsabilidade da

pesquisadora – que será guardado por cinco (5) anos e incinerada após esse período.

Garante-se aos integrantes das reuniões o segredo de suas confidências e de sua identidade. Os resultados da pesquisa serão devolvidos através de uma via da tese para a/o líder designado pelo grupo, além da participação da pesquisadora em eventos dirigidos ao público participante da pesquisa e comunicação em seminários, palestras e outros eventos científicos, bem como ao término da pesquisa será garantido o acesso aos resultados da transcrição e análise das entrevistas realizadas através de apresentação do trabalho final, em reunião a ser realizada com todas e todos envolvidos na mesma.

A referida pesquisa tem por base as resoluções 466/2012 e 510/2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde. No caso da participação da pesquisadora gerar algum desconforto, a pesquisadora imediatamente poderá retirar-se do local.

Diante dessa possibilidade, a participação nas reuniões pode ser interrompida e se houver necessidade e interesse, você será encaminhado à Serviços de Atendimento Psicológico – ressalta-se que a condução a esses serviços deve respeitar as suas formas de atendimento como, por exemplo, a fila de espera, entre outras questões. São exemplos os seguintes serviços gratuitos:

**Serviço de psicologia (SPA) da PUC-Rio. Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea CEP 22453-900 – Rio de Janeiro – RJ Tel.: 21-3114-1001**

**Serviço de Psicologia aplicada da UER. Rua São Francisco Xavier, 524 – 10º andar – Maracanã/RJ - Telefones: 2334-0033.**

**Serviço de Psicologia Aplicada da Estácio de Sá. Rua do Bispo 83, Rio Comprido, tel. 2503-7000.**

Os benefícios deste estudo consistem no fornecimento de dados sobre a forma de viver das haitianas e haitianos, na cidade de Maricá, e seus atravessamentos pelo racismo brasileiro. Assim pode-se mencionar como principais benefícios dessa pesquisa:

- Ser um canal de informações para a construção de ações voltadas às demandas do grupo haitiano residente em Maricá;
- Construir informações que possam subsidiar a elaboração de políticas públicas, voltadas para o grupo haitiano residente na cidade;
- Divulgar a importância da migração haitiana para a cidade, no que tange às contribuições que a mesma pode oferecer para a região.

- Contribuir para que a falta de conhecimento sobre a migração haitiana, deixe de gerar entraves para sua sociabilidade, em Maricá.
- Contribuição para a atuação dos profissionais de saúde, gestores das unidades, profissionais das ONGs e para as mulheres congolezas, possibilitando uma compreensão sobre a análise das diferentes dimensões do acesso de refugiadas congolezas na atenção integral à saúde da mulher no município do Rio de Janeiro;

Sua participação no estudo não implicará em custos adicionais. A/O Senhora (o) não terá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação.

Assinando este consentimento, você não desiste de nenhum de seus direitos. Além disso, a (o) senhora (o) não libera os investigadores de suas responsabilidades legais e profissionais no caso de alguma situação que lhe prejudique. A sua participação é inteiramente voluntária. Uma vez aceitando participar desta pesquisa, a (o) Senhora (o) deverá se sentir livre para abandonar o estudo a qualquer momento do curso deste, sem que isto afete o seu cuidado ou relacionamento futuro com esta instituição. O investigador deste estudo também poderá retirá-lo do estudo a qualquer momento se ele julgar que seja necessário para o seu bem-estar.

Os resultados da pesquisa colaborarão para o acúmulo do conhecimento científico tanto na área do Serviço Social como para o estudo da temática de deslocamentos forçados e a violência urbana. O pesquisador responsável compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconizam as Resoluções 466/12 de 12/06/2012 e Resolução 510/16 – CNS, que trata sobre as disposições e normas éticas de proteção aos participantes da pesquisa.

O TCLE será assinado em duas vias, uma delas ficará com a/o participante e a outra com a pesquisadora.

Após os esclarecimentos acima, caso aceite participar desta pesquisa a (o) Sra (o) receberá uma via deste termo onde deverá rubricar e assinar (em duas vias) e que consta os contatos da pesquisadora responsável Camila Rodrigues Estrela, que também assinará esse documento, bem como da sua orientadora Ariane Rego de Paiva.

Em caso de dúvidas, sobre o projeto e sua participação, você poderá tirá-las agora ou a qualquer momento na Câmara de Ética em Pesquisa (CEPq) da PUC Rio situado no endereço Rua Marquês de São Vicente, 225 – Prédio Kennedy, 2º andar – Gávea – Rio de Janeiro - RJ, cujo telefone de contato é: 21 3527-1134 e e-mail: [alef@puc-rio.br](mailto:alef@puc-rio.br). A Câmara de Ética em Pesquisa PUC-Rio tem por atribuição analisar do ponto de vista ético os projetos de pesquisa dos professores, pesquisadores e discentes da Universidade, quando solicitada. A Câmara pode responder as dúvidas éticas quando elas persistirem mesmo após a explicação dada pelas pesquisadoras Camila Estrela e/ou Ariane Rego de Paiva.

**Ariane Rego de Paiva**  
**Pesquisadora orientadora**  
**Tel: (21) 3527-1290**  
**Departamento do Serviço**  
**Social da PUC-Rio**  
**E-mail:**  
**[arianerpaiva77@hotmail.com](mailto:arianerpaiva77@hotmail.com)**

**Camila Rodrigues Estrela**  
**Pesquisadora Responsável**  
**Tel: (21) 96975-9536**  
**E-mail:**  
**[migracaoesauderj@gmail.com](mailto:migracaoesauderj@gmail.com)**

Eu,

---

Li o TERMO DE CONSENTIMENTO e compreendi o que me foi explicado. Estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei me retirar a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Assinatura da/o entrevistada/o

Autorizo gravação (  ) Não autorizo gravação (  )

Rio, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

### 9.1.2

#### **Anexo C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- ENTREVISTAS**

Você está sendo convidada/convidado a participar do projeto de pesquisa intitulado: Racismo e migração: vidas haitianas inter cruzadas pela realidade brasileira, conduzida por Camila Rodrigues Estrela, orientada pela Professora Doutora Ariane Rego de Paiva, no Curso de Doutorado em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

O projeto de pesquisa tem como objetivo compreender como o racismo atravessa o processo de sociabilidade das haitianas e haitianos residentes na cidade de Maricá.

Você foi escolhida/escolhido por ser uma/um representante do grupo haitiano que está morando na cidade de Maricá, tendo sido apontada/apontado pelo grupo, como uma/um líder que o representa na tomada de decisões.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode se recusar a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não terá nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição que fornecerá os dados. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Haverá, portanto, a salvaguarda da confidencialidade, anonimato, sigilo e privacidade. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de entrevista de um roteiro semiestruturado, sendo esta realizada manualmente e posteriormente utilizadas como dados.

As entrevistas serão realizadas na cidade de Maricá, nos locais indicados pelas entrevistadas e entrevistados, onde nesse sentido, a pesquisadora deslocar-se-á aos mesmos, não havendo, portanto, custos de deslocamento por parte do segmento entrevistados. As entrevistas terão por base as perguntas do roteiro semiestruturado. Esta entrevista será gravada em áudio e depois será transcrita. As

respostas serão divulgadas na tese e em futuras publicações relacionadas à pesquisa. Os dados e informações pessoais que permitam a identificação da/do participante não serão publicados e divulgados. Os dados coletados na pesquisa serão mantidos em arquivo, físico ou digital sob guarda e responsabilidade da pesquisadora – que será guardado por cinco (5) anos e incinerada após esse período.

A entrevista será gravada (com o auxílio de um gravador de áudio), mediante autorização prévia. Caso a (o) entrevistada (o) não autorize a gravação será respeitada a sua vontade e a entrevista será transcrita de forma escrita mediante anotações do pesquisador. O tempo estimado da entrevista é de 45 a 60 minutos. Garante-se às pessoas entrevistadas o sigilo de suas confidências e de sua identidade. A entrevista será realizada com base em um roteiro semiestruturado entregue previamente. Será garantido local reservado e liberdade nas respostas das questões. Os resultados da pesquisa serão devolvidos através de uma via da tese para a/o líder designado pelo grupo, além da participação da pesquisadora em eventos dirigidos ao público participante da pesquisa e comunicação em seminários, palestras e outros eventos científicos, bem como ao término da pesquisa será garantido o acesso aos resultados da transcrição e análise das entrevistas realizadas através de apresentação do trabalho final, em reunião a ser realizada com todas e todos envolvidos na mesma.

A referida pesquisa tem por base as resoluções 466/2012 e 510/2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde. No caso da entrevista causar algum desconforto, a pesquisadora imediatamente interromperá a mesma.

Diante dessa possibilidade, a entrevista pode ser interrompida e se houver necessidade e interesse, você será encaminhado à Serviços de Atendimento Psicológico – ressalta-se que a condução a esses serviços deve respeitar as suas formas de atendimento como, por exemplo, a fila de espera, entre outras questões. São exemplos os seguintes serviços gratuitos:

**Serviço de Psicologia (SPA) da PUC-Rio. Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea CEP 22453-900 – Rio de Janeiro – RJ Tel.: 21-3114-1001**

**Serviço de Psicologia aplicada da UER. Rua São Francisco Xavier, 524 – 10° andar – Maracanã/RJ - Telefones: 2334-0033.**

**Serviço de Psicologia Aplicada da Estácio de Sá. Rua do Bispo 83, Rio Comprido, tel. 2503-7000.**

Os benefícios deste estudo consistem no fornecimento de dados sobre a forma de viver das haitianas e haitianos, na cidade de Maricá, e seus atravessamentos pelo racismo brasileiro. Assim pode-se mencionar como principais benefícios dessa pesquisa:

- Ser um canal de informações para a construção de ações voltadas às demandas do grupo haitiano residente em Maricá;
- Construir informações que possam subsidiar a elaboração de políticas públicas, voltadas para o grupo haitiano residente na cidade;
- Divulgar a importância da migração haitiana para a cidade, no que tange às contribuições que a mesma pode oferecer para a região.
- Contribuir para que a falta de conhecimento sobre a migração haitiana, deixe de gerar entraves para sua sociabilidade, em Maricá.
- Contribuição para a atuação dos profissionais de saúde, gestores das unidades, profissionais das ONGs e para as mulheres congolezas, possibilitando uma compreensão sobre a análise das diferentes dimensões do acesso de refugiadas congolezas na atenção integral à saúde da mulher no município do Rio de Janeiro;

Sua participação no estudo não implicará em custos adicionais. A/O Senhora(o) não terá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação.

Assinando este consentimento, você não desiste de nenhum de seus direitos. Além disso, a (o) senhora (o) não libera os investigadores de suas responsabilidades legais e profissionais no caso de alguma situação que lhe prejudique. A sua participação é inteiramente voluntária. Uma vez aceitando participar desta pesquisa, a (o) Senhora (o) deverá se sentir livre para abandonar o estudo a qualquer momento do curso deste, sem que isto afete o seu cuidado ou relacionamento futuro com esta instituição. O investigador deste estudo também poderá retirá-lo do estudo a qualquer momento se ele julgar que seja necessário para o seu bem-estar.

Os resultados da pesquisa colaborarão para o acúmulo do conhecimento científico tanto na área do Serviço Social como para o estudo da temática de deslocamentos forçados e a violência urbana. O pesquisador responsável compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconizam as

Resoluções 466/12 de 12/06/2012 e Resolução 510/16 – CNS, que trata sobre as disposições e normas éticas de proteção aos participantes da pesquisa.

Após o término de pesquisa será garantido o acesso aos resultados da transcrição e análise das entrevistas realizadas através de apresentação do trabalho final, em reunião a ser realizada com todas e todos envolvidos na mesma.

O TCLE será assinado em duas vias, uma delas ficará com a/o participante e a outra com a pesquisadora.

Após os esclarecimentos acima, caso aceite participar desta pesquisa a Sra (o) receberá uma via deste termo onde deverá rubricar e assinar (em duas vias) e que consta os contatos da pesquisadora responsável Camila Rodrigues Estrela, que também assinará esse documento, bem como da sua orientadora Ariane Rego de Paiva.

Em caso de dúvidas, sobre o projeto e sua participação, você poderá tirá-las agora ou a qualquer momento na Câmara de Ética em Pesquisa (CEPq) da PUC Rio situado no endereço Rua Marquês de São Vicente, 225 – Prédio Kennedy, 2º andar – Gávea – Rio de Janeiro - RJ, cujo telefone de contato é: 21 3527-1134 e e-mail: [alef@puc-rio.br](mailto:alef@puc-rio.br). A Câmara de Ética em Pesquisa PUC-Rio tem por atribuição analisar do ponto de vista ético os projetos de pesquisa dos professores, pesquisadores e discentes da Universidade, quando solicitada. A Câmara pode responder as dúvidas éticas quando elas persistirem mesmo após a explicação dada pelas pesquisadoras Camila Estrela e/ou Ariane Rego de Paiva.

**Ariane Rego de Paiva**  
**Pesquisadora orientadora**  
**Tel: (21) 3527-1290**  
**E-mail:**  
**[arianerpaiva77@hotmail.com](mailto:arianerpaiva77@hotmail.com)**

**Camila Rodrigues Estrela**  
**Pesquisadora Responsável**  
**Tel: (21) 96975-9536**  
**E-**  
**[mail:migracaoesauderj@gmail.com](mailto:migracaoesauderj@gmail.com)**

Eu,

---

Li o TERMO DE CONSENTIMENTO e compreendi o que me foi explicado. Estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei me retirar a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Assinatura da/o entrevistada/o

Autorizo gravação (  ) Não autorizo gravação (  )

Rio, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.